Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 5

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 10

3.4 - Política destinação de resultados 12

3.5 - Distribuição de dividendos 15

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 16

3.7 - Nível de endividamento 17

3.8 - Obrigações 18

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 20

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 31

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 35

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 43

4.5 - Processos sigilosos relevantes 44

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 45

4.7 - Outras contingências relevantes 46

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 48

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 52

5.3 - Descrição - Controles Internos 57

Índice

5.4 - Programa de Integridade 60
5.5 - Alterações significativas 63
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 64

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 65
6.3 - Breve histórico 66
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 68
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 69

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 70
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 71
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 72
7.3 - Produção/comercialização/mercados 75
7.4 - Principais clientes 87
7.5 - Efeitos da regulação estatal 88
7.6 - Receitas relevantes no exterior 92
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 94
7.8 - Políticas socioambientais 95
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 96

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 102
8.2 - Alterações na condução de negócios 103
8.3 - Contratos relevantes 104
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 105

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 106
9.1.a - Ativos imobilizados 107
9.1.b - Ativos Intangíveis 108
9.1.c - Participação em sociedades 132
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 139

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 140

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro 157
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 159
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 161
10.5 - Políticas contábeis críticas 162
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 165
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 166
10.8 - Plano de Negócios 167
10.9 - Outros fatores com influência relevante 171

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 172
11.2 - Acompanhamento das projeções 173

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 174
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 180
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 183
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 185
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 186
12.7/8 - Composição dos comitês 213
12.9 - Relações familiares 214
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 219
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 221
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 222

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 224
13.2 - Remuneração total por órgão 228
13.3 - Remuneração variável 232
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 233
13.5 - Remuneração baseada em ações 236
13.6 - Opções em aberto 237
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 238
13.8 - Precificação das ações/opções 239

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão 240
13.10 - Planos de previdência 241
13.11 - Remuneração máx, mín e média 242
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 243
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 244
13.14 - Remuneração - outras funções 245
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 246
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 247

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 248
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 250
14.3 - Política remuneração dos empregados 251
14.4 - Relações emissor / sindicatos 252
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 253

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 254
15.3 - Distribuição de capital 301
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 302
15.5 - Acordo de Acionistas 303
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 305
15.7 - Principais operações societárias 306
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 308

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 309
16.2 - Transações com partes relacionadas 310
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 312
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 313

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 314
17.2 - Aumentos do capital social 315
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 320
17.4 - Redução do capital social 321

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 322

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 323

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 326

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 327

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 328

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 331

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 335

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 336

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 337

18.8 - Títulos emitidos no exterior 338

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 340

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 341

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 342

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 343

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 344

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 345

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 348

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 349

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 350

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 351

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 352

21.3 - Responsáveis pela política 353

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 354

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Cristiano Cardoso Teixeira**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcos Paulo Conde Ivo**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Klabin

Declaração do Diretor Presidente

CRISTIANO CARDOSO TEIXEIRA, brasileiro, casado, bacharel em comércio exterior, portador do RG nº 16.771.543-4 – SSP/SP e CPF nº 128.996.528-50, residente e domiciliado em São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 4º andar, São Paulo/SP, na qualidade de Diretor Presidente da Klabin S/A ("Companhia"), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), declara que:

I. Reviu o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");

II. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480/09, em especial os artigos 14 a 19; e

III. O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

São Paulo, 3 de junho de 2020.



CRISTIANO CARDOSO TEIXEIRA
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Declaração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MARCOS PAULO CONDE IVO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3600 - 4º andar, São Paulo/SP, CPF nº 220.481.088-65, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Klabin S/A ("Companhia"), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), declara que:

I. Reviu o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");

II. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480/09, em especial os artigos 14 a 19; e

III. O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

São Paulo, 3 de junho de 2020.

Marcos Paulo Conde Ivo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, pois os cargos de Diretor-Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. A declaração individual desses diretores está disponível nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria do exercício findo em 31/12/2019 e revisão das informações trimestrais do ano.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários de auditoria em 2019: R$ 1.611.682,79
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Rita C Freitas	01/01/2017	669.103.745-68	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 – Torre Norte, 10° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733000, e-mail: Rita.C.Freitas@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3. Outras informações relevantes:

Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a empresa de auditoria *Ernst & Young* Auditores Independentes, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia até 31 de dezembro de 2018, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de seus honorários.

A política da Companhia na contratação de serviços não-relacionados à auditoria externa com seus auditores independentes está fundamentada em princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios, que seguem diretrizes internacionalmente aceitas, consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	6.501.273.000,00	6.533.230.000,00	7.234.151.000,00
Ativo Total	34.703.082.000,00	29.633.743.000,00	30.549.541.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	10.271.839.000,00	10.016.461.000,00	8.373.378.000,00
Resultado Bruto	3.420.658.000,00	4.302.422.000,00	2.735.547.000,00
Resultado Líquido	714.618.000,00	186.818.000,00	532.169.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	5.270.170.115	5.263.208.410	4.632.405.450
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,230000	1,240000	1,560000
Resultado Básico por Ação	0,130000	0,030000	0,100000
Resultado Diluído por Ação	0,13	0,03	0,10

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis:

a) Medições não contábeis

A Companhia utiliza como medida não contábil o LAJIDA (*EBITDA*) (lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização ou *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), com a finalidade de apresentar uma medida do seu desempenho econômico operacional, da qual consiste no resultado operacional deduzido de resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, depreciação, exaustão e amortização e variação do valor justo dos ativos biológicos.

O LAJIDA (*EBITDA*) não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

A Companhia aderiu às definições para divulgação do LAJIDA (*EBITDA*), conforme instrução CVM 527/12, e apresenta a conciliação dos saldos de acordo com as premissas da referida instrução.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

			Consolidado
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
(=) Lucro líquido do período	714.618	186.818	532.169
(+) Imposto de renda e contribuição social	149.908	(255.399)	306.499
(+/-) Resultado financeiro líquido	1.661.848	3.052.186	713.384
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	2.193.414	1.673.347	1.940.487
LAJIDA (EBITDA)	**4.719.788**	**4.656.952**	**3.492.539**
Ajustes conf. Inst. CVM 527/12			
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(390.053)	(628.367)	(789.661)
(+/-) Equivalência patrimonial	(7.237)	(5.964)	(13.624)
(+/-) LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto	-	1.798	9.124
(+) Realização de custo atribuído imobilizado - terras	-	-	39.801
LAJIDA (EBITDA) - ajustado	**4.322.498**	**4.024.419**	**2.738.179**

Ajustes para definição do LAJIDA (*EBITDA*) - ajustado:

(i) Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos corresponde aos ganhos ou perdas obtidas na transformação biológica dos ativos florestais até a colocação dos mesmos em condição de uso/venda durante o ciclo de formação. Por tratar-se de uma expectativa do valor dos ativos refletida no resultado da Companhia, calculada a partir de premissas incluídas em fluxo de caixa descontado, sem o efeito caixa no mesmo momento de seu reconhecimento, a variação do valor justo é excluída do cálculo do LAJIDA (*EBITDA*) ajustado.

(ii) Equivalência patrimonial e LAJIDA (*EBITDA*) ajustado de controlada em conjunto

A equivalência patrimonial contida no resultado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada em sua demonstração financeira individual, calculado de acordo com seu percentual de participação no investimento. No resultado consolidado, a equivalência patrimonial registrada refere-se à controlada em conjunto.

O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado com itens dos quais são excluídos do cálculo do LAJIDA (*EBITDA*) ajustado, tais como: resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social,

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

amortização, depreciação e exaustão e variação do valor justo dos ativos biológicos. Por esse motivo, o resultado de equivalência patrimonial é excluído do cálculo, sendo adicionado o LAJIDA (*EBITDA*) ajustado gerado na controlada em conjunto calculado da mesma forma, equivalente a participação da Companhia no investimento.

(iii) Realização de custo atribuído imobilizado (terras)

Os efeitos da realização do custo atribuído das terras alocado ao ativo imobilizado na adoção inicial do IFRS são somados no LAJIDA (*EBITDA*) ajustado quando realizado mediante alienação dos ativos, por não se tratar de um efeito caixa que compõe o custo do ativo alienado.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia utiliza o LAJIDA (*EBITDA*) ajustado como medida de desempenho e entende que a sua apresentação é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira da Companhia, pois se trata de uma medida prática para aferir o desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-lo de maneira distinta.

O LAJIDA (*EBITDA*) ajustado demonstra o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outros, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento e flutuações de taxas de câmbio no resultado financeiro; (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social (iii) à sua despesa com depreciação, exaustão e amortização sobre seu elevado saldo ativo de imobilizado e ativos biológicos e; (iv) à variação do valor justo dos ativos biológicos que não afeta o caixa da Companhia.

Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o LAJIDA (*EBITDA*) ajustado uma medida mais prática e apropriada de seu desempenho, apurando o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altera substancialmente:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas para sua publicação em 06 de fevereiro de 2020. Após a referida publicação, se sucederam os eventos subsequentes abaixo que merecem destaque:

BOND 2049 (5ª emissão)

No dia 15 de janeiro de 2020, por meio da subsidiária integral Klabin Áustria foi concluída a captação de USD 200 milhões de valor nominal com prazo de vencimento de 29 anos com cupom de 7,00% e *yield* de 6,10% ao ano, tendo como objetivo o financiamento ou refinanciamento, no todo ou em parte, de custos e/ou investimentos em "*Green Projects*" elegíveis.

Pinus Taeda Florestal S.A.

No dia 21 de janeiro de 2020 foram celebrados os acordos necessários para associação com uma *Timber Investment Management Organization* (TIMO) para a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), cujo objetivo principal será a exploração da atividade florestal no centro-sul do Estado do Paraná.

A contribuição da Klabin para formação do patrimônio da SPE se dará através do aporte de cerca de 9 mil hectares de florestas plantadas. A TIMO, por sua vez, contribuirá com o aporte de aproximadamente 11 mil hectares de florestas plantadas e 7 mil hectares de ativos em terras (área útil).

A Klabin terá o direito de preferência na compra da madeira para processo produzida pela SPE, dentre outros direitos típicos conferidos a acionistas controladores de uma sociedade dessa natureza. A conclusão dessa operação, que a Klabin estima ocorra em breve, está sujeita a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias competentes.

Essa associação permitirá à Companhia acessar terras para o incremento de seu maciço florestal, visando o abastecimento de suas fábricas de papel e celulose na região, sem exigência de efetiva alocação de capital para a aquisição desses ativos, além de viabilizar a realização de futuros projetos de expansão. Dessa forma, a Klabin reforça seu compromisso com a criação de valor, responsabilidade operacional e equilíbrio de sua estrutura de capital.

Aquisição de ativos da International Paper do Brasil

Conforme comunicado ao mercado no dia 29 de março de 2020, foram firmados os documentos necessários para a aquisição do negócio de papéis para embalagens e papelão ondulado da International Paper do Brasil (IP) localizado no Brasil.

As operações da IP, foco da aquisição, possuem capacidade de produção de 305 mil toneladas anuais de papelão ondulado, com vendas representando 6,6% do *market share* do mercado doméstico, de acordo com dados da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO) em 2018. A aquisição inclui também as unidades de papéis para embalagens (fibra virgem e reciclados) com capacidade total de 310 mil toneladas anuais.

O investimento para essa aquisição é de R$ 330 milhões, dos quais R$ 280 milhões serão pagos na conclusão da operação e R$ 50 milhões depois de um ano, e submete-se a certas condições contratuais, onde a Companhia usará recursos próprios para o pagamento.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações dessa natureza, entre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), não havendo compromissos financeiros assumidos até a sua efetiva aprovação

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

A transação está alinhada à estratégia da Companhia de crescimento nos negócios de papéis e embalagens de papel, ampliando a flexibilidade operacional e trazendo maior estabilidade aos seus resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos três últimos exercícios sociais:

a) Regras sobre retenção de lucros

Regra válida a partir do exercício de 2011 – aprovada na AGE realizada em 20 de dezembro de 2012

De acordo com o art. 196 da Lei n° 6.404/76, alterada pela Lei n° 11.638/07, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar por reter uma parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. O Estatuto Social de Companhia determina quanto à destinação do resultado apurado no exercício da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até esta atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

- constituição de outras reservas previstas em lei;

- formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída para alocação de efeitos da variação do valor justo do ativo biológico enquanto não realizados financeiramente por parcela variável de 5% (cinco por cento) a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente e acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário; na distribuição de dividendos, a qualquer momento; em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas no Estatuto, ou para incorporação ao capital social;

- formação da Reserva de Ativos Biológicos, pela destinação do resultado do período pelo que estiver nele contido, livre dos efeitos tributários, de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos próprios e de receita de avaliação a valor justo de ativos biológicos de Controladas contida no resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela controladora;

- a Assembleia Geral da Companhia decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício.

Regra válida a partir do exercício de 2014 – aprovada na AGE realizada em 28 de novembro de 2012, após a eficácia na emissão das debêntures em 7 de janeiro de 2014.

A forma de apuração dos dividendos permaneceu a mesma que foi aprovada na AGE de 20 de dezembro 2012, exceto pela exclusão dos 10% (dez por cento) adicionais de dividendos que eram pagos aos acionistas preferencialistas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a.i) Valores das Retenções de Lucros
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados

Exercício Social encerrado em 31/12/2019	Exercício Social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2019 de R$ 676 milhões:	Do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2018 de R$ 137 milhões:	Do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/12/2017 de R$ 532 milhões:
- constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, R$ 49 milhões, 7% do Lucro Líquido;	- constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, R$ 59 milhões, 43% do Lucro Líquido;	- constituição de Reserva de Incentivo Fiscal, R$ 55 milhões, 10% do Lucro Líquido;
- constituição de Reserva Legal, R$ 31 milhões, 5% do lucro líquido após a constituição da reserva de incentivo fiscal;	- constituição de Reserva Legal, R$ 4 milhões, 5% do lucro líquido após a constituição da reserva de incentivo fiscal;	- constituição de Reserva Legal, R$ 24 milhões, 5% do lucro líquido após a constituição da reserva de incentivo fiscal;
- realização (líquido de constituição) de Reserva de Ativo Biológico próprio e das controladas, R$ 345 milhões, 51% do Lucro Líquido;	- constituição (líquido da realização) de Reserva de Ativo Biológico próprio e das controladas, R$ 75 milhões, 55% do Lucro Líquido;	- realização (líquido de constituição) de Reserva de Ativo Biológico próprio e das controladas, R$ 130 milhões, 24% do Lucro Líquido;
- constituição de Reserva para Investimento e capital de giro, R$ 33 milhões, 4% do Lucro Líquido;	- realização de custo atribuído imobilizado, R$ 1 milhão, 1% do Lucro Líquido;	- realização de custo atribuído imobilizado, R$ 26 milhões, 5% do Lucro Líquido;
A distribuição do resultado acima será levada para aprovação na AGO em 31/07/2020	A distribuição do resultado acima foi aprovada na AGO de 30/04/2019.	- constituição de Reserva para Investimento e capital de giro, R$ 196 milhões, 37% do Lucro Líquido;
		A distribuição do resultado acima foi aprovada na AGE de 08/03/2018.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Regra válida a partir do exercício de 2011 – aprovada na AGE realizada em 20 de dezembro de 2012

Atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado, ainda pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", observada a prioridade prevista para as ações preferenciais, das quais terão prioridade no recebimento de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, acrescidos de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a estas últimas.

O ajuste do lucro líquido, base para a distribuição de dividendos, pela constituição, realização e reversão da Reserva de Ativos Biológicos é previsto no Estatuto Social e se faz necessário para adequar os procedimentos da Companhia aos princípios que norteiam a adoção do Padrão Contábil Internacional - IFRS, principalmente no que se refere ao reconhecimento de ativos biológicos, com efeito em seu resultado, de receitas e despesas derivadas do ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, os quais não provocam entrada ou saída de caixa no mesmo período em que são reconhecidas.

Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento. Nos

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados será revertido em favor da Companhia.

Regra válida a partir do exercício de 2014 – aprovada na AGE realizada em 28 de novembro de 2012, após a eficácia na emissão das debêntures em 7 de janeiro de 2014.

Atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei e ajustado, ainda pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos e da realização da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

O ajuste do lucro líquido, base para a distribuição de dividendos, pela constituição, realização e reversão da Reserva de Ativos Biológicos é previsto no Estatuto Social e se faz necessário para adequar os procedimentos da Companhia aos princípios que norteiam a adoção do Padrão Contábil Internacional - IFRS, principalmente no que se refere ao reconhecimento de ativos biológicos, com efeito em seu resultado, de receitas e despesas derivadas do ajuste ao valor justo dos ativos biológicos, os quais não provocam entrada ou saída de caixa no mesmo período em que são reconhecidas.

Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados será revertido em favor da Companhia.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, podendo haver a distribuição de dividendos intermediários em períodos menores.

d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não há política de destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		940.257.000,00	0,00	609.857.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		96,460000	0,000000	55,590000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		10,990000	2,860000	7,360000
Dividendo distribuído total		907.000.000,00	919.000.000,00	339.000.000,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção		31/07/2020	30/04/2019	08/03/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			7.429.989,04	25/02/2019	56.467.703,00	14/05/2018	7.147.834,00	11/08/2017
Preferencial			12.570.010,96	25/02/2019	95.532.297,00	14/05/2018	10.852.166,00	11/08/2017
Ordinária			74.625.436,35	17/05/2019				
Preferencial			126.374.563,65	17/05/2019				
Ordinária			71.283.998,98	19/08/2019				
Preferencial			120.716.001,02	19/08/2019				
Ordinária			72.027.658,34	14/11/2020				
Preferencial			121.972.341,66	14/11/2020				
Ordinária					65.755.154,00	15/08/2018		
Preferencial					111.244.846,00	15/08/2018		
Ordinária					27.862.415,00	14/11/2018		
Preferencial					47.137.585,00	14/11/2018		
Ordinária					46.437.359,00	22/02/2019		
Preferencial					78.562.641,00	22/02/2019		
Ordinária							59.565.284,00	14/11/2017
Preferencial							90.434.716,00	14/11/2017
Ordinária							63.565.865,00	19/02/2018
Preferencial							107.434.135,00	19/02/2018
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			37.127.658,95	14/11/2020	98.447.200,00	14/11/2018		
Preferencial			62.872.341,05	14/11/2020	166.552.800,00	14/11/2018		
Ordinária			74.254.445,67	20/02/2020				
Preferencial			125.745.554,33	20/02/2020				
Ordinária					46.437.359,00	22/02/2019		
Preferencial					78.562.641,00	22/02/2019		

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Em 2019 houve distribuição de dividendos totalizando R$ 607 milhões, pagos contra a conta de Reserva de Lucros. Na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2019 foi aprovado o pagamento de R$ 20 milhões, pagos em 25 de fevereiro de 2019; em 30 de abril foi aprovado o pagamento de R$ 201 milhões, pagos em 17 de maio; em 05 de agosto foi aprovado o pagamento de R$ 192 milhões, pagos em 19 de agosto de 2019 e em 1º de novembro de 2019 foi aprovado o pagamento de R$ 194 milhões, pagos em 14 de novembro de 2019. Em juros sobre capital próprio foram distribuídos R$ 300 milhões, pagos contra a conta de Reserva de Lucros. Na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de novembro foi aprovado o pagamento de R$ 100 milhões, pagos em 14 de novembro de 2019 e em 23 de dezembro de 2019 foi aprovado o pagamento de R$ 200 milhões, pagos em 20 de fevereiro de 2020.

Em 2018 houve distribuição de dividendos totalizando R$ 529 milhões, pagos contra a conta de Reserva de Lucros. Na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de abril de 2018 foi aprovado o pagamento de R$ 152 milhões, pagos em 15 de maio de 2018; em 31 de julho foi aprovado o pagamento de R$ 177 milhões, pagos em 15 de agosto; em 29 de outubro foi aprovado o pagamento de R$ 75 milhões, pagos em 14 de novembro de 2018 e em 11 de dezembro de 2018 foi aprovado o pagamento de R$ 125 milhões, pagos em 22 de fevereiro de 2019. Em juros sobre capital próprio foram distribuídos R$ 390 milhões, pagos contra a conta de Reserva de Lucros. Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de outubro foi aprovado o pagamento de R$ 265 milhões, pagos em 14 de novembro de 2018 e em 11 de dezembro de 2018 foi aprovado o pagamento de R$ 125 milhões, pagos em 22 de fevereiro de 2019.

Em 2017 houve distribuição de dividendos totalizando R$ 159 milhões, pagos contra a conta de Reserva de Lucros, aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2017, sendo R$ 58 milhões com pagamento em 12 de maio de 2017 e R$ 101 milhões com pagamento em 11 de agosto de 2017.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	29.201.809.000,00	Índice de Endividamento	0,78000000	
	0,00	Outros índices	3,30000000	Dívida Líquida/LAJIDA (EBITDA) Ajustado - Nível de Alavancagem. A Companhia entende que este índice é usual de mercado e é adotado como forma de identificar seu nível de alavancagem, apurado através da dívida líquida dividida pelo LAJIDA (EBITDA) Ajustado. Este último correspondente à geração de caixa operacional da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		192.133.000,00	457.545.000,00	428.036.000,00	369.329.000,00	1.447.043.000,00
Empréstimo	Quirografárias		461.498.000,00	92.307.000,00	0,00	1.000.000.000,00	1.553.805.000,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Sem garantia	214.112.000,00	4.561.904.000,00	6.441.241.000,00	9.867.167.000,00	21.084.424.000,00
Total			867.743.000,00	5.111.756.000,00	6.869.277.000,00	11.236.496.000,00	24.085.272.000,00

Observação

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9. Outras informações relevantes:

Índice de Endividamento – item 3.7

O índice de endividamento em 31/12/2019 de 0,78 foi apurado pelo patrimônio líquido dividido pelo somatório do passivo circulante mais o passivo não circulante.

Aprovação da destinação do Resultado de 2019

A aprovação das contas do exercício de 2019 apresentadas neste item 3 do Formulário de Referências está sujeita à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de julho de 2020.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Klabin S.A. envolve, intrinsecamente, a exposição a determinados riscos. Anteriormente à tomada de decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem avaliar meticulosamente todas as informações especificadas neste Formulário de Referência, os riscos citados, as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos inerentes aos segmentos em que atuam que são resultantes de possíveis alterações das condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas que podem prejudicar seus negócios, os resultados das suas operações ou a sua situação financeira. Embora os riscos mencionados a seguir não sejam os únicos que a Companhia e suas controladas possam enfrentar, estes são, no melhor entendimento da Administração e, à época da publicação deste Formulário de Referência, os eventos com maior grau de relevância e de exposição.

Não obstante, na subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a) em relação às suas operações

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios e manter a estabilidade dos resultados operacionais e das taxas de crescimento.

A capacidade da Companhia de implementar uma estratégia de negócio e manter a estabilidade dos resultados operacionais e da taxa de crescimento depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- manter clientes atuais e atrair novos clientes;
- estabelecer e manter parcerias;
- contratar e reter mão de obra capacitada; e
- aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados.

A perda, pela Companhia, mesmo que temporária, de quaisquer dessas habilidades, seja originada por dificuldades competitivas, seja por fatores de custos, e a eventual incapacidade para equacionar riscos, incertezas e problemas, pode limitar a capacidade da Companhia de executar integralmente a estratégia de negócio e afetar a capacidade de concorrer efetivamente no mercado, impactando negativamente os seus resultados operacionais.

O sucesso das operações depende da capacidade de manter os atuais clientes e obter novos clientes. Qualquer falha na capacidade de manter ou obter clientes pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Como produtor global de pasta de papel, produtos de embalagem de papel, bem como de toras de pinho e eucalipto, o desempenho operacional depende da capacidade de identificar, atrair e manter clientes em cada uma das regiões em que a Companhia opera, os quais, por sua vez, dependem (1) da capacidade de inovação para desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos; (2) dos esforços de vendas e marketing para aumentar a participação de mercado e expandir para novos mercados; e (3) da qualidade e confiabilidade dos produtos produzidos para satisfazer a demanda dos clientes. A capacidade para envolver-se nessas atividades requer tempo e planejamento e envolve despesas, e a incapacidade de executar qualquer uma delas com sucesso, dada a competitividade da indústria de celulose, papel e embalagem, poderá afetar a Companhia de forma materialmente adversa.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A perda de membros-chave da gestão ou a incapacidade de contratar e manter colaboradores qualificados ou de formar adequadamente o nosso pessoal pode afetar-nos negativamente.

A capacidade de manter a posição competitiva da Companhia depende, em grande parte, da experiência de membros-chave da gestão. A Companhia não celebra contratos de trabalho ou acordos de não concorrência com nenhum dos membros em níveis gerencial ou tático. Não pode haver garantias de que a Companhia será capaz de manter os membros atuais da gestão e a perda de qualquer membro ou a incapacidade de atrair e manter executivos experientes pode afetar material e negativamente os negócios, condição financeira e resultados de operações.

Além disso, como parte da estratégia de expansão, a Companhia contrata, forma e retém novos profissionais para as operações. A Companhia está sujeita a concorrência substancial na tentativa de contratar esses profissionais, não podendo haver garantias de que será capaz de atrair e formar profissionais qualificados em número suficiente para atender a demandas atuais e futuras do negócio. Adicionalmente, pode-se encontrar dificuldades em reter profissionais se a Companhia não for capaz de manter uma cultura empresarial atrativa e níveis de remuneração competitivos. Acredita-se que a contratação, formação e retenção de mão-de-obra qualificada seja um fator crítico para o sucesso e crescimento do negócio a longo prazo, e uma implementação ou falha insatisfatória dessa estratégia pode afetar material e negativamente o negócio, os resultados das operações ou a condição financeira.

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

A Companhia tem suas operações sujeita aos riscos associados à utilização na produção de químicos, armazenamento e descarte de resíduos químicos, incluindo explosões, incêndios, desgastes decorrentes do tempo e da exposição às intempéries e desastres naturais, falhas mecânicas, tempo necessário para manutenção ou reparos não programados, interrupções no transporte, correções, vazamento de produtos químicos e outros riscos ambientais. A ocorrência dos eventos mencionados pode resultar em lesões corporais ou morte, danos graves a bens, destruição de máquinas e equipamentos, bem como danos ao meio ambiente, com suspensão das operações e imposição de responsabilidade civil, incluindo a obrigação de indenização a terceiros. Por exemplo, em maio de 2018, o Brasil sofreu uma greve nacional dos camionistas que afetou gravemente as operações logísticas de muitas empresas em todo o Brasil, incluindo o recebimento de matéria prima e a entrega das mercadorias e produtos da Companhia.

A ocorrência de qualquer dos eventos acima mencionados pode resultar em danos e destruição de equipamentos, bem como danos ambientais, eventualmente lesões corporais ou morte, resultando na interrupção parcial ou total das operações comerciais e/ou fabris e também em responsabilidade civil, incluindo o pagamento de indenizações a terceiros. Qualquer ocorrência desse tipo pode afetar de forma significativa os nossos resultados financeiros. As coberturas de seguros, mantidas pela Companhia não asseguram que a ocorrência de quaisquer dos eventos acima não impactem adversamente os negócios, as operações, as condições financeiras e as perspectivas futuras da Companhia.

Atrasos na expansão das fábricas ou na construção de novas fábricas podem afetar os custos e desempenho operacional do negócio.

Como parte da nossa estratégia de aumentar a participação de mercado e melhorar a competitividade da Companhia através de maiores economias de escala, a Companhia pode expandir ou melhorar as suas instalações. A expansão ou construção de uma fábrica envolve inúmeros riscos, incluindo relacionados a engenharia, construção, regulamentação e outros decorrentes de desafios expressivos que podem atrasar ou impedir o bom funcionamento do projeto ou aumentar significativamente os custos e investimentos envolvidos. A capacidade de concluir com sucesso qualquer expansão ou novo projeto de construção a tempo está também sujeita a financiamento e outros riscos.

A Companhia pode não ser capaz de concluir qualquer projeto de expansão ou de nova construção dentro do prazo ou do orçamento ou ser obrigados pelas condições do mercado ou outros fatores a atrasar o início da construção ou o calendário de conclusão de novos projetos ou expansões;

- As instalações novas ou modificadas podem não funcionar à capacidade prevista ou podem apresentar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

custos operacionais acima do previsto;

- A Companhia pode não ser capazes de vender a produção adicional a preços atrativos; e
- A Companhia pode não ter recursos ou não ser capazes de obter financiamento para implementar os planos de crescimento.

O endividamento pode afetar negativamente a saúde financeira e flexibilidade operacional da Companhia.

A Companhia contraiu endividamento significativo (decorrente de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures, não incluindo outros passivos remunerados ou qualquer outro passivo). Ao final do ano de 2019, o endividamento bruto era de R$ 24 bilhões.

O pagamento de serviço e principal da dívida e outras obrigações financeiras aumentam a possibilidade de não geração de caixa suficiente para pagar, quando devido, o capital, juros ou outros montantes, relativamente à dívida. O endividamento também pode ter outras consequências significativas, tais como:

- Aumentar a vulnerabilidade da Companhia às condições gerais adversas da economia, da concorrência e da indústria;
- Limitar a capacidade de a Companhia obter financiamento adicional no futuro;
- Exigir que a Companhia dedique uma parte substancial do fluxo de caixa das operações ao serviço da dívida, reduzindo assim os fundos disponíveis para operações, despesas de capital e quaisquer oportunidades de negócio futuras;
- Expor a Companhia ao risco de aumento das taxas de juro, uma vez que parte dos empréstimos e financiamentos são contraídos com taxas de juro variáveis;
- Limitar a capacidade da Companhia de fazer aquisições estratégicas ou levá-las a fazer desinvestimentos não estratégicos;
- Limitar a flexibilidade de planejamento ou capacidade de reação a mudanças nos negócios e nas indústrias em que a Companhia opera;
- Limitar a capacidade de a Companhia de adaptação à evolução das condições de mercado, de reação às pressões concorrenciais e às alterações adversas da regulamentação governamental;
- Limitar a capacidade ou aumentar os custos de refinanciamento da dívida;
- Limitar a capacidade de realizar operações de marketing e de cobertura de risco, reduzindo o número de contrapartes com as quais pode-se realizar tais operações, bem como o volume dessas operações; e
- Colocar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos concorrentes que possam ter menos dívidas e outras obrigações ou um maior acesso ao financiamento.

Um possível arrefecimento econômico global pode afetar negativamente a demanda e o preço de celulose, papéis e embalagens.

A demanda pelos produtos da Companhia está diretamente ligada às condições econômicas globais e às condições econômicas dos mercados em que os produtos são comercializados. Um declínio contínuo no nível de atividade, quer no mercado interno, quer no mercado internacional, poderá afetar negativamente a demanda e o preço dos produtos da Companhia e ter um efeito adverso material.

A deterioração das condições econômicas brasileiras e globais poderá, entre outras coisas:

- Afetar negativamente a procura global de celulose e papel, ou apresentar efeito negativo nos preços desses mercados;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- Tornar mais difícil ou dispendiosa a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou para refinanciamento futuro;
- Prejudicar a situação financeira de clientes, fornecedores ou outros públicos envolvidos com a Companhia;
- Diminuir a rentabilidade de novos investimentos; e
- Prejudicar a viabilidade financeira de seguradoras.

Vários outros riscos, incluindo os de origem cibernética, poderão ter um efeito material adverso nos resultados operacionais e financeiros.

As operações estão sujeitas a vários outros riscos que afetam as florestas e processos de fabricação, incluindo incêndios, mudanças climáticas, doenças, greves, encerramentos de portos, cargas, falhas eléctricas e explosões de fábricas, podendo qualquer deles ter um efeito adverso material nos resultados operacionais e financeiros.

A Companhia possui alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais na cadeia de valor da Companhia.

As falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, de seus clientes ou seus fornecedores, incluindo no que respeita à segurança, podem comprometer as operações.

Existe a dependência de sistemas de tecnologia para servir os clientes, realizar análises de custos e estabelecer preços adequados. Defeitos nos sistemas de tecnologia, falhas de segurança ou manutenção e atualização inadequada desses sistemas podem interromper as operações da Companhia, de seus clientes ou fornecedores, podendo resultar na perda de vendas e em violação de seus regulamentos, contribuir para litígios com clientes, aumentar as despesas administrativas, comprometer a segurança dos dados internos ou dos dados dos clientes ou resultar em outras consequências adversas.

Na medida em que os nossos controles, políticas, procedimentos e salvaguardas tecnológicas não sejam suficientes, essas e outras alterações significativas nos nossos sistemas informatizados podem afetar negativamente os nossos negócios, a nossa situação financeira e os resultados das nossas operações.

Os nossos sistemas de TI são utilizados nos níveis administrativo e operacional dos nossos negócios e em cada fase das nossas operações. Na medida em que os nossos controles, políticas, procedimentos e salvaguardas tecnológicas não sejam suficientes, o funcionamento regular dos nossos sistemas informáticos pode ser comprometido por circunstâncias imprevisíveis, falhas humanas e de programação, pela nossa infraestrutura e/ou pela infraestrutura dos nossos fornecedores de serviços de processamento de dados, e por motivos de força maior, incluindo incêndio, explosão, catástrofes e qualquer outro evento ou incidente fora do nosso controle.

A segurança dos nossos sistemas informatizados ou, dos sistemas informatizados dos nossos prestadores de serviços de informática, pode ser comprometida, explorada ou corrompida por programadores ou *hackers* experientes, prejudicando o funcionamento dos nossos sistemas informatizados ou dos sistemas informatizados dos nossos prestadores de serviços. Em tais eventos, na medida em que os nossos controles, políticas, procedimentos e salvaguardas tecnológicas não sejam suficientes, esses intervenientes podem também captar ou divulgar indevidamente as nossas informações confidenciais e/ou as informações confidenciais dos nossos clientes. Qualquer desses eventos pode afetar negativamente o valor de mercado dos nossos valores mobiliários, das nossas operações, dos resultados das operações e/ou da nossa reputação.

A cobertura de seguros da Companhia pode ser insuficiente para ressarcir eventuais perdas, bem como não abrange determinados danos, como aqueles causados por pragas florestais.

Em caso de ocorrência de sinistros cobertos pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia, as indenizações das seguradoras podem não ser recebidas tempestivamente e/ou serem insuficientes ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

inadequadas para cobrir todas as perdas e danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, a Companhia pode não conseguir manter ou renovar as apólices de seguro vigentes nas condições e valores que consideram adequadas. Adicionalmente, a Companhia pode sofrer prejuízos em razão de sinistros não cobertos pelos seguros contratados pela Companhia, tais como pragas florestais. Em caso de ocorrência de sinistros não cobertos pelas apólices de seguros contratadas, a Companhia não terá direito a qualquer indenização para auxiliar nos custos deles decorrentes de sinistros não cobertos. Em qualquer desses casos, a capacidade financeira da Companhia pode ser adversa e significativamente afetada.

Podemos incorrer em perdas e gastar tempo e dinheiro a defender litígios e processos administrativos pendentes, cada um dos quais nos pode afetar material e negativamente.

Atualmente somos parte em inúmeros processos judiciais relacionados com reclamações cíveis, administrativas, ambientais, laborais e fiscais que nos foram apresentadas. Essas reclamações envolvem quantias substanciais de dinheiro e outras soluções. Vários litígios individuais representam uma parte significativa do montante total das reclamações contra nós. As nossas provisões estabelecidas para todos os montantes em litígio que representam uma perda provável na opinião dos nossos consultores jurídicos e em relação a decisões desfavoráveis em determinados litígios podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas resultantes de tais processos. Em 31 de dezembro de 2019, o valor reclamado no âmbito desses processos judiciais totalizava R$ 5 bilhões, para os quais registramos uma provisão para contingências no valor de R$ 60,5 milhões.

Estamos sujeitos a riscos trabalhistas, incluindo aumentos dos custos trabalhistas e rupturas de trabalho.

Nós incorremos em despesas trabalhistas significativas (pessoal, custos com produtos vendidos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas), que estão entre nossas maiores despesas para os anos findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, totalizando R$ 1,7 bilhão, R$ 1,6 bilhão e R$ 1,5 bilhão, respectivamente. Nossas despesas trabalhistas incluem o valor total da remuneração direta paga aos nossos colaboradores, rescisões e outros benefícios.

Adicionalmente, a maioria dos colaboradores da Klabin é representada por sindicatos e está coberta por acordos coletivos ou similares, que estão sujeitos a renegociação periódica. Ocasionalmente, temos tido breves atrasos no trabalho. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir concluir as negociações trabalhistas em termos satisfatórios, o que pode resultar num aumento significativo dos custos de trabalho ou em paradas de trabalho ou mobilizações trabalhistas que perturbem as suas operações e possam vir a afetar a sua rentabilidade. Por exemplo, em 2018 a Companhia enfrentou uma parada de trabalho na fábrica do Puma durante 21 dias, cujos efeitos econômicos não quantificamos.

Como resultado da competitividade da nossa indústria e da influência sindical, podemos enfrentar pressões no sentido de aumentar os salários dos nossos colaboradores, bem como a quantidade de benefícios que proporcionamos a eles. Caso as nossas despesas trabalhistas aumentem significativamente, ou soframos mobilizações trabalhistas, a nossa atividade, condição financeira e resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa**.**

Estamos sujeitos a requisitos ambientais rigorosos e o cumprimento dos regulamentos existentes e futuros poderá exigir despesas de capital significativas e aumentar os nossos custos operacionais.

Estamos sujeitos a leis e regulamentos ambientais rigorosos no Brasil, a nível federal, estadual e local. Esses regulamentos estabelecem regras complexas relativas ao controle ambiental, incluindo o descarte de materiais perigosos e resíduos sólidos. Alterações nas leis e regulamentos ambientais ou mudanças na política de sua aplicação das leis e regulamentos ambientais existentes podem nos afetar negativamente. As nossas operações são supervisionadas por agências governamentais que são responsáveis pela implementação de leis e políticas de controle da poluição. Essas agências podem tomar medidas contra nós se não cumprirmos os regulamentos ambientais aplicáveis ou em caso de acidentes perigosos. Consequentemente, a nossa capacidade de operar poderá ser suspensa ou afetada negativamente. Além disso, o não cumprimento dessas leis, regulamentos e licenças poderá resultar em sanções penais para nós e para os nossos colaboradores. Poderíamos também ser responsáveis pelos custos de reparação ambiental relacionados, que poderiam ser substanciais e materialmente adversos para a nossa condição financeira e para os nossos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

resultados operacionais.

Além disso, as leis ambientais estão se tornando mais rigorosas no Brasil e também internacionalmente. Como resultado, os investimentos e despesas necessários para cumprir a legislação ambiental podem aumentar substancialmente no futuro, o que pode afetar materialmente adversamente a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais.

A não obtenção das autorizações e licenças necessárias poderá afetar negativamente as nossas operações.

Dependemos da emissão de licenças e alvarás de agências governamentais para realizarmos algumas das nossas atividades. A fim de obter licenças para certas atividades que possam vir a ter um impacto ambiental significativo, são necessários certos investimentos em conservação para compensar esse impacto. Além disso, temos licenças para, entre outras, operar as nossas fábricas e realizar atividades que utilizam substâncias químicas. As licenças operacionais exigem, entre outras coisas, que reportemos periodicamente o nosso cumprimento das normas de emissões estabelecidas pelas agências ambientais. A não obtenção, renovação ou cumprimento das nossas licenças de operação pode causar atrasos na implementação de novas atividades, aumento de custos, multas monetárias ou mesmo a suspensão da atividade envolvida, o que pode nos afetar de forma adversa**.**

Custos de construção e manutenção superior ao esperado podem afetar negativamente a nossa condição financeira e os resultados das nossas operações.

Como parte da estratégia para aumentar a sua quota de mercado global e melhorar a sua competitividade através de maiores economias de escala, a Klabin concluiu o Projeto Puma e pode expandir as suas instalações de produção existentes ou construir uma ou mais instalações de produção adicionais. A expansão ou construção de uma unidade de produção envolve vários riscos. A capacidade de (1) concluir os projetos de acordo com o calendário e (2) obter a eficiência esperada das máquinas utilizadas na produção dos produtos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, a flutuações nos custos da mão de obra e das matérias-primas, a alterações na economia em geral e na capacidade de ela obter o financiamento necessário, vencer desafios regulamentares, superar o desempenho por defeito ou insatisfatório dos empreiteiros e subempreiteiros e situações resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis.

Esses fatores podem aumentar significativamente os nossos custos e podem afetar de forma significativa os nossos negócios, a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada adversamente por decisões a ela desfavoráveis em processos judiciais e administrativos em curso.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões fiscais, administrativas, cíveis e trabalhistas, envolvendo um valor total de aproximadamente R$ 5 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Desse total, aproximadamente R$ 60,5 milhões encontram-se provisionados, considerados com risco de perda provável, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia. A condição financeira da Companhia pode ser afetada parcialmente em virtude de decisões desfavoráveis nessas ações judiciais e processos administrativos.

Adicionalmente, a Companhia é titular de benefícios fiscais, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, revogação ou não renovação podem afetar adversamente os resultados da Companhia e/ou a geração de caixa líquida.

b) em relação a seu acionista, acionista controlador direto ou indireto, ou grupo de controle

Alguns dos nossos acionistas têm a capacidade de determinar o resultado de ações ou decisões empresariais, o que pode afetar os detentores dos valores mobiliários. Os interesses dos acionistas controladores podem ser divergentes dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

Ao final do ano de 2019, 54,61% das nossas ações com direito a voto são detidas pela Klabin Irmãos & Cia e Niblak Participações S.A., ou Niblak. Como resultado, esses acionistas têm a capacidade de controlar a eleição do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e operações futuras, incluindo decisões relativas a aquisições e outras oportunidades de negócios, a declaração de dividendos que excedam as exigências

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

mínimas do Estatuto Social e da Lei das Sociedades Anônimas, e a emissão de ações adicionais e outros títulos. As decisões tomadas diante deste poder podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

A Companhia é parte de um acordo de licenciamento de marcas nos termos do qual ela é autorizada a utilizar as principais marcas comerciais.

A utilização da marca "Klabin" e de outras seis marcas relacionadas a produtos de cartões revestidos e embalagens de papelão ondulado é licenciada através do contrato de licenciamento celebrado com a Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda (“Sogemar”), titular da marca. Se o acordo de licenciamento for rescindido ou terminado, a Companhia pode não ser autorizada a utilizar as marcas, o que poderia afetar negativamente a venda dos produtos da Companhia, sua reputação e, consequentemente, a sua condição econômica e financeira.

Negociações realizadas pelos acionistas podem afetar o valor de mercado das ações da Companhia

Os acionistas da Companhia podem negociar livremente suas ações no mercado, de acordo com a legislação aplicável. Caso haja a venda de volumes relevantes de suas ações no mercado por parte desses acionistas, o valor das ações no mercado pode ser afetado adversamente, sem previsão pela Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia, pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a mercados de valores mobiliários internacionais mais maduros, explicado pelo fato de o mercado brasileiro ser substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado. Essa volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores dos valores mobiliários da Companhia de vende-los ao preço e na ocasião em que desejem, e consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia pode vir a necessitar de capital adicional no futuro e a obtenção de capital adicional por meio da emissão de valores mobiliários poderá resultar na diluição da participação do investidor em seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro e optar pela sua obtenção através de operações de emissão pública ou privada de valores mobiliários. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderia afetar o preço de suas ações e resultar na diluição da participação do investidor em seu capital social.

Os detentores das ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório, definido no Estatuto Social

Os acionistas devem receber, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado conforme Estatuto Social da Companhia, sob a forma de dividendos. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia pode não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao dividendo obrigatório após aprovação na Assembleia Geral Ordinária. Dentre elas:

- Caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- Caso a situação financeira da Companhia seja incompatível com a distribuição de dividendos; e/ou
- Caso o fluxo de caixa e os lucros das controladas, bem como a distribuição desses lucros sob a forma de dividendos, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

c) em relação às suas controladas e coligadas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

d) em relação a seus fornecedores

A Companhia depende do fornecimento de insumos, matérias-primas e serviços para a sua operação. Elevações no preço de insumos podem aumentar o custo de produção e reduzir a rentabilidade da Companhia

As unidades operacionais da Klabin são abastecidas por diversos fornecedores e prestadores de serviços, nacionais e estrangeiros. Muitos fatores influenciam a posição competitiva da Companhia, incluindo a eficiência da planta, os índices operacionais e a disponibilidade, qualidade e o custo de certos insumos, como substâncias químicas, matérias-primas e serviços. A disponibilidade, qualidade ou custos de tais insumos podem afetar, de forma negativa, o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Podem ocorrer aumentos de preço em insumos em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos, causando uma diminuição na rentabilidade da Companhia. Adicionalmente, a ocorrência de alterações na legislação tributária, com majoração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos que venham a encarecer os insumos necessários à produção da Companhia, aumentam o custo final do produto a ser entregue, em valores superiores àqueles que o mercado consumidor pode absorver, gerando assim dificuldades na comercialização dos produtos, ou a diminuição da lucratividade da Companhia, impactando negativamente as atividades, resultados operacionais e sua situação financeira.

e) em relação a seus clientes

As alterações na qualidade do risco de crédito dos clientes da Companhia podem afetar negativamente as operações.

Nos mercados em que a Companhia opera, é típico, e muitas vezes uma condição de participação competitiva, que os produtores realizem vendas a crédito. Quando realizadas vendas a crédito aos clientes, a Companhia assume o seu risco de crédito. Assim, alterações no ambiente macroeconômico, nas condições de mercado em que os clientes operam, para além de problemas relacionados com a gestão dos clientes, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos à Companhia, afetando-a direta e negativamente.

Qualquer aumento no risco de crédito dos clientes pode afetar de forma significativa os ativos, fluxo de caixa e resultados das operações.

A Companhia é a única produtora brasileira de cartão de embalagens para líquidos (liquid packaging board) e fornece a totalidade no mercado nacional, há mais de 20 anos, para um único cliente consumidor dessa linha de produto, que é o maior cliente da Companhia nesse segmento de mercado e adquire grande parte dessa produção, bem como é o único grande consumidor desse tipo de embalagem no Brasil.

A Companhia possui concentração de receita relevante em um único cliente. No exercício de 2019, o faturamento para esse cliente correspondeu a 13% da receita líquida da Companhia.

Assim, caso esse cliente deixe de adquirir a produção de cartões de embalagem de líquidos da Companhia por qualquer motivo, os resultados operacionais dela e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados de forma relevante. O cliente não tem obrigação contratual de adquirir qualquer parte da produção.

f) em relação aos setores da economia nos quais o emissor atua

O setor de papel e celulose é altamente competitivo. A Companhia poderá perder participação significativa de mercado caso não seja capaz de manter-se competitiva com relação aos principais fabricantes mundiais.

A Klabin tem concorrentes em todos os segmentos em que atua e está atenta às movimentações que realizam. No segmento de papéis para embalagens, seus principais concorrentes no mercado interno são *WestRock*, *International Paper*, Irani e Trombini. No segmento de papel-cartão (exceto cartão para líquidos), seus principais concorrentes no mercado interno são Suzano, Ibema e Papirus, sendo a Klabin o único produtor

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

nacional de papel-cartão para líquidos. No segmento de caixas de papelão ondulado seus principais concorrentes no mercado interno são *WestRock*, *International Paper, Smurfit Kappa*, Irani e Trombini. No segmento de papéis para sacos e sacos industriais, seus principais concorrentes no mercado interno são Iguaçu, Tedesco, Trombini, Cocelpa e Conpel. No segmento de celulose, seus principais concorrentes são Suzano, Cenibra, Brassel e Eldorado.

Os principais concorrentes da Companhia no mercado internacional de papéis e cartões são: na América do Norte – *WestRock*, *Graphic Packaging* e *International Paper*; na Europa - B.*Korsnäs*, *Stora Enso e Metsä Board*; e, na América Latina, a *Cartulinas* CMPC. No mercado de papel *Kraftliner*, os principais concorrentes internacionais da Companhia são *Smurfit Kappa* (Europa), SCA (Europa), *Portucel* (Europa), *Sappi* (África), *WestRock* (América do Norte) e *International Paper* (América do Norte). Na cadeia de sacos industriais, o principal concorrente é a Mondi. Já no mercado de celulose (fibra curta, fibra longa e *fluff*) os maiores concorrentes são Arauco (América Latina), CPMC (América Latina), *Internacional Paper* e *Georgia Pacific* (América do Norte).

Adicionalmente, a Companhia sofre a concorrência no Brasil de diversos fabricantes de menor porte. Não há garantias de que a Companhia conseguirá se manter competitiva nos mercados em que atua, tanto no mercado internacional, como no nacional, influenciada por custos e taxas de câmbio. Caso a Companhia não seja capaz de manter sua posição dentre as líderes desses mercados, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Os preços do papel e da celulose são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Companhia. A variação dos preços de papéis de embalagem e cartões para embalagem pode afetar as receitas e os resultados operacionais.

O desempenho do setor de papel e celulose tem natureza cíclica, sendo influenciado principalmente pelos períodos de expansão e retração da economia mundial. A expansão da economia faz com que a demanda por papel aumente e os estoques mundiais do produto diminuam, causando o aumento dos preços no mercado internacional. Por outro lado, a retração da economia gera a diminuição da demanda pelo produto e o aumento dos estoques mundiais, resultando na redução dos preços praticados no mercado internacional.

Outros fatores também influenciam os preços dos produtos fabricados pela Companhia, tais como a capacidade de produção mundial, as estratégias adotadas pelos principais produtores mundiais e a disponibilidade de substitutos para tais produtos.

A concorrência por terras de produtores ou não produtores de eucalipto e pínus para plantio, ou a perda dos contratos de arrendamento de terras a longo prazo podem afetar a capacidade de expansão e pode ter um efeito material adverso.

A maior parte da madeira utilizada nos processos de produção é fornecida pelas próprias operações florestais, que incluem áreas florestais plantadas, localizadas nas proximidades das instalações de produção. Um aumento da procura global de certas matérias-primas ou terrenos utilizados para pastagem pode levar a uma maior concorrência para a utilização de terrenos que a Companhia necessitar para continuar ou aumentar as operações florestais, o que poderá aumentar os custos envolvidos na utilização de terras.

A produção de plantas ou culturas que não o eucalipto ou o desenvolvimento de terras para pastagem pode ser economicamente superior às atividades florestais e, consequentemente, os aumentos previstos do valor das terras podem inibir a expansão das operações florestais da Companhia. Pela mesma razão, ela pode enfrentar dificuldades em convencer terceiros a arrendar terras ou manter atuais contratos de arrendamento a longo prazo para iniciar ou expandir a cultura do eucalipto. Uma redução na quantidade de terras disponíveis ou arrendadas nas regiões onde opera poderá ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

O surgimento de novas tecnologias, produtos concorrentes e novos hábitos de consumo podem levar à substituição dos produtos da Companhia por produtos de menor preço ou tecnologia diferenciada.

O surgimento de novas tecnologias, assim como mudança nos hábitos de consumo de seus clientes, pode fazer com que os produtos da Companhia se tornem obsoletos, acarretando substituição de seus produtos por produtos inovadores, eficientes, de alta qualidade e a preços competitivos. Caso a Companhia deixe de antecipar as tendências do setor ou não consiga introduzir ou desenvolver produtos e serviços ao menos no

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

mesmo momento que seus concorrentes, os clientes da Companhia poderão deixar de utilizar seus produtos substituindo-os por produtos concorrentes, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Os investimentos dos concorrentes no aumento da capacidade de produção nos próximos anos podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

Existem vários anúncios, oficiais ou especulativos, de investimentos para expansão de capacidade de produção dos concorrentes da Companhia. Se alguns ou todos esses anúncios resultarem num aumento da capacidade de produção dos concorrentes, poderá haver um desequilíbrio entre a oferta e a demanda que poderá resultar numa diminuição dos preços dos produtos comercializados pela Companhia.

g) em relação à regulação dos setores em que o emissor atua

A Companhia poderá incorrer em custos maiores decorrentes do cumprimento da legislação ambiental.

A Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais na esfera federal, estadual e municipal. Esse conjunto de regras contém complexas normas de controle ambiental, dentre as quais se destacam as que tratam do armazenamento e descarte de materiais perigosos e da emissão de poluentes líquidos, sólidos e gasosos. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio ambiente podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Note-se, ainda, que a legislação ambiental está se tornando mais rigorosa no Brasil e internacionalmente, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à sua observância aumentem substancialmente no futuro, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos anticorrupção e antitruste, entre outros, e a sanções por sua violação. A violação de tais leis ou regulamentos pode ter um efeito adverso material na reputação, nos resultados das operações e na situação financeira.

A Klabin é obrigada a cumprir as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil e pode ficar sujeita a tais leis e regulamentos em outras jurisdições. Não há garantias de que as políticas e procedimentos internos sejam suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inadequadas, fraudes ou violações dessas leis ou regulamentos por controladas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, agentes e prestadores de serviços, nem que tais pessoas não tomem medidas que violem nossas políticas e procedimentos. Quaisquer violações destas leis ou regulamentos pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, agentes e prestadores de serviços poderão ter um efeito adverso material nos negócios, reputação, resultados de operações e situação financeira.

h) em relação aos países estrangeiros onde o emissor atua

Os negócios e o resultado operacional da Companhia podem ser parcialmente afetados pelo desempenho em certas economias.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as exportações corresponderam a 40% da receita líquida no exercício (45% da receita líquida no exercício de 2018) e tiveram como destino 83 países. Caso a condição econômica dos países seja afetada adversamente, o resultado operacional da Companhia poderá ser parcialmente afetado.

Adicionalmente, caso essa situação seja concretizada em algum destino de exportação, a Companhia poderá redirecionar suas vendas para outros destinos.

As exportações da Companhia estão expostas a riscos políticos e econômicos em países estrangeiros.

As exportações podem ser afetadas por restrições e tarifas de importação, outras medidas de proteção comercial e requisitos de licenças de importação ou exportação.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O desempenho financeiro futuro dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados de exportação. Outros riscos associados às atividades internacionais incluem:

- Menor demanda global por produtos de celulose, papel e embalagem, o que poderá resultar numa redução das vendas, do resultado operacional e da geração de fluxo de caixa;
- Alterações nas taxas de câmbio e inflação nos países estrangeiros em que a Companhia opera;
- Regras de controles cambiais que podem ser adotados por países em que a Companhia atua comercialmente;
- Alterações nas condições políticas ou econômicas de um determinado país ou região, em particular nos mercados em desenvolvimento;
- Consequências adversas decorrentes de alterações dos requisitos regulamentares, incluindo normas e regulamentos ambientais;
- Dificuldades e custos associados ao cumprimento e à aplicação de soluções a uma grande variedade de leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- Consequências adversas decorrentes das alterações da legislação fiscal;
- Custos de distribuição mais elevados, volatilidade no transporte marítimo ou redução da disponibilidade do transporte de mercadorias;
- Greves ou outros acontecimentos que possam afetar os portos e o transporte; e
- Entraves ao comércio.

i) em relação a questões socioambientais

Eventos de expropriação de terras e de ocupações por movimentos sociais podem impactar o uso das propriedades florestais e industriais da Companhia.

Existem diversos grupos ativistas que defendem a redistribuição de propriedades por meio da invasão e ocupação de terras privadas, o que poderia interromper as operações da Companhia. Além disso, as terras da Companhia podem estar sujeitas a desapropriação pelo governo brasileiro. Segundo a legislação brasileira, o governo federal pode desapropriar terra que não está em conformidade com sua "função social", incluindo exploração racional e adequada da terra, utilização adequada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, o cumprimento das leis trabalhistas, etc. Se o governo brasileiro desapropriar qualquer das propriedades da Companhia, os resultados das operações da Companhia podem ser adversamente afetados na medida em que a compensação do governo se mostre insuficiente.

Eventos relacionados à escassez de água

O processo produtivo da Companhia é altamente dependente de água. Secas em algumas regiões do Brasil resultem em escassez de água ou seu racionamento, principalmente nas áreas nas quais a Companhia possui unidades fabris, podem impactar adversamente o negócio e resultado da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está sujeita aos riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, à indústria em geral, às atividades e à regulamentação do setor de atuação, bem como às licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento das atividades.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido oscilações recorrentes com relação ao dólar, euro e outras moedas fortes ao longo dos últimos anos. Durante os três últimos anos podemos verificar a seguinte variação de taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2019	2018	2017	2019/2018	2018/2017
	R$/US$	R$/US$	R$/US$	%	%
Dólar médio	3,95	3,66	3,19	8%	15%
Dólar final	4,03	3,87	3,31	4%	17%

A desvalorização do real, frente ao dólar e outras moedas, afeta negativamente o endividamento da Companhia em moeda estrangeira, porém impacta positivamente as receitas de exportação assim como o resultado operacional.

A análise de sensibilidade da variação cambial demonstrada abaixo está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, fará frente a eventual perda cambial futura quando realizados.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos não ocorrerão substancialmente em 2019. Sendo assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente dessa análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia, deverão ter o impacto da variação cambial no caixa já substancialmente durante o ano, dessa forma a Companhia protege seu caixa das referidas variações.

Para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro de 12 meses:

	Saldo 31/12/2019	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US$	Taxa	R$ ganho(perda)	Taxa	R$ ganho(perda)	Taxa	R$ ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	340.444	4,14	38.674	5,18	391.273	6,22	745.335
Contas a receber, líquido de PECLD	180.305	4,14	20.483	5,18	207.224	6,22	394.742
Outros ativos e passivos	61.280	4,14	6.961	5,18	70.429	6,22	134.160
Financiamentos	(4.273.692)	4,14	(485.491)	5,18	(4.911.754)	6,22	(9.356.394)
Efeito líquido no resultado financeiro			**(419.373)**		**(4.242.828)**		**(8.082.157)**

O declínio no nível de atividade econômica e a consequente estagnação ou desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode reduzir a demanda por produtos da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução da produção industrial que, por sua vez, implica redução do consumo dos produtos da Companhia. Caso ocorra desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial, os resultados operacionais da Companhia podem

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

vir a ser afetados adversamente.

A queda ou a manutenção das taxas de juros reais pode causar um efeito adverso à economia brasileira e à Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (taxa de juros de longo prazo, definida pelo Banco Central do Brasil e a Taxa DI). A elevação das taxas de juros pode afetar negativamente a demanda interna dos produtos da Klabin, assim como seu custo de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as taxas de juros Selic foram 5,97%, 6,43% e 7% ao ano, respectivamente.

Caso o governo federal aumente as taxas de juros, incluindo a taxa de juros a longo prazo ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente por conta da indexação dessas taxas aplicáveis, afetando adversamente a sua condição econômico-financeira.

As aplicações financeiras e os financiamentos são atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI, exceto aqueles atrelados à TJLP. Para efeito de análise de sensibilidade demonstrada abaixo, a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, utilizando para Selic, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra a simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

		Saldo 31/12/2019	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		R$	Taxa	R$ ganho(perda)	Taxa	R$ ganho(perda)	Taxa	R$ ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	6.910.426	5,97%	412.552	7,46%	103.138	8,96%	206.276
LFT's	Selic	903.786	5,97%	53.956	7,46%	13.489	8,96%	26.978
NTN - B	IPCA	478.473	4,20%	20.096	5,25%	5.024	6,30%	10.048
Financiamentos								
NCE (R$) e CRA	CDI	(4.779.348)	5,97%	(285.327)	7,46%	(71.332)	8,96%	(142.664)
BNDES	TJLP	(620.504)	5,57%	(34.562)	6,96%	(8.641)	8,36%	(17.281)
Debêntures	IPCA	(1.223.789)	4,20%	(51.399)	5,25%	(12.850)	6,30%	(25.700)
Pré-pagamento de exp. e Finnvera	Libor	(6.103.755)	2,00%	(121.846)	2,50%	(30.462)	2,99%	(60.923)
Efeito líquido no resultado financeiro				**(6.530)**		**(1.634)**		**(3.266)**

A Administração da Companhia gerencia o risco através de uma estratégia de aplicação de recursos de forma diferenciada e aprovada em Políticas.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar adversamente a Companhia.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação financeira, o resultado de suas operações e suas perspectivas poderão ser prejudicados por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- controle sobre importação e exportação;

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alterações nas normas trabalhistas;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- política monetária;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar a Companhia.

A inflação e os esforços do governo brasileiro de controle da inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que pode afetar adversamente a Companhia, suas atividades e sua capacidade de pagamento.

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa.

Eventuais futuras medidas do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o governo brasileiro poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais.

A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia, pelos seguintes motivos: (i) a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes e pagadores para compensar os efeitos da inflação sobre a sua estrutura de custos; (ii) a alta das taxas de inflação poderá gerar um aumento na taxa de juros interna impactando diretamente o custo de captação de recursos da Companhia, bem como o seu custo de financiamento, de modo a elevar o custo de serviço de dívidas da Companhia expressas em reais, acarretando, desse modo, um lucro líquido menor para a Companhia; e (iii) a elevação da taxa de inflação e seu efeito sobre a taxa de juros interna poderão acarretar redução da liquidez da Companhia nos mercados internos de capitais e de crédito, o que afetaria diretamente a sua capacidade para refinanciar seus endividamentos. Qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderão afetar a capacidade de pagamento da Companhia.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos em outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem estar impossibilitadas, por condições adversas de mercado, de renovar, estender e conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis ou de honrar seus compromissos.

Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Quaisquer desses acontecimentos poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Risco de crédito de clientes no pagamento dos títulos em aberto da Companhia

Os clientes da Companhia podem não honrar suas obrigações gerando perdas financeiras, devido à não realização do saldo de vendas efetuadas por conta de dificuldade financeiras. A carteira de clientes da Companhia é diversificada entre clientes do mercado interno e mercado externo.

A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrada por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente, avaliando a saúde financeira e capacidade de pagamento dos clientes. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para buscar o seu recebimento, sendo registradas as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para itens com risco de não recebimento.

A partir de abril de 2017 a Companhia mantém apólice de seguro para os recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira da unidade florestal, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez, analisadas pela seguradora para serem incorporados na apólice. A apólice vigente tem vencimento em agosto 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivale a R$ 1,9 bilhão. O valor de perdas com crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo representa o montante de R$ 49 milhões.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Geral

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 1.819 processos administrativos e judiciais de natureza cível, ambiental, fiscal, previdenciária e trabalhista, no polo passivo, cujo valor agregado representava R$ 5 bilhões, dos quais R$ 60,5 milhões encontram-se provisionados. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, constituiu provisão para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis em montante considerado necessário para cobrir perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O quadro a seguir apresenta a posição consolidada dos riscos da Companhia, suas provisões e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019:

31 de dezembro de 2019 (R$ mil)				
Natureza	Risco total (*)	Riscos prováveis	Depósitos vinculados	Depósitos não vinculados
Cível	125.305	7.680	3.728	-
Fiscal	4.494.577	10.736	3.637	89.164
Trabalhista	450.998	42.103	19.218	-
Total	**5.070.880**	**60.519**	**26.583**	**89.164**

(*) Soma dos processos classificados como remotos, possíveis e prováveis.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos em que figura como parte no polo passivo, de acordo com sua natureza, definida como relevantes pelos valores envolvidos ou risco de perda, de acordo com o julgamento da Administração:

Processos de Natureza Ambiental

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava no polo passivo de 3 (três) ações de natureza ambiental.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição da ação:

Processo n°	0002640-33.2009.8.16.0165
Juízo	Comarca de Telêmaco Borba - PR - Vara Cível e Anexos
Instância	1ª Instância
Data de instauração	30 de Junho de 2009
Autor	APAP - Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná e Outros
Objeto	Ação Civil Pública proposta, em 2009, pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná - APAP, em face de alegados danos ao Rio Tibagi (PR), pelo descarte de resíduos de carvão mineral queimado, utilizado pela Companhia até 1998. Apesar de não haver comprovação do dano ambiental, em dezembro de 2015 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, condenando-a na obrigação de fazer a retirada do carvão mineral queimado depositado no leito do rio. Atualmente, o processo está em fase de liquidação de sentença, onde a Companhia aguarda manifestação do Ministério Público e, posteriormente, do

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	próprio juízo, quanto ao laudo técnico apresentado indicando a inviabilidade no cumprimento da sentença, sob pena de prejuízo ao meio ambiente. Somente com o término da fase de liquidação será possível estipular o valor a ser considerado.
Chance de perda	Provável
Impacto em caso de perda	Valor será apurado em liquidação de sentença

Processo n°	0004107-66.2017.8.16.0165
Juízo	Comarca de Telêmaco Borba - PR - Vara Cível e Anexos
Instância	1ª Instância
Data de instauração	12 de julho de 2017
Autor	APAP - Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná e Outros
Objeto	Ação civil pública proposta pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná, em face de Klabin, tendo por objeto pedido de recuperação de solo e área de preservação permanente, atingidos por vazamento de soda cáustica utilizada pela Companhia para tratamento de carvão em aterro industrial sito na Comarca de Telêmaco Borba - PR. Processo está em fase de conhecimento, sem sentença.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda	Valor será apurado em eventual liquidação de sentença

Processo n°	0001247-58.2018.8.16.0165
Juízo	Vara da Fazenda Pública de Telêmaco Borba PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19/02/2018
Autor	APAP - Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná
Objeto	APAP ajuizou ação civil pública em face de Klabin S.A. e Consócio Energético Cruzeiro do Sul C.E.C.S, requerendo a condenação das rés em manter lâmina d'água de 15cm na Barragem UHE - Presidente Vargas Klabin em todos os dias do ano, de forma a garantir a sobrevivência das espécies aquáticas no rio Tibagi e a condenação da Ré C.E.C.S. [o CONSÓRCIO] em construir mecanismo de transposição de peixes - STPs, no Rio Tibagi".
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	Valor será apurado em eventual liquidação de sentença

Processos de Natureza Cível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em 134 ações de natureza cível no polo passivo, consistentes, em sua maioria, de ações de indenização por perdas e danos. O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R$ 125,3 milhões dos quais R$ 7,7 milhões encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.
A Companhia entende não estarem envolvidos, em processos com perspectiva de perda provável e possível, valores que pudessem impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição da ação considerada relevante pela Companhia:

Processo n°	0001179-50.2002.8.24.0035
Juízo	1ª Vara Cível de Ituporanga - SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21 de Maio de 2002
Autor	José Mário Hames e Vilmar da Silva
Objeto	Ação de indenização e reintegração de posse, em razão da plantação e colheita de árvores pela antiga Companhia de Papel e Celulose Catarinense e, posteriormente, pela Klabin, em área de aproximadamente 10 hectares de propriedade dos autores. O equívoco na demarcação da área resultou na celebração de um contrato verbal com os Autores, o qual previa, em virtude do arrendamento compulsório, a manutenção de 50% das árvores plantadas, o que segundo os demandantes não foi devidamente observado. Com o trânsito em julgado da decisão condenatória, atualmente o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, onde discute-se o excesso de execução oriundo do valor indevidamente calculado pelos autores. O valor de R$ 2.522.366,07, referente ao depósito do valor incontroverso, já foi levantado pelos exequentes.
Chance de perda	Provável
Impacto em caso de perda	R$ 3.400.615,48

Processos de Natureza Fiscal, Administrativa e Judicial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 292 processos administrativos e judiciais de natureza tributária. O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R$ 4,5 bilhões dos quais R$ 10,7 milhões encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.

Abaixo, encontra-se uma breve descrição das ações consideradas relevantes pela Companhia:

Processo n°	5009384-28.2018.4.03.6182
Juízo	Justiça Federal – Execuções Fiscais Federais - SP
Instância	1ª Instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Data de instauração	13 de julho de 2018
Autor	União Federal
Objeto	Execução fiscal ajuizada pela União Federal visando à cobrança de IRPJ decorrente de supostas deduções indevidas a título de royalties pelo uso de marcas e ágio formado nas aquisições das empresas Klamasa e Igaras.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 1.279.543.321,14

Processo n°	Execuções Fiscais nºs 0902179-33.2011.8.24.0039; 0902180-18.2011.8.24.0039; 0902181-03.2011.8.24.0039; 0902182-85.2011.8.24.0039; 0904074-87.2015.8.24.0039; 0900729-45.2017.8.24.0039 e 0305789-77.2019.8.24.0039.
Juízo	Vara da Fazenda Pública, Execuções Fiscais, Acidente de Trabalho e Registros Públicos da Comarca de Lages – SC.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	06/12/2011 – 04/04/2012 – 07/12/2011 – 07/12/2011 – 16/12/2015 – 06/09/2017 – 16/07/2019
Autor	Município de Lages – SC
Objeto	Sete execuções fiscais ajuizadas pelo Município de Lages/ SC, cujo objeto é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004 e janeiro a dezembro de 2010.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 1.236.056.984,12

Processo n°	12157.000143/2008-82; 12157.000169/2008-21; 12157.000170/2008-55; 12157.000254/2008-99; 12157.000280/2008-17 e 12157.000371/2008-52. Vinculados ao Mandado de Segurança nº 0006686-17.2003.4.03.6100.
Juízo	Equipe de Acompanhamento de Medidas Judiciais – DERAT - SP
Instância	1ª Instância
Data de instauração	30 de setembro de 2005
Autor	Receita Federal do Brasil

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Objeto	Seis processos administrativos cujo objeto é a cobrança da contribuição de 2,6% sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção da atividade agroindustrial, nos termos do art. 22-A acrescido à Lei nº 8.212/91 pela Lei n° 10.256/2001. O Mandado de Segurança foi impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade de exigência da contribuição sobre receita bruta ou faturamento, bem como que a empresa não está ela sujeita ao pagamento FUNRURAL por não ser classificada como agroindústria, devendo pagar a Previdência, como as demais indústrias, com base na folha de salários.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 365.631.065,70

Processo n°	0197377-25.2010.8.19.0001
Juízo	12ª Vara da Fazenda Pública
Instância	1ª Instância
Data de instauração	14 de junho de 2010
Autor	Município do Rio de Janeiro
Objeto	Ajuizada execução fiscal pelo Município do Rio de Janeiro/RJ, cujo objeto é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas, no período de setembro de 1996 a outubro de 2001.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 219.681.084,41

Processo n°	10314.720588/2018-79
Juízo	CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Instância	2ª Instância
Data da autuação	11 de setembro de 2018
Sujeito ativo	Receita Federal do Brasil
Objeto	Processo administrativo cujo objeto são ajustes nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, ano-calendário de 2013, sob a alegação de que a empresa teria efetuado exclusões indevidas em decorrência de mudança de regime de variação cambial.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 234.220.769,29

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo n°	16692.721318/2017-73
Juízo	DERAT – SP – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo
Instância	1ª Instância
Data da autuação	29 de maio de 2019
Sujeito ativo	Receita Federal do Brasil
Objeto	Glosa de compensação de FINSOCIAL face a discordância sobre o critério de correção do crédito reconhecido judicialmente.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 113.700.347,12

Processo n°	16349.000457/2010-01 e 16349.720041/2011-86
Juízo	DERAT – SP – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo
Instância	1ª Instância
Data da autuação	23 de novembro de 2010 e 08 de setembro de 2011
Sujeito ativo	Receita Federal do Brasil
Objeto	Glosa de compensação de créditos da COFINS, advindos de pagamentos a maior relativos à ampliação da base de cálculo de que trata a Lei nº 9.718/98.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 66.968.934,90

Processo n°	0059297-08.2008.4.04.0000
Juízo	Superior Tribunal de Justiça
Instância	Instância Superior
Data de instauração	03 de março de 2008
Autor	União Federal
Objeto	Ação rescisória ajuizada pela União Federal contra Klabin S/A e Aracruz Celulose S/A, para rescindir o acórdão prolatado nos autos da ação ordinária, para afastar a aplicação da taxa SELIC, bem como as alíquotas previstas na resolução CIEX n° 2/79 em relação ao crédito prêmio de IPI.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 102.518.400,00

Processo n°	5003895-10.2018.4.03.6182

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo
Instância	1ª instância
Data de instauração	27 de setembro de 2018
Autor	União Federal
Objeto	Ajuizada execução fiscal pela União Federal, para cobrança de débitos decorrentes de processo administrativo o qual manteve a autuação da empresa pela realização de negócio jurídico indireto envolvendo as empresas *Norske Skog Pisa* Ltda. e *Lille Holdings* S/A., com multa agravada de 75% para 150%
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 90.202.539,19

Processos de Natureza Trabalhistas

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 figura no polo passivo em 1.390 processos trabalhistas. Os principais pedidos estão relacionados a Horas Extras, Adicional de Insalubridade e Periculosidade, Dano Moral, FGTS, Multa - Artigos 467/477 e Verbas Rescisórias.

O valor total envolvido nos processos, considerando o valor atribuído às demandas, é de aproximadamente R$ 451 milhões, dos quais R$ 42 milhões encontram-se provisionados, por estarem classificados como prováveis pelos assessores jurídicos.

A Companhia acredita que, embora o número de ações trabalhistas seja elevado, nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Processo n°	0000336.66-2014.5.09.0671
Juízo	Vara do Trabalho de Telêmaco Borba - PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	08 de Abril de 2014
Autor	Ministério Público de Ponta Grossa (PR)
Objeto	Trata-se de ação civil pública objetivando à adequação do parque fabril de Telêmaco Borba à NR12 e condenação por dano moral coletivo.
Chance de perda	Possível (Dano Moral Coletivo) / Remota (Adequação à NR12)
Impacto em caso de perda	Dano Moral Coletivo R$ 1.000.000,00. Dispêndios com a adaptação da unidade fabril à NR12 serão apurados em eventual perícia (valor estimado R$ 89.000.000,00)

Processo n°	0020500-64.2004.5.12.0042
Juízo	Vara do Trabalho de Curitibanos - SC
Instância	1ª Instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Data de instauração	11 de março de 2004
Autor	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão de **Correia Pinto (**SITICOP)
Objeto	Custas, Multa - FGTS, HE - 8ª por 40ª semanal.
Chance de perda	Provável
Impacto em caso de perda	R$ 2.331.764,95

Processo n°	0133200-78.2008.5.09.0671
Juízo	Vara do Trabalho de Telêmaco Borba - PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21 de Outubro de 2008
Autor	Sindicato dos Trabalhadores Na Indústria de Papel, Celulose, Pasta de Madeira Para Papel e Papelão de Telêmaco Borba
Objeto	Horas Extras e Adicional Noturno (Turno 00:00 às 08:00 hrs) e Intervalo Intrajornada. O TST manteve a decisão do Regional quanto a legitimidade ativa do Sindicato e o adicional noturno. Deu provimento ao recurso do autor reformando o acórdão para condenar a 1 hora diária de intervalo intrajornada. O processo vai baixar para a Vara de origem para dar início a execução.
Chance de perda	Provável / Possível
Impacto em caso de perda	R$ 607.377,19/ R$ 1.463.084,19

Processo n°	0133300-33.2008.5.09.0671
Juízo	Vara do Trabalho de Telêmaco Borba - PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21 de Outubro de 2008
Autor	Sindicato dos Trabalhadores Na Indústria de Papel, Celulose, Pasta de Madeira Para Papel e Papelão de Telêmaco Borba
Objeto	Horas Extras e Adicional Noturno (Turno 16:00 às 00:00 hrs). O processo é de natureza coletiva e está em fase de liquidação. Em razão do número de empregados substituídos envolvidos, o Juiz decidiu que a execução deveria ser promovida individualmente. Até o momento nenhum substituído se habilitou para receber as verbas deferidas na ação.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda	R$ 1.620.712,61

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais, não sigilosos cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 figura no pólo passivo em 1.390 processos trabalhistas dos quais 648 próprios e 742 terceiros (na condição de responsável solidária ou subsidiária).

Abaixo relacionamos os principais pedidos em quantidade de ocorrências por processo:

Pedidos	Quantidade de processos
Horas extras	933
Insalubridade/ Periculosidade	729
Dano moral	685
FGTS	598
Multa Artigos 467/477	536
Verbas rescisórias	484

Processos cíveis

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais, individualmente considerados repetitivos ou conexos de natureza cível que sejam relevantes para seus negócios.

Processos tributários

A Companhia no âmbito tributário, possui dez processos, considerados repetitivos e que são relevantes para os seus negócios, sendo eles:

Ajuizadas Execuções fiscais pelo Município de Lages/SC e Rio de Janeiro - RJ, cujo objeto do crédito é a cobrança de ISQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, supostamente incidentes sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas, classificadas pelos agentes fiscais como “prestação de serviços de indústria gráfica”. Vide detalhes no item 4.3 desse formulário.

Glosa de compensação de créditos da COFINS, advindos de pagamentos a maior relativos à ampliação da base de cálculo de que trata a Lei nº 9.718/98. Vide detalhes no item 4.3 desse formulário.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia figurava no pólo ativo de 245 ações, das quais, 193 de natureza cível, representadas em sua maioria por ações de cobrança e 52 de natureza tributária onde são pleiteadas restituições, ações para afastar restrições impostas pelo Fisco e ações declaratórias de inexistência de relação jurídica.

Todas as informações relevantes e pertinentes sobre as contingências da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8. Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável dado que a Companhia é domiciliada no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia possui uma política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como princípio o alinhamento dos objetivos estratégicos e sua estrutura, com as melhores práticas do mercado, de forma que possibilite o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Administração, uma vez que incertezas e eventos futuros não podem ser previstos ou mensurados com exatidão e podem impactar as atividades e a perpetuidade dos negócios.

Adicionalmente, além da política formal, para a gestão dos riscos, a Companhia adota uma série de ações e procedimentos de forma a mitigar os eventuais riscos aos quais está exposta.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção são principalmente aqueles descritos no item 4.1 deste Formulário, compreendendo principalmente riscos quanto à:

- execução da estratégia de negócios
- manutenção da atividade operacional
- cobertura de seguros dos ativos
- decisões de processos judiciais
- cumprimento de legislação ambiental
- novas tecnologias

Segundo a metodologia interna da Klabin, os riscos são classificados em cinco categorias, sendo:

- **Estratégico:** riscos que afetam os objetivos estratégicos e podem ser fortemente influenciados por fatores externos, porém também sujeitos a fatores internos.
- **Financeiro:** eventos que possam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia, suas Demonstrações Financeiras e acesso ao capital.
- **Operacionais:** relacionados à infraestrutura da Companhia e suas Controladas (processos, pessoas e tecnologia), que afetam sua eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- ***Compliance*, Regulatórios e Legais:** riscos relacionados ao cumprimento da legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação e legislação em geral.
- **Socioambientais:** decorrentes de atos ou eventos que possam resultar em efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade com impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos são avaliados de acordo com seu nível de criticidade que é definido a partir de dois aspectos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(i) Impacto: reflete as consequências relacionadas à eventual materialização dos riscos, e
(ii) Vulnerabilidade: reflete a magnitude (financeiras ou não) em que a Klabin e suas Controladas estão expostas em relação aos riscos.

Os níveis de impacto e vulnerabilidade de cada risco são definidos com base em critérios objetivos, padronizados e validados internamente pela Klabin.

As tratativas para os riscos poderão ser: reduzir, transferir, aceitar ou explorar. Além dos aspectos implementados pela área de Gerenciamento de Riscos, a Klabin adota uma série de ações e procedimentos, dos quais entende necessários para controle e mitigação dos riscos expostos, tais como:

- aprovação junto à Administração do Plano Orçamentário com acompanhamento tempestivo;
- procedimentos de manutenção contínua e preventiva dos ativos, incluindo paradas anuais das fábricas e desenvolvimento constante dos colaboradores;
- apólices de seguros ativas para os ativos e lucros cessantes (parcial);
- procedimento formal de atualização de contingências junto aos assessores jurídicos;
- desenvolvimento de fornecedores, sem haver concentração, em processo formal de cotação e alçadas de aprovação;
- área de Planejamento & Desenvolvimento para acompanhamento das estratégias e do mercado em que a Klabin atua;
- área de Auditoria Interna para revisão e acompanhamento dos processos da Klabin;
- área de Integridade para atuar e acompanhar as práticas de conduta e legislações de anticorrupção e concorrencial
- Conselho Fiscal instaurado eleito por Assembleia para defesa dos diretos dos acionistas.

Para assegurar que os principais riscos inerentes às atividades da Klabin sejam identificados, avaliados, tratados, monitorados e comunicados, tanto no âmbito estratégico quanto no operacional, a Gestão de Riscos segue as etapas descritas abaixo.

A identificação dos riscos é realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos em conjunto com as áreas de Negócios, incluindo entrevistas; autoavaliação; análises críticas de dados e de planos de ação quando aplicáveis, cenários estratégicos, e condições de mercado em que a Klabin está inserida.

Os riscos identificados são avaliados em relação a sua criticidade, a qual depende do respectivo grau de impacto e de vulnerabilidade definidos no procedimento interno de Gestão de Riscos.

Após determinação do grau de impacto e de vulnerabilidade de cada risco com seus respectivos critérios de avaliação, o risco é inserido no “mapa de calor”, com o intuito de determinar sua criticidade e priorização do tratamento. São consideradas quatro classificações dos riscos: baixo, médio, alto e crítico.

Pela metodologia adotada pela Klabin podem ser tomadas as seguintes decisões sobre como atuar na criticidade dos riscos: reduzir, transferir e/ou compartilhar, reter ou aceitar e explorar.

O tratamento dos riscos envolverá planos de ação das áreas abrangidas, bem como os respectivos controles internos e/ou indicadores para sua mensuração.

A Gerência de Riscos e Controles Internos faz o acompanhamento e a revisão dos riscos e respectivos planos de ações.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Klabin possui as seguintes estruturas e responsabilidades para gerenciamento dos riscos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Conselho de Administração:

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos;
- definir, apoiar e disseminar a cultura de gestão de riscos; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida ou, caso julgue ser necessário, sobre riscos e eventuais planos de ação.

Diretorias:

- Disseminar e promover a cultura de gestão de riscos;
- monitorar, com base nas informações reportadas periodicamente pela Comissão de Riscos, a Gestão de Riscos da Companhia e suas Controladas, zelando pelo seu bom funcionando e tomando as eventuais medidas necessárias para o seu aprimoramento.
- validar os riscos reportados à Gerência de Riscos e Controles Internos por suas respectivas áreas de Negócios;
- assegurar a existência de recursos materiais e humanos em níveis adequados, que permitam o efetivo cumprimento dessa Política e dos procedimentos de gestão de riscos como um todo em suas respectivas Áreas de Negócios;
- auxiliar a Comissão de Riscos no tratamento dos riscos; e
- auxiliar as respectivas áreas de Negócios na execução dos planos de ação, bem como na implementação de quaisquer recomendações ou medidas relacionadas ao gerenciamento de riscos.

Comissão de Riscos:

- Recomendar, ao Conselho de Administração, a Política de Gestão de Riscos e, nesse contexto, estabelecer os procedimentos internos utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão de riscos;
- avaliar e monitorar os riscos mais relevantes reportados pela Gerência de Riscos e Controles Internos, bem como seus respectivos planos de ação;
- validar os planos de ação propostos pelas áreas de Negócios e pelas Diretorias, após validação pela Gerência de Riscos e Controles Internos; e
- reportar periodicamente, ou sempre que julgar necessário, à Diretoria e ao Conselho de Administração as informações relevantes relacionadas à gestão de riscos da Companhia e suas Controladas.

Gerência de Riscos e Controles Internos:

- Propor a Política de Gestão de Riscos e suas atualizações;
- identificar, monitorar e controlar periodicamente os riscos, inclusive no que diz respeito à execução dos planos de ação;
- reportar os Riscos e respectivos Planos de Ação a Comissão de Riscos;
- auxiliar as Áreas de Negócios e as Diretorias no desenho e implementação de controles internos ou indicadores para o gerenciamento de Riscos;
- fazer análise crítica dos planos de ação definidos pelas áreas de negócio para a mitigação dos riscos;
- prover treinamentos e plano de comunicação relativos à Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Áreas de Negócios:

- Monitorar os riscos relacionados às suas atividades e comunicar à Gerência de Riscos e Controles Internos, por meio do gestor responsável, qualquer alteração em seus processos de negócios que possa dar origem a novos riscos ou alterar a situação dos riscos já identificados;
- auxiliar a Gerência de Riscos e Controle Internos na identificação dos riscos;
- auxiliar o Comitê (ou Comissão) de Risco no tratamento dos riscos;
- executar os planos de ação;
- estabelecer controles e/ou indicadores adequados para gerenciar os riscos; e
- assegurar que as recomendações da Gerência de Riscos e Controles Internos, do Comitê (ou Comissão) de Riscos e das respectivas Diretorias sejam efetivamente seguidas e que eventuais desvios dessa Política de Gerenciamento de Riscos e dos procedimentos internos aplicáveis à gestão de riscos sejam prontamente identificados e reportados.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A efetividade dos procedimentos adotados pela Companhia consiste na verificação, supervisão e observação crítica da forma que são executados, envolvendo a criação de relatórios de monitoramento, e verificação de riscos pela área de Gestão de Riscos e revisão de processos pela área de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário, a Companhia possui uma política de gestão de riscos aprovada pela Administração, onde são relacionadas as tipologias das classificações dos riscos incluindo os riscos de mercados.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia e suas Controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

A Administração não tem expectativa de aumento ou redução dos riscos; somente busca alternativas para controle e mitigação dos riscos.

Os principais riscos de mercado que poderiam afetar as operações da Companhia são:

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e o estabelecimento de limites de exposição por cliente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela Administração para as aplicações financeiras em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

Desde abril de 2017 a Companhia mantém apólice de seguro para os recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira da unidade Florestal, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez, analisadas pela seguradora para serem incorporados na apólice. A apólice vigente tem vencimento em agosto de 2020.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte-americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

A Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação é de aproximadamente USD 1 bilhão anual e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

Os únicos derivativos contratados pela Companhia são *swaps* de câmbio e taxa de juros atrelados à emissão de determinadas notas de crédito à exportação e da 12ª emissão de debêntures.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos junto ao BNDES, indexados pela variação da TJLP; empréstimos junto a outras instituições financeiras indexados pela taxa Libor, e capital giro e aplicações financeiras indexados à variação do CDI, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *"hedge"/"swap"* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, incluindo o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019 (valores em R$ mil):

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	(1.024.256)	-	-	-	-	-	**(1.024.256)**
Financ/ Debent	(2.256.031)	(1.626.711)	(2.367.605)	(4.693.527)	(3.153.872)	(20.885.673)	**(34.983.419)**
Total	**(3.280.287)**	**(1.626.711)**	**(2.367.605)**	**(4.693.527)**	**(3.153.872)**	**(20.885.673)**	**(36.007.675)**

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso esta seja concretizada.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa ou instrumentos específicos para proteção patrimonial de fluxo de caixa de longo prazo. A Companhia possui somente duas swaps contratadas atreladas a operações específicas (duas notas de crédito à exportação e a 12ª emissão de debêntures) emitidas originalmente em reais, com as swaps utilizadas para conversão em dólar, como forma de otimizar os custos bancários envolvidos na operação.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas pela Diretoria Financeira e aprovadas pela Administração da Companhia, atrelada ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo de caixa projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 1 bilhão anual e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Em dezembro de 2018 a Companhia fez a captação junto ao Banco Bradesco de uma nova nota de crédito à exportação de R$ 1.879 milhões com vencimento em 2026 e juros de 114% do CDI, sem garantia real e sem *covenant*, atrelada em conjunto de duas swaps de câmbio e taxa de mesmo valor, porém em USD e juros de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5,6%, com mesmo vencimento da nota de crédito, não podendo nenhum instrumento ser liquidado separadamente.

Em março de 2019 a Companhia fez a contratação junto ao Banco Itaú de uma swap com posição ativa em 114,65% do CDI e passiva em USD 5,40% a.a.. Essa operação é atrelada a 12ª emissão de debêntures no valor de R$ 1 bilhão, pactuada em abril de 2019.

O ganho e perda dos instrumentos derivativos são apurados por sua marcação ao mercado, correspondente a seu valor justo, reconhecida no resultado financeiro.

Essas operações foram pactuadas para otimizar os custos bancários e não possuem finalidade de proteção patrimonial (hedge).

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para gerenciamentos dos riscos são definidos pela Administração e pelas políticas aprovadas.

Para o risco de crédito, a Companhia utiliza a sua política de Crédito definindo os parâmetros de liberação de créditos para cada cliente. O risco de aplicação de recursos é monitorado pela Política de Aplicações Financeiras, estabelecendo os bancos e tipos de operações que a Companhia pode operar.

Os riscos de Variações Cambiais, Liquidez e Juros são monitorados pela área Financeira, com os limites de exposição alinhados junto à Diretoria Financeira.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa ou instrumentos específicos para proteção patrimonial.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, determinando o cumprimento de políticas formais aprovadas pela Administração, que orientam as transações relacionadas aos riscos, contando com uma Comissão de Riscos formada por membros da Diretoria, responsável pela avaliação e gestão de riscos juntamente com a Gerência de Riscos e Controles Internos, departamento de Auditoria Interna e uma área de Integridade em sua estrutura organizacional. Essa estrutura realiza a gestão e verificação das políticas, procedimentos e práticas aprovadas, as quais são aplicadas no gerenciamento dos riscos.

Adicionalmente, são preparados indicadores mensais consolidando todas as transações financeiras e dados operacionais da Companhia, de forma que a exposição aos riscos seja monitoradas pela Administração, verificando a efetividade das ações e políticas que se utiliza para monitoramento dos riscos.

Conforme item 5.1.b.iii, a Klabin possui as seguintes estruturas e responsabilidades para gerenciamento dos riscos:

Conselho de Administração:

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos;
- definir, apoiar e disseminar a cultura de gestão de riscos; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida ou, caso julgue ser necessário, sobre riscos e eventuais planos de ação.

Diretorias:

- Disseminar e promover a cultura de gestão de riscos;
- monitorar, com base nas informações reportadas periodicamente pela Comissão de Riscos, a Gestão de Riscos da Companhia e suas Controladas, zelando pelo seu bom funcionando e tomando as eventuais medidas necessárias para o seu aprimoramento.
- validar os riscos reportados à Gerência de Riscos e Controles Internos por suas respectivas áreas de Negócios;
- assegurar a existência de recursos materiais e humanos em níveis adequados, que permitam o efetivo cumprimento dessa Política e dos procedimentos de gestão de riscos como um todo em suas respectivas Áreas de Negócios;
- auxiliar a Comissão de Riscos no tratamento dos riscos; e
- auxiliar as respectivas áreas de Negócios na execução dos planos de ação, bem como na implementação de quaisquer recomendações ou medidas relacionadas ao gerenciamento de riscos.

Comissão de Riscos:

- Recomendar, ao Conselho de Administração, a Política de Gestão de Riscos e, nesse contexto, estabelecer os procedimentos internos utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão de riscos;
- avaliar e monitorar os riscos mais relevantes reportados pela Gerência de Riscos e Controles Internos, bem como seus respectivos planos de ação;
- validar os planos de ação propostos pelas áreas de Negócios e pelas Diretorias, após validação pela Gerência de Riscos e Controles Internos; e
- reportar periodicamente, ou sempre que julgar necessário, à Diretoria e ao Conselho de Administração as informações relevantes relacionadas à gestão de riscos da Companhia e suas Controladas.

Gerência de Riscos e Controles Internos:

- Propor a Política de Gestão de Riscos e suas atualizações;
- identificar, monitorar e controlar periodicamente os riscos, inclusive no que diz respeito à execução dos planos de ação;
- reportar os Riscos e respectivos Planos de Ação a Comissão de Riscos;
- auxiliar as Áreas de Negócios e as Diretorias no desenho e implementação de controles internos ou indicadores para o gerenciamento de Riscos;
- fazer análise crítica dos planos de ação definidos pelas áreas de negócio para a mitigação dos riscos;
- prover treinamentos e plano de comunicação relativos à Gestão de Riscos.

Áreas de Negócios:

- Monitorar os riscos relacionados às suas atividades e comunicar à Gerência de Riscos e Controles Internos, por meio do gestor responsável, qualquer alteração em seus processos de negócios que possa dar origem a novos riscos ou alterar a situação dos riscos já identificados;
- auxiliar a Gerência de Riscos e Controle Internos na identificação dos riscos;
- auxiliar o Comitê (ou Comissão) de Risco no tratamento dos riscos;
- executar os planos de ação;
- estabelecer controles e/ou indicadores adequados para gerenciar os riscos; e
- assegurar que as recomendações da Gerência de Riscos e Controles Internos, do Comitê (ou Comissão) de Riscos e das respectivas Diretorias sejam efetivamente seguidas e que eventuais desvios dessa Política

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de Gerenciamento de Riscos e dos procedimentos internos aplicáveis à gestão de riscos sejam prontamente identificados e reportados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Descrição dos controles internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia atua no nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa e integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sendo esta uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa para as empresas que atendam os critérios de aceitação do índice.

As principais práticas de controles internos da Companhia envolvem toda sua estrutura de procedimentos, políticas formais, alçadas aprovadas pela Administração, avaliações de auditorias, mapeamento de processos baseados em controles-chave das áreas, avaliações de integridade, análise de segurança de acessos contra ataques virtuais e análise de acessos às transações operacionais do sistema SAP e análises de conflitos de segregações de funções. As áreas que realizam essas atividades são: Segurança da Informação, gerenciada pelo departamento de Tecnologia da Informação; departamento de Auditoria Interna; área de Integridade e área de Gestão de Riscos e Controles Internos.

b) As estruturas organizacionais envolvidas;

A estrutura organizacional envolvida na avaliação do ambiente de controles internos contempla: (i) área de Gestão de Riscos e Controles Internos; (ii) área de Integridade; (iii) área de Segurança da Informação e (iv) Auditoria Interna, e perfazem o conceito das 3 linhas de defesa desde as áreas de negócio até áreas de avaliação.

A avaliação do ambiente de controles internos é, em primeira instância, responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Controles Internos. O trabalho realizado em 2019 consistiu em mapear os processos internos e respectivos controles das unidades florestais e corporativos, com aplicação de metodologia específica para avaliar controles-chave e sugerir melhorias nos processos. A área realizou a revisão de 37 políticas e procedimentos corporativos aprovados pela Gerência e Diretoria e divulgados nas áreas. No ano de 2019 iniciou-se em conjunto com consultoria terceirizada a revisão de acessos dos colaboradores no SAP, com a criação de perfil por posição. A área também possui a atribuição de identificar e monitorar riscos das atividades dos usuários do sistema de gestão SAP. Para tanto, se utiliza de software específico para analisar e administrar situações que apresentem risco de conflito. A área é responsável pela gestão de alçadas das aprovações dos processos transacionais da Companhia, onde estabelece os níveis de valores e respectivos responsáveis pelas aprovações.

A segurança da informação é monitorada pela gerência de Tecnologia da Informação, incluindo a disseminação de sua política para todos os colaboradores da Companhia, mantendo a aderência dos sistemas de forma a reduzir os riscos de indisponibilidade de sistemas, incluindo planos de continuidade operacional, gestão de incidentes e gestão de crises.

A área de Integridade atua na prevenção, detecção e remediação de violações em especial ao Código de Conduta e à Política Anticorrupção, e demais políticas cujo descumprimento possa impactar nas diretrizes da Klabin. É responsável pela gestão do Programa de Integridade, estruturado para atuar em diversos pilares que contribuem para o fortalecimento da conduta ética na Companhia e em suas interações. Os pilares estruturados são: Comprometimento e Apoio da Alta Administração; treinamentos, tais como, Anticorrupção, Ética, Concorrencial; Avaliação reputacional de terceiros; Avaliação de Riscos de Integridade – Anticorrupção e Concorrencial; Comunicação para a promoção da cultura ética empresarial, disseminando os valores contidos no Código de Conduta; Políticas e Procedimentos de Integridade, Canal de Integridade e Ouvidoria que visa receber e tratar denúncias de situações em desacordo com os princípios e valores da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Klabin, garantindo segurança e sigilo aos denunciantes disponível ao público interno e externo e, monitoramento contínuo.

Compondo a 3ª. linha de defesa, a Auditoria Interna é um departamento de apoio à organização que se reporta ao Presidente do Conselho de Administração. Possui autonomia e independência para definir e executar suas atividades de avaliação, monitoramento de processos e procedimentos em todas as Unidades de Negócio da Companhia e suas operações.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

O ambiente de controle interno é acompanhado pelos seguintes órgãos:

- Gerência de Riscos e Controles Internos: Revisão de políticas e procedimentos, mapeamento de processos conforme demanda específica da Companhia e criticidade, revisão das alçadas da Companhia, concessão e monitoramento dos acessos críticos do ambiente ERP e acompanhamento dos pontos endereçados pelo auditor independente;

- Auditoria Interna: os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria, e os processos auditados e respectivos resultados são reportadas em Relatórios de Auditoria à Administração da Companhia, assim como aos gestores, com recomendações de ajustes necessários para adequar aos procedimentos e controles.

- Integridade: Gestão do Programa de Integridade por meio de atividades estruturadas em pilares de atuação que visam prevenir, detectar e remediar violações ao sistema de integridade da Companhia.

- Controladoria: acompanhamento das ações resultantes do planejamento da empresa para assegurar a melhoria contínua dos processos e oferecer segurança na tomada de decisão. Garante informações precisas e seguras para que a administração tome decisões estratégicas para o negócio.

- Planejamento Financeiro: realização de análises de viabilidade financeira de projetos, através da elaboração e análise de relatórios gerenciais para acompanhamento financeiro das diversas áreas; elaboração desde orçamentos até a análise dos custos reais x previstos, e de cenários no processo de tomada de decisão da Companhia; realização do fechamento contábil e elaboração e planejamento de modelos financeiros para a empresa; apoio no diagnóstico da situação financeira da empresa e a apresentação de soluções para os problemas e focos de melhoria, que estuda e aponta quais são as melhores oportunidades de investimento, análise de custos e procura por ações que ajudem a promover maior economia, auxiliando no processo de tomada de decisões mais estratégicas.

- Segurança da Informação: como mitigação, a Segurança da Informação da Klabin utiliza-se de padrões como ISO 270001 e a IEC 62.443, GDPR e LGPD. Assim, definiu as seguintes frentes de atuação:
  - Segurança de perímetro: tecnologia para reforçar as soluções de segurança de borda (primeira proteção do mundo externo) e segregação da infraestrutura, buscando proteger o ambiente de ameaças externas que possam comprometer os sistemas.
  - Segurança de rede: soluções para monitoração e gerenciamento de rede contemplando a proteção contra ameaças, acesso seguro e controlado, filtro de conteúdo e segregação do ambiente.
  - Segurança de ponto final (*endpoint*): solução para proteção dos servidores, estações de trabalho, smartphones e *tablets* contra ameaças avançadas, incluindo: vírus, *rootkits, worms* e *spyware.*
  - Segurança de aplicação: solução para proteção das aplicações críticas, atuando de forma preventiva através do desenvolvimento seguro, avaliação de código fonte e remediação com virtual *patching* e *firewall* de aplicação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Segurança de dados: tecnologia para proteção das informações críticas durante todo o ciclo de vida, bem como no local onde ela se encontra: banco de dados, e-mail, *file service*, nuvem, impressa, etc.
- Monitoramento e resposta: Processo responsável pela monitoração das tecnologia e processo de segurança da informação através da gestão de incidentes, indicadores de desempenho e análise forense.
- Prevenção e gerenciamento: Segurança da informação baseada na gestão de riscos, governança, arquitetura, treinamento, conscientização e *compliance*.
- Gestão de *patch*, ameaças avançadas e prevenção e resposta a incidentes com atuação em *cyber* segurança e *hardening*.
- Segurança de acesso: processo responsável pelo ciclo de vida dos acessos dos usuários, contas de serviços, administrativas e cofre de senhas.

- Comissão de Riscos: recomendar ao Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos e, nesse contexto, estabelecer os procedimentos internos utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão de riscos; Avaliar e monitorar os Riscos mais relevantes reportados pela Gerência de Riscos e Controles Internos, bem como seus respectivos Planos de Ação; Validar os Planos de Ação propostos pelas Áreas de Negócios e pelas Diretorias, após validação da Gerência de Riscos e Controles Internos; e reportar periodicamente, ou sempre que julgar necessário, à Diretoria e ao Conselho de Administração as informações relevantes relacionadas à gestão de riscos da Companhia e suas Controladas.

- Conselho Fiscal: opinar sobre assuntos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho de Administração e manifestar-se sobre o relatório anual da Companhia.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

O relatório de controles internos preparado pelos auditores independentes para o exercício de 31 de dezembro de 2019 não apresentou deficiências significativas dos processos internos da Companhia.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes e sobre as medidas corretivas adotadas;

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Klabin possui um Programa de Integridade, alinhado com as melhores práticas de mercado e, especialmente, com o Código de Conduta próprio e as legislações anticorrupção e concorrencial. Esse programa contempla diversos pilares e atividades, algumas em implementação, que visam a prevenir, detectar e remediar ações que possam infringir o Código de Conduta e as respectivas legislações.
No final do exercício de 2018 foi realizada avaliação de riscos de integridade, com estimativa de revisão bianual. Entretanto, eventuais riscos de integridade que sejam identificados no cenário cotidiano das atividades, como exemplo, no Canal de Integridade e Ouvidoria, são tempestivamente tratados pela Companhia.
As atividades do Programa de Integridade vêm sendo aprimoradas periodicamente, considerando os riscos previamente identificados, assim como pela demanda do próprio crescimento e fortalecimento da cultura de integridade na Companhia.
Nos treinamentos realizados em 2019, focamos na participação presencial dos colaboradores, em especial, os grupos de gestão ou próximos à gestão com abordagem dos temas “Anticorrupção e Concorrencial”. Aos demais públicos, mantivemos os e-learnings “Anticorrupção e Ética”, disponibilizados em plataforma específica para acesso sistêmico, além da promoção de eventos com transmissão e/ou realização local durante a IV Semana da Ética Klabin.
No final de outubro de 2019 o canal de denúncias da Companhia passou a ser administrado por empresa terceirizada independente, e a responsabilidade pela gestão foi atribuída à área de Integridade que conta também com a ação conjunta da Auditoria Interna para apuração de temas específicos reportados no canal.
Ainda em 2019, foi criada a Comissão de Integridade composta pelo diretor do setor Jurídico & Integridade, diretor de Gente & Serviços Corporativos, um (a) diretor (a) de negócios rotativo e Auditoria Interna, que se reúnem no mínimo trimestralmente para acompanhamento, tratativa e deliberação, quando necessário, dos assuntos decorrentes de denúncias e demais temas correlacionados.
As políticas e procedimentos de integridade, incluindo o Código de Conduta da Klabin são monitorados quanto à necessidade de atualização, submetidos ao fluxo interno de aprovação e, quando devido, à aprovação junto ao Conselho de Administração.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os mecanismos de integridade da Klabin estão atribuídos à Diretoria Jurídica & Integridade, conforme ata da reunião do Conselho de Administração de 25/04/2018, que se reporta à Diretoria Geral e Conselho de Administração.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e colaboradores e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

agentes intermediários e associados

O Código de Conduta em vigência na Klabin, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27/06/2013, e destina-se a todos os Conselheiros e demais colaboradores, Coligadas e subsidiárias, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, concorrentes, órgãos públicos, instituições financeiras, imprensa e público em geral.

• Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e colaboradores são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Anualmente, são realizados treinamentos para diretores e demais colaboradores, que contemplam o conteúdo do Código de Ética, assim como, é realizada anualmente, a Semana da Ética Klabin, que conta com divulgações que fortalecem as diretrizes do Código de Conduta e Manual Anticorrupção e conta com palestrante especializado e com grande reconhecimento em temas éticos.

• As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

No Código de Conduta da Klabin está previsto que infrações ao Código e às demais normas internas estão sujeitas à aplicação das punições previstas em lei, podendo, inclusive, levar à rescisão do contrato de trabalho.

• Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da Klabin foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27/06/2013. Um exemplar do Código é entregue a todos os colaboradores na admissão, bem como está disponível no site da Companhia:

https://klabin.com.br/wp-content/uploads/2019/10/manual_codigo_de_conduta_WEB.pdf

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Integridade e Ouvidoria Klabin é administrado por empresa terceirizada independente, garantindo o anonimato, transparência e imparcialidade para o devido tratamento dos relatos.

• Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de colaboradores

Os canais de contato para registro de denúncias são divulgados também no site da Klabin, possibilitando acesso tanto de colaboradores, quanto de terceiros, fornecedores, comunidades e demais *stakeholders.*

• Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Há mecanismo de preservação do anonimato e proteção aos denunciantes de boa-fé, garantida pelo Código de Conduta. O Canal de Integridade e Ouvidoria Klabin possibilita o registro dos relatos anonimamente, tanto pelo site quanto pelo telefone.

• Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Atualmente, a responsabilidade pela apuração das denúncias é compartilhada entre as equipes de Integridade e de Auditoria Interna, conforme o tema relatado, ou ainda, com apoio das áreas responsáveis quando pertinente. Nesse último caso, as informações prestadas pelos responsáveis de outros setores da Companhia são avaliadas pela área de Integridade antes de qualquer finalização e resposta aos relatores, que são registrados na plataforma do sistema da empresa terceirizada.

c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Toda e qualquer operação de fusão, aquisição ou outras operações societárias só podem ser efetivadas pela Companhia após a realização de *due diligence* de integridade, ambiental, legal, financeira, fiscal e contábil dos ativos. A Klabin verifica a situação contábil da empresa alvo – isto é, se os lançamentos efetuados correspondem à realidade; suas finanças; contratos em vigor; processos judiciais e administrativos em andamento; potenciais riscos de natureza ambiental, trabalhista, fiscal ou outros, bem como verifica a existência de possíveis irregularidades. Todas as análises buscam esmiuçar a operação e situação do ativo alvo, o que inclui a detecção de eventuais condutas ilegais ou antiéticas. Tais procedimentos não se encontram formalizados por escrito, mas a operação estará sujeita aos mesmos níveis de controle existentes na Klabin, empresa que possui um Departamento de Auditoria, Conselho Fiscal e se reporta constantemente à CVM e a seus investidores.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Conforme resposta do item “a”, a Klabin possui os procedimentos mencionados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Alterações significativas

Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017 o principal risco de mercado que impactou os resultados da Companhia foram as flutuações da taxa de câmbio, relacionadas ao dólar americano, gerando efeitos expressivos negativos e positivos no resultado desses exercícios por conta da exposição cambial passiva substancialmente composta pelos financiamentos em moeda estrangeira, conforme demonstrado no quadro abaixo:

(Valores em R$ mil)	**Exercício social encerrado em**		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Variação cambial - passiva	(729.071)	(2.155.558)	(260.617)
Variação cambial - ativa	318.800	156.759	86.469
Efeito líquido no resultado financeiro	**(410.271)**	**(1.998.799)**	**(174.148)**

No exercício de 2019 houve variação positiva da taxa de câmbio, fechando o ano em R$ 4,03/USD (R$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018). Essa variação gerou impacto negativo nas variações cambiais líquidas de R$ 410,3 milhões.

No exercício de 2018 houve variação positiva da taxa de câmbio, fechando o ano em R$3,87/USD (R$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017). Essa variação gerou impacto negativo nas variações cambiais líquidas de R$ 1.998,8 milhões.

No exercício de 2017 houve variação positiva da taxa de câmbio, fechando o ano em R$3,31/USD (R$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016). Essa variação gerou impacto negativo nas variações cambiais líquidas de R$ 174,1 milhões.

Adicionalmente, ressalta-se que a Companhia possui um hedge natural em sua operação que permite honrar as suas obrigações em moedas estrangeiras, através dos fluxos das exportações, que, quando realizadas, eliminam o efeito caixa das variações cambiais, de forma que a variação na dívida a pagar será correspondente à variação nos recebíveis pelas exportações. Não há a contratação de instrumentos financeiros específicos derivativos para tal.

O único derivativo contratado pela Companhia refere-se a swaps de câmbio e taxa de juros atrelado à emissão de determinada nota de crédito à exportação e determinada debênture que converte uma dívida em R$ para USD.

Em 16 de abril de 2019, a Klabin anunciou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou o projeto de expansão de capacidade denominado Puma II, que abrange a construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, localizadas na unidade industrial da Klabin no município de Ortigueira/PR. O projeto não apresenta riscos diferentes dos destacados na seção 4.1 desse Formulário de Referência. No entanto, espera-se um aumento da exposição da Companhia a alguns dos riscos citados, em especial aos riscos operacionais de construção, de execução da estratégia de negócios e riscos financeiros associados. No entendimento da Companhia, o aumento de exposição a esses riscos é inerente a um projeto com o porte dessa construção e a relevância da capacidade produtiva frente ao mercado de kraftliner.

A despeito do que foi citado acima, a Companhia não tem conhecimento de alterações significativas em sua exposição ao risco e tem como prática o monitoramento constante dos riscos do seu negócio que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial, que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de produtos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item “5”.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	08/11/1978
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	06/08/1997

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A trajetória centenária da Klabin Irmãos & Cia teve início em 1899, quando foi fundada pela família Klabin-Lafer, em São Paulo, para comercializar produtos de papelaria e artigos de escritórios e tipografia. Três anos depois, como os negócios prosperaram, a empresa arrendou uma pequena fábrica de folhas para impressão e entrou no segmento que a acompanha até os dias atuais: a produção de papel.

Em 1909, foi constituída a Companhia Fabricadora de Papel, que nos anos 1920 era umas das três maiores produtoras de papel do Brasil. A estratégia adotada pelos empreendedores foi percorrer o caminho da inovação, o que exigia viagens regulares à Europa em busca de novas técnicas de produção. Com esse foco, a empresa deu um grande salto e, em 1934, adquiriu a Fazenda Monte Alegre, no Paraná, para a construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel do país, denominada Indústrias Klabin do Paraná de Celulose (IKPC).

O primeiro plano de desenvolvimento de florestas plantadas da empresa teve início em 1943, inicialmente com araucária e eucalipto, e depois, na década de 1950, com o pínus, inaugurando o plantio de grandes áreas. Paralelo a isso, em 1946, as atividades fabris tiveram início, com a produção de papel jornal e para embalagem, estabelecendo um marco na história da indústria nacional, quando, pela primeira vez, uma parcela da demanda do mercado interno de papel imprensa foi suprida por uma indústria brasileira.

Atualmente, a Companhia é a maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil. É líder nos segmentos de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais; além de produzir celulose de fibra curta, fibra longa e *fluff* em uma das mais modernas e sustentáveis fábricas de celulose do mundo, inaugurada em 2016. A capacidade de produção anual de papel e celulose da Klabin é de 3,5 milhões de toneladas. A Companhia possui 18 unidades industriais no Brasil e uma na Argentina, além de escritórios comerciais em oito estados brasileiros e na América do Norte e Europa. Conta com aproximadamente 20 mil colaboradores, entre diretos e indiretos.

Líder brasileira no mercado de papelão ondulado e *sack kraft*, a empresa oferece produtos exclusivos, de acordo com a necessidade do cliente, e está apta para atender as mais elevadas exigências. Em linha com os padrões de qualidade mundiais, a linha de papel-cartão da Klabin é produzida com um mix de pínus e eucalipto, o que resulta em cartões de alto valor agregado, com mais rigidez, resistência e qualidade de impressão.

Se, nos dias atuais, a Klabin é referência mundial em produtividade e manejo florestal foi devido ao seu cuidado, desde o início, para que as suas florestas plantadas de pínus e eucalipto fossem entremeadas com florestas nativas preservadas, em formato de mosaico. A formação desse corredor ecológico protege a fauna e a flora, além de preservar as nascentes dos rios. A Klabin possui 258 mil hectares de florestas plantadas e 240 mil hectares de florestas preservadas, ou seja, mais de 40% de sua área total são compostas de mata nativa. Em 1998, a empresa foi a primeira do Hemisfério Sul, no setor de papel e celulose, a receber a certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*) – em português, Conselho de Manejo Florestal, para sua Unidade Florestal no Paraná. Hoje, a Companhia tem suas florestas e todos os seus processos produtivos certificados pela entidade, confirmando que desenvolve suas atividades dentro dos mais elevados padrões socioambientais.

A Klabin insere em sua estratégia de negócios planejamento e ações voltadas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Por isso, aderiu à iniciativa global da ONU "*Business Ambition for 1.5°C*" em que assume um compromisso de ter uma meta de redução de emissões baseada na ciência, contribuindo nos esforços coletivos de conter o aumento da temperatura em 1,5ºC. Além disso, em relação às emissões advindas dos processos produtivos, a Companhia já reduziu 61% das emissões específicas (kgCO2eq/ton produto), entre 2003 e 2018, e conta com um balanço de carbono de 5,1 milhões, ou seja, suas florestas plantadas e nativas removem e estocam mais carbono (11,2 kgCO2eq/ton produto) do que seus processos industriais emitem (6,1 kgCO2eq/ton produto).

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2016, a Klabin aderiu voluntariamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas. A iniciativa da ONU reúne governos, sociedade civil e setor privado em uma agenda mundial a favor das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade, definindo prioridades e aspirações globais para 2030. Desde então, a Klabin vem trabalhando não só para evidenciar as iniciativas que já adota e contribuem para essa agenda, como também para identificar novas oportunidades de atuação e estimular que os ODS estejam cada vez mais integrados ao planejamento estratégico da Companhia.

Todas essas iniciativas da Klabin são públicas e reforçam o compromisso da transparência que a empresa tem com o mercado, assim como o tratamento igualitário com os acionistas. Resultado disso é que integra, desde 2014, o nível 2 de Governança Corporativa da B3, Bolsa de Valores de São Paulo, segmento que lista ações de empresas que adotam práticas diferenciadas de governança. A empresa também está há sete anos na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. O ISE promove uma análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Aos 120 anos de existência, a Companhia tem orgulho de manter-se sob o controle acionário da família de seus fundadores, e de ser uma empresa brasileira reconhecida internacionalmente pelos altos padrões de qualidade de seus produtos e pelo compromisso com a sustentabilidade, presente em seu DNA.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Informações de pedido de falência fundado em valores relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Outras informações relevantes

Projeto de expansão - Puma II

Conforme divulgado em Fato Relevante ao mercado no dia 16 de abril de 2019, foi aprovado o início do projeto de expansão de capacidade no segmento de papéis para embalagem denominado “Projeto Puma II”, abrangendo a construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, localizadas na unidade industrial da Klabin no município de Ortigueira (PR) (Unidade Puma).

A instalação do Projeto Puma II será dividida em duas etapas:

(i) Primeira etapa - consiste na construção de uma linha de fibras principal para a produção de celulose não branqueada integrada a uma máquina de papel kraftliner e kraftliner branco, que serão comercializados sob a marca eukaliner, com capacidade de 450 mil toneladas anuais. Em complemento, essa etapa também inclui instalações de apoio às novas linhas e plantas das áreas de recuperação e utilidades.

(ii) Segunda etapa - contempla a construção de uma linha de fibras complementar integrada a uma máquina de papel kraftliner com capacidade de 470 mil toneladas anuais e expansão de algumas estruturas de apoio.

O cronograma prevê que as obras de cada etapa durem 24 meses, sendo que o início da construção da segunda etapa será logo após o término da primeira. Dessa forma, o startup da primeira máquina está programado para o segundo trimestre de 2021, e o da segunda máquina previsto para o segundo trimestre de 2023.

O investimento bruto orçado para a construção do Projeto Puma II é de R$ 9,1 bilhões, sujeito a flutuações cambiais e reajustes decorrentes de inflação, a ser desembolsado entre os anos de 2019 e 2023. Desse total, cerca de R$ 900 milhões refere-se a impostos recuperáveis. Tendo em vista que a maior parte dos equipamentos será instalada na primeira etapa do projeto, aproximadamente dois terços dos desembolsos ocorrerão entre os anos de 2019 e 2021. O projeto será financiado pela posição de caixa da Companhia e a geração de caixa proveniente dos negócios correntes, podendo ser complementado com financiamentos, desde que as condições sejam atrativas em termos de custo e prazo.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A Klabin é a maior produtora, exportadora e recicladora de papel de embalagem no Brasil, de acordo com o IBÁ e estimativas internas, e uma das maiores produtoras integrados de papel da América Latina, de acordo com estimativas internas, com base em sua capacidade de produção em 2019 de dois milhões de toneladas de embalagens e papel para embalagens. Em complemento, a Companhia também é a única empresa brasileira a vender simultaneamente celulose de madeira dura (eucalipto), celulose de madeira macia (pinheiro) e celulose. A produção consiste em vários tipos de papel, embalagem e celulose em dezoito fábricas no Brasil e uma na Argentina, abastecendo o mercado doméstico e internacional. Em 2019, a Klabin e suas controladas contava com força de trabalho de aproximadamente 14 mil colaboradores, gerando aproximadamente 20.000 empregos diretos e indiretos.

As operações são organizadas em quatro unidades de negócios, que são os segmentos operacionais correspondentes aos principais processos de produção e principais produtos. A seguir uma breve descrição:

• Unidade Florestal, que desenvolve atividades de silvicultura e colheita de toras de pinus (fibra longa) e eucalipto (fibra curta). A maior parte da produção é destinada ao abastecimento das operações próprias da Companhia e uma parte menor para comercialização a terceiros.

• Unidade de celulose, que fabrica celulose branqueada de mercado de fibra curta, fibra longa e *fluff*. As celuloses de fibra curta e fibra longa abastecem os mercados de *tissue*, papéis gráficos e papéis para embalagens. A celulose *fluff*, por sua vez, é um insumo importante usado na produção de produtos sanitários (como fraldas para bebês e adultos, bem como absorventes)

• Unidade de papéis, que fabrica cartões revestidos, incluindo cartões para líquidos (*liquid packaging board*), *kraftliner* (papel fibra virgem), *testliner* (papel reciclado) e sacos para embalagem. Os papéis produzidos pela Companhia são utilizados na produção de embalagens de papelão para produtos de consumo em uma ampla gama de setores, incluindo alimentos (naturais e processados), produtos eletrônicos e elétricos, utensílios, produtos de saneamento e limpeza, calçados, produtos de higiene pessoal e beleza, bebidas enlatadas e engarrafadas, equipamentos e roupas, entre outros.

• Unidade de conversão, que manufatura e comercializa embalagens de papelão ondulado e sacolas industriais. As embalagens de papelão ondulado são utilizadas por uma gama diversificada de clientes domésticos para o armazenamento e transporte de alimentos crus e processados, produtos químicos e produtos relacionados, flores, bebidas, produtos de tabaco, metalurgia, perfumes e cosméticos. Certos compradores domésticos também utilizam as embalagens de papelão ondulado para o armazenamento e transporte internacional de carne, aves, frutas e tabaco, entre outros. A produção de sacos industriais tem como destino principalmente o uso na indústria da construção civil (para embalagens de matérias-primas como cimento, cal e argila), bem como para embalagens de sementes, produtos químicos, alimentos, ração animal e minerais.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a. Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável à Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas três últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas:

a) produtos e serviços comercializados

Em 2003, a Companhia passou por processo de reestruturação financeira e centrou seus negócios na fabricação de papéis e cartões para embalagem e embalagens de papel, foco atual dos negócios da Companhia. Hoje, os produtos da Companhia são: papéis *kraftliner* (papel fibra virgem), *testliner* (papel reciclado) e cartões revestidos, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, além de celulose de fibra longa, fluff e celulose de fibra curta. A Companhia também atua no setor florestal, com vendas de toras de madeira.

A Companhia é pioneira e líder na produção de papel *kraftliner* na América Latina, além de ser a maior produtora e exportadora de papéis para embalagens, respondendo por mais da metade das exportações brasileiras em 2019. O papel *kraftliner* fabricado pela Companhia é exportado para mais de 60 países e, juntamente com o papel reciclado, abastece de forma integrada as fábricas de embalagens de papelão ondulado da Companhia.

O papel-cartão da Companhia é produzido com um mix de fibras curtas (eucalipto) e longas (pínus), que confere resistência e ótima qualidade de impressão à embalagem. Todas as fábricas de papel-cartão da Companhia têm a certificação Cadeia de Custódia do FSC (*Forest Stweardship Council*).

A Companhia também é líder brasileira no setor de papelão ondulado e possui a maior capacidade de produção do mercado nacional. As embalagens da Companhia atendem a diversos segmentos da economia, com total proteção aos produtos transportados.

Líder também na fabricação de sacos industriais, reconhecidos pela qualidade, oferece atendimento a clientes é personalizado nos diversos segmentos de mercado, com destaque para a construção civil, alimentos, produtos químicos e agronegócio.

Além dos segmentos de papéis, a Unidade Florestal da Companhia atua na venda de toras originadas de florestas plantadas para a indústria de laminação e madeira serrada. Esses processos garantem confiabilidade e baixo custo aos produtos, sempre em sintonia com a política de sustentabilidade da Companhia. A Companhia possui suas florestas certificadas pelo FSC (*Forest Stewardship Council*) e foi a primeira empresa do setor de papel e celulose do Hemisfério Sul a conquistar a certificação FSC, para suas áreas florestais do Paraná, em 1998.

Em 2016 a Companhia iniciou as operações da sua nova fábrica de celulose (“Unidade Puma”), localizada no município de Ortigueira, no Paraná. A Unidade Puma tem capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas de celulose, dos quais 1,1 milhão de toneladas é de celulose branqueada de fibra curta (eucalipto) e 400 mil toneladas são de celulose branqueada de fibra longa (pínus), e parte é convertida em celulose fluff, sendo a única unidade industrial do mundo projetada para a fabricação das três fibras. A produção da Klabin contribui para a substituição das importações de celulose fluff, importante insumo utilizado em fraldas e absorventes, e representa uma consequente economia de divisas para o país.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo apresenta os valores decorrentes de cada uma das atividades da Companhia, bem como o respectivo percentual de tais valores sobre a receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

	Exercício Social Encerrado em					
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Receita Operacional Líquida	10.271	100%	10.016	100%	8.373	100%
Papéis	5.104	50%	4.596	46%	4.263	51%
Conversão	3.033	30%	2.874	29%	2.698	32%
Florestal	1.772	17%	1.736	17%	1.690	20%
Celulose	3.601	35%	3.763	38%	2.485	30%
Outros / eliminações	(3.239)	-32%	(2.952)	-29%	(2.764)	-33%

A receita bruta (incluindo madeira) em 2019 atingiu R$11,9 bilhões. A receita líquida totalizou R$10,3 bilhões, 3% superior a 2018. A receita de exportação representou 40% da receita líquida total.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2018 atingiu R$11,5 bilhões. A receita líquida totalizou R$10 bilhões, 20% superior a 2017. A receita de exportação representou 45% da receita líquida total.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2017 atingiu R$ 9,7 bilhões. A receita líquida totalizou R$ 8,4 bilhões, 18% superior a 2016. A receita de exportação representou 40% da receita líquida total.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional são compartilhadas entre todos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades para cada um deles, além da concentração do caixa da Companhia em sua unidade corporativa, sem a segregação nas unidades de negócio.

No entanto, a Klabin divulga o resultado operacional antes do resultado financeiro dividido por segmento operacional, conforme demonstrações abaixo.

						1/1 a 31/12/2019
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	249.507	1.936.554	2.684.291	1.253.405	(9.824)	**6.113.933**
.Mercado externo	-	1.573.763	324.290	2.259.853	-	**4.157.906**
Receita de vendas para terceiros	**249.507**	**3.510.317**	**3.008.581**	**3.513.258**	**(9.824)**	**10.271.839**
Receitas entre segmentos	1.522.878	1.593.262	24.653	88.049	(3.228.842)	**-**
Vendas líquidas totais	**1.772.385**	**5.103.579**	**3.033.234**	**3.601.307**	**(3.238.666)**	**10.271.839**
Variação valor justo ativos biológicos	390.053	-	-	-	-	**390.053**
Custo dos produtos vendidos	(2.557.315)	(3.532.268)	(2.567.015)	(1.879.935)	3.295.299	**(7.241.234)**
Lucro bruto	**(394.877)**	**1.571.311**	**466.219**	**1.721.372**	**56.633**	**3.420.658**
Despesas/ receitas operacionais	(133.465)	(521.736)	(387.110)	(432.818)	580.845	**(894.284)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(528.342)**	**1.049.575**	**79.109**	**1.288.554**	**637.478**	**2.526.374**
Venda de produtos (em toneladas)						
.Mercado interno	-	581.167	707.848	479.531	-	**1.768.546**
.Mercado externo	-	494.864	58.256	1.004.841	-	**1.557.961**
.Entre segmentos	-	831.099	3.463	32.583	(867.145)	**-**
	-	**1.907.130**	**769.567**	**1.516.955**	**(867.145)**	**3.326.507**
Venda de madeira (em toneladas)						
.Mercado interno	1.706.017	-	-	-	-	**1.706.017**
.Entre segmentos	13.392.525	-	-	-	(13.392.525)	**-**
	15.098.542	**-**	**-**	**-**	**(13.392.525)**	**1.706.017**
Invest. caixa no período	436.831	392.462	78.820	1.592.536	73.426	**2.574.075**
Depreciação, exaustão e amort.	(1.181.805)	(349.254)	(90.322)	(544.833)	(27.200)	**(2.193.414)**
Ativo total - 31/12/2019	8.855.270	4.769.640	1.921.329	9.052.743	10.104.100	**34.703.082**
Passivo total - 31/12/2019	2.333.911	627.865	394.148	750.869	24.095.016	**28.201.809**
Patrimônio líquido - 31/12/2019	6.066.968	4.141.775	1.527.181	8.301.874	(13.990.916)	**6.046.882**
Patrimônio líquido Minoritários	454.391	-	-	-	-	**454.391**

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

						1/1 à 31/12/2018
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	315.594	1.809.395	2.565.724	851.100	(8.235)	**5.533.578**
.Mercado externo	-	1.367.309	286.666	2.828.908	-	**4.482.883**
Receita de vendas para terceiros	**315.594**	**3.176.704**	**2.852.390**	**3.680.008**	**(8.235)**	**10.016.461**
Receitas entre segmentos	1.420.329	1.419.543	21.257	82.855	(2.943.984)	-
Vendas líquidas totais	**1.735.923**	**4.596.247**	**2.873.647**	**3.762.863**	**(2.952.219)**	**10.016.461**
Variação valor justo ativos biológicos	628.367	-	-	-	-	**628.367**
Custo dos produtos vendidos	(2.015.212)	(3.065.783)	(2.440.449)	(1.778.128)	2.957.166	**(6.342.406)**
Lucro bruto	**349.078**	**1.530.464**	**433.198**	**1.984.735**	**4.947**	**4.302.422**
Despesas/ receitas operacionais	(89.004)	(438.191)	(361.281)	(365.760)	(64.581)	**(1.318.817)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**260.074**	**1.092.273**	**71.917**	**1.618.975**	**(59.634)**	**2.983.605**
Venda de produtos (em toneladas)						
.Mercado interno	-	579.205	714.975	294.367	-	**1.588.547**
.Mercado externo	-	441.405	52.256	1.106.877	-	**1.600.538**
.Entre segmentos	-	789.545	3.103	29.549	(822.197)	-
	-	**1.810.155**	**770.334**	**1.430.793**	**(822.197)**	**3.189.085**
Venda de madeira (em toneladas)						
.Mercado interno	2.109.040	-	-	-	-	**2.109.040**
.Entre segmentos	13.546.625	-	-	-	(13.546.625)	-
	15.655.665	**-**	**-**	**-**	**(13.546.625)**	**2.109.040**
Invest. caixa no período	527.728	255.619	134.871	140.775	37.350	**1.096.343**
Depreciação, exaustão e amort.	(713.623)	(318.448)	(70.339)	(554.780)	(16.157)	**(1.673.347)**
Ativo total - 31/12/2018	8.199.582	5.278.254	1.846.732	7.665.484	6.643.691	**29.633.743**
Passivo total - 31/12/2018	1.991.580	441.121	364.861	249.909	20.053.042	**23.100.513**
Patrimônio líquido - 31/12/2018	5.967.007	4.837.133	1.481.871	7.415.575	(13.409.351)	**6.292.235**
Patrimônio líquido Minoritários	240.995					

						1/1 à 31/12/2017
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	330.025	1.637.193	2.460.640	596.822	(4.709)	**5.019.971**
.Mercado externo	-	1.313.568	214.112	1.825.671	56	**3.353.407**
Receita de vendas para terceiros	**330.025**	**2.950.761**	**2.674.752**	**2.422.493**	**(4.653)**	**8.373.378**
Receitas entre segmentos	1.359.939	1.312.464	23.659	62.795	(2.758.857)	-
Vendas líquidas totais	**1.689.964**	**4.263.225**	**2.698.411**	**2.485.288**	**(2.763.510)**	**8.373.378**
Variação valor justo ativos biológicos	789.661	-	-	-	-	**789.661**
Custo dos produtos vendidos	(2.177.832)	(3.023.422)	(2.272.631)	(1.702.068)	2.748.461	**(6.427.492)**
Lucro bruto	**301.793**	**1.239.803**	**425.780**	**783.220**	**(15.049)**	**2.735.547**
Despesas/ receitas operacionais	(95.677)	(379.705)	(332.440)	(333.844)	(41.829)	**(1.183.495)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**206.116**	**860.098**	**93.340**	**449.376**	**(56.878)**	**1.552.052**
Venda de produtos (em toneladas)						
.Mercado interno	-	555.590	714.606	294.130	-	**1.564.326**
.Mercado externo	-	548.009	47.221	1.060.880	-	**1.656.110**
.Entre segmentos	-	777.488	3.085	27.475	(808.048)	-
	-	**1.881.087**	**764.912**	**1.382.485**	**(808.048)**	**3.220.436**
Venda de madeira (em toneladas)						
.Mercado interno	2.595.973	-	-	-	-	**2.595.973**
.Entre segmentos	13.464.345	-	-	-	(13.464.345)	-
	16.060.318	**-**	**-**	**-**	**(13.464.345)**	**2.595.973**
Investimentos no período	330.753	277.077	97.029	209.887	10.539	**925.285**
Depreciação, exaustão e amort.	(1.023.699)	(292.418)	(62.525)	(550.628)	(11.217)	**(1.940.487)**
Ativo total - 31/12/2017	7.491.429	5.142.370	1.711.660	8.099.272	8.104.810	**30.549.541**
Passivo total - 31/12/2017	1.874.252	364.533	357.192	249.726	20.469.687	**23.315.390**
Patrimônio líquido - 31/12/2017	5.617.177	4.777.837	1.354.468	7.849.546	(12.364.877)	**7.234.151**

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3. Produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2.:

a) características do processo de produção

A Companhia é um produtor integrado e verticalizado. Tem sua demanda por madeira atendida principalmente por suas próprias florestas, que são plantadas e manejadas pela Companhia e certificadas pelo FSC (*Forest Stewardship Council*). Produz a celulose e, em seguida, integra celulose de produção em máquinas de papel. Em unidades próprias de conversão, parte do papel é convertido em embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, o restante é vendido nos mercados interno e externo. Além disso, produz celulose branqueada de fibra curta e de fibra longa, da qual é parte convertida em celulose *fluff* e parte vendida no mercado interno e externo.

Os processos são costumeiramente utilizados pelo setor, aprimorados para as condições de cada planta, com relação ao tipo de madeira e destino final da fibra. A tecnologia vem principalmente do Hemisfério Norte, de países como Alemanha, Suécia, Finlândia e EUA. O Brasil, por ser um centro importante na indústria de celulose e papel, tem fábricas dos principais fornecedores mundiais de equipamentos para esse setor.

FLORESTAL

A Klabin produz madeira a partir de florestas plantadas de eucalipto e de pínus. O processo de produção é iniciado na obtenção de mudas por propagação vegetativa (clonagem) ou por sementes, que é realizada em viveiros florestais próprios e contratados. A produção de mudas ocorre normalmente entre 3 e 5 meses.

Após o preparo de solo e a primeira fertilização, as mudas são plantadas. No período de implantação florestal é necessária fertilização das áreas e controle de plantas daninhas e formigas cortadeiras. O período de implantação leva cerca de um ano para o eucalipto e três anos para o pínus. Após esse período, a floresta está consolidada e é necessário vigilância das áreas para que não ocorram sinistros que possam prejudicar a produtividade.

Na idade de corte (entre seis e sete anos para eucalipto e cerca de catorze anos para pínus) é realizada a colheita florestal, em processo mecanizado com a utilização de máquinas para corte, arraste e processamento da madeira. As toras produzidas são carregadas e transportadas em caminhões até os pátios de madeira localizados nas fábricas.

A área florestal produz ainda madeira em toras, que são vendidas para indústrias (serrarias e laminadoras) na região. Nesse caso, a floresta é colhida com aproximadamente quinze anos (eucalipto) e vinte anos (pínus).

Em todo este processo, são respeitados rigorosos critérios ambientais e sociais, de maneira que a produção nas florestas plantadas seja realizada de maneira sustentável. Essas operações envolvem cuidados com o solo, água, e biodiversidade e com as comunidades que se relacionam com as áreas manejadas. A Klabin tem o seu manejo florestal certificado pelo FSC (Forest Stewardship Council).

Principais equipamentos

Na formação das florestas os principais equipamentos utilizados estão relacionados com máquinas para preparo de solo (tratores com implementos). Já no processo de colheita os equipamentos estão agrupados em módulos compostos por um *Feller* direcional, um *Skidder*, um *Shovel* e dois processadores.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

CELULOSE

No processo de produção de celulose de mercado e celulose *fluff*, as fibras provenientes do processo de branqueamento são enviadas para a máquina de secagem, onde a suspensão de fibras em baixa consistência é disposta sobre uma tela para drenagem do excesso de água e formação da folha. Essa folha é prensada entre rolos para remoção extra de água antes de entrar no secador. Ao final do secador a folha já se encontra com teor de umidade nos padrões de mercado. A folha de celulose de eucalipto é cortada em tamanhos menores e os fardos de folhas são embalados antes de serem enviados para a expedição. A folha de celulose de pínus pode ser transformada em fardos (mesmo processo do eucalipto) ou ser enrolada e transformada em bobinas *fluff*.

Principais equipamentos

No processo produtivo os equipamentos mais importantes são os digestores (fabricação de celulose), a caldeira de recuperação (recuperação de produtos químicos e geração de vapor), os turbogeradores (produção de energia) e as máquinas de secagem.

PAPÉIS

A Companhia utiliza fibras de eucalipto e de pínus na produção de papéis de embalagem. A produção da celulose consiste na separação das fibras dos demais componentes constituintes da madeira, em particular da lignina, que atua ligando as células entre si e que proporciona a estrutura rígida da madeira. A madeira, sob forma de cavacos, é tratada em vasos de pressão, denominados digestores, com soda caustica e outros produtos químicos. É o processo químico ou Kraft, o mais usado na indústria de celulose.

Após passar pelos digestores, há um processo de separação das fibras de celulose dos componentes da madeira que foram solubilizados. A fibra, ainda de aspecto marrom, é enviada para a etapa seguinte do processo, diretamente para a máquina de papel ou para o branqueamento. Os componentes solubilizados formam a chamada lixívia negra, que é enviada para o processo de recuperação dos produtos químicos e queima de componentes orgânicos (lignina e outros componentes da madeira), que geram vapor e energia.

O branqueamento é um processo utilizado para continuar a deslignificação iniciada no cozimento e conferir o aspecto branqueado à celulose. Utilizam-se agentes oxidantes, como oxigênio, ozônio e peróxidos para remover a lignina residual das fibras e deixar a pasta celulósica branca. A Companhia utiliza na sua planta em Monte Alegre (PR) branqueamento isento de cloro elementar, chamado ECF (*elementar chlorine free*). Esse processo garante a não formação de dioxinas, compostos químicos altamente poluentes, em seus efluentes.

A transformação da celulose em uma estrutura plana, delgada e coesa, o papel, se dá em uma série de equipamentos e operações, que reunidos chamamos máquina de papel. O processo se inicia com o tratamento das fibras, fase denominada de preparação de massa, onde as fibras passam por equipamentos que desenvolverão as propriedades físicas das fibras, segregarão impurezas e farão mesclas com outros tipos de fibras e aditivos utilizados na fabricação do papel, como cargas minerais, amidos, colas, corantes. Cada tipo de papel tem uma formulação distinta, de acordo com as necessidades de seu uso final. Essa fase se dá em meio aquoso e após esses tratamentos, a suspensão de fibras é enviada à máquina de papel, para ganhar as características finais, como gramatura (massa de fibra por unidade de área), secagem, e acabamento superficial.

Papéis reciclados

São usados na própria produção de embalagens de papelão ondulado e também comercializados para outras empresas de embalagens. Cerca de 15% da matéria-prima são provenientes das unidades de

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

conversão de embalagens de papelão ondulado e o restante é adquirido de aparistas. Produtos:

EkoFlute - O miolo é produzido com fibras 100% recicladas e recebe, durante o processo de fabricação, aditivos químicos que aumentam a resistência à umidade. É indicado para a fabricação do miolo das embalagens de papelão ondulado. Não é recomendado para uso em contato direto com alimentos.

Ekoliner - Feito com refiles de papelão ondulado, além de fibras provenientes de pontas e sobras das fábricas de papéis de fibra virgem da Companhia. É indicado para o uso interno em embalagens de papelão ondulado, como suporte de ondas.

Principais equipamentos

No processo produtivo os equipamentos mais importantes são os digestores (fabricação de celulose), a caldeira de recuperação (recuperação de produtos químicos e geração de vapor), os turbo geradores (produção de energia) e as máquinas de produção de papel.

As unidades de produção realizam paradas anuais de 7 a 10 dias para grandes manutenções e inspeções nos seus equipamentos, em especial naqueles que trabalham sob condições de pressão e temperatura, como digestores e caldeiras. Nessas paradas são substituídos equipamentos com desgastes ou realizadas melhorias tecnológicas, visando a melhorar o desempenho, garantir segurança operacional e aumentar produtividade. Ainda, mensalmente são realizadas manutenções preventivas e corretivas, em equipamentos singulares e nas máquinas de papel.

Os principais equipamentos das unidades de produção de celulose e papel da Companhia estão relacionados abaixo.

Unidade Monte Alegre – PR

Equipamentos principais	Ano de início de operação	Últimas atualizações tecnológicas	Fabricante	Capacidade instalada
Digestor continuo I	1978	1984 / 1986/2012	Voith	850 t/d
Digestor continuo II	1988	2007	Kvaerner	2100 t/d
Caldeira de recuperação I	1977	1997 / 2000 / 2003	Gotaverken / Anthony Ross	1968 t/d
Caldeira de recuperação II	2007		CBC	1700 t/d
Turbogerador 7	1978	2010	ABB	27,0 MWh/h
Turbogerador 8	2008		Siemens	71,5 MWh/h
Máquina de papel 7	1979	1989 / 1997 / 1998 / 2000/2002	Voith Valmet	900 t/d
Máquina de papel 9	2007	2014	Voith	1240 t/d

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Unidade Otacílio Costa –SC

Equipamentos principais	Ano de início de operação	Últimas atualizações tecnológicas	Fabricante	Capacidade instalada
07 Digestores batch	1975	1986 / 1998	Hércules/ Jaragua	980 t/d
Caldeira de recuperação	1998		CBC	1100 t/d
Turbogeradores TG3 – 1.993 TG4 – 1.998	 1993 1998		Ahstrom/ ABB	32 MWh/h
 Máquina de papel 13 Máquina de papel 12 Máquina de papel 11	1975 1967 1953	1997 1998 1998	Voith Voith Voith	 680 t/d 250 t/d 120 t/d

Unidade Correia Pinto –SC

Equipamentos principais	Ano de início de operação	Últimas atualizações tecnológicas	Fabricante	Capacidade instalada
08 Digestores	1969	1992	Jaraguá / CBC	500 t/d
Caldeira de recuperação	1992		CBC	850 t/d
Turbogerador 3	1993		Siemens	23 MWh/h
Máquina de papel 1 (produção bruta)	1969	1990 / 1993 / 2001 / 2005	Beloit /Voith	376 t/d
Máquina de papel 23 (produção bruta)	2013		Voith	320 t/d

Papeis Reciclados

Equipamentos principais	Unidade	Últimas atualizações tecnológicas	Capacidade instalada
Máquina de papel 21	Piracicaba (SP)	2015	105 mil t/a
Máquina de papel 17	Goiana (PE)		51 mil t/a
Máquina de papel 24	Goiana (PE)	2015	110 mil t/a

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

CONVERSÃO

(i) Caixas e Chapas de Papelão Ondulado

A fabricação de embalagens de papelão ondulado é um processo térmico-químico-mecânico. O papel é processado em diversos equipamentos até chegar à condição de embalagens. Durante esse processo o papel é unido em camadas, ondulado mecanicamente, recortado, vincado, impresso com tinta à base de água e dobrado.

O processo se inicia com a união de várias camadas de papel de forma a constituir uma chapa rígida. Nessa fase, uma ou duas camadas são unidas às demais, alternadamente, somente depois de sofrerem processo de ondulação. Para isso, o papel recebe aplicação de cola feita à base de amido e é submetido ao calor. Essa ondulação confere propriedade de rigidez à chapa de papelão. As ondas podem ser de várias alturas, conferindo várias espessuras ao papelão ondulado (medidas aproximadas, dependendo da espessura do papel):

- Onda “E”: 1,3 mm de espessura
- Onda “B”: 2,8 mm de espessura
- Onda “C”: 3,8 mm de espessura
- Onda “A”: 4,5 mm de espessura

É possível ainda compor papelão com duas ondas, o que lhe confere extra rigidez. Normalmente se combinam ondas “C” com “B” (mais comum) e “A” com “C”. A seguir, as chapas de papelão ondulado, são transformadas em embalagens. Durante esse processo as chapas recebem aplicação de impressão com tinta flexográfica (base de água). Os papéis utilizados para a fabricação de papelão ondulado são produzidos especialmente para serem convertidos em embalagens e podem ser do tipo “fibra virgem” (*kraft*), ou de fibras recicladas. São utilizadas várias gramaturas, que variam de 100 a 420 g/m², conforme a necessidade de resistência requerida pelo produto a ser embalado.

Principais equipamentos

Onduladeiras: transformam bobinas de papel em chapas de papelão ondulado. Produz normalmente chapas de papelão de ondas B, C, E, AC e CB

Impressoras: transformam chapas de papelão ondulado em embalagens. A Companhia possui um moderno parque de impressoras, compreendendo aquelas do tipo “corte-vinco rotativa” (utiliza formas para recortar e vincar o papelão fornecendo, como produto final, embalagens não dobradas) e “dobradeiras coladeiras” (produzem cortes e vincos em ferramentas ajustáveis, sem necessidade de formas fornecendo, como produto final, embalagens dobradas e com orelhas coladas). As impressoras da Companhia são capazes de produzir impressões de até cinco cores e reticuladas formando policromia.

Outros equipamentos

- Grampeadeiras, coladeiras, máquinas para acessórios e paletização,
- Utilidades (caldeiras, “*starch glue kitchens*”, prensas enfardadeiras, picadores de refugo, etc.)
- Estações de tratamento de efluentes

(ii) Sacos Industriais

O saco industrial é processado em diversos equipamentos até chegar à condição de embalagem. O papel é impresso em flexografia com tinta à base de água, cortado, colado com cola vegetal de amido ou PVA, unido em camadas, dobrado, fechado, para recebimento de aplicação de válvula, contagem e embalagem

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

para envio ao cliente final.

Processo de impressão ou pré-impressão

O papel para sacos em bobinas é colocado em um cavalete desbobinador, passa através de rolos e pelo aparelho de impressão onde ocorre a aplicação de tinta, que pode ser em um até oito cores, de acordo com o desenho e *layout* fornecido pelo cliente. Em seguida, o papel passa por um sistema de secagem e rebobinamento. As bobinas são identificadas e retornam para o estoque, aguardando o momento de processamento na tuber, de acordo com o programa de produção.

Processo tuber

O processo tuber é iniciado com a disposição das bobinas nos cavaletes desbobinadores. A primeira folha pode ser pré-impressa ou impressa diretamente nesse processo. Em seguida o papel passa por rolos que fazem correção do posicionamento para aplicação de cola entre as folhas, recorte (picote) e aplicação de cola lateral para permitir a formação dos tubos. Na sequência, passa pela mesa formadora do tubo e, posteriormente, no cabeçote de separação. Os tubos seguem por uma correia transportadora e pela mesa de saída onde são contados e agrupados em maços. Após formação, os maços de tubos seguem por correias automatizadas até a mesa de entrada da coladeira.

Processo coladeira

Os tubos são dispostos na mesa de entrada alimentada automaticamente e passam pelos vincadores, abridores e formadores de fundo do tubo. É feita aplicação de cola nos fundos superiores e inferiores e, também, aplicação da válvula no fundo superior. É feito o fechamento dos fundos e, em seguida, a secagem e prensagem. Os sacos são contados e empilhados em maços que seguem até a paletização, que pode ser manual ou automatizada.

Processo de amarração dos paletes

Nesse processo, os paletes liberados são embalados com plástico ou, conforme solicitação do cliente, amarrados e encaminhados para a expedição que realiza o embarque conforme as datas programadas.

b) características do processo de distribuição

Os produtos da Companhia são exportados para mais de 50 países através de agentes locais, t*rading companies* especializadas em papel e também por meio de vendas diretas coordenadas por equipe própria de vendas estabelecida no escritório-sede em São Paulo. As vendas dirigidas ao mercado interno abrangem todo o território nacional. As vendas externas são dirigidas à Europa, América do Sul, América do Norte, Oriente Médio, África e Extremo Oriente. A logística de abastecimento aos mercados é realizada principalmente por via rodoviária para o mercado interno e América Latina e por via marítima para as demais regiões.

FLORESTAL

A logística de entrega de madeira nos pátios das fábricas próprias de celulose e papel, bem como para a venda de toras, é feita 100% por via rodoviária.

CELULOSE

A celulose de fibra curta e fibra longa da Klabin é vendida no mercado interno e externo para clientes de segmentos diversos tais como: *tissue* (papel higiênico, lenços de papel, guardanapos), imprimir e escrever (livros, papel imprensa, catálogos), entre outros. Já a celulose *fluff* da Companhia é vendida tanto no

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

mercado interno quanto no mercado externo para clientes com foco em fraldas infantis e geriátricas, absorventes higiênicos e produtores de não tecidos.

Atualmente, a Companhia exporta para mais de 40 países, principalmente por meio de sua equipe de vendas localizada em São Paulo, além de empresas comerciais, representantes de agentes e diretamente para alguns clientes com acordos de distribuição global. A logística de abastecimento aos mercados é realizada principalmente por via rodoviária para o mercado interno e América Latina e por via marítima para as demais regiões.

PAPÉIS

No mercado interno, a Companhia vende para clientes de segmentos diversos tais como: papelão ondulado, fabricantes de tubetes, fabricantes de lixas (3M, Saint Gobain) e fabricantes de sacos não extensíveis. As vendas são feitas por meio de equipe interna de vendas sediada no escritório de São Paulo. A empresa oferece a linha completa de papéis para caixas de papelão ondulado, tanto os de fibra virgem como o papel *kraftliner* e *white top liner* e também os papéis com fibras recicladas para utilização como miolo e também para capa externa ou interna reciclada, conhecidos como papéis *testliner*.

Para dar suporte de logística às vendas no mercado Europeu, que são feitas na condição *delivered duty unpaid*, a Companhia conta com um escritório localizado na cidade de Viena na Áustria. A partir desse escritório, os embarques são coordenados *just-in-time* para todos os clientes europeus com exceção dos mercados da Grécia e Portugal, para os quais as vendas são feitas na condição CIF porto de destino. As vendas no mercado internacional são feitas através de agentes locais, exclusivamente dedicados aos produtos da Companhia nos principais mercados. Alguns mercados são atendidos diretamente pela equipe comercial sediada no Brasil. Os clientes internacionais são basicamente fabricantes de papelão ondulado.

A comercialização de papel-cartão (bobinas e folhas) tem sua sede em escritório, na cidade de São Paulo (SP). As vendas, de abrangência mundial, são feitas com vendedores próprios, agentes de venda e t*rading companies* e atingem diversos segmentos da indústria de embalagens cartonadas de produtos de consumo. A competição, também mundial, se dá com produtores locais (das respectivas regiões atendidas) e internacionais (inter-regiões). As vendas no mercado interno são atendidas a partir das unidades fabris de Monte Alegre (em Telêmaco Borba, PR), Angatuba (em Angatuba, SP) e estoques de apoio que podem ser de diferentes localidades de interesse estratégico. No caso de beneficiamento externo (alguns acabamentos especiais) o material pode seguir diretamente do beneficiador para o cliente ou para o estoque e, daí para o cliente.

O transporte pode ser rodoviário ou ferroviário (para destinos mais próximos e América do Sul) ou multimodal. Em 2009, a Klabin abriu um escritório comercial nos Estados Unidos da América com vistas a melhorar o atendimento dos clientes naquela região e dar suporte ao crescimento das vendas.

CONVERSÃO

(i) Caixas e Chapas de Papelão Ondulado

A comercialização dos produtos da Companhia, tanto no mercado interno como no mercado externo, é realizada por uma equipe de vendedores próprios. Os escritórios comerciais estão localizados em São Paulo (SP) e em Lages (SC).

A comercialização de embalagens de papel (caixas, chapas, acessórios de papelão ondulado) tem sua sede em escritório, na cidade de São Paulo (SP). Conta com regionais de vendas de abrangência nacional, com vendedores próprios e representações comerciais, o que permite atuar neste segmento altamente competitivo.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

As vendas em quase sua totalidade são dirigidas ao mercado interno, abrangendo todo o território nacional e distribuídas a partir das oito fábricas de embalagens em sete estados da federação: São Leopoldo (RS), Itajaí (SC), Piracicaba, Jundiaí – Distrito Industrial e Jundiaí - Tijuco Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Betim (MG), Feira de Santana (BA) e Goiana (PE).

A logística de abastecimento do mercador interno é realizada principalmente por transporte terrestre (rodovia).

(ii) Sacos Industriais

A distribuição dos sacos industriais é realizada a partir das duas unidades industriais localizadas no Brasil nos municípios de Lages (SC) e Goiana (PE), por meio do modal rodoviário para todo o território nacional e alguns países vizinhos. A Companhia utiliza o modal marítimo para a exportação a outros países da América Latina, América Central, Caribe e Estados Unidos, pelos portos de Itajaí e São Francisco, ambos localizados em Santa Catarina.

A Companhia atende ao mercado argentino através de sua unidade industrial localizada em Pilar, próxima de Buenos Aires.

c) características do mercado de atuação: i) participação em cada um dos mercados; ii) condições de competição nos mercados

FLORESTAL

A Klabin vende toras que serão transformadas em produtos para diversos segmentos, tais como: molduras, móveis, embalagens, painéis e compensados, entre outros. Cujos produtos são comercializados principalmente para os mercados americano, europeu e nacional.

As vendas são realizadas por equipe comercial própria sediada nos estados do Paraná e Santa Catarina.

CELULOSE

Como a única produtora de fibra longa e *fluff* no Brasil, o objetivo principal da Companhia é a venda desses produtos no mercado interno, com foco em fraldas infantis e geriátricas, absorventes higiênicos e produtores de não tecidos. O mercado de *fluff* e fibra longa no Brasil é estimado em aproximadamente 400.000 toneladas. Entretanto, a fibra longa e o *fluff* também são exportadas para mais de 20 países, aproveitando o crescimento global do mercado de fraldas infantil e geriátrica.

O mercado mundial da celulose de fibra curta é de aproximadamente 31 milhões de toneladas e o produto é especialmente sustentável para fins sanitários (papel higiênico, papel toalha, guardanapos), impressão e escrita (livros, impressão comercial, catálogos) e papéis especiais.

PAPÉIS

Os clientes de papel *kraftliner* e *white top liner* tanto no mercado interno como no externo são, em sua grande maioria, empresas fabricantes de caixas de papelão ondulado. Os clientes da Companhia são fornecedores de caixas para diversos segmentos, destacando-se: produtos alimentícios, químicos e derivados, fruticultura, floricultura, avicultura, bebidas, fumos, metalurgia, perfumaria e cosméticos entre outros.

Grande parte dos clientes do mercado externo localizados na América Latina tem forte atuação no mercado de frutas, notadamente os mercados da Argentina, Chile e Equador, sendo este último mercado um dos maiores exportadores de bananas do mundo. A estratégia da Companhia em focar esses mercados

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

explica-se pelo fato de os produtos alimentícios, notadamente as frutas, serem embalados em papéis com certificação para contato direto com alimentos e com isenção de metais pesados, o que é um grande diferencial da Companhia.

No mercado interno, a Companhia vem aumentando sua exposição, usando como principal diferencial a oferta de produtos certificados para contato direto com alimentos e também produtos certificados pelo FSC.

O papel-cartão da Companhia atende à produção de embalagens cartonadas de produtos de consumo dos mais variados segmentos como alimentos (em natura ou preparados: secos, gordurosos, congelados e refrigerados); produtos eletrônicos e elétricos; utensílios em geral; produtos de higiene e limpeza; calçados; produtos de higiene pessoal e beleza; bebidas em latas e garrafas, peças e equipamentos; artigos de vestuário, etc.

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ – antiga BRACELPA), o mercado brasileiro de papel-cartão, excluindo cartões para líquidos, foi de 542 mil toneladas em 2019, 545 mil toneladas em 2018 e 526 mil toneladas em 2017.

CONVERSÃO

(i) Caixas e Chapas de Papelão Ondulado

Os clientes de papelão ondulado são dos mais diversos segmentos da indústria, dos quais podemos destacar: produtos alimentícios, químicos e derivados, fruticultura, floricultura, avicultura, bebidas, fumos, metalurgia, perfumaria e cosméticos entre outros. As vendas de papelão ondulado no mercado interno, também, são impulsionadas pelos setores exportadores, carnes, aves, frutas, fumos etc.

As informações divulgadas pela Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO) indicam que, em 2018, a expedição de caixas e acessórios totalizou 3,602 milhões de toneladas, que representam aumento de 1,58% em relação ao ano anterior. Em 2018 a expedição de caixas e acessórios totalizou 3,546 milhões de toneladas, aumento de 1,12% em relação a 2017.

(ii) Sacos Industriais

A Companhia atua em vários segmentos, onde o mercado de construção civil (cimento, cal e argamassa) representa aproximadamente 70% do volume faturado. Os demais segmentos atendidos são de sementes, produtos químicos, alimentos, ração e minérios.

d) eventual sazonalidade

FLORESTAL

Não há sazonalidade significativa nas vendas do segmento florestal.

CELULOSE

A demanda da produção de celulose, usualmente, apresenta tendência de alta no final das férias de verão no Hemisfério Norte, bem como durante o Natal e Ano Novo.

PAPÉIS

Nas exportações de *kraftliner* e *white top liner*, de demanda dos clientes da América do Sul é maior no período de safra de frutas que começa por volta de agosto e vai até março do ano seguinte. Os clientes

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

exportadores de bananas basicamente não têm sazonalidade. Em ambos os mercados o terceiro trimestre é o período de maior atividade, com redução nos meses de dezembro e janeiro, com exceção dos clientes dedicados ao mercado de frutas. Na Europa, o mercado tem forte baixa no verão, começando em junho e avançando até agosto.

As vendas de papel-cartão estão ligadas a bens de consumo de diversos tipos, o que tende a atenuar a variação de demanda ao longo do ano. Porém, estão sujeitas a certa sazonalidade. Um ano típico (isolando fatores econômicos e desastres pontuais) apresenta demanda mais acentuada no segundo semestre, quando o consumo é incentivado pelas festas de fim de ano.

CONVERSÃO

(i) Caixas e Chapas de Papelão Ondulado

As vendas de papelão ondulado têm relação com a produção de bens de consumo e o segmento apresenta maior força no segundo semestre do ano, devido à época de festas. O mercado de embalagem também e influenciado por exportações indiretas: fumo, frutas, carnes e aves, etc.

(ii) Sacos Industriais

O consumo de cimento apresenta queda nos períodos de chuva. No Brasil, as vendas de sacos industriais da Companhia são mais fracas nos meses de janeiro e fevereiro. Já o segmento de sementes apresenta pico entre os meses de março e abril, onde a safra de sementes é maior.

e) principais insumos e matérias-primas

i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

O relacionamento da Klabin com seus fornecedores é pautado por uma política de respeito e confiança. Para tornar o processo mais transparente, as relações comerciais são realizadas pelas áreas de compras com foco em: desenvolver novas fontes de suprimentos nacionais e internacionais; coordenar o processo para a adoção de compras eletrônicas com fornecedores qualificados; estimular pequenas e médias empresas a terem maior participação no mix de fornecedores; e criar sinergias com as áreas de produção, vendas e logística; entre outros.

Devido à sua abrangência territorial e ao grande número de contratos com fornecedores de várias localidades, foi criada em 2011 uma Diretoria de *Supply Chain*, estrutura responsável pela gestão e negociação das aquisições de produtos e dos serviços necessários às operações de cada unidade.

Todos os contratos firmados com fornecedores são estabelecidos por meio de processo de homologação, que consiste na avaliação de aspectos como saúde e segurança no trabalho, jurídico, comercial, técnico, responsabilidade ambiental e financeiro. Trazem também cláusulas específicas de proteção ao trabalho. Entre elas estão aspectos como a proibição de trabalho infantil e forçado, a prostituição infantil nas estradas, e a proteção ao meio ambiente.

Os fornecedores precisam comprovar *expertise* técnica para atender, com qualidade, prazos e volume, às demandas da Companhia; fornecer, quando necessário, amostra/lote de seus produtos para avaliação; adotar práticas de responsabilidade social – como assegurar os benefícios básicos aos seus colaboradores, proporcionar um ambiente de trabalho seguro, produtivo e participativo e não utilizar mão de obra infantil – e apresentar padrões de responsabilidade ambiental. Devem ainda colaborar para o fortalecimento da cadeia de suprimento, promovendo a valorização da livre concorrência, e proporcionar visita técnica para avaliação de instalações, equipamentos, processos de produção, etc.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Não há uma política formal de privilegiar compras com fornecedores locais. Com o objetivo de desenvolver novas fontes de suprimento nacionais e internacionais e promover alternativas para materiais e insumos, a Companhia procura estimular pequenas e médias empresas a terem maior participação como fornecedores. O foco da área se dirige ainda a aspectos como: adotar processo de compras eletrônicas em fornecedores qualificados; negociar acordos e contratos corporativos para o fornecimento de materiais e serviços e coordenar e executar os processos de importação, entre outros.

O relacionamento entre a Companhia e seus fornecedores é geralmente de médio e longo prazo. A maior parte dos insumos adquiridos pela Companhia possui precificação variável de acordo com o balanço entre a oferta e a demanda nos setores. Aumentos significativos na demanda ou restrições bruscas na oferta podem fazer com que preços internacionais atinjam níveis mais altos e vice-versa.

Os prestadores de serviços são submetidos a procedimentos de fiscalização e auditoria para a comprovação de que seguem rigorosamente a legislação trabalhista e efetuam o recolhimento de contribuições sociais e encargos trabalhistas. As inspeções incluem vistoria de documentação trabalhista e de locais de atuação, para assegurar condições dignas de trabalho e ausência de mão de obra infantil. Esse procedimento garante as condições estabelecidas para os contratados diretamente pela Companhia, com colaboradores fisicamente presentes nas unidades da empresa ou outro local por ela determinado.

O acompanhamento de toda documentação referente à área trabalhista pode ocorrer nas próprias instalações do fornecedor, visando ao maior detalhamento nas análises. No caso de apuração de eventuais irregularidades, a área contratante e o setor de suprimentos são responsáveis pela adoção de providências, que incluem um comunicado escrito ao fornecedor sobre suspensão de pagamentos até regularização do aspecto detectado como falho; e afirmação de que a reincidência ocasionará a desabilitação como fornecedor da Companhia. A empresa desabilitada somente pode ser recontratada depois de ultrapassado o prazo de dois anos desde a rescisão contratual. No caso de novas irregularidades durante a vigência do novo contrato, o fornecedor é definitivamente desabilitado.

O relacionamento com concessionárias e distribuidoras de energia elétrica, fornecedores de gás e óleo combustível estão sujeitos à regulamentação de órgãos governamentais (ANEEL, ANP) que determinam preços e demandas contratadas.

ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Distribuição e Transmissão de Energia através do Sistema Elétrico Brasileiro é restrita as empresas que possuem Concessão do Governo Federal nos Estados em que operam; como por exemplo, a COPEL (Companhia Paranaense de Energia) no estado do Paraná; e são de utilização obrigatória por todos os consumidores do país; porém, como as unidades produtivas da Klabin fazem parte do Mercado Livre, possuem liberdade de negociação e compra de toda a parcela de energia consumida, diretamente com Geradores ou Comercializadores. Esses processos são geridos de forma matricial na Companhia. Eventual dependência de poucos fornecedores ou de fornecedores concentrados também é encontrada em relacionamentos com distribuidores de óleo combustível e com fabricantes de alguns produtos.

iii) eventual volatilidade de seus preços

Serviços prestados para a Companhia possuem contratos de médio prazo e pouca oscilação de valores. Os reajustes de preço são feitos em negociações periódicas com base em dissídio e inflação. Já os preços de insumos apresentam maior volatilidade de preços determinados pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda dos mercados. Em geral, a formação de preço desses produtos sofre influência de PIB, inflação, nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, variação da taxa de juros, carga tributária e flutuação do real com relação às moedas estrangeiras, assim como fenômenos da natureza que podem impactar a oferta. Os custos de energia elétrica são reajustados periodicamente após revisão tarifária das concessionárias e

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

eventuais encargos, aprovados pelo governo.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia): a) Montante total de receitas provenientes do cliente; e b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2019 um cliente do segmento de papel foi responsável por aproximadamente 13% da receita líquida, correspondente a R$ 1,3 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2018 dois clientes foram responsáveis por aproximadamente 33% da receita líquida, correspondente a R$ 3,3 bilhões, sendo 11% (R$ 1,08 bilhão) no segmento de papel e 22% (R$ 2,18 bilhões) no segmento de celulose.

Em 31 de dezembro de 2017 dois clientes foram responsáveis por aproximadamente 30% da receita líquida, correspondente a R$ 2,5 bilhões, sendo 15% (R$ 1,3 bilhão) no segmento de papel e 15% (R$ 1,2 bilhão) no segmento de celulose.

O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia necessita das seguintes autorizações governamentais para exercer as atividades industriais:

-Licença de Operação;

-Outorga do uso de água quando existir captação de rios e lençol freático;

-Cadastro Técnico Federal do IBAMA;

-Certificado de Registro Exército para as unidades que utilizam produtos controlados por essa entidade;

-Certificado Policia Federal para as unidades que utilizam produtos controlados por essa entidade; e

-Autorização para transporte e destinação de resíduos sólidos.

No curso dos negócios da Companhia uma relação bastante próxima tem sido mantida com os órgãos responsáveis por autorizações governamentais em geral, de forma a adaptar os negócios às exigências de tais órgãos sem qualquer prejuízo ao desempenho do plano de negócios. O histórico de relação da Companhia com os órgãos responsáveis pela emissão destes documentos é baseado em transparência e pró-atividade.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política de Sustentabilidade

A Companhia é uma empresa que produz madeira, papéis e cartões para embalagem, embalagens de papelão ondulado e sacos. Atua nos mercados interno e externo e se fundamenta nos seguintes princípios de sustentabilidade para todas as atividades relativas aos seus produtos e serviços:

1. Buscar a qualidade competitiva, visando à melhoria sustentada dos seus resultados, pesquisando, desenvolvendo e aperfeiçoando continuamente os processos, produtos e serviços, existentes e novos, para atender às expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, comunidade e fornecedores e demais públicos de relacionamento.

2. Promover a colaboração com clientes, fornecedores, academia e outras partes interessadas na busca por inovação para os produtos e processos, e por melhorias para a cadeia de valor.

3. Garantir a valorização da base florestal a partir de sua transformação em produtos sustentáveis e competitivos.

4. Assegurar o suprimento de madeira plantada para as suas unidades industriais, de forma sustentada, sem agredir os ecossistemas naturais associados, nas operações próprias e em fomentados.

5. Praticar e promover a reciclagem de fibras celulósicas em sua cadeia produtiva.

6. Evitar e prevenir a poluição por meio da redução dos impactos ambientais relacionados a efluentes hídricos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas, considerando constantemente esses elementos na manutenção e melhoria de processos produtivos, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos, em operações florestais e logísticas, e no monitoramento de fornecedores críticos em função de aspectos econômicos e socioambientais.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7. Buscar aplicar as mais eficientes e atuais tecnologias e soluções de engenharia na implantação de novos projetos e empreendimentos, zelando pela proteção da saúde humana, dos recursos naturais e do meio ambiente.

8. Promover o crescimento pessoal e profissional dos seus colaboradores e a busca da melhoria contínua das condições de trabalho, saúde e segurança.

9. Promover uma cultura de disseminação da ética e desenvolver as melhores práticas de governança corporativa.

10. Observar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e orientar suas ações e investimentos para o fortalecimento dessa agenda, agindo de modo propositivo em favor do desenvolvimento socioambiental positivo dos locais onde atua.

11. Praticar a responsabilidade social com foco nas comunidades onde atua de acordo com a plataforma de investimento social privado, com base nas linhas de atuação: desenvolvimento local e educação.

12. Atender à legislação e às normas aplicáveis ao produto, meio ambiente, saúde e segurança.

13. Assegurar que as operações da Companhia busquem constantemente a redução das emissões de gases (GEE).

Certificações

A Klabin foi a primeira empresa brasileira a ser reconhecida pelo *Rainforest Alliance* como "Criadora de Tendências de Desenvolvimento Sustentável", em razão do manejo de suas florestas. A gestão sustentável levou a empresa também a ser a primeira Companhia das Américas do setor de papel e celulose a conquistar a certificação FSC (*Forest Stewardship Council*), em 1998, para suas florestas no Paraná. Em 2004, as áreas florestais de Santa Catarina também receberam o selo verde.

O selo FSC atesta que toda a cadeia de produção da embalagem, desde o manejo florestal, passando pela fabricação do papel e pela conversão, ocorre de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. A certificação também garante a rastreabilidade das matérias-primas em toda a cadeia produtiva.

Apostando no uso múltiplo e racional de suas florestas, a Klabin também promove atividades que permitem o aproveitamento sustentável dos seus ricos recursos naturais. Em 1999, a empresa foi a primeira Companhia do mundo a ter produtos florestais não-madeireiros certificados, devido ao manejo de plantas medicinais e cadeia de custódia de produtos fitoterápicos e fitocosméticos, produzidos no Programa de Fitoterapia da empresa.

Em todas as unidades os indicadores de desempenho ambiental apresentam avanços ano a ano com a implantação de procedimentos padronizados, a exemplo de coleta seletiva de lixo, separação de resíduos, organização da empresa, entre outros. Todos os profissionais envolvidos são treinados para agir preventivamente e no controle e atendimento de urgências ambientais.

A empresa também possui certificações pelas normas ISO 22.000, ISO 9001, OHSAS 18.001 e pelo Instituto *Isega* da Alemanha.

Biodiversidade

A conservação da biodiversidade é uma das práticas de responsabilidade ambiental da Klabin prevista em sua Política de Sustentabilidade. Os resultados alcançados nesse campo são viabilizados pela adoção do sistema de manejo florestal em forma de mosaico, que entremeia áreas de vegetação nativa e de plantio de pínus e eucalipto, formando corredores ecológicos. Dessa forma, é possível manter habitats adequados para a fauna e

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a flora e prever a manutenção da qualidade das águas e o equilíbrio do ecossistema.

Essas práticas garantiram a seleção da Klabin para integrar o livro Casos Exemplares de Manejo Florestal Sustentável na América Latina e no Caribe, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O documento reúne 35 casos em 14 diferentes países dessas regiões, sendo a Klabin a única empresa brasileira destacada em razão do multiuso florestal madeireiro e não madeireiro. As práticas ambientalmente corretas, bem como o manejo adequado da paisagem, propiciam o aproveitamento do potencial produtivo de suas florestas e a proteção de seus recursos naturais.

Monitoramento

Desde o início de suas atividades, a Companhia trabalha para identificar e monitorar a biodiversidade de suas florestas, a partir da identificação de espécies consideradas raras ou em extinção em listas como da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O trabalho de mapeamento e preservação dos ecossistemas leva em consideração regulamentos de órgãos ambientais, é realizado em parceria com instituições de pesquisa e contempla diferentes espécies de animais (mamíferos, aves, répteis, anfíbios, insetos, entre outros), estudadas para a compreensão da dinâmica e das relações com seus habitats. Os resultados das análises possibilitam a aplicação de modelos sustentáveis de manejo.

Associados às atividades de monitoramento, diferentes procedimentos e programas são adotados para proteger essas áreas, como:

- Não realização de atividades nas áreas produtivas adjacentes que causem impacto nas áreas preservadas (exemplos: evitar erosão e carreamento de sedimentos para dentro das áreas de preservação, não utilizar de contornos e não derrubar árvores plantadas).

- Aplicação controlada de produtos químicos, evitando riscos nas áreas protegidas.

Em dezembro de 2019, a Companhia possuía 557 mil hectares de terras, sendo 258 mil hectares de florestas plantadas de pínus e eucalipto, 240 mil hectares de florestas nativas preservadas, 24 mil hectares de área sem plantio e 35 mil hectares distribuídos em estradas, divisórias e benfeitorias entre outras outros.

Toda a madeira plantada passa por processo de colheita mecanizada, o que garante melhor produtividade, confiabilidade e segurança, com menores perdas e custos reduzidos.

Com o início das operações da Unidade Puma, em 2016, a movimentação da Klabin no ano envolveu 14 milhões de toneladas, divididas entre toras de madeira que são vendidas a serrarias, cavacos de pínus e eucalipto, para a fabricação de celulose e papel, e, ainda, resíduos para a produção de energia das fábricas da Klabin.

Ciente da importância da manutenção da biodiversidade para a preservação da vida na natureza, a Klabin adota políticas estratégicas de monitoramento e preservação das diversas espécies de plantas e animais existentes nas florestas nativas da Companhia. Localizada na Fazenda Monte Alegre, em Telêmaco Borba (PR), está instalada uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN) com 3.852 hectares, e em Santa Catarina, encontra-se o Complexo Serra da Farofa, com área total de 4.920 hectares.

Por meio de monitoramento constante são realizados diagnósticos para verificação da quantidade e qualidade das populações, espécies ameaçadas e habitats, além de acompanhamento de emissões e ações corretivas para desvios. A partir dos levantamentos, é elaborado anualmente o plano de manejo das unidades florestais, que inclui os dados de biodiversidade, com o objetivo de reduzir os impactos negativos e ampliar os positivos,

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

além de restaurar áreas para melhoria das condições ambientais das reservas nativas, incrementando recursos para a fauna e flora. Entre os procedimentos adotados estão, por exemplo, a não realização de atividade de impacto em áreas produtivas adjacentes a áreas preservadas.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Companhia não é dependente de suas marcas, patentes, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties. Em relação às marcas, contudo, um grupo de trabalho formado por membros independentes do Conselho de Administração realizou um estudo, com apoio de especialistas independentes, e examinou os impactos da eventual substituição das marcas atualmente usadas pela companhia, tendo formulado recomendações e apontamentos, divulgados ao mercado em 08/04/2020 e também disponíveis no site da Companhia, bem como da CVM.

Para informações adicionais sobre as marcas e patentes detidas pela Companhia, vide item 9.1(b).

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita da Companhia proveniente dos clientes do mercado brasileiro foi de R$ 6,1 bilhões no exercício de 2019, cuja participação na receita líquida total da Companhia foi de 60%. A receita da Companhia proveniente dos clientes do mercado brasileiro foi de R$ 5,5 bilhões no exercício de 2018, cuja participação na receita líquida total da Companhia foi de 55%. Em 2017 esse valor foi de R$ 5 bilhões, cuja participação na receita líquida total foi de 60%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

A receita da Companhia proveniente dos clientes do mercado externo foi de R$ 4,2 bilhões no exercício de 2019, cuja participação na receita líquida total da Companhia foi de 40%. A receita da Companhia proveniente dos clientes do mercado externo foi de R$ 4,5 bilhões no exercício de 2018, cuja participação na receita líquida total da Companhia foi de 45%. Em 2017 esse valor foi de R$ 3,4 bilhões, cuja participação na receita líquida total foi de 40%.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Abaixo segue tabela evidenciando a distribuição da receita líquida de clientes para os exercícios de 2019, 2018 e 2017 nos países estrangeiros.

	Consolidado	
	1/1 a 31/12/2019	
País	Receita ME (R$/milhões)	% na Receita Liquida Total
Áustria	928	9,0%
Estados Unidos	697	6,8%
China	558	5,4%
Argentina	447	4,4%
Itália	211	2,1%
Cingapura	131	1,3%
México	84	0,8%
Arábia Saudita	83	0,8%
Equador	77	0,7%
Outros pulverizados	942	9,2%
	4.158	**40%**

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

	Consolidado	
	1/1 a 31/12/2018	
País	Receita ME (R$/milhões)	% na Receita Liquida Total
Áustria	2.570	57,3%
Argentina	525	11,7%
China	249	5,6%
Equador	91	2,0%
Itália	85	1,9%
México	80	1,8%
Cingapura	73	1,6%
Colômbia	71	1,6%
Paquistão	61	1,4%
Outros pulverizados	678	15,1%
	4.483	**45%**

	Consolidado	
	1/01 à 31/12/2017	
País	Receita Total (R$/milhões)	% na Receita Liquida Total
Áustria	1.636	19,5%
China	498	5,9%
Argentina	320	3,8%
Turquia	83	1,0%
Equador	76	0,9%
Suíça	75	0,9%
África do Sul	67	0,8%
Cingapura	63	0,8%
Colômbia	47	0,6%
Outros pulverizados	488	5,8%
	3.353	**40%**

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes e influência nos negócios da Companhia:

A Companhia exporta para mais de 80 países e está sujeita à regulação desses locais. As autoridades responsáveis pelos países para os quais a Companhia exporta seus produtos poderão revisar normas e regulamentos vigentes e/ou alterar os termos e condições das licenças concedidas à Companhia e/ou de suas subsidiárias, as quais a Companhia deve observar. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Além disso, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas medidas tomadas por países importadores para proteger os produtores locais. A competitividade das companhias do Brasil levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil, e atrasos na alocação dessas quotas ou mudanças na legislação ou políticas relacionadas a essas quotas podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

A fábrica de sacos industriais da Klabin na Argentina está inscrita e é regulada por órgãos que tratam de meio ambiente, leis trabalhistas, regime de tributação e sindicatos e vem cumprindo todas as exigências legais, sem barreiras que impossibilitem a sua operação normal.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Políticas socioambientais

1. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia divulga anualmente seu Relatório de Sustentabilidade. A publicação contém informações e dados sobre a atuação e os resultados da Companhia, assim como descrição das práticas de gestão adotadas para alcançá-los e as perspectivas futuras. O relatório de sustentabilidade leva em conta os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

a. Metodologia

O relatório de Sustentabilidade é elaborado com base nas diretrizes do GRI – Global Reporting Initiative a partir de 2010.

b. Auditada por terceiros

O relatório de Sustentabilidade é verificado por entidade independente, e os números estão em linha com as demonstrações financeiras da Companhia, publicadas anualmente no Relatório de Administração.

c. Link de divulgação externa

http://rs.klabin.com.br/

2. Tem Política de Responsabilidade Socioambiental?

A Klabin possui a Política de Sustentabilidade que orienta suas práticas em relação à responsabilidade socioambiental.

a. Link de divulgação externa

https://www.klabin.com.br/sustentabilidade/

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Outras informações relevantes:

Gestão da sustentabilidade

A Klabin mantém uma estrutura dedicada à gestão da sustentabilidade liderada por uma Gerência Corporativa do tema que engloba quatro áreas: Governança da Sustentabilidade, Responsabilidade Ambiental, Parque Ecológico e Responsabilidade Social.

Além disso, há um Comitê Gerencial de Sustentabilidade integrado por cinco gerentes de áreas estratégicas ligadas aos temas ESG. Sua missão é analisar previamente temas correlatos à sustentabilidade para posterior encaminhamento e validação junto à Comissão Fixa de Sustentabilidade. Esta última, formada por diretores de cinco áreas e um responsável técnico, tem o papel de definir diretrizes e avaliar a necessidade de investimentos e priorizar iniciativas, submetendo temas à análise e aprovação final da Diretoria Executiva.

Reconhecimentos em Sustentabilidade

O reconhecimento por diversas organizações e entidades endossam e valorizam nossas práticas, iniciativas, nossos produtos e processos. A presença em índices e rankings por anos consecutivos, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (desde 2014) e a pontuação de 90,3% no índice de performance ambiental Environmental Paper Company Index 2019 (EPCI) – realizado a cada dois anos pelo WWF -, pela quarta vez consecutiva, chancela o reconhecimento das nossas práticas orientadas para a sustentabilidade.

Em 2019, destaca-se a figuração, pela segunda vez, no “A List”, do CDP, para os programas de Gestão da Água, Mudanças Climáticas, Florestas e Supply Chain. O reconhecimento posiciona a Klabin entre as Companhias líderes na transição para a nova economia sustentável.

Também ocupamos o segundo lugar entre empresas do setor no ranking global do Spott Timber & Pulp, que avalia as informações públicas em relação às políticas, operações e compromissos com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança de 50 produtores de madeira e celulose do mundo.

Veja mais sobre estes e outros prêmios e reconhecimentos em 2019 no site da Klabin: https://klabin.com.br/nossa-essencia/reconhecimentos/

Programas Sociais

Buscamos gerar impactos positivos nas comunidades, considerando a manutenção da qualidade de vida e relações sociais locais. Fortalecemos a agenda econômica social e ambiental das comunidades em que operamos, impulsionando as capacidades de planejamento colaborativo para a gestão pública em direção ao desenvolvimento sustentável.

As diretrizes de ação nesse sentido são pautadas pela Plataforma de Investimento Social Privado Klabin, que sistematiza os investimentos da empresa em quatro linhas de atuação: educação, desenvolvimento local, educação ambiental e desenvolvimento cultural.

A promoção do desenvolvimento local e do relacionamento com as comunidades envolve a avaliação e a mitigação de impactos reais e potenciais relacionados às atividades da empresa, o engajamento com stakeholders para identificação de expectativas e necessidades, as iniciativas de diálogo e de empoderamento local e os projetos de desenvolvimento socioambiental. A gestão desses temas está fundamentada na Política e na Visão de Sustentabilidade da Klabin e na Política de Engajamento com Stakeholders.

KLABIN EDUCAÇÃO

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Iniciativas para o aprimoramento da educação, práticas esportivas e cidadania compõem as ações da Klabin no pilar Educação. Os projetos têm foco na formação de professores e alunos de todas as etapas do ensino (infantil, fundamental, médio, técnico e contraturno escolar) e na melhoria da infraestrutura das escolas. São exemplo os projetos Semeando Educação e as ações da Associação Terra Viva, que incentiva o voluntariado entre os colaboradores da Klabin.

Projeto Klabin Semeando Educação
Programa que oferece consultoria a diretores, pedagogos e professores de 31 escolas públicas estaduais, compartilhando método, boas práticas e ferramentas para melhoria de indicadores de gestão escolar, incluindo formações sobre liderança e ampliação da participação da comunidade escolar. É realizado nos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira e Imbaú, no Paraná, e conta com apoio da consultoria Falconi e colaboradores da Klabin que atuam como facilitadores. O programa foi criado em 2017 e, no período, ofereceu formação para mais de 140 gestores escolares, beneficiando mais de 11 mil alunos.

Após alcançar bons resultados na rede estadual, o programa foi estendido à rede municipal. Nessa nova fase, a iniciativa deverá beneficiar 11 mil alunos, de zero a dez anos, e mil professores, de 65 escolas das áreas urbana e rural dos três municípios.

Terra Viva
A Terra Viva Associação de Voluntários da Klabin, entidade sem fins lucrativos, foi criada em 2003 e desde então organiza e promove ações de cidadania e solidariedade com o apoio de colaboradores e seus familiares. Os projetos podem ser pontuais, como arrecadações de agasalhos, alimentos, leite, doação de sangue, e outras ações relacionadas a datas comemorativas; ou educacionais, a exemplo de orientação na busca do primeiro emprego e aulas técnicas e criativas, como cursos de violão, idiomas, informática, entre outros. Os públicos atendidos vão de crianças e jovens em situação de risco social ou com deficiência física a idosos.

KLABIN PELO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Acreditando no empoderamento econômico, social e cultural das comunidades como caminho para o desenvolvimento das localidades em que atua, as iniciativas de investimento social da Klabin fortalecem as habilidades, os conhecimentos e as potencialidades de cada território. Destacam-se os Fóruns de Desenvolvimento da Comunidade, os programas Matas Legais e Planejando Propriedades Sustentáveis (Matas Sociais), além do projeto de Meliponicultura e Apicultura.

Fóruns da Comunidade
O Fórum de Desenvolvimento da Comunidade teve início em 2015 nos municípios catarinenses de Correia Pinto e Otacílio Costa. Desde então, a iniciativa foi expandida à novos territórios onde a Klabin opera.

Em 2019, criamos o Fórum de Desenvolvimento Local de Angatuba (SP), seguimos as atividades em Goiana (PE) além das reuniões em Otacílio Costa e Correia Pinto (SC). A proposta é envolver diversos atores da sociedade civil organizada, entre eles a Klabin, e defender que todos juntos sejam capazes de buscar um novo modelo de gestão do território com base na discussão de soluções para as questões locais. A iniciativa vem sendo aprimorada com a aplicação do Índice de Progresso Social (IPS), metodologia que mede itens da qualidade de vida do território, de forma independente do desenvolvimento econômico. Saiba mais sobre o indicador no site www.progressosocial.org.br.

Matas Legais
Desenvolvido em parceria com a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), o Matas Legais consiste em ações de planejamento da propriedade rural, conservação, educação ambiental e fomento florestal nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Pequenos e médios proprietários são orientados

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

para atuar de forma mais eficiente, rentável e ecológica. Os produtores fazem cursos, mutirões, visitas de intercâmbio e recebem gratuitamente mudas de plantas nativas. O programa também incentiva a silvicultura com florestas plantadas, tanto com pínus e eucalipto quanto com espécies nativas; o enriquecimento de florestas secundárias; a recuperação de matas ciliares, auxiliando a conservação de fontes hídricas; a agricultura orgânica e o ecoturismo.

Matas Sociais - Planejando Propriedades Sustentáveis
Auxiliar pequenos produtores rurais em 10 municípios no Paraná na realização do Cadastro Ambiental Rural e no planejamento sustentável do uso da propriedade são os objetivos do Matas Sociais. A iniciativa ainda incentiva a agricultura familiar, a permanência no campo, o desenvolvimento da cadeia de produção e consumo na região e o empreendedorismo. Realizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a organização internacional The Nature Conservancy (TNC) e a Apremavi, o Matas Sociais já atendeu mais de 500 propriedades rurais em seus cinco anos de história.

Programa de Apicultura e Meliponicultura
Por meio deste programa, que teve início em 2005, a Klabin cede suas florestas para a criação de abelhas por famílias de pequenos e médios produtores rurais. Além de reforçar a renda familiar, o programa beneficia a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, já que as abelhas fazem a polinização das espécies vegetais, melhorando a produtividade de outras culturas.
Desde o início do Programa foram produzidas e comercializadas 178,7 toneladas de mel.

Diretrizes de Desenvolvimento Regional
Apoiadas nos eixos econômico, social, ambiental e educacional, as Diretrizes de Desenvolvimento Regional (DDR), servem como guia para 12 municípios afetados pelas operações de Puma, no Paraná, na melhoria de indicadores e orienta o melhor aproveitamento de recursos.
Os planos estratégicos de governo e outras iniciativas de apoio à gestão pública municipal, em especial na área de educação, que ainda estão sendo desenvolvidos, são alguns dos produtos gerados visando o desenvolvimento regional sustentável proposto pela Klabin. A iniciativa teve início em 2017.
Entre as diretrizes constam a valorização da agricultura familiar e do turismo regional, ações de abastecimento de água e saneamento, saúde, construções de unidades habitacionais e melhorias viárias, além de educação. A gestão das DDR deve ser feita de forma colegiada pelos municípios, unindo esforços e otimizando reivindicações com base no olhar territorial.

KLABIN AMBIENTAL

Na frente de Educação Ambiental, a Klabin mantém projetos voltados a professores e estudantes das comunidades para disseminar a consciência ecológica, valorizar o respeito ao meio ambiente e a conservação da biodiversidade. Destacam-se os projetos Caiubi, Protetores Ambientais, Crescer, Parque Ecológico e o Programa de Conservação das Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN).

Programa Caiubi
Capacita professores de municípios do Paraná e de Santa Catarina, com o apoio das administrações municipais, instituições e profissionais parceiros para disseminar conceitos de consciência ecológica e contribuir na formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente. Desde 2007, o programa já impactou 442 escolas, mais de 1.200 professores e quase 160 mil alunos.

Protetores Ambientais
Treinamento teórico e prático a estudantes do Ensino Fundamental sobre preservação da natureza, legislação ambiental, aspectos da fauna e da flora locais, primeiros socorros, civismo, moral e ética, para a formação de multiplicadores em educação ambiental. Realizado pela Polícia Ambiental do Estado de Santa Catarina, tem o apoio da Klabin desde 2005. Desde então, já beneficiou mais de 600 adolescentes de 11 a 14 anos em diversos municípios de atuação da empresa em Santa Catarina.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Força Verde Mirim
O projeto teve início em 2014 em Telêmaco Borba (PR) e promove educação ambiental e iniciativas de conscientização sobre o meio ambiente e a importância da conservação de riquezas naturais. Desde seu início, capacitou 346 alunos dos 4º e 5º anos do ensino fundamental de escolas municipais.

Projeto Crescer
Atuamos na capacitação continuada de colaboradores diretos e indiretos sobre questões ambientais, de saúde, gestão familiar, qualidade de vida e crescimento profissional, entre outros. O projeto ocorre em Santa Catarina e no Paraná abrangendo, respectivamente, 4 mil e 6.304 pessoas, entre colaboradores próprios e terceiros, em atividades diversas.

Parque Ecológico
Criado na década de 1980 e localizado na Fazenda Monte Alegre (PR), o Parque Ecológico da Klabin possui uma área de 11 mil hectares, sendo que 71% são formados de florestas naturais. As atividades realizadas no local estão voltadas para a conservação da biodiversidade, a reabilitação de animais, a preservação de espécies em extinção, o desenvolvimento de pesquisas científicas e o apoio aos projetos de educação ambiental.

KLABIN CULTURAL

Entre as iniciativas da Klabin que valorizam o desenvolvimento cultural por meio das expressões artísticas estão as atividades do Centro Cultural Vera Lafer, como Meninas Cantoras da Klabin, Passo Certo, Nossa Língua Digital e Decolar, e projetos das Fundações Ema e Eva Klabin.

Meninas Cantoras da Klabin
Instituído em 2004 na Unidade Monte Alegre e expandido para a Unidade Puma em 2017, ambas no Paraná, Meninas Cantoras da Klabin é um grupo composto por filhas de colaboradores da empresa e jovens da comunidade de Telêmaco Borba e de Ortigueira com idade a partir de 7 anos. Promove a prática do canto coral e proporciona noções de teoria musical, ritmo e técnica vocal.

Passo Certo
Constituído em agosto de 2008 na Unidade Monte Alegre, em parceria com o Studio 3 Cia. de Dança e expandido para a Unidade Puma em 2017, o programa é composto por atividades de dança contemporânea e capoeira para crianças e adolescentes, filhos de colaboradores da empresa e jovens da comunidade de Telêmaco Borba e de Ortigueira, a partir dos 6 anos.

Nossa Língua Digital
Em parceria com o Instituto Jaborandi, busca aprimorar as habilidades de comunicação oral e escrita de jovens com idade entre 13 e 18 anos, filhos de colaboradores e moradores da comunidade de Telêmaco Borba (PR). Usa novas tecnologias da informação e comunicação. Tem o apoio da tecnologia para tratar de temas como identidade, sexualidade, meio ambiente, cidadania, drogas, entre outros.

Ações no combate ao COVID-19

Desde o início da pandemia, a Companhia vem trabalhando ativamente em medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19) entre os seus colaboradores e a comunidade. Além do reforço no protocolo de higiene e na propagação de informações relevantes em seus canais de comunicação, a Klabin segue alinhada com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), adotando diversas medidas, entre elas o cancelamento de viagens, implementação de comitês médicos e de monitoramento em todas as suas unidades, flexibilização da rotina e gestão de trabalho remoto, adoção de sistema de turno alternados e serviço de alimentação de forma individualizada.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Adicionalmente, e visando ampliar estas medidas de prevenção, no dia 23 de março a Companhia anunciou o processo de desmobilização temporária de profissionais envolvidos nas obras de construção civil e montagem do Projeto Puma II, que contava naquela data com aproximadamente 4.500 profissionais. Em meados de abril a Companhia iniciou a reintegração gradual de alguns destes profissionais, em grande maioria daqueles residentes no estado do Paraná. Reforçando protocolos sanitários e implementando diversas medidas de reforço das condições de higiene no local, a concretização da retomada integral das obras e de seus profissionais ainda está sujeita a avaliação nas próximas semanas do cenário epidemiológico da COVID-19, especialmente nas regiões próximas ao site.

Todas estas iniciativas, que têm como objetivo garantir a segurança de seus colaboradores e priorizar a saúde e o bem-estar de todos, asseguram também a manutenção das atividades operacionais da Klabin, maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do país, para garantir a produção de embalagens que envasam, protegem, acondicionam e transportam itens de primeira necessidade, importantes para a população, em especial nos segmentos de alimentos industrializados e in natura (leites, proteínas, farinha de trigo, frutas, congelados e outros gêneros); de higiene pessoal e hospitalar (fraldas infantis e geriátricas, absorventes higiênicos para leitos hospitalares, toalhas de papel e papel higiênico); e produtos de limpeza (detergentes, desinfetantes, álcool, entre outros). Vale destacar que a Klabin conta com aproximadamente 80% da sua produção total direcionada aos segmentos de alimentação, higiene e limpeza, considerados de primeira necessidade. Também é a única produtora de celulose fluff no Brasil, insumo primordial para a produção de fraldas descartáveis.

Ciente da importância para as comunidades onde atua e o do seu papel no cenário econômico brasileiro, a Klabin já destinou mais de R$ 10 milhões em doações e iniciativas para o combate à COVID-19. Além do aporte financeiro, as ações contam também com a mobilização de diferentes recursos e experiências da Companhia, com foco em saúde e assistência social, priorizando o cuidado com as comunidades nas regiões onde a empresa possui operações, além de setores desamparados em meio à crise, como por exemplo o de catadores de materiais recicláveis. Dentre essas iniciativas, destacam-se:

- A área de Pesquisa e Desenvolvimento da Klabin desenvolveu uma formulação inédita de álcool em gel feita a partir de MFC (celulose microfibrilada). A matéria-prima substitui o carbopol, importante insumo importado para a fabricação de álcool em gel, que está em falta no mercado.

- Em parceria com o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura de Telêmaco Borba, a Klabin iniciou as adequações de construção civil para instalação de leitos de UTI e leitos de enfermaria para a abertura de um Hospital de Campanha no Paraná, que atenderá exclusivamente os pacientes infectados pelo Coronavírus de sete municípios da região.

- Participação da Campanha Salvando Vidas, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimeto (BNDES), para a entrega de suprimentos e equipamentos como máscaras, luvas e ventiladores pulmonares a Hospitais filantrópicos e Santas Casas.

- A Klabin integra o consórcio do Governo Federal conjuntamente com outras empresas para fabricação de 6,5 mil ventiladores pulmonares da Magnamed, que aumentará significativamente a oferta do produto no país.

- Doação de cerca de 100 mil itens hospitalares e de higiene e mais de 400 mil embalagens de papelão ondulado para transporte de alimentos e produtos de higiene para hospitais, entidades, instituições e comunidades de todo o Brasil.

- Doação de recursos para a organização ‘Pimp My Carroça’, que gerará renda mínima aos catadores em âmbito nacional.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

- Doação de 4 toneladas de papel para a produção de copos descartáveis destinados a grandes hospitais.
Por meio das medidas de prevenção e de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19, a Klabin reforça seu compromisso com o bem-estar dos seus times, seus familiares e de toda a sociedade. Finalmente, A Companhia destaca o compromisso dos nossos colaboradores, principalmente os que estão nas operações florestais e fabris à frente da produção de bens essenciais para o abastecimento da cadeia básica do país.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. Negócios extraordinários:

Não houve aquisição ou alienação relevantes nos períodos que não se enquadram como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas Controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas Controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações Relevantes – Negócios extraordinários

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “8”.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia são constituídos substancialmente por seu ativo imobilizado e ativos biológicos.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	BA	Imbassaí	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	SP	Jundiaí	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Papel	Brasil	SP	Angatuba	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Papel	Brasil	SC	Correia Pinto	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão e Reciclados	Brasil	PE	Goiana	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	RS	São Leopoldo	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Argentina			Própria
Glebas de terras de 4.547 hectares, com 1.815 hectares de florestas plantadas	Brasil	SP		Própria
Glebas de terras de 4.245 hectares, com 2.891 hectares de florestas plantadas	Brasil	SP		Arrendada
Glebas de terras de 99.290 hectares, com 40.641 hectares de florestas plantadas	Brasil	SC		Própria
Glebas de terras de 25.574 hectares, com 8.677 hectares de florestas plantadas	Brasil	SC		Arrendada
Glebas de terras de 297.100 hectares,com 152.389 hectares de florestas plantadas	Brasil	PR		Própria
Glebas de terras de 58.943 hectares, com 18.166 hectares de florestas plantadas	Brasil	PR		Arrendada
Parque Industrial - Fábrica de Papel	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	SP	Jundiaí	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão e Reciclados	Brasil	SP	Piracicaba	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	MG	Betim	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Papel	Brasil	SC	Otacílio Costa	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Celulose	Brasil	PR	Ortigueira	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	PR	Rio Negro	Própria
Parque Industrial - Fábrica de Conversão	Brasil	AM	Manaus	Própria
Glebas de terras de 11.541 hectares, com 7.141 hectares de florestas plantadas	Brasil	SC		Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EUKALINER Norminativa 2324119 (MÉXICO)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PineFluff Nominativa 1292854 (CHILE)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PineFluff Mista 1292855 (CHILE)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PineFluff Mista 1292856 (CHILE)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	FIBER SOLUTION Mista Ncl(11) 01 915978636 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	FIBER SOLUTION Mista Ncl(11) 01 915978660 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	LIVE SUSTAINABILITY. Mista Ncl(11) 01 915978938 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LIVE SUSTAINABILITY. Mista Ncl(11) 01 915978997 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	CARTÃO KRAFTLINER MASTER Nominativa 16/10 817382925 (BRASIL)	19/09/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KAPATEST Nominativa 16/10 817107223 (BRASIL)	09/04/2023	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa (MÉXICO)	16/05/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa (NORUEGA)	12/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa (SUÍÇA)	25/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa (COMUNIDADE EUROPÉIA)	25/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PineFluff Mista 3735470 (ARGENTINA)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PineFluff Mista 3735471 (ARGENTINA)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	KLA SET Nominativa 16/10 812296214 (BRASIL)	14/03/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PineFluff Nominativa 3735472 (ARGENTINA)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	EUKALINER Nominativa 8432020 (BOLÍVIA)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	'PineFluff Nominativa 1917746 (CANADÁ)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	'PineFluff Mista 1917752 (CANADÁ)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	'PineFluff Mista 1917758 (CANADÁ)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	KLABIN EXPORT Mista NCL(7) 01 824137485 (BRASIL)	30/10/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	'KLAFOLD Nominativa 'TMA819826 (CANADÁ)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	SOLUÇÃO EM FIBRAS Mista Ncl(11) 01 915978695 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	SOLUÇÃO EM FIBRAS Mista Ncl(11) 01 915978776 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	SUSTENTABILIDADE VIVA SUSTENTABILIDADE VIVA Mista Ncl(11) 01 915979039 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	SUSTENTABILIDADE VIVA SUSTENTABILIDADE VIVA Mista Ncl(11) 01 915979098 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUSTENTABILIDADE VIVA. Mista Ncl(11) 01 915978849 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	SUSTENTABILIDADE VIVA. Mista Ncl(11) 01 915978890 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	LIVE SUSTAINABILITY LIVE SUSTAINABILITY Mista Ncl(11) 01 915979128 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	EUKALINER Nominativa 18193548 (COMUNIDADE EUROPÉIA)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	EUKALINER Mista 18193550 (COMUNIDADE EUROPÉIA)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	NORCELL Nominativa NCL(8) 31 814657028 (BRASIL)	04/12/2020	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	NORCELL Nominativa NCL(8) 16 814657036 (BRASIL)	26/12/2020	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NORCELL Nominativa NCL(8) 04 814657079 (BRASIL)	26/12/2020	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	NORCELL Nominativa NCL(8) 01 814657010 (BRASIL)	26/12/2020	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	SAFEKRAFT Nominativa 16/10.20 815555920 (BRASIL)	02/06/2022	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD Nominativa 16 815555911 (SUIÇA)	25/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	SUPERKRAFT Nominativa 16/10 7029020 (BRASIL)	25/11/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLASACK Mista NCL (10) 16 905723376 (BRASIL)	01/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLASACK Mista NCL (10) 16 905723392 (BRASIL)	01/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	KLASACK Nominativa NCL(10) 16 905723422 (BRASIL)	01/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	SAKOLA Mista NCL (10) 16 905723449 (BRASIL)	01/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	SAKOLA Mista NCL (10) 16 905723481 (BRASIL)	01/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	STRETCH KRAFT Nominativa 16/10.20 815555890 (BRASIL)	02/06/2022	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PUMA Figurativa NCL (10) 01 910390606 (BRASIL)	20/02/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PUMA Figurativa NCL (10) 01 910390614 (BRASIL)	20/02/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	LYPTUSCEL Nominativa NCL(10) 01 910390355 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LYPTUSCEL Mista NCL(10) 01 910390363 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	LYPTUSCEL Mista NCL(10) 01 910390380 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	LYPTUSFLUFF Nominativa NCL(10) 01 910390398 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	LYPTUSFLUFF Mista NCL(10) 01 910390410 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	LYPTUSFLUFF Mista NCL(10) 01 910390452 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	EUKALINER Nominativa 202015104 (EQUADOR)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PINECEL Nominativa NCL(10) 01 910390479 (BRASIL)	20/02/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PINECEL Mista NCL (10) 01 910390487 (BRASIL)	20/02/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PINECEL Mista NCL (10) 01 910390495 (BRASIL)	20/02/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PINEFLUFF Nominativa NCL(10) 01 910390509 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PINEFLUFF Mista NCL (10) 01 910390533 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PINEFLUFF Mista NCL (10) 01 910390541 (BRASIL)	30/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA EM RECIPIENTE PORTA - COPOS	05/02/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A/EM MOBILIÁRIO	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A/EM MOBILIÁRIO	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	PAPEL KRAFTLINER DE FIBRA QUÍMICA CURTA	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	PAPEL E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE PAPEL UTILIZANDO CELULOSE MICROFIBRILADA NA POLPA DE CELULOSE	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA EM SACO DE PAPEL	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLABIN Nominativa 16/10 6275346 (BRASIL)	10/04/2026	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. A extinção do respectivo Contrato de Licenciamento firmado com KIC e Sogemar resultaria na perda do direito de uso da marca pela companhia.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes. Um Grupo de Trabalho formado por membros independentes do Conselho de Administração realizou um estudo com apoio de especialistas independentes e concluiu no sentido de que eventual substituição das marcas atualmente usadas pela companhia seria custosa e acarretaria riscos relevantes.
Marcas	KLABIN Nominativa (ARGENTINA)	20/04/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	KLACE Nominativa 1/60 815544065 (BRASIL)	10/11/2022	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLACE Nominativa 16/10 815544081 (BRASIL)	26/12/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLACELL Nominativa 16/10 815545037 (BRASIL)	29/09/2022	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLACELL Nominativa 1/60 815545029 (BRASIL)	09/02/2023	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLABIN DO PARANÁ Nominativa NCL(8) 31 730082750 (BRASIL)	27/10/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 01 822647753 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 01 822848295 (BRASIL)	22/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 04 822647745 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 04 822906139 (BRASIL)	08/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 06 822647737 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 06 822928442 (BRASIL)	13/02/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 07 822703653 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 07 822928450 (BRASIL)	01/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 16 822703688 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 16 822848287 (BRASIL)	22/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 17 822703661 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 17 822881667 (BRASIL)	22/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	PAPEL E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE PAPEL UTILIZANDO CELULOSE MICROFIBRILADA ENTRE SUAS CAMADAS	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 19 822647761 (BRASIL)	24/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 19 822946009 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 31 822700042 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 31 822945991 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 36 822647770 (BRASIL)	24/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 36 822887169 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 37 822947129 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 39 822700034 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 39 822948648 (BRASIL)	11/11/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 42 822700026 (BRASIL)	30/09/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 42 822647788 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	"K" Figurativa NCL(7) 42 822948630 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	CELUCAT Norminativa 16 824270002 (ARGENTINA)	09/11/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 01 824135849 (BRASIL)	15/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 01 824134834 (BRASIL)	15/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD Nominativa 3677372 (ESTADOS UNIDOS)	01/09/2019	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 04 824134850 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 04 824135857 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 06 824134842 (BRASIL)	10/02/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 06 824135865 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 07 824134877 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 07 824135873 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 16 824135881 (BRASIL)	21/07/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 17 824135890 (BRASIL)	26/09/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 19 824134893 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 19 824135962 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 31 824134907 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 31 824135954 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 37 824135938 (BRASIL)	12/04/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 36 824135946 (BRASIL)	12/04/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 36 824134915 (BRASIL)	12/04/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	KLAMULTI Norminativa 16 824135938 (CANADÁ)	07/10/2026	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 39 824134931 (BRASIL)	10/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 39 824135920 (BRASIL)	22/07/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 42 824135911 (BRASIL)	10/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - HORIZONTAL Mista NCL(7) 42 824134940 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 01 824133315 (BRASIL)	15/01/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD Norminativa 16 824132190 (MÉXICO)	15/05/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PineFluff Nominativa 5887318 (ESTADOS UNIDOS)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 04 824132203 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 04 824133307 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 06 824133293 (BRASIL)	10/02/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 06 824132220 (BRASIL)	10/02/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 07 824132211 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 07 824133277 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 16 824132238 (BRASIL)	24/02/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 16 824133285 (BRASIL)	24/02/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 19 824132254 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 19 824133250 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 31 824132262 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 31 824133242 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 36 824132289 (BRASIL)	05/04/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 36 824133234 (BRASIL)	05/04/2021	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD Norminativa 16 36 824134915 (NORUEGA)	27/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 39 824132270 (BRASIL)	10/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 39 824133218 (BRASIL)	10/06/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 42 824132300 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	K KLABIN - VERTICAL Mista NCL(7) 42 824133200 (BRASIL)	11/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD Nominativa NCL(9) 16 829523553 (BRASIL)	23/02/2030	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	KLAFOLD BF Nominativa NCL(9) 16 829473483 (BRASIL)	23/02/2030	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAFOLD FZ Nominativa NCL(9) 16 829473440 (BRASIL)	23/02/2030	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	PineFluff Mista 5887319 (ESTADOS UNIDOS)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	PineFluff Mista 5887320 (ESTADOS UNIDOS)	15/10/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	KLAFOLD Nominativa (COMUNIDADE EUROPÉIA)	25/03/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa NCL(9) 16 829523480 (BRASIL)	23/02/2030	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KLAMULTI Nominativa (ESTADOS UNIDOS)	19/05/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EUKALINER Nominativa 16/10 811508560 (BRASIL)	13/08/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	EUKALINER (FRANÇA)	19/06/2024	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	EUKALINER (ITÁLIA)	01/08/2024	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	EUKALINER Nominativa 88779298 (ESTADOS UNIDOS)	14/03/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Marcas	LIVE SUSTAINABILITY LIVE SUSTAINABILITY Mista Ncl(11) 01 915979152 (BRASIL)	20/08/2029	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes.
Patentes	DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA EM SACO DE PAPEL	26/09/2042	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A/EM SUPORTE PARA EXPOSIÇÃO	08/08/2044	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	CONFIGURAÇÃO APLICADA A/EM CAIXA	11/09/2044	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Patentes	DISPOSIÇÃO CONSTRUTIVA INTRODUZIDA EM BERÇO SUPORTE PARA BOBINAS	11/09/2044	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	EUKALINER (REINO UNIDO)	14/06/2025	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KAPAKRAFT NEVADO Nominativa 20/35 6761372 (BRASIL)	25/09/2028	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes
Marcas	KAPAKRAFT NEVADO Nominativa NCL(8) 16 825738539 (BRASIL)	09/10/2027	O pagamento periódico de taxas correspondentes à proteção decenal da marca, devidas ao INPI é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular	Fim do direito de uso exclusivo da marca. Em decorrência, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços e/ou produtos concorrentes

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Celucat S.A.	05.563.019/0001-60	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação em outras companhias	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	10.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Florestal Vale do Corisco Ltda	04.788.536/0001-74	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Reflorestamento e comércio de madeira	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-2,826500	0,000000	11.919.000,00	**Valor contábil**	31/12/2018	160.970.000,00		
31/12/2018	-3,507200	0,000000	11.985.000,00					
31/12/2017	-68,465700	0,000000	5.100.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento das atividades florestais								
Guaricana Reflorestadora S.A.	31.231.718/0001-12	-	Controlada	Brasil	PR	Curitiba	Reflorestamento	34,740000
				Valor mercado				
31/12/2019	13,666900	0,000000	4.914.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	110.756.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

Captação de recursos para reflorestamento

Ikapê Empreendimentos Ltda.	81.399.230/0001-77	-	Controlada	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Hotelaria	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	13,689700	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	3.297.000,00
31/12/2018	10,919300	0,000000	0,00			
31/12/2017	-38,191100	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de rendimentos futuros

Klabin Argentina S.A.		-	Controlada	Argentina			Sacos Industriais	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	21,489900	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	11.172.000,00
31/12/2018	-56,895900	0,000000	0,00			
31/12/2017	-38,576000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de rendimentos futuros

Klabin Austria		-	Controlada	Áustria			Comercialização de produtos próprios no mercado externo	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	450,334400	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	187.829.000,00
31/12/2018	212,799600	0,000000	0,00			
31/12/2017	1044,925600	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Comercialização de produtos próprios no mercado externo

Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	76.171.479/0001-90	-	Controlada	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Fabricação de produtos fitoterápicos	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	245,914600	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	1.138.000,00
31/12/2018	-47,777800	0,000000	0,00			
31/12/2017	-12,378300	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expectativa de rendimentos futuros

Klabin Finance		-	Controlada	Luxemburgo			Captação de recursos financeiros no exterior	100,000000

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	-19,393100	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	86.471.000,00		
31/12/2018	52,743800	0,000000	0,00					
31/12/2017	31,220800	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Captação de recursos financeiros no exterior								
Klabin Fitoprodutos Ltda.	19.013.389/0001-38	-	Controlada	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Produção e comercialização de fitoprodutos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	8,498600	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	1.149.000,00		
31/12/2018	160,196600	0,000000	0,00					
31/12/2017	-24,208600	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Produção e comercialização de fitoprodutos								
Klabin Florestal Ltda.	76.171.453/0001-42	-	Controlada	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Plantio de florestas	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-1,603200	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	1.473.000,00		
31/12/2018	-1,188500	0,000000	0,00					
31/12/2017	-1,173800	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Klabin Forest Products Company		-	Controlada	Estados Unidos			Comercialização de produtos próprios no mercado externo	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	27,761800	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	4.441.000,00		
31/12/2018	27,747200	0,000000	0,00					
31/12/2017	11,197400	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Klabin Limited		-	Controlada	Ilhas Cayman			Participação em outras companhias	100,000000

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	-1,038700	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	56.305.000,00		
31/12/2018	17,780200	0,000000	0,00					
31/12/2017	-34,985200	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Klabin Overseas		-	Controlada	Brasil	SP		Participação em outras companhias	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	3.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Klabin Paranaguá S.A.	35.703.702/0001-16	-	Controlada	Brasil	PR	Paranaguá	Prestação de serviços portuários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	20.000.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Prestação de serviços portuários								
Klabin Trade		-	Controlada	África do Sul			Comercialização de produtos próprios no mercado externo	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	0,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Monterla Holdings S.A.	05.867.677/0001-45	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Reflorestamento	100,000000

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	14,495500	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	262.000,00		
31/12/2018	-0,388300	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Reflorestamento								
Pinus Taeda Florestal S.A.	22.840.050/0001-10	-	Coligada	Brasil	PR		Captação de recursos para reflorestamento (aquisição em 2020)	25,500000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Captação de recursos para reflorestamento								
Riohold Holdings		-	Controlada	Brasil	SP		Participação em outras companhias	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	51.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Santa Catarina Florestal	05.905.802/0001-64	-	Controlada	Brasil	SP		Participação em outras companhias	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-28685,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	-283.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expectativa de rendimentos futuros								
Sapopema Reflorestadora S.A.	31.371.665/0001-35	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Reflorestamento	22,880000

					Valor mercado			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		**Valor contábil**	31/12/2019	70.343.000,00	
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Captação de recursos para reflorestamento

Sociedades em Conta de Participação - Araucária	29.386.065/0001-07	-	Controlada	Brasil	PR		Reflorestamento	69,000000

					Valor mercado			
31/12/2019	-50,585900	0,000000	0,00		**Valor contábil**	31/12/2019	90.830.000,00	
31/12/2018	11,449600	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Captação de recursos para reflorestramento

Sociedades em Conta de Participação - GC Forest	22.758.102/0001-03	-	Controlada	Brasil	PR		Reflorestamento	71,000000

					Valor mercado			
31/12/2019	0,000000	0,000000	125.000,00		**Valor contábil**	31/12/2019	103.410.000,00	
31/12/2018	-4,199300	0,000000	145.000,00					
31/12/2017	-13,499700	0,000000	122.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Captação de recursos para reflorestamento

Sociedades em Conta de Participação - Harmonia	26.811.464/0001-71	-	Coligada	Brasil	PR		Reflorestamento	71,000000

					Valor mercado			
31/12/2019	-8,012500	0,000000	0,00		**Valor contábil**	31/12/2019	201.788.000,00	
31/12/2018	13,998500	0,000000	0,00					
31/12/2017	3,661500	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Captação de recursos para reflorestramento

Sociedades em Conta de Participação - Monte Alegre	22.673.431/0001-51	-	Controlada	Brasil	PR		Reflorestamento	75,000000

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	11,274100	0,000000	292.000,00	**Valor contábil**	31/12/2019	227.840.000,00		
31/12/2018	3,809300	0,000000	325.000,00					
31/12/2017	-23,242100	0,000000	2.014.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Captação de recursos para reflorestamento								
Sociedades em Conta de Participação - Serrana	28.362.229/0001-95	-	Coligada	Brasil	SC		Reflorestamento	69,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	85,158100	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	189.809.000,00		
31/12/2018	14,286200	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Captação de recursos para reflorestamento								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Áreas de Preservação Permanente

A Companhia mantém e trabalha para a melhoria da qualidade ambiental em suas áreas de preservação permanente. Áreas privadas que têm seus limites definidos em lei, colaboram para a manutenção da biodiversidade, qualidade do ar, água e solo, de forma global. As florestas preservadas contribuem para o equilíbrio ambiental e sustentabilidade do negócio florestal.

Seguros

Para proteção de seus riscos operacionais, ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que poderiam impactar o patrimônio e operações.

Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de risco operacional, incluindo lucros cessantes e diversas outras coberturas para danos materiais envolvendo todas as instalações industriais, administrativas e estoque.

A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de responsabilidade civil geral, responsabilidade civil D&O, transporte nacional e internacional, florestal, onde a soma dos limites máximos de indenização dos seguros chega ao montante de R$ 4.4 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuidade e desenvolvimento de suas operações.

As receitas provêm de vendas para o mercado interno e externo de papéis e cartões para embalagens, celulose fibra curta, celulose fibra longa, caixas de papelão, sacos de papel e madeira para serrarias.

A diretoria mantém estratégia financeira focada na manutenção de elevada posição disponível em caixa e alongado perfil da dívida.

Índices	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Liquidez corrente	4,40	2,93	3,15
Liquidez geral	0,57	0,54	0,58
Dívida líquida/ EBITDA ajustado	3,3	3,1	4,1
EBITDA ajustado/ Ativo total	12,46%	13,58%	8,96%
Lucro líquido/ Patrimônio Líquido	11,82%	2,97%	7,36%

Nos três exercícios demonstrados acima, o ativo circulante foi superior ao passivo circulante em R$ 10,6 bilhões, R$ 7,2 bilhões e R$ 8 bilhões, em 2019, 2018 e 2017 respectivamente, representando índices de liquidez corrente de 4,40 ao final de 2019, 2,93 ao final de 2018 e 3,15 ao final de 2017, sendo também positivos quanto ao índice de liquidez geral nos três exercícios em questão, correspondentes a 0,57, 0,54 e 0,58, respectivamente.

Destaca-se em relação às posições mencionadas acima a evolução consistente na geração operacional de caixa e a manutenção de uma política de sólida posição de caixa. Adicionalmente, por conta do projeto de expansão de celulose (Projeto Puma) houve incremento no endividamento para financiar os gastos realizados ao longo do projeto, finalizado em março de 2016. A curva de aprendizado do projeto (*ramp up*) se deu ao longo de 2016 e foi concluída no encerramento de junho de 2017. Desta forma alguns indicadores, tais como aqueles relacionados ao EBITDA ajustado, refletem os resultados de um período completo de 12 meses de operação do Projeto Puma a plena carga apenas em 2018.

Com o início das operações do Projeto Puma e fim do *ramp up* a relação dívida líquida/EBITDA ajustado apresentou queda em relação aos anos anteriores com consequente maior geração de EBITDA ajustado. Para o exercício de 2019, a Companhia iniciou um novo projeto de expansão (Puma II), para construção de duas novas máquinas de papel, com investimento previsto de R$ 9,1 bilhões, já havendo desembolsos da ordem de R$ 1,3 bilhão em 2019, impactando a endividamento líquido da Companhia.

O índice de EBITDA/ativo total cresce de forma constante nos exercícios apresentados, em decorrência do início das operações da planta de celulose, na medida em que a geração de caixa (EBITDA ajustado) aumenta refletindo o desempenho da nova fábrica de celulose, porém apresenta queda em 2019 por conta do Puma II, com aquisição de ativos de R$ 1,3 bilhão, ainda sem geração de caixa até a finalização do projeto, sendo parte em 2021 e parte em 2023.

Para demonstração dos índices de desempenho financeiro, a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado ao invés do Lucro Líquido, pois este indicador exclui os efeitos cambiais sobre os passivos financeiros e a variação do valor justo dos ativos biológicos, presentes de forma relevante no demonstrativo de resultado impactando o resultado líquido.

b) Estrutura de capital

O capital de terceiros da Companhia é composto por financiamentos captados no mercado financeiro e de capitais, substancialmente para o desenvolvimento de seu ativo imobilizado e alongamento de perfil de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívida. O capital próprio é constituído das ações da Companhia representando o capital de seus acionistas.

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta um percentual de 19% de capital próprio sobre o ativo total e 81% do capital de terceiros sobre o ativo total.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das previstas na legislação societária.

Endividamento (R$ mil)	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Curto prazo	1.274.542	1.975.465	2.469.900
Longo prazo	22.810.730	17.470.207	17.079.511
Endividamento bruto	**24.085.272**	**19.445.672**	**19.549.411**
Caixa, equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(9.730.915)	(7.047.204)	(8.271.595)
Endividamento líquido	**14.354.357**	**12.398.496**	**11.277.816**
Patrimônio líquido	**6.501.273**	**6.533.230**	**7.234.151**

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Em complemento à posição atual de caixa, compõe a posição de liquidez da Klabin uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility)* de US$ 500 milhões, com prazo de disponibilidade de 5 anos e custo financeiro de 0,4% a.a. Caso a linha seja sacada, o custo deste financiamento seria de Libor + 1,35% a.a. Adicionalmente, a Companhia também dispõe de linhas de financiamento vinculadas à execução do Projeto Puma II e ainda não sacadas: (i) BID *Invest e IFC*, no total de US$ 800 milhões; (ii) Finnvera, no total de US$ 245 milhões; (iii) BNDES no total de R$ 3 bilhões, dos quais R$ 500 milhões já foram sacados.

Em 2019 a Companhia realizou um trabalho de Gestão de Passivos (*liabilty Management*), fazendo com que a parcela do endividamento de curto prazo fosse reduzida de 11% ao final de 2018 para 5% ao final de 2019, além de aumentar o prazo médio do endividamento, passando de 48 meses ao final de 2018 para 96 meses ao final de 2019.

Caso seja necessário contrair financiamentos para investimentos de novos projetos e aquisições, a Companhia entende ter capacidade para contratá-los. O caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é suficiente para amortizar aproximadamente 67 meses de seu endividamento financeiro a vencer.

Conforme informado no comunicado ao mercado de 19 de março de 2020, apesar de enfrentar grande volatilidade nos mercados financeiros, a Klabin conta com robusta situação de caixa, perfil da dívida alongado e Projeto Puma II 100% financiado. Portanto, não enxergamos nesse momento qualquer sinal de risco de liquidez na Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Adicionalmente ao caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Companhia capta recursos de forma diversificada no mercado doméstico e no exterior através de operações bilaterais, sindicalizadas, junto às agências de financiamento e ao mercado de capitais para financiar capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes.

Para grandes projetos a Companhia utiliza-se de linhas de financiamento captadas junto ao BNDES e agências multinacionais de importação ou a emissão de ações ou títulos nelas conversíveis ou não.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem enfrentado situação de deficiência de liquidez. Em eventual deficiência de liquidez, a Klabin dispões de uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*), não sacada, no montante total de US$ 500 milhões.

A Klabin também dispõe de linhas de financiamento vinculadas à execução do Projeto Puma II e ainda não sacadas: (i) BID *Invest e IFC*, no total de US$ 800 milhões; (ii) Finnvera, no total de US$ 245 milhões; (iii) BNDES no total de R$ 3 bilhões, dos quais R$ 500 milhões já foram sacados.

Com o agravamento da pandemia do COVID-19 e os desdobramentos dessa crise, a Companhia ressalta que podem existir dificuldades de liquidez nos mercados internacionais, desfavorecendo novas captações nesse momento.

Contudo, apesar de enfrentar grande volatilidade nos mercados financeiros, a Klabin conta com robusta situação de caixa, perfil da dívida alongado e Projeto Puma II 100% financiado. Portanto, não enxergamos nesse momento qualquer sinal de risco de liquidez na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

(R$ mil)	Juros Anuais %	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto Puma	6,0 ou TJLP + 1,98 a 2,48	-	1.678.295	1.952.507
. BNDES - Projeto Puma II	TLP + 3,58	500.592	-	-
. BNDES - Outros	TJLP + 2,06 a 3,28	100.183	84.463	141.639
. BNDES - FINAME	2,5 a 5,5 ou TJLP + 2,06 a 3,28	19.729	110.384	208.293
. Notas de crédito à exportação	102 a 105 do CDI	983.531	2.925.262	818.478
CRA	95 a 102 do CDI ou IPCA + 3,50% a IPCA + 4,51%	3.795.817	1.815.251	1.460.487
. Outros	0,76 a 8,75 ou TJLP	20.898	37.359	61.208
(-) Comissões		(270.594)	(65.429)	(27.922)
		5.150.156	**6.585.585**	**4.614.690**
Em moeda estrangeira (*)				
. BNDES - Projeto Puma	USD + 7,18	-	1.094.332	1.088.160
. BNDES – Outros	USD + 6,37 a 6,70	12.648	43.530	69.678
. Pré-pagamentos exportação	USD + Libor 1,35 a 2,20 ou USD 5,40 + 6,25	3.231.493	4.559.069	6.751.043
. Notas de crédito à exportação	5,64 a 5,67	1.883.279	586.100	978.107
.BID	USD + Libor + 1,40 a 1,78 ou USD + 1,00	-	841.479	871.058
.Finnvera	USD + Libor + 0,82 a 1,05 ou USD + 3,88	988.983	1.115.071	1.088.097
. ECA	EUR + 0,45%	33.991	38.428	-
. Ganho/perda com instrumentos derivativos (swap)	4,70 a 5,67	400.073	114.125	-
. Bonds (Notes)	USD + 4,88 a 7,00	8.277.741	3.947.634	3.370.180
. Pré-pagamentos exportação (Notes)		2.447.136	-	-
(-) Comissões		(184.325)	(142.357)	(155.472)
		17.091.019	**12.197.411**	**14.060.851**
Total Financiamentos		**22.241.175**	**18.782.996**	**18.675.541**
. Debêntures 6ª emissão	USD + 8,0	-	-	177.597
. Debêntures 7ª emissão	IPCA + 2,5 a 7,5	620.308	662.676	696.273
. Debêntures 12ª emissão	114,65% do CDI	1.223.789	-	-
Total Endividamento		**24.085.272**	**19.445.672**	**19.549.411**
Curto prazo		1.274.542	1.975.465	2.469.900
Longo prazo		22.810.730	17.470.207	17.079.511
		24.085.272	**19.445.672**	**19.549.411**
(*) Em dólares norte-americanos				

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela seguinte contém as dívidas financeiras contraídas (em milhares de reais), de acordo com informação disponível nas Notas Explicativas 15 e 16 que acompanha as Demonstrações Financeiras de 2019.

O quadro abaixo demonstra o cronograma de vencimento dos financiamentos de longo prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Valor (R$ mil)	418.000	1.192.000	3.547.000	2.189.000	2.810.000	2.298.000	10.356.730	**22.810.730**

O prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 96 meses ao final de 2019, sendo de 59 meses para as operações em moeda nacional e 106 para as operações em moeda estrangeira.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, com exceção

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

daquelas registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras e, não existem subordinações entre as dívidas.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Ortigueira - PR, objeto dos respectivos financiamentos.

Os financiamentos junto ao Finnvera são garantidos pelas plantas industriais de Angatuba – SP, Piracicaba – SP, Betim – MG, Goiana – PE, Otacílio Costa – SC, SC, Jundiaí/Distrito Industrial – SP e Jundiaí/Tijuco Preto – SP e Lages – SC.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações, *BONDs* e Certificados de Recebíveis do Agronegócio e capital de giro não possuem garantias reais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia e suas Controladas não possuem quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras, com cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas ou torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

Com o agravamento da pandemia do COVID-19, a Klabin nota que podem existir restrições de liquidez no mercado internacional de crédito, dificultando a obtenção de novas dívidas e financiamentos. Contudo, apesar de enfrentar grande volatilidade nos mercados financeiros, a Klabin conta com robusta situação de caixa, perfil da dívida alongado e Projeto Puma II 100% financiado. Portanto, não enxergamos nesse momento qualquer sinal de risco de liquidez na Companhia.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme comunicado ao mercado nos dias 31 de outubro e 6 de novembro de 2019, a Companhia ainda possui os seguintes financiamentos contratados, mas ainda não desembolsados, vinculados a execução do Projeto Puma II.

Banco	Valor	Moeda	Taxa	Prazo	Outras Informações
BNDES	2,5 Bilhões	BRL	IPCA + 3,58 a.a.	20 anos	Carência do principal de 2,5 anos
BID Invest & IFC (A-Loans e Co-Loans)	378 Milhões	USD	LIBOR + 1,75 a.a.	10 anos	Carência do principal de 3 anos
BID Invest & IFC (B-Loans)	350 Milhões	USD	LIBOR + 1,45 a.a.	7 anos	Carência do principal de 3 anos
BID Invest & IFC	72 Milhões	USD	-	-	Em processo de confirmação
ECA (Export Credit Agency) - Finnvera	245 Milhões	USD	LIBOR + 0,55 a.a.	12 anos	Carência do principal de 2,5 anos

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas a seguir refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia para os referidos exercícios.

Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resumo das Demonstrações Financeiras consolidadas

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL (em R$ mil)

A T I V O	**31/12/2019**	**AV (1)**	**31/12/2018**	**AV (1)**	**31/12/2017**	**AV (1)**	**VARIAÇÕES - AH (2)** 31/12/2019 e 31/12/2018	31/12/2018 e 31/12/2017
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	8.340.386	24%	5.733.854	19%	7.028.422	23%	45%	-18%
Títulos e valores mobiliários	1.390.529	4%	1.313.350	4%	1.243.173	4%	6%	6%
Contas a receber de clientes	1.859.505	5%	2.040.931	7%	1.754.063	6%	-9%	16%
Estoques	1.332.244	4%	1.206.353	4%	933.161	3%	10%	29%
Tributos a recuperar	505.411	1%	269.728	1%	567.079	2%	87%	-52%
Outros ativos	245.869	1%	297.718	1%	277.691	1%	-17%	7%
Total do ativo circulante	13.673.944	39%	10.861.934	37%	11.803.589	39%	26%	-8%
Não circulante								
Depósitos judiciais	117.179	0%	86.658	0%	83.381	0%	35%	4%
Tributos a recuperar	1.944.656	6%	1.280.811	4%	1.287.669	4%	52%	-1%
Outros ativos	270.817	1%	300.757	1%	344.233	1%	-10%	-13%
Investimentos								
. Participações em Controladas	160.970	0%	165.652	1%	171.673	1%	-3%	-4%
. Outros	9.687	0%	7.607	0%	1.773	0%	27%	329%
Imobilizado	13.241.181	38%	12.262.472	41%	12.619.495	41%	8%	-3%
Ativos biológicos	4.712.381	14%	4.582.631	15%	4.147.779	14%	3%	10%
Direito de uso de ativos	494.399	1%	-	0%	-	0%	100%	0%
Intangíveis	77.868	0%	85.221	0%	89.949	0%	-9%	-5%
Total do ativo não circulante	21.029.138	61%	18.771.809	63%	18.745.952	61%	12%	-0%
Total do ativo	**34.703.082**	100%	**29.633.743**	100%	**30.549.541**	100%	17%	3%

AV(1) Análise Vertical

AV(2) Análise Horizontal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL (em R$ mil)

	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017		VARIAÇÕES - AH (2)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		AV (1)		AV (1)		AV (1)	31/12/2019 e 31/12/2018	31/12/2018 e 31/12/2017
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	701.783	2%	1.913.779	6%	2.230.624	7%	-63%	-14%
Debêntures	572.759	2%	61.686	0%	239.276	1%	829%	-74%
Fornecedores	1.024.256	3%	903.752	3%	713.612	2%	13%	27%
Obrigações fiscais	67.079	0%	50.832	0%	55.673	0%	32%	-9%
Obrigações sociais e trabalhistas	301.288	1%	300.379	1%	281.466	1%	0%	7%
Dividendos a pagar	200.000	1%	250.000	1%	-	0%	-20%	100%
Adesão - REFIS	-	0%	73.862	0%	71.467	0%	-100%	3%
Passivos de arrendamentos	100.509	0%	-	0%	-	0%	100%	0%
Outras contas a pagar e provisões	136.849	0%	154.026	1%	155.215	1%	-11%	-1%
Total do passivo circulante	3.104.523	9%	3.708.316	13%	3.747.333	12%	-16%	-1%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	21.539.392	62%	16.869.217	57%	16.444.917	54%	28%	3%
Debêntures	1.271.338	4%	600.990	2%	634.594	2%	112%	-5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.145.069	3%	959.906	3%	1.544.578	5%	19%	-38%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	60.519	0%	64.118	0%	65.377	0%	-6%	-2%
Contas a pagar - investidores SCPs	333.183	1%	301.583	1%	272.938	1%	10%	10%
Adesão - REFIS	-	0%	265.587	1%	307.476	1%	-100%	-14%
Passivos de arrendamentos	396.720	1%	-	0%	-	0%	100%	0%
Outras contas a pagar e provisões	351.065	1%	330.796	1%	298.177	1%	6%	11%
Total do passivo não circulante	25.097.286	72%	19.392.197	65%	19.568.057	64%	29%	-1%
Patrimônio líquido								
Capital social	4.076.035	12%	4.076.035	14%	2.516.753	8%	0%	62%
Reservas de capital	(350.622)	-1%	(361.231)	-1%	1.187.329	4%	-3%	-130%
Reserva de reavaliação	48.705	0%	48.705	0%	48.705	0%	0%	0%
Reservas de lucros	1.517.044	4%	1.748.219	6%	2.699.577	9%	-13%	-35%
Ajustes de avaliação patrimonial	942.994	3%	977.122	3%	987.916	3%	-3%	-1%
Ações em tesouraria	(187.274)	-1%	(196.615)	-1%	(206.129)	-1%	-5%	-5%
Patrimônio líquido dos acionistas de Klabin	6.046.882	17%	6.292.235	21%	7.234.151	24%	-4%	-13%
Participação dos acionistas não controladores	454.391		240.995		-			
Patrimônio líquido consolidado	6.501.273		6.533.230		7.234.151			
Total do passivo e patrimônio líquido	**34.703.082**	100%	**29.633.743**	100%	**30.549.541**	100%	17%	-3%

AV(1) Análise Vertical

AV(2) Análise Horizontal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em R$ mil)

	31/12/2019	AV (1)	31/12/2018	AV (1)	31/12/2017	AV (1)	VARIAÇÕES - AH (2) 31/12/2019 e 31/12/2018	31/12/2018 e 31/12/2017
Receita líquida de vendas	10.271.839	100%	10.016.461	100%	8.373.378	100%	3%	20%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	390.053	4%	628.367	6%	789.661	9%	-38%	-20%
Custo dos produtos vendidos	(7.241.234)	-70%	(6.342.406)	-63%	(6.427.492)	-77%	14%	-1%
Lucro bruto	3.420.658	33%	4.302.422	43%	2.735.547	33%	-20%	57%
Despesas/ receitas operacionais								
Vendas	(910.388)	-9%	(764.348)	-8%	(656.844)	-8%	19%	16%
Gerais e administrativas	(600.959)	-6%	(558.205)	-6%	(528.398)	-6%	8%	6%
Outras, líquidas	609.826	6%	(2.228)	0%	(11.877)	0%	-27.471%	-81%
	(901.521)	-9%	(1.324.781)	-13%	(1.197.119)	-14%	-32%	11%
Resultado de equivalência patrimonial	7.237	0%	5.964	0%	13.624	0%	21%	-56%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	2.526.374	25%	2.983.605	30%	1.552.052	19%	-15%	92%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	1.022.661	10%	495.403	5%	748.618	9%	106%	-34%
Despesas financeiras	(2.274.238)	-22%	(1.548.790)	-15%	(1.287.854)	-15%	47%	20%
Variação cambial	(410.271)	-4%	(1.998.799)	-20%	(174.148)	-2%	-79%	1048%
	(1.661.848)	-16%	(3.052.186)	-30%	(713.384)	-9%	-46%	328%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	864.526	8%	(68.581)	-1%	838.668	10%	-1361%	-108%
Imposto de renda e contribuição social								
. Corrente	58.123	1%	(322.236)	-3%	(299.948)	-4%	-118%	7%
. Diferido	(208.031)	-2%	577.635	6%	(6.551)	0%	-136%	-8918%
	(149.908)	-1%	255.399	3%	(306.499)	-4%	-159%	-183%
Resultado líquido do exercício	**714.618**	7%	**186.818**	2%	**532.169**	6%	283%	-65%
Atribuído aos acionistas de Klabin	**675.825**	7%	**137.455**	1%	-		392%	100%
Atribuído aos acionistas não controladores	**38.793**	0%	**49.363**	0%	-		-21%	100%

AV(1) Análise Vertical

AV(2) Análise Horizontal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas para o exercício de 2019 foi de R$ 10,3 bilhões, com aumento de 3% em relação ao exercício de 2018. O volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 3.327 mil toneladas, superior em 4% no mesmo comparativo.

Os principais impactos sobre a receita líquida de vendas no exercício de 2019, comparativo a 2018, foram:

(i) 11% de aumento na receita de vendas do segmento de Papéis, passando de R$ 3,2 bilhões em 2018 para R$ 3,5 bilhões em 2019, impulsionado por 15% de aumento na receita de exportação de papéis, passando de R$ 1,4 bilhões para R$ 1,6 bilhões em 2019, com incremento de 12% nas exportações de cartões, aproveitando-se de seu posicionamento comercial privilegiado e diferencial tecnológico de produtos possibilitando o desenvolvimento de novos mercados. Adicionalmente, com a queda nos mercados internacionais de *kraftliner*, a Companhia utilizando-se de sua flexibilidade no mercado, direcionou vendas ao mercado interno, apresentando aumento de 7% na receita líquida no mercado interno.

(ii) 5% de aumento na receita de vendas do segmento de Conversão, passando de R$ 2,9 bilhões em 2018 para R$ 3 bilhões em 2019, direcionando maior volume de papel para a produção de embalagens em busca de maior rentabilidade, aproveitando-se do crescimento da demanda na economia doméstica.

(iii) 5% de queda na receita de vendas do segmento de Celulose, passando de R$ 3,7 bilhões em 2018 para R$ 3,5 bilhões em 2019, impactado substancialmente pela retração nos preços ao longo de 2019 de aproximadamente 26%. Apesar da queda nos preços, operacionalmente a Companhia apresentou em 2019 aumento no volume de produção, acima da capacidade nominal de produção, refletido no crescimento de 6% no volume de vendas de celulose comparativamente ao exercício de 2018.

(iv) Aproximadamente 50% do volume de vendas da Companhia são destinados ao mercado externo, com preços impactados pelo câmbio. Em 2019 o dólar médio foi de R$ 3,95, 8% acima do câmbio para 2018, impulsionando as receitas de venda no mercado externo.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos em 2019 corresponde a um ganho de R$ 390 milhões, positivo pelo crescimento das florestas e pela revisão da taxa de desconto utilizada no cálculo. Adicionalmente, o saldo foi impactado negativamente por conta da diminuição nos preços praticados na avaliação, passando da média de R$ 67/m^3 ao final de 2018 para R$ 66/m^3 ao final de 2019.

O efeito da variação do valor justo dos ativos biológicos em 2018 corresponde a um ganho de R$ 628 milhões, impactada positivamente por conta do aumento nos preços praticados na avaliação, passando da média de R$ 63/m^3 ao final de 2017 para R$ 67/m^3 ao final de 2018, além do crescimento normal de suas florestas.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2019 foi de R$ 7,2 bilhões, superior ao montante auferido em 2018 principalmente devido ao aumento de 4% no volume de vendas (excluindo madeira).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O melhor indicador para avaliação do custo no caso onde os volumes não são comparáveis é a análise do custo caixa unitário R$/t que contempla a venda de todos os produtos da Companhia e inclui as despesas com vendas e gerais e administrativas. Este índice apresentou o valor de R$1.975/t em 2019, 5% superior ao valor de 2018, desconsiderando o ganho de crédito tributário extemporâneo referente à decisão judicial que transitou em julgado acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins que somaram R$ 620 milhões. O aumento de 5% é decorrente substancialmente da inflação sobre os custos da Companhia.

Despesas/ receitas operacionais:

(i) Vendas
As despesas com vendas em 2019 foram de R$ 910 milhões, 19% acima do valor de 2018, representando 9% em relação à receita líquida de vendas no exercício, 1% superior ao percentual verificado em 2018. Além do aumento no volume de vendas de 4% em 2019, o aumento verificado refere-se aos custos incorporados após o término do contrato de fornecimento com a Fibria/Suzano. Anteriormente as vendas eram realizadas na modalidade *free on board*, com o cliente responsável pelos custos. Com o término da operação a Companhia passou a incorporar esses custos em sua operação.

(ii) Gerais e administrativas
As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 601 milhões em 2019, apresentando aumento de 8% em relação a 2018. Além da inflação do período, este aumento é explicado por gastos pontuais com consultorias e reestruturações administrativas, e que ajudaram a otimizar a estrutura corporativa da Companhia.

(iii) Outras operacionais líquidas
Em 2019 a Companhia registrou ganho de crédito tributário extemporâneo referente à decisão judicial que transitou em julgado acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins que somaram R$ 1 bilhão, sendo R$ 384 milhões registrados no resultado financeiro e R$ 631 milhões em Outras operacionais líquidas.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2019 foi de R$ 1 bilhão, apresentando aumento frente aos R$ 495 milhões registrados em 2018. Esse aumento deve-se principalmente a atualização de créditos tributários referente à decisão judicial que transitou em julgado acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, com efeito retroativo a partir de abril de 2002, com efeito de R$ 384 milhões.

A despesa financeira em 2019 foi R$ 2,3 bilhões, 47% maior que o montante de R$ 1,5 bilhões registrado em 2018. O aumento decorre do incremento da dívida bruta após processo de *liability management* da Companhia, com custos de liquidação antecipada de empréstimos e financiamentos, além do aumento no endividamento e custos com instrumentos financeiros (SWAP).

A variação cambial líquida diminuiu para uma despesa de R$ 410 milhões, comparada a uma despesa de R$ 2 bilhões, em 2018. Essa queda é decorrente da valorização de 8% do dólar americano em relação ao real em 2019, se comparado a 2018, comparado a uma valorização de 15% do dólar norte-americano em relação ao real em 2017. Essa variação impacta os saldos em moeda estrangeira do balanço, principalmente empréstimos e financiamentos e não tem um impacto líquido no caixa, uma vez que as transações de exportação denominadas em dólares excedem as obrigações de pagamento denominadas em dólares.

Como resultado do exposto acima, o resultado financeiro reduziu para uma despesa de R$ 1,7 bilhões em 2019, comparado a uma despesa de R$ 3 bilhões em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2019 a Companhia auferiu uma despesa de R$ 149 milhões de imposto de renda e contribuição social, decorrente dos resultados tributáveis mais altos, resultantes do aumento nos resultados operacionais.

Em 2018 o saldo de imposto de renda e contribuição social apresentou um ganho de R$ 255 milhões, fortemente impactado pelo efeito de diferimento da despesa com variação cambial em decorrência da adesão do regime caixa de efeitos cambiais para fins tributários, opção esta revertida em 2019, voltando ao regime de competência.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia no exercício de 2019 corresponde a um lucro de R$ 715 milhões decorrente de sua forte geração operacional de caixa.

LAJIDA (EBITDA) ajustado

	31/12/2019 (*)	31/12/2018 (*)
(=) Lucro (prejuízo) líquido do período	715	187
(+) Imposto de renda e contribuição social	150	(255)
(+/-) Resultado financeiro líquido	1.662	3.052
(+) Amortização, depreciação e exaustão no resultado	2.193	1.673
LAJIDA (EBITDA)	4.720	4.657
Ajustes conf. Inst. CVM 527/12		
(+/-) Variação do valor justo dos ativos biológicos	(390)	(628)
(+/-) Equivalência patrimonial	(7)	(6)
(+) Realização de custo atribuído imobilizado - terras	-	2
LAJIDA (EBITDA) - ajustado	4.322	4.024

(*Valores em R$ milhões)

A geração operacional de caixa (LAJIDA / EBITDA ajustado) da Companhia em 2019 foi de R$ 4,3 bilhões, contra R$ 4 bilhões em 2018, crescimento de 7% no período comparativo.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas para o exercício de 2018 foi de R$ 10 bilhões, com aumento de 20% em relação ao exercício de 2017. O volume de vendas (excluindo madeira) totalizou 3.189 mil toneladas, inferior em 1% no mesmo comparativo.

O incremento na receita líquida foi puxado pelos aumentos tanto de volume quanto de preços principalmente de celulose e papel *kraftliner*, além do impacto nesses segmentos de valorização do dólar americano médio sobre o real em 15% em 2018, elevando o faturamento da Companhia em moeda estrangeira, responsável por 45% das vendas em 2018.

O quadro abaixo apresenta os efeitos do segmento de celulose sobre o volume de vendas e receita líquida nos períodos em comparação:

Celulose	**2018**	**2017**	**Variação**
Receita líquida (R$ milhões)	3.763	2.485	51%
Volume de Vendas (mil tons)	1.431	1.382	4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, nos demais produtos de papéis e embalagens a Klabin lançou mão de sua flexibilidade para focar em mercados de maior rentabilidade, o que também contribuiu para o aumento de receita verificado ao longo do ano.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos em 2018 corresponde a um ganho de R$ 628 milhões, impactada positivamente por conta do aumento nos preços praticados na avaliação, passando da média de R$ 63/m3 ao final de 2017 para R$ 67/m3 ao final de 2018, além do crescimento normal de suas florestas.

O efeito da variação do valor justo dos ativos biológicos em 2017 corresponde a um ganho de R$ 790 milhões, superior ao saldo de 2018, impactada pela incorporação dos ativos florestais da Vale do Corisco ocorrida naquele exercício.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2018 foi de R$ 6,3 bilhões, inferior ao montante auferido em 2017 principalmente devido à redução de 1% no volume de vendas (excluindo madeira).

O melhor indicador para avaliação do custeio neste caso onde os volumes não são comparáveis é a análise do custo caixa unitário R$/t, onde o índice apresentou o valor de R$1.879/t em 2018, 6% superior ao valor de 2017. A greve dos caminhoneiros ocorrida em maio e o prolongamento da parada de manutenção da unidade de celulose foram compensadas pelo bom desempenho da Unidade Puma no restante do ano, em especial pela maior geração e venda de energia elétrica desta fábrica

A exaustão dos ativos biológicos é mantida dentro do saldo de custo de produtos vendidos, sendo de R$ 655 milhões em 2018, inferior ao saldo de R$ 946 milhões de 2017.

Despesas/ receitas operacionais:

(i) Vendas
As despesas com vendas em 2018 foram de R$ 764 milhões, representando 8% em relação à receita líquida de vendas no exercício, 1% superior ao percentual verificado em 2017. As despesas com fretes correspondem a 64% do total em 2018, superior ao percentual de 63% auferido em 2017.

(ii) Gerais e administrativas
As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 558 milhões em 2018, apresentando aumento de 6% em relação a 2017. Este aumento pontual explica-se pela provisão em função da estimativa de crescimento da remuneração variável pela entrega de resultados superiores, conforme plano de remuneração aprovado.

Resultado financeiro

A receita financeira apurada no exercício de 2018 foi de R$ 495 milhões, apresentando redução frente aos R$ 749 milhões registrados em 2017. Essa redução deveu-se principalmente a menores taxas de juros aplicáveis a caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, após reduções em índices financeiros, como SELIC, CDI .

A variação cambial líquida aumentou para uma despesa de R$ 2 bilhões, comparada a uma despesa de R$ 174 milhões, em 2017. Esse aumento deveu-se principalmente à valorização de 17% do dólar americano em relação ao real em 2018, se comparado a 2017, comparado a uma valorização de 2% do dólar norte-americano em relação ao real em 2016. Essa variação não teve um impacto líquido no caixa, uma vez que as transações de exportação denominadas em dólares excedem as obrigações de pagamento denominadas em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dólares.

Como resultado do exposto acima, o resultado financeiro aumentou para uma despesa de R$ 3.052 milhões em 2018, comparado a uma despesa de R $ 713 milhões em 2017.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Em 2018, a despesa corrente de imposto de renda e contribuição social teve um aumento de 7%, de R$ 322 milhões em comparação a R$ 300 milhões em 2017. Isso se deveu principalmente aos resultados tributáveis mais altos, resultantes do aumento nos resultados operacionais.

O ganho de imposto de renda e contribuição social diferido em 2018 foi impulsionado pela adoção do regime de caixa para fins de variação cambial, de forma que os efeitos registrados no resultado financeiro, contabilizados pelo regime de competência, são considerados na base tributável corrente somente quando efetivamente utilizados em regime de caixa e, de outra forma, são contabilizados em impostos diferidos.

Resultado líquido

O resultado líquido auferido pela Companhia no exercício de 2018 corresponde a um lucro de R$ 187 milhões decorrente de sua forte geração operacional de caixa.

LAJIDA (EBITDA) ajustado

		31/12/2018(*)	31/12/2017(*)
(=)	Lucro (prejuízo) líquido do período	187	532
(+)	Imposto de renda e contribuição social	(255)	306
(+/-)	Resultado financeiro líquido	3.052	713
(+)	Amortização, depreciação e exaustão no resultado	1.673	1.940
LAJIDA (EBITDA)		4.657	3.493
Ajustes conf. Inst. CVM 527/12			
(+/-)	Variação do valor justo dos ativos biológicos	(628)	(790)
(+/-)	Equivalência patrimonial	(6)	(14)
(+)	Realização de custo atribuído imobilizado - terras	2	40
(+/-)	LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto	-	9
LAJIDA (EBITDA) - ajustado		4.024	2.738

(*Valores em R$ milhões)

A geração operacional de caixa (LAJIDA / EBITDA ajustado) da Companhia em 2018 foi de R$ 4 bilhões, contra R$ 2,7 bilhões em 2017, um crescimento de 47% no período comparativo.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R$ 9,7 bilhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ao final de 2019, representando 28% do total do ativo, aumento de R$ 2,7 bilhões em relação ao apresentado ao final de 2018 (R$ 7 bilhões), explicado principalmente pelas novas captações e geração de caixa operacional da Companhia no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes soma R$ 1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2019, queda de 9% ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018, correspondente a R$ 2 bilhões A queda apresentada refere-se aos menores preços de venda, principalmente no segmento de celulose.

O prazo médio de recebimento foi de 86 dias para vendas realizadas no mercado interno em 2019 e para as vendas realizadas no mercado externo foram de 117 dias, aproximadamente.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou saldo de R$ 1,3 bilhão de estoques, sendo 10% superior ao apresentado ao final de 2018. O aumento é decorrente do maior volume de produção de celulose.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 perfaz o montante de R$ 1,9 bilhão, superior ao saldo de R$ 1,3 bilhão apresentado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se principalmente ao ganho de créditos tributários referente à decisão judicial que transitou em julgado acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, com efeito retroativo a partir de abril de 2002, no valor de R$ 1 bilhão.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R$ 13,2 bilhões, equivalente a 38% do total do ativo, contra R$ 12,3 bilhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação a variação do saldo, destaca-se os desembolsos relativos ao Projeto Puma II para construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, equivalente a R$ 1,3 bilhão.

Direito de uso de ativos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia fez a adoção do novo pronunciamento técnico contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, com a necessidade de registro no balanço das operações de locação de ativos, aluguéis e arrendamentos de terras.

Devido a implantação do IFRS 16, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2019 o valor de R$ 494 milhões referente o direito de uso de terras, máquinas, equipamentos e edifícios, dos quais mantém contratos de locação/arrendamento ativos.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados ao valor justo correspondem a R$ 4,7 bilhões em 31 de dezembro de 2019, equivalentes a 14% do total do ativo e R$ 4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando 13% do total do ativo. O principal aumento do saldo no ativo corresponde aos contratos de compra de madeira em pé firmados ao longo de 2019.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de fornecedores corresponde a R$ 1 bilhão, 13% superior no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

comparativo ao saldo de R$ 904 milhões apresentado em 2018. O aumento no saldo é decorrente no aumento do prazo médio de pagamento, passando de 50 dias em 2018, para 51 dias em 2019, aumento das operações de risco sacado oferecido pela Companhia aos fornecedores, além dos investimentos nas aquisições de imobilizado relativos ao Puma II.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde a R$ 702 milhões no passivo circulante e R$ 21,5 bilhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019, contra R$ 1,9 bilhão no passivo circulante e R$ 16,9 bilhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, com aumento de 18% no período. O saldo dos empréstimos e financiamentos, considerando o montante no passivo circulante e não circulante, corresponde a 64% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, contra 55% em 31 de dezembro de 2018.

O aumento na dívida bruta decorre das captações referentes ao processo de *liability management* da Companhia, alongando os prazos médios de vencimento de 48 para 96 meses ao final de 2019 e para fazer frente aos investimentos referentes ao projeto Puma II. Ao longo de 2019 a Companhia fez a captação de novas operações de financiamento, como a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no montante de R$ 2 bilhões e a emissão de BONDs num total de US$ 750 milhões.

Destaca-se sobre o saldo o incremento do dólar americano sobre o real de 4% em 2019 elevando o saldo de dívida em moeda estrangeira, correspondente a 76% do saldo ao final de 31 de dezembro de 2019.

Debêntures

O saldo de debêntures no passivo, considerando sua parcela de circulante e não circulante corresponde a R$ 1,8 bilhão, equivalentes a 6% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019, contra um saldo de R$ 663 milhões ao final de 2018. O aumento do saldo é decorrente da 12ª emissão, no valor de R$ 1 bilhão, realizada pela Companhia em 2019.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, correspondem a saldos passivos de R$ 1,1 bilhão, contra R$ 960 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação apresentada em 2019 corresponde ao valor do ganho no processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem à avaliação ao valor justo dos ativos biológico, custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizado, além da variação cambial diferida e dos créditos sobre prejuízos e bases negativas acumuladas.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R$ 7 bilhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mobiliários ao final de 2018, representando 23% do total do ativo, queda de R$ 1,2 bilhão em relação ao apresentado ao final de 2017 (R$ 8,2 bilhões), efeito do pagamento antecipado de dívidas, especialmente no 1º trimestre de 2018.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes soma R$ 2 bilhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 16% ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017, correspondente a R$ 1,8 bilhão. O aumento é dado substancialmente ao efeito na receita de vendas por conta do incremento nas vendas de celulose e efeito de câmbio sobre as exportações com a valorização do dólar americano frente o real de 17% no período comparativo.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou saldo de R$ 1,2 bilhão de estoques, sendo 29% superior ao apresentado ao final de 2017. O aumento é decorrente do maior volume de produção de celulose.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018 perfaz o montante de R$ 1,281 bilhão, inferior ao saldo de R$ 1,288 bilhão apresentado em 31 de dezembro de 2017. A redução no saldo é decorrente do consumo dos créditos tributários gerados nos anos anteriores, em sua maior parte, créditos de IPI e ICMS.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R$ 12,3 bilhões, equivalente a 41% do total do ativo, contra R$ 12,6 bilhões em 31 de dezembro de 2017. A variação no saldo é relativa à depreciação do ativo imobilizado no montante de R$ 1 bilhão em 2017, boa parte relativa aos novos ativos advindos da nova planta de celulose, além dos gastos com aquisição de novos ativos ao longo de 2018 para o desenvolvimento de suas operações e continuidade operacional em R$ 956 milhões.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados ao valor justo correspondem a R$ 4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a 15% do total do ativo e R$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando 14% do total do ativo. Destaca-se na variação do valor justo a utilização da nova taxa de desconto, reduzida por conta de melhora nos indicadores da economia que ajudam na composição do custo médio de capital ponderado, além do aumento nos preços utilizados na avaliação.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de fornecedores corresponde a R$ 904 milhões, 27% superior no comparativo ao saldo de R$ 714 milhões apresentado em 2017. O aumento no saldo é decorrente no aumento do prazo médio de pagamento, passando de 38 dias em 2017, para 50 dias em 2018.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde a R$ 1,9 bilhão no passivo circulante e R$ 16,9 bilhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, contra R$ 2,2 bilhões no passivo circulante e R$ 16,4 bilhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017, com aumento de 1% no período. O saldo dos empréstimos e financiamentos, considerando o montante no passivo circulante e não circulante, corresponde a 63% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, contra 63% em 31 de dezembro de 2017.

Ao longo de 2018 a Companhia fez a captação de novas operações de financiamento, como a emissão de um Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no montante de R$ 350 milhões, além de uma Nota de Crédito à Exportação de R$ 1,9 bilhão, contendo um instrumento derivativo (*swap*) para conversão do instrumento em dólar.

Destaca-se sobre o saldo o incremento do dólar americano sobre o real de 17% em 2018 elevando o saldo de dívida em moeda estrangeira, correspondente a 65% do saldo ao final de 31 de dezembro de 2018.

Debêntures

As debêntures foram emitidas para financiamento do Puma I. O saldo de debêntures no passivo, considerando sua parcela de circulante e não circulante corresponde a R$ 663 milhões, equivalentes a 2% do total do passivo em 31 de dezembro de 2018, contra um saldo de R$ 874 milhões ao final de 2017. A redução do saldo é decorrente do pagamento de juros ao longo de 2018.

Destaca-se em 2018 a conversão da debênture 6ª emissão em ações da Companhia realizada no mês de janeiro.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, correspondem a saldos passivos de R$ 960 milhões, contra R$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2017.

A variação apresentada em 2018 refere-se ao efeito da variação cambial no resultado de 2018, em razão do regime de variação cambial caixa adotado pela Companhia, transformando um efeito de imposto diferido passivo de R$ 518 milhões em 2017 para um imposto diferido ativo de R$ 307 milhões em 2018.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem à avaliação ao valor justo dos ativos biológico, custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizado, além da variação cambial diferida e dos créditos sobre prejuízos e bases negativas acumuladas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia se posiciona no mercado doméstico com ênfase nos segmentos de papéis para embalagens e embalagens de papel para alimentos, líquidos (refrigerados e lácteos), bebidas (refrigerantes e cervejas), higiene e limpeza, *personal care*, e farmacêuticos, além de sacos de papel (cimento, argamassa, farinha, sementes e outros) e celulose *fluff*. Para o mercado externo o crescimento está baseado no mercado de celulose, *liquid packaging board* como fornecedor global da Tetra Pak*, folding boxboard* (congelados, higiene e limpeza - Europa, EUA e Mercosul) e no *kraftliner*.

A Companhia comercializou no mercado interno 53% de seu volume vendido em 2019. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida. Abaixo é possível verificar o volume de vendas e receita líquida de vendas dos três últimos anos.

Volume de vendas	**2019**		**2018**		**2017**	
	1000 t	%	1000 t	%	1000 t	%
Mercado Interno	1.769	53%	1.589	50%	1.564	49%
Exportação	1.558	47%	1.600	50%	1.656	51%
Total	**3.327**	**100%**	**3.189**	**100%**	**3.220**	**100%**
Madeira	**1.706**		**2.109**		**2.596**	

Receita líquida	**2019**		**2018**		**2017**	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Mercado Interno	6.114	60%	5.533	55%	5.020	60%
Exportação	4.158	40%	4.483	45%	3.353	40%
Total	**10.272**	**100%**	**10.016**	**100%**	**8.373**	**100%**

Distribuição da receita líquida por produto	**2019**	**2018**	**2017**
Cartões revestidos	24%	21%	25%
Papelão ondulado	21%	20%	23%
Celulose	34%	36%	29%
Kraftliner	10%	9%	9%
Sacos industriais	8%	8%	8%
Madeira	2%	3%	4%
Outros	1%	3%	2%

O *mix* de vendas entre regiões também é componente de grande importância na composição da receita da Companhia, uma vez que os preços, valores dos fretes e condições de entrega são diferentes em cada local.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, a Klabin registrou em seus demonstrativos crédito tributário extemporâneo referente à decisão judicial que transitou em julgado acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins que impactaram positivamente o EBITDA da Companhia em R$ 620 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os preços dos produtos da Companhia variam em função do equilíbrio entre a oferta e a demanda nos mercados nacional e internacional. A formação de preço dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência de PIB, inflação, nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, variação da taxa de juros, carga tributária, flutuação do real com relação às moedas estrangeiras, preço de celulose de mercado, preço de aparas de papel, assim como fenômenos da natureza que impactam a oferta de madeira. Os preços geralmente são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Klabin.

Os preços dos papéis e de celulose no mercado internacional são, na maioria das vezes, determinados na moeda americana. A Companhia exportou 47% do volume de vendas em 2019, deste modo a taxa de câmbio é um componente importante na receita líquida da empresa. Durante os três últimos anos podemos verificar a seguinte variação de taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2019	2018	2017	2019/2018	2018/2017
	R$/US$	R$/US$	R$/US$	%	%
Dólar Médio	3,95	3,66	3,19	8%	15%
Dólar Final	4,03	3,87	3,31	4%	17%

A receita líquida de vendas no mercado externo totalizou R$ 4,2 bilhões em 2019, 7% inferior ao ano anterior, quando a receita com exportação foi de R$ 4,5 bilhões. Em 2017, a receita líquida com exportações atingiu R$ 3,4 bilhões.

As receitas e custos da Companhia sofrem impacto da inflação. Os preços dos papéis no mercado interno, assim como o custo dos insumos de produção e custo de mão de obra tendem a variar conforme os índices de inflação brasileira.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Para materiais, além do IPCA, é utilizado o componente de variação de algumas *commodities*, como exemplo, óleo combustível para determinar os reajustes dos fretes.

O resultado das operações da Companhia é influenciado pela inflação e pela variação da taxa de câmbio, uma vez que, em 2019, 40% da receita líquida foi proveniente de vendas no mercado externo.

O resultado financeiro sofre impacto da variação da taxa básica de juros e de outras taxas que afetam as aplicações financeiras; da TJLP que incide sobre a dívida em moeda local e da taxa de câmbio que incide sobre os financiamentos em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes ocorridos e esperados nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreram na Companhia as seguintes constituições, aquisições ou alienações de participações societárias:

i. Em 26 de julho de 2019 a Companhia constituiu a empresa Sapopema Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), em conjunto com uma *Timber Investment Management Organization* (TIMO), que tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Paraná - PR.

ii. Foi constituída no dia 21 de outubro de 2019 a subsidiária integral "Klabin Paranaguá SPE S.A." A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento das áreas, instalações portuárias e infraestrutura públicas, localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá, para a realização das atividades de desembarque (desembarque, movimentação interna, armazenagem e expedição) e embarque (recepção, armazenagem, movimentação interna e embarque) de carga geral, especialmente papel e celulose.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram na Companhia as seguintes constituições, aquisições ou alienações de participações societárias:

i. Constituição de Sociedade de Propósito Específico "Guaricana Reflorestadora S.A." em conjunto com uma *Timber Investment Management Organization* em dezembro de 2018, com o aporte de R$ 142 milhões em ativos florestais (R$ 101 milhões descontando impostos diferidos sobre o valor justo dos ativos biológicos) e R$ 869 mil em caixa para capital de giro por parte da Klabin S.A. e R$ 192 milhões em caixa por parte da *Timber Investment Management Organization*, dos quais R$ 190 milhões foram utilizados para a aquisição de ativos florestais de terceiros formados por 11.541 hectares de terras rurais em Santa Catarina, sendo 7.644 hectares de área útil para plantio dos quais 7.141 estão atualmente plantados, com custo de R$ 123 milhões em florestas e R$ 67 milhões em terras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram na Companhia as seguintes constituições, aquisições ou alienações de participações societárias:

ii. Constituição de nova Sociedade em Conta de Participação Serrana em julho, com aporte de R$ 20 milhões em ativos florestais a valores de livros, R$ 29 milhões em ativos florestais avaliados a valor justo e direito de uso de terras e capital de sócios investidores no valor de R$ 48 milhões;

iii. Constituição de nova Sociedade em Conta de Participação Araucária em setembro, com aporte de R$ 68 milhões em ativos florestais a valores de livros, R$ 63 milhões em ativos florestais avaliados a valor justo e direito de uso de terras, e capital de sócios investidores no valor de R$ 84 milhões;

iv. Dissolução da Sociedade em Conta de Participação Correia Pinto em agosto 2017. Na liquidação de haveres os sócios minoritários ficaram com R$ 79 milhões de caixa e a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, incorporou os demais ativos e passivos totalizando R$ 741 milhões, sendo estes majoritariamente ativos biológicos e terras florestais.

v. Incorporação integral da subsidiária Embalplan Indústria e Comércio de Embalagens S.A. em

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

março, a valor contábil sem aumento de capital social subscrito. A justificativa da Administração para proceder com a incorporação está alinhada ao seu objetivo estratégico de expansão das atividades no segmento de conversão. Por tratar-se de subsidiária integral, os saldos da Embalplan já faziam parte das demonstrações financeiras consolidadas, passando com a referida operação a incorporar os saldos das informações individuais aberto em todas as linhas do balanço, assim como era apresentada no consolidado. O patrimônio líquido da Embalplan na data da incorporação correspondia a R$ 36 milhões.

vi. Em abril foi feita a cisão parcial da controlada em conjunto Florestal Vale do Corisco S.A. (Vale do Corisco), com a incorporação da parcela cindida do valor contábil pelos sócios Klabin S.A. e Arauco, na proporção de sua participação na controlada. O objetivo desta operação é a estratégia da Companhia na utilização de determinados ativos florestais de forma mais autônoma e eficiente, vislumbrando o abastecimento de madeiras para as fábricas situadas nas regiões em que as florestas estão localizadas. A referida operação foi devidamente aprovada sem restrições pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O patrimônio da Vale do Corisco foi avaliado por especialista terceirizado e disponibilizado aos acionistas na entrega da Proposta da Assembleia. O patrimônio líquido da Vale do Corisco incorporado pela Companhia, corresponde ao montante de R$ 379 milhões, equivalente a participação de 51% no capital total da Companhia, substancialmente composto pelo valor justo das florestas que serão absorvidas na operação, assim como os impostos diferidos incidentes sobre o valor justo. A Vale do Corisco permanece ativa, fazendo a gestão de terras florestais, mantendo-se como controlada de controle conjunto sendo 51% de participação da Companhia e 49% da Arauco.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos períodos de 2019, 2018 e 2017, que já não fosse especificado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)
A nova norma substituiu o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros "passivos de arrendamentos" e o direito de uso do ativo arrendado "direito de uso dos ativos" para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

(ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.
A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

Não houve alterações significativas de praticas contábeis nos exercícios de 2018 e 2017.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O quadro abaixo apresenta os efeitos em milhares de reais no balanço patrimonial da adoção da nova norma CPC 06 (R2)/ IFRS 16 em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2019:

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial Consolidado em

Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante	-		**Circulante**	**90.477**	**100.510**
			Passivos de arrendamentos	90.477	100.510
Não circulante	**372.893**	**481.287**	**Não circulante**	**282.416**	**396.719**
Direito de uso dos ativos	372.893	494.399	Passivos de arrendamentos	282.416	396.719
Ativos biológicos	-	(13.112)			
			Patrimônio Líquido	-	**(15.942)**
			Resultados acumulados	-	(15.942)
Total	**372.893**	**481.287**	**Total**	**372.893**	**481.287**

Não houve alterações significativas de praticas contábeis nos exercícios de 2018 e 2017.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres da auditoria externa para as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB), alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas críticas, as quais requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos e de futuro incerto, necessários para auferir os valores constantes em suas demonstrações financeiras, visto que dependem da definição de premissas como taxas de desconto, análise de clientes, definição de vida útil de ativos, projeções de resultados com base no orçamento, estimativas de perda, produtividade, previsão de eventos futuros, preços de mercado, dentre outras.

As premissas utilizadas são baseadas no conhecimento e experiência da Administração, utilização das melhores referências disponíveis no mercado, previsão de eventos futuros e auxílio de especialistas, quando necessário.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

São constituídas provisões para os créditos de liquidação duvidosa com base em análise individual dos valores a receber e na estimativa de perdas prováveis na realização dos recebíveis. O risco de créditos nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas adotadas pela aceitação de clientes, análise de créditos e estabelecimento de limites de exposição por cliente, dos quais são revisados periodicamente, além do monitoramento constante da saúde financeira dos clientes, como forma de certificar-se que os valores sejam devidamente recebidos.

A política adotada pela Companhia é de lançar para provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrências nos próximos doze meses, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresenta evidência objetiva de *impairment* e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment.*

Este procedimento exige um determinado grau de discricionariedade por parte da Administração por conta das incertezas das premissas envolvidas no processo, como a situação financeiras dos clientes e tendências econômicas do mercado.

Provisão para perdas na realização de estoques

São reconhecidas provisões para perdas prováveis de (i) estoque de produtos que tenham sido descontinuados ou que pretendemos descontinuar; (ii) estoques excessivos de matéria-prima em relação às vendas projetadas do produto no qual são utilizadas nos próximos vinte e quatro meses; (iii) estoque de produtos acabados cujo prazo de vencimento ocorrerá antes que o produto possa ser vendido; e (iv) estoques de manutenção não utilizados. Essas provisões são atualizadas em cada data de encerramento do balanço.

O processo crítico nessa atividade está na avaliação da obsolescência dos estoques, considerando uma análise individual dos itens sob o julgamento dos profissionais envolvidos, restando a Administração a definição de normas e procedimentos internos para que os estoques sejam avaliados periodicamente.

Apesar de tratar-se de um processo crítico por conta dos julgamentos necessários, a operação da Companhia em seus principais produtos (papéis, embalagens, sacos e madeira) não são perecíveis e mesmo que não utilizados para vendas podem ser reprocessados e utilizados em novo processo produtivo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza o ativo e passivo fiscal diferido com base nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de ativos e passivos. A Companhia revisa com regularidade a realização do ativo fiscal diferido.

A relação crítica envolvida nos impostos diferidos está relacionada ao julgamento da Administração da Companhia quanto a realização do ativo fiscal diferido líquido, mantendo registrado desde que seja provável, suportado pelas projeções de resultados, mas seu valor é sujeito à incertezas tendo em vista que depende da concretização dos lucros tributáveis projetados para os períodos futuros.

A Companhia optou pela adoção antecipada para 2014 da Lei nº 12.973/14, o qual permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

Imobilizado e intangível

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia são registrados no resultado do exercício como despesa, à medida que são incorridos.

A determinação das vidas úteis é um processo crítico e exige um julgamento subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas ou outros fatores que podem causar uma obsolescência precoce dos bens do imobilizado. Caso haja necessidade de processar alterações relevantes nas premissas originais, as despesas de depreciação, baixas por obsolescência e o valor contábil líquido do imobilizado podem diferir significativamente em relação às premissas originalmente adotadas.

Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)

São revistos anualmente os saldos de imobilizado e outros ativos, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou eventos e alterações que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Na estimativa do valor em uso para definição do valor recuperável de ativos, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

A avaliação do *impairment* é crítica, pois pode ser influenciada por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas e da indústria, taxas de juros, taxas cambiais, mudanças estratégicas de negócios e nos tipos de produtos oferecidos ao mercado.

Ativos biológicos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo, feita trimestralmente pela Companhia, considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões passivas decorrem de processos administrativos e/ou judiciais inerentes ao curso normal das atividades da Companhia. As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são avaliadas pelos advogados internos, advogados e peritos contratados pela Companhia e são quantificadas utilizando-se de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada e são atualizadas até as datas do balanço.

Para os processos judiciais classificados com risco de perda provável, são constituídas provisões; para os processos judiciais cujo risco de perda é considerado como possível, há somente divulgação dos processos e valores envolvidos, sem que seja constituída provisão; e para os processos cujo risco de perda é classificado como remoto, não há divulgação dos riscos nem constituição de provisões, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, seguindo o princípio contábil da prudência, sendo a prática contábil adotada de reconhecimento dos ativos somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de negócios

a) Investimento

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

O total dos investimentos em 2019 foi de R$ 2,6 bilhões sendo R$ 334 milhões tiveram como destino as operações florestais, R$ 731 milhões foram destinados à continuidade operacional das fábricas, R$ 237 milhões foram aplicados em projetos especiais e expansões, especialmente nos projetos de alto retorno que buscam melhorar o desempenho da Companhia em todos os segmentos em que atua e R$ 1,3 bilhões no Projeto Puma II.

R$ milhões	2019	2018	2017
Manutenção e continuidade operacional	1.065	734	627
Projetos especiais e expansão	237	222	121
Projeto Puma	0	0	177
Projeto Puma II	1.271	0	0
Total	**2.573**	**956**	**925**

A Klabin investiu R$ 956 milhões ao longo de 2018. Do montante, R$ 272 milhões tiveram como destinos as operações florestais, R$ 462 milhões foram destinados a continuidade operacional das fábricas, e R$ 222 milhões foram aplicados em projetos especiais e expansões, especialmente nos projetos de alto retorno que buscam melhorar o desempenho da Companhia em todos os segmentos em que atua.

(ii) Fontes de Financiamento dos Investimentos

Os investimentos são financiados com a utilização de saldos de disponibilidade, expectativa de geração de caixa da própria operação e captação de financiamentos no mercado, por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso ao mercado de capitais.

Adicionalmente, conforme comunicado a mercado de 31 de outubro de 2019 e 6 de novembro de 2019, a Companhia contratou linhas de créditos com BID *Invest* & IFC – em total de US$ 800 milhões, ECA (*Export Credit Agency*) - Finnvera e linha de financiamento vinculada à execução do Projeto Puma II junto ao BNDES no total de até R$ 3 bilhões.

Todas essas transações fazem parte do processo de contratação de financiamentos vinculados ao Projeto Puma II.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e previstos pela Companhia.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Conforme divulgado em Fato Relevante ao mercado no dia 16 de abril de 2019, foi aprovado o início do projeto de expansão de capacidade no segmento de papéis para embalagem denominado "Projeto Puma II" abrangendo a construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, localizadas na unidade industrial da Klabin no município de Ortigueira (PR) ("Unidade Puma").

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A instalação do Projeto Puma II será dividida em duas etapas:

(i) Primeira etapa consiste na construção de uma linha de fibras para a produção de celulose não branqueada integrada a uma máquina de papel *kraftliner* e *kraftliner* branco, que serão comercializados sob a marca *Eukaliner*, com capacidade de 450 mil toneladas anuais. Essa etapa também inclui a construção e/ou adequação de instalações de apoio às novas linhas de fibra e áreas de recuperação e utilidades.

(ii) Segunda etapa contempla a construção de uma linha de fibras complementar integrada a uma máquina de papel *kraftliner* com capacidade de 470 mil toneladas anuais e expansão de algumas estruturas de apoio.

O cronograma prevê que as obras de cada etapa durem 24 meses, sendo que o início da construção da segunda etapa será logo após o término da primeira. Desta forma, o comissionamento da primeira máquina está programado para o segundo trimestre de 2021, e o da segunda máquina previsto para o segundo trimestre de 2023.

O investimento bruto orçado para a construção do Projeto Puma II é de R$ 9,1 bilhões, sujeito a flutuações cambiais e reajustes decorrentes de inflação, R$ 1,3 bilhões desembolsado em 2019 e o restante até 2023. Desse total, cerca de R$ 900 milhões refere-se a impostos recuperáveis. Tendo em vista que a maior parte dos equipamentos serão instalados na primeira etapa do projeto, aproximadamente dois terços dos desembolsos devem ocorrer entre os anos de 2019 e 2021.

Em 29 de março de 2020, a Klabin comunicou ao mercado que firmou os documentos necessários para a aquisição do negócio de papéis para embalagens e papelão ondulado localizados no Brasil da International Paper do Brasil.

A operação de embalagens de papelão ondulado da IP no Brasil, foco da aquisição, possui capacidade de produção de 305 mil toneladas anuais e suas vendas representaram 6,6% do *market share* do mercado doméstico de acordo com dados da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO) em 2018. O escopo da Transação inclui também as unidades de papéis para embalagens (fibra virgem e reciclados) com capacidade total de 310 mil toneladas anuais.

O investimento para essa aquisição é de R$ 330 milhões, dos quais R$ 280 milhões serão pagos no *closing* da operação e R$ 50 milhões depois de um ano, sujeito a certas condições contratuais.

Destaca-se que até a presente data de publicação desse Formulário de Referência, a operação não foi concluída. A conclusão da Transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações dessa natureza, entre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

A evolução da competitividade da Klabin, desde a performance de suas florestas e de seus processos produtivos até a gestão do impacto de seus produtos, está intrinsecamente ligada aos investimentos constantes em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com os mercados de papéis e embalagens cada vez mais desafiadores, a entrada no mercado mundial de celulose com o início de produção da fábrica de Ortigueira (PR) e o lema de Sustentabilidade e materiais renováveis, a Companhia tem ampliado os investimentos em P&D&I.

Com olhar mais amplo e ação mais estratégica, a área de P&D&I atua em diversos elos da cadeia de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

produção:

• Aprimoramento de processos de melhoramento das espécies, do plantio e do manejo de pinus e eucalipto, visando crescimento de produtividade;
• Desenvolvimento de novos produtos e melhorias nos processos existentes para adaptá-los a necessidades de clientes ou a um melhor desempenho econômico e ambiental;
• Soluções para questões das propriedades físicas e mecânicas dos papéis e embalagens, como barreiras (água, vapor, gordura, oxigênio), porosidade, permeabilidade e rugosidade, e na conversão (corte, vincagem, colagem, fechamento e impressão);
• Avaliação do desempenho dos produtos em aspectos ambientais, de qualidade, produtividade, saúde e segurança.

A área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Florestal da Klabin está fundamentada na condução dos projetos inseridos em diferentes linhas de pesquisa:

• Melhoramento Genético de Eucalipto;
• Melhoramento Genético de Pinus;
• Clonagem;
• Biotecnologia Florestal;
• Fitossanidade;
• Nutrição e Silvicultura;
• Ecoficiologia.

Destaques:

- Recorde de plantio de experimentos e introdução de novos híbridos, clones e espécies de eucalipto no PR e SC. Esta estratégia é importante para acelerar os ganhos de produtividade com a recomendação de novos clones no curto e médio prazo.
- Recorde de avaliações da qualidade da madeira de novos clones no Centro de Tecnologia;
- Criação do comitê técnico interno chamado FIP (Floresta, Indústria e Pesquisa), focado no entendimento das características de qualidade da madeira e na solução de desvios que podem ter reflexo na qualidade do produto final;
- Construção de um novo laboratório na Pesquisa Florestal destinado às atividades de pesquisa em Ecofisiologia, Solos e Nutrição Florestal, criando sinergias dentro dos estudos voltados ao Manejo Florestal da empresa;
- Início da criação de inimigos naturais em laboratório e avaliação de sua eficiência no controle das principais pragas do Eucalipto e Pinus;
- Avanço na área de Biotecnologia Florestal, técnicas biotecnológicas de última geração têm sido implementadas e desenvolvidas com foco na melhoria do material genético e consequente aceleração do aumento de produtividade florestal.

A área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Industrial da Klabin desenvolve pesquisas em cinco rotas de atuação:

• Desenvolvimento da matéria-prima florestal para celulose, papel e novos materiais;
• Otimização de papéis e novas aplicações, com foco em barreiras funcionais;
• Biorrefinaria (usos múltiplos da base florestal, principalmente a lignina);
• Otimização de processos em: meio ambiente, reuso de produtos gerados no processo, redução do consumo de água, energia e vapor;
• Nanotecnologia - frações da celulose em micro ou nanoescala e aplicação em novos produtos.

Destaques:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Início da produção em escala piloto nas plantas de MFC e extração de lignina dos licores negro;
- Teste industrial para uso de uma nova espécie de Pinus para produção de celulose branqueada de mercado e celulose fluff;
- Três novos produtos na área de sacos industriais com barreira a água, vapor d'água e sacos dispersíveis;
- Novos pedidos de Registros de Patentes;
- Utilização de bióleo proveniente de resíduos florestais no forno de cal nas unidades industriais de Correia Pinto e Otacílio Costa;
- Lodo da estação de tratamento de efluentes da unidade de Rio Negro incorporado em blocos cerâmicos;
- Prêmio da ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel) em P&D+I no case de Inovação com o case P.maximinoii.

Para uma atuação mais eficiente, a área de P&D&I mantém parcerias com fornecedores de equipamentos e insumos, além de contar com o apoio de institutos de pesquisa e universidades no Brasil e exterior.

Também como parte da ampliação do foco em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para fazer frente a uma Klabin maior, a Companhia realiza mais um ciclo de investimentos na área. Além do investimento de R$ 70 milhões entre os anos de 2015 e 2017, a Klabin aportará cerca de R$ 180 milhões em Pesquisa Industrial e Florestal nos anos 2019-2021, incluindo um novo parque de Plantas Piloto, cuja a operação foi iniciada em novembro/2019, visando o desenvolvimento de novos produtos. Além disso, a área deu continuidade aos convênios de parceria com institutos de pesquisa, universidades nacionais e no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Divulgação de Projeção

A Companhia não fez divulgação de projeções durante o exercício de 2019.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas.

A Companhia não fez divulgação de projeções durante o exercício de 2019.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados
ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto
iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A administração da Sociedade é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por no mínimo 13 (treze) e no máximo 18 (dezoito) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, na forma da legislação em vigor, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que, para cada um dos conselheiros eleitos, será eleito 1 (um) suplente específico.

Dentre os membros eleitos para o Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) são Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2.

O Presidente do Conselho de Administração é indicado pelo próprio Conselho de Administração, dentre os conselheiros eleitos pelo Acionista Controlador, devendo a escolha do Presidente respeitar o princípio da rotatividade, ressalvada a reeleição, se houver voto favorável de todos os conselheiros eleitos por proposta do Acionista Controlador.

O Conselho de Administração possui um Regimento Interno aprovado em abril de 2018, que regulamenta o funcionamento do órgão e a competência do órgão.

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

a) Fixar os objetivos dos negócios da Sociedade e de suas controladas:

I - orientando a Diretoria sobre a formulação dos planos a médio e longo prazos;
II - aprovando os planos de desenvolvimento e de expansão e os investimentos necessários à sua execução;
III - aprovando os orçamentos anuais de operações e de investimentos;

b) Eleger e destituir os diretores da sociedade, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;

c) Eleger e destituir os Conselheiros Consultivos da Sociedade;

d) Acompanhar, em caráter permanente, o desenvolvimento e o desempenho da Sociedade;

e) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

quaisquer outros atos;

f) Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;

g) Manifestar-se sobre relatórios da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

h) Fixar a política de endividamento da Sociedade;

i) Autorizar atos que ultrapassem os da administração ordinária, tais como:

I - participação em outras sociedades e alienação dessas participações;
II - constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação e extinção de sociedades subsidiárias, alteração de seus contratos ou estatutos sociais;
III - aquisição, alienação e oneração de imóveis;
IV - alienação de bens móveis do ativo permanente de valor superior ao fixado pelo Conselho;
V - criação e extinção de filiais e outros estabelecimentos;
VI - constituição de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto quando em garantia de aquisição do próprio bem;
VII - investimentos em projetos de expansão e aperfeiçoamento, de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
VIII - contratação de serviços de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
IX - arrendamento mercantil de valor superior ao fixado pelo Conselho de Administração;
X - contratação de dívidas a longo prazo;
XI - aquisição de ações de emissão da Sociedade, para efeitos de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
XII - alienação, oneração ou cessão de uso de patentes e marcas;
XIII - estabelecimento de planos previdenciários para os colaboradores da Sociedade;
XIV – emissão de Títulos de Crédito destinados à distribuição pública, observada a legislação em vigor;
XV - renunciar a direitos ou transigir em ações cujo valor seja superior ao fixado pelo Conselho de Administração.

j) Deliberar sobre quaisquer propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;

k) Escolher e destituir auditores independentes;

l) Deliberar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício, sobre o pagamento de dividendos, com base em balanços intermediários ou anuais, e sobre pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;

m) Deliberar sobre a divisão da remuneração dos administradores da sociedade, fixada pela Assembleia Geral, bem como sobre a participação dos administradores nos lucros da Companhia;

n) Deliberar sobre proposta da Diretoria referente a atos de sociedades subsidiárias, nos casos em que seja necessária deliberação da Controladora";

0) Deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do Capital Autorizado;

p) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, sejam ações ordinárias, ações preferenciais ou ações ordinárias e preferenciais destinadas à formação de certificados de depósito de ações, em qualquer caso dentro dos limites do Capital Autorizado;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

q) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital de oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

r) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa.

s) Fixar as regras do plano de *Units* da Companhia, incluindo regras sobre a emissão e o cancelamento de *Units* e aprovar a contratação de instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações e *Units;*

t) Autorizar a emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, bônus e demais títulos destinados a distribuição primária ou secundária em mercado de capitais;

u) Deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social das suas subsidiárias e controladas, exceto de subsidiárias integrais, cuja competência será da Assembleia Geral da Companhia;

v) Deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

x) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar e estabelecer as regras e condições de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou colaboradores da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas;

y) Criar comitês e comissões, permanentes ou temporários, bem como eleger seus membros, com o objetivo de dar apoio ao Conselho de Administração da Companhia;

z) Deliberar sobre quaisquer associações da Companhia, bem como a sua participação em acordos de acionistas;

aa) Adicionalmente às hipóteses previstas no Parágrafo 2º do Artigo 26, autorizar, quando considerar necessária, a representação da Companhia por um único membro da Diretoria ou por um procurador;

bb) Definir as políticas de negociação com valores mobiliários da Companhia, de divulgação de ato ou fato relevante, e de transações com partes relacionadas;

cc) Estabelecer políticas e limites, por valor, prazo ou tipo de operação, para instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, que envolvam ou não mercados futuros e de opções, bem como procedimentos para o gerenciamento e controle da exposição da Companhia aos respectivos riscos envolvidos em tais operações;

dd) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e suas controladas;

ee) Avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas controladas, ainda que não compreendido na enumeração acima, e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

ff) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e/ou pelos comitês, bem como convocar os membros da Diretoria e dos comitês para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; e

gg) Definir as funções e competências do Conselho Consultivo da Companhia.

Diretoria

A Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre os quais um terá o cargo de Diretor Geral e os demais terão suas designações definidas pelo Conselho de Administração, todos com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria, convocada pelo Diretor Geral, reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que for necessário, observando-se o quórum da presença mínima de metade mais um de seus membros, cabendo ao Diretor Geral, além do voto próprio, o de desempate.

Nos termos dos artigos 24 e 25 do Estatuto Social da Sociedade, a Diretoria tem atribuições e poderes de gestão conferidos por lei e pelo Estatuto Social, de maneira a assegurar a execução fiel e eficiente de seus fins, conforme abaixo:

a) Incumbe aos diretores proporcionar ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, ou a pedido de qualquer dos membros destes, as informações que lhes sejam solicitadas e outras que entenderem relevantes.

b) Para a prática de atos que ultrapassem os de simples administração ordinária, a Diretoria deverá deliberar coletivamente, especialmente sobre todos os atos que, por força deste estatuto, deverão ser submetidos ao Conselho de Administração.

c) Compete ao Diretor Geral, supervisionar todas as atividades da Sociedade, coordenar a atuação dos demais diretores, implementar a política empresarial fixada pelo Conselho de Administração para a Sociedade e suas controladas e supervisionar a auditoria interna.

d) Aos demais Diretores, competirão as funções que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Ademais, o Estatuto Social estabelece que (i) quaisquer dois diretores em conjunto, (ii) um diretor em conjunto com um procurador com poderes bastantes, ou (iii) dois procuradores em conjunto com poderes expressos, terão poderes para:

a) representar a Sociedade ativa e passivamente;

b) firmar contratos e assumir obrigações; movimentar contas em bancos, podendo, para tanto, emitir e endossar cheques; transigir, firmar compromissos; sacar, endossar para caução ou desconto, ou aceitar duplicatas e quaisquer títulos de crédito;

c) prestar fiança ou aval, em operações autorizadas pelo Conselho de Administração, ressalvado que (i) um diretor, isoladamente, poderá prestar depoimento em juízo; (ii) um diretor, isoladamente, ou um procurador com poderes expressos, poderá (1) emitir duplicatas e endossá-las para cobrança bancária, caução e/ou desconto, endossar cheques para depósito em conta da Sociedade, firmar contratos de câmbio, emitir pedidos de compras nos limites fixados pelo Conselho de Administração; e (2) representar a sociedade perante qualquer repartição, autarquia ou sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal, desde que não seja para assumir obrigação pela Sociedade ou exonerar terceiros perante esta.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria Estatutária não possui um Regimento Interno aprovado, no entanto, o funcionamento do órgão é pautado pelas disposições do Estatuto Social, bem como pelas demais práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia. O Diretor Geral tem parte de suas atribuições designadas por meio do Estatuto Social, enquanto os demais Diretores têm suas atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Sociedade tem as atribuições definidas pela legislação aplicável e foi instalado em 13 de dezembro de 1985. Possui um Regimento Interno aprovado oficialmente em agosto de 2019. O Conselho Consultivo da Sociedade foi instalado uma única vez, em março de 2008, com mandato de um ano, tendo como atribuição opinar sobre assuntos que lhe eram encaminhados pelo Conselho de Administração.

d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:
i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A administração da Companhia permanentemente avalia e discute o desempenho de seus órgãos societários, inclusive da Diretoria. A Secretaria de Governança, criada recentemente, tem entre suas atribuições estabelecer procedimentos para avaliação do funcionamento dos órgãos societários da Companhia, porém, não há atualmente avaliação formal com periodicidade pré-determinada. No ano de 2018, a Secretaria de Governança Corporativa da Companhia implementou uma avaliação a ser respondida pelos conselheiros a cada reunião, a fim de avaliar a qualidade e desempenho das reuniões do Conselho de Administração, mas não se trata de uma auto avaliação do órgão colegiado.

A diretoria da Companhia é avaliada periodicamente pelo seu desempenho por meio de reunião entre Diretoria e Conselho de Administração com a finalidade de avaliar e alinhar os resultados da Companhia.

Os membros da diretoria são avaliados anualmente, com base em metas e indicadores de desempenho estabelecidos a partir do direcionamento estratégico e o resultado desta avaliação tem reflexos diretos na remuneração variável dos diretores. As metas englobam indicadores corporativos como, por exemplo, desempenho do EBITDA e receita líquida e metas individuais acordadas no início de cada ano como, por exemplo, custo fixo, volume de produção, volume de vendas, qualidade, índice ambiental dentre outros.

e) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria Estatutária da Sociedade é composta por até 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Geral e os demais diretores terão atribuições e designações estabelecidas pelo Conselho de Administração, dentre os quais um desempenhará as funções de Diretor de Relações com os Investidores, nos termos do Estatuto Social. O mandato dos diretores é de 01 (um) ano, admitida a reeleição. Os diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros da Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 4º andar.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandato dos atuais membros da Diretoria Estatutária, eleitos na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração datada de 12/06/2019:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Prazo do mandato
Cristiano Cardoso Teixeira	Diretor Geral	12/06/2019	1 ano
Marcos Paulo Conde Ivo	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	23/10/2019(i)	(i)
Francisco Cesar Razzolini	Diretor Executivo	12/06/2019	1 ano
Arthur Canhisares	Diretor Executivo	12/06/2019	1 ano

Obs: os Diretores Executivos têm suas funções designadas pelo Conselho de Administração.
(i) Conforme Comunicado ao Mercado divulgado à época, a eleição do atual Diretor Financeiro e RI ocorreu no dia 23/10/2019, no entanto, o prazo de seu mandato será encerrado na Assembleia Geral Ordinária de 2020, juntamente dos demais Diretores Estatutários.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais devem ser convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência. A Klabin, nos termos da Instrução da CVM 559, art 8º convoca as Assembleias Gerais com antecedência 30 dias da data de realização, em virtude das ADRs (*American Depositary Receipts*) emitidas no exterior.

b) competências

Compete exclusivamente à Assembleia Geral: (a) reformar o Estatuto Social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei No. 6.404/76; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei No. 6.404/76; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (h) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata; (i) deliberar sobre a redução ou aumento de capital, cisão, fusão, transformação ou incorporação da Companhia e suas subsidiárias, bem como dissolução e extinção das mesmas ou qualquer ato de reorganização societária previsto em lei; (j) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia, eleger e destituir líquidantes e julgar-lhes as contas; (m) deliberar sobre permuta de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia ou de empresas suas subsidiárias; e (n) deliberar sobre instalação do Conselho Fiscal, na forma do Estatuto Social.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços Eletrônicos: http://ri.klabin.com.br e www.cvm.gov.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, lhe será vedado proferir o seu voto.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

O Estatuto Social da Companhia não prevê forma de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco proíbe tal prática. A Companhia e sua administração não solicitam e não têm por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Diante do cenário de pandemia do coronavírus (COVID-19) e das medidas de prevenção adotadas para conter a sua disseminação, visando a fim de facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará, excepcionalmente nesta Assembleia, o reconhecimento de firma e a apresentação de cópias autenticadas dos documentos de identidade, comprovação de poderes e procurações. Todavia, os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

O acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76, por procurador constituído há menos de um ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.

As procurações devem ser outorgadas por escrito em instrumento físico.

Sem prejuízo do acima exposto, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido de identidade e comprovante da respectiva participação acionária expedido pela instituição escrituradora, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar da mesma.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, através de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar os documentos abaixo relacionados à sede da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) Via física do Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado e;
(ii) Cópia dos seguintes documentos:
   a. Para pessoas Naturais: documento de identidade do acionista com foto.
   b. Para pessoas jurídicas: (i) último contrato social ou Estatuto Social consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do acionista; e (iii) documento de identidade oficial do representante legal do acionista, com foto.
   c. Para Fundos de Investimento: (i) último regulamento do Fundo de Investimentos consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (ii) último Contrato Social ou Estatuto Social do administrador ou gestor (observada a política de voto do Fundo de Investimento), consolidado, bem como eventuais alterações posteriores; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor do acionista (conforme o caso) e do acionista, com foto.

O Boletim, acompanhado da documentação requerida, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, em plena ordem, com até sete dias de antecedência em relação à data AGO.

h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância

O acionista poderá participar da AGO por meio do envio de boletim de voto a distância, das seguintes formas:

(i) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou

(ii) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

depositadas no escriturador; ou

(iii) por meio do envio de boletim de voto a distância devidamente preenchido diretamente à Companhia.

O boletim de voto a distância para participação na AGO será disponibilizado oportunamente nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br) e da Companhia (ri.klabin.com.br).

i) instruções para que o acionista, ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Nos termos da Instrução da CVM 561 - Art. 21-L os acionistas da Companhia podem incluir candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, bem como propostas de deliberação no boletim de voto a distância, observados os percentuais de determinada espécie de ações, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária.

j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia hoje não dispõe de um fórum específico ou página na rede mundial de computadores destinada a compartilhar os comentários recebidos dos acionistas sobre as pautas das assembleias, no entanto, eventuais dúvidas, sugestões e comentários podem ser endereçados pelos acionistas à área de relações com investidores, no endereço abaixo:

http://ri.klabin.com.br

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício de direito de voto a distância

Em razão dos desdobramentos da pandemia do novo coronavírus, a Comissão de Valores Mobiliários editou, no dia 17 de abril de 2020, a Instrução CVM nº 622, que altera parcialmente a Instrução CVM n° 481 e dispõe sobre a forma como as companhias abertas deverão realizar as suas assembleias digitais. Neste sentido, a Companhia optou por realizar uma assembleia híbrida, ou seja, parcialmente digital, na qual os acionistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância, em ambos os casos sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto. Informações mais detalhadas serão divulgadas oportunamente pela Companhia por meio do manual de participação na assembleia geral ordinária, a qual foi adiada para o dia 31 de julho de 2020, com fundamento na Medida Provisória Nº 931 recentemente editada.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

O Conselho de Administração é composto de 14 (catorze) membros, todos acionistas, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Independentemente da data da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões.

Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia são os seguintes:

Membros Efetivos	Observação	Membros Suplentes	Data da última eleição	Prazo do mandato
Armando Klabin		Wolff Klabin	30/04/2019	1 ano
Amaury Guilherme Bier	Conselheiro Independente	Luis Eduardo Pereira de Carvalho	30/04/2019	1 ano
Daniel Miguel Klabin		Amanda Klabin Tkacz	30/04/2019	1 ano
Horacio Lafer Piva		Francisco Amaury Olsen	30/04/2019	1 ano
Israel Klabin		Celso Lafer	30/04/2019	1 ano
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Conselheiro Independente	Camilo Marcantonio Junior	30/04/2019	1 ano
José Luis de Salles Freire	Conselheiro Independente	Francisco Lafer Pati	30/04/2019	1 ano
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Conselheiro Independente	João Verner Juenemann	30/04/2019	1 ano
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho		Vivian do Valle S. L. Mikui	30/04/2019	1 ano
Pedro Oliva Marcilio de Sousa	Conselheiro Independente	Alberto Klabin	30/04/2019	1 ano
Roberto Klabin Martins Xavier		Lilia Klabin Levine	30/04/2019	1 ano
Roberto Luiz Leme Klabin	Conselheiro Independente	Marcelo Bertini de Rezende Barbosa	30/04/2019	1 ano
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Conselheiro Independente	Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	30/04/2019	1 ano
Vera Lafer		Vera Lafer Lorch Cury	30/04/2019	1 ano

O prazo de mandato estabelecido no Estatuto da Companhia é de 1 (um) ano, com término e nova eleição na Assembleia Geral Ordinária que aprovará as demonstrações financeiras do exercício de 2019.

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário, podendo ser convocado pelo seu Presidente, ou por dois de seus membros, com 8 (oito) dias de antecedência, por carta, telefax, correio eletrônico ou telegrama. Não se realizando a reunião, será expedida nova convocação, com

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Companhia realizou o total de 16 reuniões, sendo 05 ordinárias e 11 extraordinárias.

No ano de 2018, o Conselho de Administração da Companhia realizou o total de 19 reuniões, sendo 06 ordinárias e 13 extraordinárias.

No ano de 2017, o Conselho de Administração da Companhia realizou o total de 27 reuniões, sendo 06 ordinárias e 21 extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os documentos societários das sociedades controladoras da Companhia estabelecem que os conselheiros por elas eleitos em sociedades controladas, como a Companhia, não podem votar de forma diversa da deliberada no âmbito da sociedade.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa pela Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia. Eventuais conflitos entre os acionistas que ocorram em sede do Conselho de Administração, e não consigam ser dirimidos entre as partes, deverão ser submetidos pelas partes à arbitragem nos termos do Estatuto Social da Companhia.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não há política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O artigo 40 do Estatuto Social dispõe que a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Arthur Canhisares	09/04/1960	Pertence apenas à Diretoria	12/06/2019	1 ano	4
021.861.148-01	Engenheiro Elétrico e de Produção	19 - Outros Diretores	12/06/2019	Sim	0%
Não há.		Diretor Executivo			
Cristiano Cardoso Teixeira	21/06/1973	Pertence apenas à Diretoria	12/06/2019	1 ano	2
128.996.528-50	Bacharel em Comércio Exterior	10 - Diretor Presidente / Superintendente	12/06/2019	Sim	0%
Não há.					
Francisco Cesar Razzolini	20/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	12/06/2019	1 ano	4
581.536.089-91	Engenheiro Químico	19 - Outros Diretores	12/06/2019	Sim	0%
Não há.		Diretor Executivo			
Marcos Paulo Conde Ivo	12/06/1981	Pertence apenas à Diretoria	23/10/2019	1 ano *	0
220.481.088-65	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	23/10/2019	Sim	0%
Diretor Financeiro					
Roberto Klabin Martins Xavier	04/10/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	4
153.181.088-81	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Roberto Luiz Leme Klabin	15/07/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2
988.753.708-00	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Francisco Amaury Olsen	22/11/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
019.167.269-68	Administrador de empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	31.25%
Não há.					
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	16/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
725.095.897-68	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Vera Lafer	03/10/1936	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	16
380.289.138-49	Industrial	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Alberto Klabin	11/06/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	16
261.062.567-72	Engenheiro Mecânico	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	31.25%
Não há.					
AMAURY GUILHERME BIER	25/05/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
013.102.298-99	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Amanda Klabin Tkacz	15/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	15
047.868.957-84	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	43.75%
Não há.					
Armando Klabin	25/05/1932	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	10
008.144.407-97	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Celso Lafer	07/08/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
001.913.298-00	Advogado e Professor Universitário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Daniel Miguel Klabin	11/05/1929	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	16
008.143.777-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	56%
Não há.					
Francisco Lafer Pati	10/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
256.483.558-90	Advogado	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	0%
Não há.					
Marcelo Bertini de Rezende Barbosa	26/09/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2
813.071.527-91	Economista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	25%
Não há.					
Israel Kabin	20/09/1926	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	16
008.143.857-53	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	0%
Não há.					
Lilia Klabin Levine	24/08/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	4
300.825.448-91	Empresária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	6.25%
Não há.					
José Luis de Salles Freire	03/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
265.116.658-87	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	24/02/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
007.260.107-82	Empresário	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	0%
Não há.					
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	17/07/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	16
040.443.368-57	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	07/08/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
085.081.467-79	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Luis Eduardo Pereira de Carvalho	10/06/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2
384.060.808-25	Engenheiro de Produção	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Horácio Lafer Piva	30/05/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	3
038.613.618-17	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Vera Lafer Lorch Cury	27/07/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	2
060.657.498-00	Empresária	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	0%
Não há.					
Camilo Marcantonio Junior	11/06/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
978.145.710-49	Engenheiro	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Sim	31.25%
Não há.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	06/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
004.275.077-66	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Não	100%
Não há.					
JOÃO VERNER JUENEMANN	16/02/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
000.952.490-87	Contador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2019	Não	0%
Não há.					
Vivian do Valle Souza Leão Mikui	03/04/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	1
088.036.718-03	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	31.25%
Não há.					
Pedro Oliva Marcilio de Sousa	01/03/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
726.224.745-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Wolff Klabin	11/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	1 ano	0
018.376.457-95	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2019	Sim	25%
Não há.					
Maria Carmen Westerlund Montera	28/01/1952	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	2
362.882.927-53	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2019	Não	0%
Não há.					
João Adamo Junior	29/12/1969	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	3
132.904.408-85	Advogado e Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não há.					
Antonio Marcos Vieira Santos	17/03/1964	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
053.610.478-64	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	10%
Não há.					
João Alfredo Dias Lins	25/06/1940	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	16
027.023.637-68	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Louise Barsi	07/09/1994	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
343.307.008-32	Economista	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2019	Não	100%
Não há.					
Maurício Aquino Halewicz	27/03/1973	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
694.701.200-78	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2019	Não	100%
Não há.					
Raul Ricardo Paciello	05/04/1966	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
773.617.257-91	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	100%
Não há.					
Mario Antônio Luiz Corrêa	29/12/1944	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
063.857.108-15	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	20%
Não há.					
Ruan Alves Pires	20/10/1993	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
143.957.877-03	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim	10%
Não há.					
Geraldo Affonso Ferreira	22/02/1962	Conselho Fiscal	30/04/2019	1 ano	0
064.409.028-65	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2019	Não	20%
Não há.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Arthur Canhisares - 021.861.148-01

Ingressou na Klabin em 1986, atuando como engenheiro de produção no período de 1986 a 1991. Em 1992 passou para Coordenador de Produção da Máquina de Papel 7, passando a Gerente de Produção de 1996 a 2000. Em maio/2000 passou a exercer o cargo de Diretor Industrial designado da Unidade Paraná. Desde 2001 exerceu o cargo de Diretor Industrial designado das Unidades Paraná, Angatuba e Reciclados. Diretor Industrial de Monte Alegre desde Abril/2010.

O Sr. Arthur Canhisares, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Cristiano Cardoso Teixeira - 128.996.528-50

Bacharelado em Comercio Exterior pela Universidade Paulista, MBA em Comércio Exterior pela USP - Universidade de São Paulo e mestrado em logística pela Ecole Superiour de Affairs (França). Trabalhou de 1990 até 1994 na Ripasa Papel e Celulose na área de exportação, na Duratex de 1996 até 2009 em diversos cargos até a gerência de logística e na San Antonio International de 2009 até 2011 como diretor de supply chain. Ingressou na Klabin, em 15/06/2011, nas áreas de Suprimento, Logística e de Materiais da Companhia.

O Sr. Cristiano Teixeira, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Francisco Cesar Razzolini - 581.536.089-91

Ingressou na Klabin em 24-4-1985, atuando na fábrica de papéis em Monte Alegre e, desde 2008, é Diretor de Planejamento, Projetos e Tecnologia.

O Sr. Francisco Razzolini, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Marcos Paulo Conde Ivo - 220.481.088-65

Graduado em ciências econômicas, com pós-graduação em Administração de Empresas (CEAG) na Fundação Getúlio Vargas, mestrado em Controladoria Empresarial pelo Mackenzie e curso de Educação Executiva no INSEAD. Está na Klabin há mais de 10 anos, acumula experiência em gestão e finanças com passagens pelas gerências de Controladoria, Projetos e Estudos Econômicos, Planejamento Financeiro e M&A.

O Sr. Marcos Paulo Conde Ivo, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Roberto Klabin Martins Xavier - 153.181.088-81

Acionista e diretor de LKL Participações S.A e de Esli Participações S/A, sócio-gerente da Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Diretor e acionista da Levine Participações S/A. Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, possui mestrado em Administração pela Business School São Paulo e curso de gestão de empresas familiares pela Universidade Adolfo Ibáñez do Chile, além de finanças pela New York University. Apoia e fomenta iniciativas sociais voltadas para educação, esporte e cidadania.

O Sr. Roberto Xavier, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Roberto Luiz Leme Klabin - 988.753.708-00

Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo. Tem especialização em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie. É sócio-gerente nas seguintes empresas: KL & KL Participações Ltda; RK Hotéis e Turismo Ltda e Caiman Agropecuária Ltda.
Tem importante atuação como ambientalista. É presidente da Fundação SOS Pantanal e vice-presidente da Fundação SOS Mata Atlântica; membro do Conselho Consultivo da Conservation International do Brasil, do Conselho Consultivo da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), do Conselho Consultivo do Instituto Econsenso e do Conselho Consultivo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). É também membro do Conselho Deliberativo do Hospital Israelita Albert Einstein.

O Sr. Roberto Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Francisco Amaury Olsen - 019.167.269-68

Amaury Olsen foi o primeiro presidente executivo da Tigre (1994 a 2009), após os falecimentos de João Hansen Júnior e o sucessor que ele preparava (seu filho Carlos Roberto). Paralelo às questões entre herdeiros e mudanças acionárias decorrentes destes acontecimentos, teve o desafio de isolar bem a gestão da empresa. Em cinco anos, conseguiu triplicar o volume de produção da Tigre, passando de 80 000 para 220 000 toneladas anuais. Fez quase a mesma coisa com o faturamento. Olsen comandou importantes investimentos em aquisições e expansões, incluindo as internacionais. Também levou a Tigre a entrar em novas e promissoras áreas, como as de tubos para telecomunicações e para gás, entre outras. Ao todo, trabalhou na Tigre por 41 anos (começou como office boy). Desde 2007, integra Conselhos Administrativos de companhias nacionais e internacionais. Com ampla experiência executiva, de consultoria e atualmente à frente da Olsen Consultoria, presta serviços a grandes companhias, em variados segmentos.
É Administrador de Empresas graduado pela FURJ/Univille, de Joinville (SC) com Curso de Extensão em Administração de Empresas pela Universidade de Southern, na Califórnia (Advanced Management).

O Sr. Francisco Olsen, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da

Lei 6.404/76.

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 725.095.897-68

Diretor da Monteiro Aranha S.A. e Monteiro Aranha Participações S.A. Desde 2011, integra também o Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. O Grupo Monteiro Aranha tem em sua trajetória de mais de cem anos o feito de trazer a indústria automobilística para o Brasil, com a Volkswagen, em 1950, sendo reconhecido ainda pelos investimentos em telecomunicações e pela atual participação na indústria, entre elas a Klabin, o Grupo Ultra (petróleo e gás), e empreendimentos imobiliários, desenvolvidos em associação com empresas nacionais e estrangeiras.
É economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tem MBA em Administração de Empresas pela Fordham University (EUA) e pelo programa Owner/President Management pela Harvard Business School.

O Sr. Sergio Guimarães, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Vera Lafer - 380.289.138-49

Acionista e diretora da VFV Participações S.A., sócia-gerente da Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Também é diretora e quotista nos seguintes empreendimentos: VL Participações Ltda., Novo Horizonte Agropecuária Ltda., VEMI Participações Ltda., Kla Gama Agropecuária Ltda. e Lavesube Comércio e Representações Ltda.
Bailarina de renome, destaca-se por seu trabalho de apoio à cultura, arte e educação. Foi uma das criadoras do Studio3 Espaço de Dança, para formação e aperfeiçoamento de bailarinos. No Espaço Cultural Vera Lafer, em Telêmaco Borba, no Paraná, o programa Passo Certo, realizado em parceria com o Studio3, ensina dança contemporânea e capoeira a crianças e adolescentes da comunidade e filhos de colaboradores da Klabin, com idades entre 6 e 17 anos.
Sua atuação nessa área já lhe rendeu uma série de reconhecimentos públicos, como a homenagem recebida da Câmara de Vereadores de São Paulo.

A Sra. Vera Lafer, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Alberto Klabin - 261.062.567-72

Formado em engenharia mecânica de produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em psicologia pela Universidade Estácio de Sá, e pela Escola Superior de Guerra.
Sólida experiência como diretor-adjunto em empresas da família Klabin. Foi relationship manager no Chemical Bank, em Nova Iorque, e no Banco Norchem S.A., no Rio de Janeiro.

O Sr. Alberto Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

AMAURY GUILHERME BIER - 013.102.298-99

Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, tendo completado os créditos de Mestrado e de Doutorado na mesma Instituição. Foi professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Foi membro do Conselho de Administração do Instituto Hermes Pardini S.A, membro do Conselho Fiscal do Instituto FHC e membro do Conselho de Administração da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A. Atualmente Amaury também é sócio diretor da Gávea Investimentos Ltda., banco de investimentos onde ingressou como sócio em janeiro de 2004, e em outubro de 2007 se tornou presidente da sociedade. Também é membro do Comitê de Investimento dos fundos de longo prazo da Gávea Investimentos (GIFs), do Comitê de Risco e do Comitê Executivo. De 2002 a 2004. Foi diretor executivo do Banco Mundial (WorldBank), IFC e MIGA (fins de 2002 até início de 2004) e secretário executivo do Ministério da Fazenda (de abril de 1999 a novembro de 2002). Amaury já havia ocupado posições de senioridade no âmbito do governo federal, notadamente Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (entre os anos de 1998 e 1999) e economista chefe do Ministério do Planejamento e Orçamento (de 1996 a 1998). No setor privado, ele foi economista chefe do Citibank Brasil (do início de 1994 até meados de 1996) e sócio da empresa de consultoria Kandir & Associados (de 1992 a 1993). O Sr. Amaury Bier, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Amanda Klabin Tkacz - 047.868.957-84

Integra o quadro societário e responde pelo posicionamento estratégico da Galt Capital, consultoria especializada na análise e proposição de investimentos. É graduada em Administração de Empresas pelo IBMEC, diplomada no curso Owners/Presidents Management Program da Harvard e pela Wharton School of Business no curso Private Wealth Management. Por sua experiência e formação adquiriu competência reconhecida em planejamento estratégico de negócios, fusões e aquisições e gestão de riscos.

A Sra. Amanda Tkacz, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Armando Klabin - 008.144.407-97

Diretor-presidente de Dawojobe Participações S.A., sócio-gerente da Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além da trajetória como empreendedor e executivo, sempre se destacou como esportista, demonstrando disciplina, dedicação, persistência e capacidade de atuar em equipe. Em 2016, aos 83 anos, foi reconhecido pelo Guiness Book, como o mais longevo jogador de polo em atividade, esporte que tem ajudado a difundir no país.
Exerce ainda os seguintes cargos em sociedades e instituições: presidente da Cosibra - Companhia Sisal do Brasil; sócio-controlador da Aquinor - Aquicultura do Nordeste Ltda; diretor-presidente de Ibitiguaia Agropecuária Ltda - Fazenda Paraíso (MG) e Estância Miranda (MS); membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas; presidente do Instituto de Tecnologia ORT Brasil, voltado para a educação e treinamento tecnológico, e da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande; presidente do Conselho de Administração da Colônia de Férias Henrique Lemle, ONG que desenvolve atividades complementares à escola, educação ambiental e pesquisa em ciências biológicas e naturais.

O Sr. Armando Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Celso Lafer - 001.913.298-00

Professor emérito do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou como professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP, até 2011. É PhD em Ciência Política pela Universidade de Cornell (EUA). Jurista, estudioso dos direitos humanos, especialista em relações internacionais e comércio externo. Em 1992, foi Ministro de Estado das Relações Exteriores e vice-presidente ex-officio da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Na sua segunda gestão no Itamaraty (2001-2002), chefiou a delegação brasileira à Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha. Foi Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999) e Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra (1995-1998). Em 1996 presidiu o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e, em 1997, o Conselho Geral da mesma entidade. É membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências.
Foi Presidente do Conselho de Administração da Metal Leve S/A. Indústria e Comércio (1993-1995), membro do Conselho de Administração da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - Fundação Osesp (2005-2011) e presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).
Atualmente, preside a Fundação Ema Klabin e o Conselho Deliberativo do Museu Lasar Segall e o Conselho Editorial da revista Política Externa. É membro do Conselho Consultivo da Associação Pinacoteca Arte e Cultura em São Paulo. Autor de diversos livros, entre eles: A reconstrução dos direitos humanos, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt (1988); Comércio, desarmamento, direitos humanos – reflexões sobre uma experiência diplomática (1999), A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais (2005), em coautoria com Alberto Filippi. Recebeu, entre vários outras, as seguintes honrarias: doutor honoris causa da Universidade de Tres de Febrero - UNTREF, da Argentina (2011) e da Université Jean Moulin Lyon 3, da França (2012); Honorary Fellow da Universidade Hebraica de Jerusalém (2006); prêmio Moinho Santista da Fundação Bunge na área de Relações Internacionais (2001). Em 2006, foi titular da cátedra "Países e Culturas do Sul", do Centro John W. Kluge da Biblioteca do Congresso dos EUA

O Sr. Celso Lafer, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Daniel Miguel Klabin - 008.143.777-34

Presidente de Daro Participações S.A., sócio-gerente da Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores. Engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acumula larga experiência em posições de liderança. Foi o fundador e 1° Presidente (1998) do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), sendo atualmente vice-presidente nato e membro do Conselho Curador da instituição.
Vivenciou os principais ciclos de crescimento da Klabin, na posição de Conselheiro de Administração. Já havia presidido o Conselho em outras seis ocasiões (exercícios de 1981, 1987, 1993, 1999, 2005 e 2011).
Atualmente, ocupa ainda os seguintes cargos de liderança em empresas e instituições: sócio-dretor da Damaro Comercial Agropecuária Ltda; diretor da Daram Participações Ltda; membro do Comitê Estratégico do

Capítulo Brasileiro do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e membro do Conselho Superior e benemérito da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) desde 2008. É doutor honoris causa da Academia Brasileira de Filosofia, instituição que defende as liberdades de pensamento e expressão, o debate das ideias, da democracia e do estado de direito

O Sr. Daniel Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Francisco Lafer Pati - 256.483.558-90

É acionista e diretor da VFV Participações S.A., sócio-gerente da Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Graduado em direito e em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduado em direito societário pela Fundação Getúlio Vargas. Reúne experiência em processos nas áreas cível, societária e de contratos.
Desde 2011, é diretor de um grupo de comunicação que produz conteúdo jornalístico.

O Sr. Francisco Pati, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Marcelo Bertini de Rezende Barbosa - 813.071.527-91

Formado em Economia e pós-graduado em finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com especialização na Harvard Business School. Atualmente é sócio de nove empresas no Estado de São Paulo. Acumula passagens por empresas de renome como IBM Brasil e McKinsey, com experiência nas áreas de Contabilidade, Finanças e Auditoria. É presidente da Cinemark Brasil, e já foi diretor financeiro e vice-presidente da rede. Também é presidente da ABRAPLEX - Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex e membro do comitê estratégico da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop). Hoje atua ainda como conselheiro de administração da Raia Drogasil S.A.

O Sr. Marcelo Barbosa, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Israel Kabin - 008.143.857-53

Diretor-presidente da Glimdas Participações S.A., sociedade que deu origem à Klabin, sócio-gerente de Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Além de sua relevante experiência como gestor da empresa, tendo assumido sua presidência quando tinha apenas 30 anos, possui trajetória reconhecida como ambientalista. É presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), que ajudou a criar; membro do Conselho Independente em Sustentabilidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e autor do livro "A urgência do presente: biografia da crise ambiental" (2011). Foi um dos organizadores da ECO 92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Em 1997, presidiu o Comitê Anfitrião Brasileiro da Rio+5 e foi co-presidente do Comitê Internacional da Rio+5.
Formado em engenharia civil e matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris, integrou também o grupo fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Foi prefeito do Rio de Janeiro em 1979.
É conferencista do Institut d'études politiques de Paris, articulista de periódicos nacionais e internacionais e conselheiro de universidades, instituições de pesquisas e redes de colaboração, como a UFRJ, a Fundação Getúlio Vargas, a Harvard University, a Tel Aviv University e a Sustainable Development Solutions Network (SDSN), rede de soluções para o desenvolvimento sustentável da ONU.

O Sr. Israel Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Lilia Klabin Levine - 300.825.448-91

Empresária, presidente de LKL Participações S.A. e de Esli Participações S/A., sócias-gerente de Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. É diretora de Jack Levine Participações Ltda. e acionista de Levine Participações S/A.
Formada em Direito pela Universidade Mackenzie, cursou também a Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o curso extensivo de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas, em São Paulo. Atua como entrevistadora e apresentadora de programa de televisão. Apoia e incentiva a Música Popular Brasileira há mais de 20 anos.

A Sra. Lilia Levine, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

José Luis de Salles Freire - 265.116.658-87

José Luis Freire é sócio-fundador de TozziniFreire Advogados. Além de supervisionar a área Corporate/Fusões e Aquisições, José Luis Freire aconselhou clientes em suas áreas de atuação, ou seja, fusões e aquisições, matérias de direito societário, planejamento tributário, compliance e em diversos temas relacionados a mercado de capitais e companhias abertas. Ao final do ano de 2016, aposentou-se do escritório TozziniFreire. Em razão de sua grande experiência, ele continua diretamente envolvido na coordenação de projetos de grande complexidade para empresas nacionais e internacionais dos mais diversos setores. Referência no País em questões legais e de compliance e na gestão de empresas de serviços profissionais, é freqüentemente convidado a escrever e palestrar, tanto no Brasil quanto no exterior. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1971, com extensão em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), de 1972 a 1974. Mestre em Direito Comparado pela New York University (NYU), em 1976, e cursou a Academy of American and International Law, organizada pelo The Center for American and International Law, EUA, em 1975. Presidente do Conselho Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA), Vice-Presidente do Conselho Executivo do Institute for International and Comparative Law do Center for American and International Law, membro dos Comitês Corporate & International Trade e Banking & Finance do Pacific Rim Advisory Council (PRAC), membro da International Bar Association (IBA), membro da Inter-Pacific Bar Association (IPBA), membro da New York State Bar Association (NYSBA), membro da American Bar Association (ABA), ex-Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA), ex-Conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), ex-Presidente do World Law Group (WLG) e ex-membro do Comitê Executivo e Legal Counsel da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM).

O Sr. José Luis Freire, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho - 007.260.107-82

Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., grupo com mais de cem anos e que tem em sua trajetória o feito de ter trazido a indústria automobilística para o Brasil, com a Volkswagen, em 1950, sendo reconhecido ainda pela atual participação na indústria, entre elas a Klabin, o Grupo Ultra (petróleo e gás), e empreendimentos imobiliários. Também é conselheiro da Ultrapar.
Formado em engenharia mecânica pela Technische Hochschule, da Alemanha. Tem passagens pela Volkswagenwerk, na Alemanha, e pelo J. Henry Schroder Bank, na Inglaterra. Foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), da seção Brasil do Conselho Empresarial Brasil-Argentina e membro do conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

O Sr. Olavo Carvalho, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

Vice-Presidente da GL Holdings S.A., sócio-gerente de Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Diretor de Tantra Participações Ltda., da GL Agropecuária Ltda e da Gepel Rural Ltda.
Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e formado em Harvard pelo programa Owner/President Management. É acionista e membro do Conselho de Administração da Drogasil S.A, a primeira empresa do varejo farmacêutico brasileiro a ter ações negociadas na Bolsa de Valores e que atualmente está presente em 17 estados brasileiros, com um total de 600 lojas.

Apoia iniciativas culturais, sendo membro do conselho da Fundação Bienal de São Paulo, do Museu de Arte de São Paulo e patrono individual na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

O Sr. Paulo Galvão Filho, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha e diretor e conselheiro da Gestora de Recursos Charles River Capital, empresa de gestão de recursos. Membro efetivo do Conselho de Administração da Klabin. Atua ainda como membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar Participações S.A. Foi diretor do Astor Group, empresa americana atuante na área de fusões e aquisições. Foi diretor da Organização Arnon de Mello, conglomerado de empresas de comunicação. Formado em Relações Internacionais com especialização em Economia Internacional pela Georgetown University (EUA)- magna cum laude. Possui MBA pela Harvard Business School (EUA).O Sr. Joaquim de Melo, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Luis Eduardo Pereira de Carvalho - 384.060.808-25

Sócio-diretor da Setape Assessoria Econômica Ltda., empresa que oferece soluções completas em avaliação e gestão de ativos, sendo especializada em avaliações econômicas, assessoria financeira, estudos e projetos econômicos. O grupo é afiliado à VRG – Valuation Research Group, com representantes nos Estados Unidos, México, Argentina, Espanha, China, Canadá, Inglaterra e Austrália.
Acumula experiência como executivo em empresas de grande porte, como Camargo Corrêa S.A., Delta Metal Overseas, PZM Comercial, Agrícola e Construtora Ltda., Carlos Pereira Indústrias Químicas e Boucinhas & Campos Consultores Ltda.
É engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e tem MBA em Business/Finanças pela London Business School.

O Sr. Luis Eduardo, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Acionista da Klabin Irmãos & Cia., holding do Grupo Klabin. Economista e pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo. Soma destacada contribuição ao desenvolvimento econômico e à indústria brasileira, e também à educação e à saúde, por meio de sua atuação em entidades privadas e públicas, alguns delas destinadas a repensar o país com base no desenvolvimento sustentável e no acompanhamento de indicadores em diferentes áreas. Foi presidente da FIESP/CIESP (1998-2004), do Sebrae-SP (1998-2000) e do Conselho Temático de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi membro do Programa Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do governo Lula. Atuou como presidente da Associação Brasileira de Papel e Celulose (Bracelpa), como membro do Conselho da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e do Instituto DNA Brasil. Participa ainda do Conselho de Administração das seguintes empresas: Martins S/A, Tarpon S/A, Cataratas S/A, Grupo Baumgart e TCP S/A. Preside o Conselho Deliberativo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). É membro do Conselho da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), da Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Bienal de São Paulo, da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC), do Comitê de Gestão e Saúde do Governo de São Paulo, dos Conselhos Consultivos da Spread TI e Brasilpar - Serviços Financeiros, dos conselhos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da revista Piauí. Participa também da Mobilização Empresarial pela Inovação, iniciativa da CNI, como líder do tema Recursos Humanos.

O Sr. Horácio Piva, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Vera Lafer Lorch Cury - 060.657.498-00

Acionista da VFV Participações S.A., sócia-gerente da Klabin Irmãos & Cia, holding do Grupo Klabin. Possui ampla experiência em cargos de liderança, adquirida na administração das cinco empresas das quais é sócia. Entre elas, a Fazenda e Haras Boa Vista Ltda., especializada em atividades de apoio à agricultura.

A Sra. Vera Lorch, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Camilo Marcantonio Junior - 978.145.710-49

Gestor de investimentos da Charles River Capital. Foi gerente da Bain & Company, tendo atuado por oito anos em consultoria de estratégia, e sócio-executivo do Astor Group, empresa atuante na área de fusões e aquisições.
Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia, recebendo a medalha Correia Lima, e possui um MBA com distinção pela Harvard Business School.

O Sr. Camilo Junior, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

Graduado em Economia pela Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com MBA pela Universidade de Chicago, exerce a função de Presidente do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, possui mais de 25 anos de experiência em mercado de capitais e governança corporativa. Atuou de 2012 a 2019 como Presidente da AMEC - Associação dos Investidores no Mercado de Capitais. Antes disso, atuou em diversas gestoras de recursos e instituições financeiras, incluindo Mauá Investimentos, Franklin Templeton (Brasil), Bradesco Templeton, Investidor Profissional, dentre outras. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje atua ainda como membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comite de Auditoria da brMalls Participações, e membro do Conselho de Administração, do Comite de Gente e Remuneração e do Comitê de Auditoria da Totvs. O Sr. Mauro Gentile da Cunha, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

JOÃO VERNER JUENEMANN - 000.952.490-87

Contador pela PUC/RS, Administrador e Pós Graduado em Auditoria pela UFRGS. Fundador da Juenemann & Associados (atuação em auditoria independente e em perícias judiciais de 1977 a 2015). Conselheiro de Administração, membro de Comitês de Auditoria e Riscos e Conselheiro Fiscal de várias empresas abertas e fechadas nos últimos 30 anos.
Atualmente Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (2015/2018). Membro dos Comitês de Auditoria e Riscos da Tupy S.A. (2009/2017), da Paquetá Calçados (2016/2017) e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos (2016/2018). Membro efetivo do Conselho Fiscal da Klabin S.A. (2017) e da Saraiva S.A. Livreiros Editores (2014/2017). Membro do Comitê de Indicação do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2011/2017).
Foi Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos de Forjas Taurus S.A. (2014/2016) e Conselheiro de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (2003/2010). Também foi presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A. - Falconi Consultores de Resultado (2011/2016) e membro efetivo dos Conselhos Fiscais de Plascar Participações Industriais S.A. (2013/2015), Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos (2009/2015), Sonae Sierra Brasil S.A. (2014/2015), Companhia Providência Indústria e Comércio S.A. (2010/2011), Banco Indusval S.A. (2012/2015) e Minerva S.A. (2012).
Foi presidente do Colégio de Vogais da FACPC - Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2015/2017) e presidente do Conselho Federal de Contabilidade (1982/1985), membro do Conselho de Administração do IBGC (2005/2018), presidente do Conselho Fiscal do Banco Meridional do Brasil S.A. (1985/1997), professor da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969/1971), co-autor do Guia de Orientação para as Melhores Práticas para o Conselho Fiscal (2005) e do Comitê de Auditoria (2009), emitidos pelo IBGC.

O Sr. João Juenemann, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Vivian do Valle Souza Leão Mikui - 088.036.718-03

Bacharel em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (1988) e formada em administração de empresas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (1998). Sócia do escritório de advocacia Leão e Tohmé Advogados Associados Ltda, há 15 anos. Membro do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2005.

A Sra. Vivian Mikui, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Pedro Oliva Marcilio de Sousa - 726.224.745-04

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, é fundador e Diretor da CRD Capital Administração de Recursos Ltda. Entre 2005 e 2007, foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Foi também Vice-presidente da divisão de banco de investimento do Goldman Sachs Banco de Investimento S.A. e, entre 2009 e 2010, foi Managing Director do Banco Standard de Investimento S.A., sendo responsável pela assessoria de compra e venda de empresas. De 2011 a 2017, atuou como Diretor do Grupo BR Partners. Entre 2012 e 2017 foi membro do Comitê de Auditoria da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e, entre 2012 e 2017, membro do Comitê de Auditoria da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar). Hoje atua como conselheiro de administração na Braskem S.A.

O Sr. Pedro Oliva de Sousa, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Wolff Klabin - 018.376.457-95

Iniciou carreira no Banco Goldman Sachs e posteriormente trabalhou nas áreas de fusões e aquisições e crédito do Banco JP Morgan. Desde 2006 é sócio da Gestora de Recursos Jardim Botânico Partners. Também é membro do Conselho do ORT Brasil, escola com foco no ensino profissionalizante sem fins lucrativos no Rio de Janeiro e do Conselho do David Rockfeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard. Atuou também como membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

O Sr. Wolff Klabin, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Maria Carmen Westerlund Montera - 362.882.927-53

Maria Carmen Westerlund Montera é membro suplente do Conselho Fiscal da Klabin S.A desde março de 2017. É economista formada pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes, é também bacharel em Letras pela PUC/RJ, com especialização em Mercado de Capitais na EPGE/FGV/RJ e possui MBA Executivo pela Coppead/UFRJ. Atualmente é membro do comitê de auditoria e riscos da BR Insurance desde 2017 e da Tupy S.A (cia aberta industria metalúrgica de fundição) desde 2009 e membro suplente do Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo desde 2015. Foi gerente na BNDES Participações S.A.- BNDESPAR responsável pelo investimento em empresas e em fundos de investimentos, de 1987 a 2002, chefe do Departamento de Comunicação e Cultura do BNDES em 2004 e economista do Departamento de Gestão e Acompanhamento da Carteira da BNDESPAR de 2005 a junho de 2013. Foi também membro do Conselho de Administração da Tupy S.A. de 2006 a 2013 e do comitê de gestão de pessoas e governança corporativa de 2009 a 2016, membro do Conselho de Administração da Cia de Distribuição de Gás do Rio de Janeiro (cia aberta concessionária distribuidora de gás) de 2006 a 2012, membro do Conselho Fiscal da AES Elpa em 2011-2013, da AES Eletropaulo de 2011 a maio de 2015 e da AES Tietê SA em 2011-2013, 2014-2015 (cias abertas). Foi ainda, membro do Conselho de Administração e dos comitês financeiro e de gestão da Brasil Ferrovias e da Ferronorte SA (cias abertas concessionárias de ferrovias), membro do comitê de investimentos do Fundo FIP Brasil Energia e do Fundo de Petróleo, Gás e Energia e membro do Conselho de Administração de Spes prestadoras de serviços para a Petrobrás (Companhia de Recuperação Secundária CRSEC, Marlim Participações e Nova Marlim Participações) e membro suplente do Conselho de Administracão da Net Serviços de Comunicação SA e do comitê de Finanças da Telemar Participações SA.

A Sra. Maria Carmen Montera, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

João Adamo Junior - 132.904.408-85

Diretor Fundador e Gestor Possui 26 anos de experiência no mercado financeiro. É gestor CVM e membro do Comitê Executivo e de Investimentos da Cadence Gestora de Recursos. Atuou em diversos cargos de direção em renomadas instituições, tais como: vice-presidente de produtos estruturados do Banco Fenícia, entre 1993 à 1997; Chefe de produtos estruturados do Deutsche Bank de 1997 à 2000; fundador da joint venture Maxblue DTVM do Deutsche Bank com o Banco do Brasil onde atuou como CEO; foi chefe-adjunto da plataforma de produtos de wealth management no UBS São Paulo entre de 2003 à 2007, no ano de 2006 também atuou como executivo sênior na integração do Banco Pactual com a plataforma mundial do UBS e, em 2007 como diretor executivo da Vision Brazil Investments; foi diretor e membro do comitê executivo da Mainstay Asset Management e membro do conselho fiscal da Net entre 2012 e 2013. Foi sócio fundador More Invest Gestora de Recursos. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em Administração de Empresas pela FGV-EAESP.

O Sr. João Adamo, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Antonio Marcos Vieira Santos - 053.610.478-64

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu -São Paulo-SP, concluído em 1987, com atuação na área contábil desde 1985 e na área financeira há mais de 20 anos, tendo ocupado cargos intermediários e de chefia em empresas como: Siemens e McCann Erickson Publicidade. Membro do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde abril de 1998.

O Sr. Antonio Marcos, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as

normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

João Alfredo Dias Lins - 027.023.637-68

Graduado em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, Rio de Janeiro, RJ, em 30 de julho de 1970. Iniciou sua carreira profissional em 1962 na empresa de auditoria externa Price Waterhouse & Peat, atual PriceWaterhouseCoopers, de onde saiu em abril de 1971 como gerente de auditoria. Ingressou em Klabin Irmãos & Cia. em maio do mesmo ano, desligando-se em dezembro de 1980, passando a exercer a atividade de consultor de empresas. Em 1988 cursou o Advanced Management Programme, ministrado pelo Institut Européen d'Administration des Affaires - INSEAD, em Fontainebleau, França. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde 13 de janeiro de 1981. Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS.

O Sr. João Dias, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARA, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado..
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Louise Barsi - 343.307.008-32

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, está cursando pós-graduação em Mercado de Capitais e mestrado acadêmico em Contabilidade com especialização financeira na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Atua hoje como membro suplente no Conselho de Administração da Unipar Carbocloro S.A., como membro suplente no Conselho Fiscal da Enel S.A., e como conselheira de administração na Eternit S.A. Atua ainda como analista de investimentos na Elite Investimentos.

O Sr. Louise Barsi, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Maurício Aquino Halewicz - 694.701.200-78

Graduado em Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e especialização em administração pela University of Virginia (Darden School of Business Administration). Hoje atua como Chief Financial Officer para América Latina na Countou Global (player global de energia), foi Presidente do Conselho Fiscal da Fibria Celulose S.A. entre 2013 e 2019, membro Suplente do Conselho Fiscal da Eneva S/A (companhia que atua no setor de geração de energia elétrica), e de novembro de 2012 a julho de 2018, foi Diretor Financeiro da SPIC Brasil (sociedade que atua no setor de energia limpa). Também atuou na Fibria Celulose S.A., entre 2009 e 2013 como suplente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Riscos. Exerceu as funções de Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Controladoria e Superintendente Corporativo de Controladoria da Rede Energia S.A. (companhia aberta que atua no setor de energia).

O Sr. Maurício Aquino, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Raul Ricardo Paciello - 773.617.257-91

Diretor de Risco, Compliance e PLD da Gestora de Recursos Charles River e Gerente Financeiro, TI e Compliance de Monteiro Aranha. É membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin. Foi Diretor Financeiro da EMI Music, empresa inglesa do ramo fonográfico, e ocupou diversas posições de gestão, planejamento e controle em diferentes multinacionais de variados setores, tais como: Embalagens, Óleo e Gás, Tecnologia, Higiene Pessoal e Tabaco. Economista pela UGF, possui mestrado em Administração e MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC, e pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

O Sr. Raul Paciello, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Mario Antônio Luiz Corrêa - 063.857.108-15

Bacharel em Administração e Ciências Contábeis, atualmente ocupa o cargo de Controller na Tantra Participações Ltda., GL Holdings S.A., GL Agropecuária Ltda. e Gepel Rural S.A. No passado atuou como conselheiro fiscal em sociedades controladas pelo Grupo Klabin, tais como Celucat S.A., Papelão Ondulado do Nordeste S.A., Ponsa e Bacell S.A. Atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da Raia Drogasil S.A.

O Sr. Mario Luiz Corrêa, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Ruan Alves Pires - 143.957.877-03

Sócio e analista da Charles River Capital. Ingressou na Charles River Capital em 2013, onde foi Diretor de Compliance e Risco e atua na área de análise de ações. É formado em Engenharia Mecânica e de Automóvel pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

O Sr. Ruan Pires, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Geraldo Affonso Ferreira - 064.409.028-65

Membro dos Comitês de Auditoria Estatutário da SPTrans (São Paulo Transportes S.A.) e CET-SP (Companhia de Engenharia de Tráfego), além das Comissões de Sustentabilidade e Agenda Temática do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Possui larga experiência no setor de Papel e Celulose, adquirida em empresas nacionais e multinacionais de grande porte, como Suzano, Ripasa, Asia Pulp and Paper e Iguaçu Celulose, com vivência internacional em diferentes modelos de administração e visão ambientalista. Conselheiro de Administração e Fiscal certificado pelo IBGC e IFC - Banco Mundial. Economista formado na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com MBA em Gestão Empresarial pela FIA - Fundação Instituto de Administração/USP.

O Sr. Geraldo Ferreira, atendendo aos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 367/2002 e do Ofício CVM nº 02/2016, DECLARO, sob as penas da lei:
1.Não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade;
2. Não estar condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do artigo 147da Lei nº 6.404/76;
3. Atender ao requisito de reputação ilibada estabelecido no artigo 147 da Lei nº 6.404/76;
4. Não ter sido condenado criminalmente, administrativamente perante a CVM ou qualquer outro órgão, ou ainda na esfera judicial, mesmo que não transitada em julgado.
5. Não estar ocupando nenhum cargo político ou estar exposto politicamente.
6. Não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não ter, nem representar, interesse conflitante como o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei 6.404/76.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Arthur Canhisares - 021.861.148-01	
N/A	
Cristiano Cardoso Teixeira - 128.996.528-50	
N/A	
Francisco Cesar Razzolini - 581.536.089-91	
N/A	
Marcos Paulo Conde Ivo - 220.481.088-65	
N/A	Não há.
Roberto Klabin Martins Xavier - 153.181.088-81	
N/A	
Roberto Luiz Leme Klabin - 988.753.708-00	
N/A	

Francisco Amaury Olsen - 019.167.269-68

N/A

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 725.095.897-68

N/A

Vera Lafer - 380.289.138-49

N/A

Alberto Klabin - 261.062.567-72

N/A

AMAURY GUILHERME BIER - 013.102.298-99

N/A

Amanda Klabin Tkacz - 047.868.957-84

N/A

Armando Klabin - 008.144.407-97

N/A

Celso Lafer - 001.913.298-00

N/A

Daniel Miguel Klabin - 008.143.777-34

N/A

Francisco Lafer Pati - 256.483.558-90

N/A

Marcelo Bertini de Rezende Barbosa - 813.071.527-91

N/A

Israel Kabin - 008.143.857-53

N/A

Lilia Klabin Levine - 300.825.448-91

N/A

José Luis de Salles Freire - 265.116.658-87

N/A

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho - 007.260.107-82

N/A

Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

N/A

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

N/A

Luis Eduardo Pereira de Carvalho - 384.060.808-25

N/A

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

N/A

Vera Lafer Lorch Cury - 060.657.498-00

N/A

Camilo Marcantonio Junior - 978.145.710-49

N/A

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha - 004.275.077-66

N/A

JOÃO VERNER JUENEMANN - 000.952.490-87

N/A

Vivian do Valle Souza Leão Mikui - 088.036.718-03

N/A

Pedro Oliva Marcilio de Sousa - 726.224.745-04

N/A

Wolff Klabin - 018.376.457-95

N/A

Maria Carmen Westerlund Montera - 362.882.927-53

N/A

João Adamo Junior - 132.904.408-85

N/A

Antonio Marcos Vieira Santos - 053.610.478-64

N/A

João Alfredo Dias Lins - 027.023.637-68

N/A

Louise Barsi - 343.307.008-32

N/A

Maurício Aquino Halewicz - 694.701.200-78

N/A

Raul Ricardo Paciello - 773.617.257-91

N/A

Mario Antônio Luiz Corrêa - 063.857.108-15

N/A

Ruan Alves Pires - 143.957.877-03

N/A

Geraldo Affonso Ferreira - 064.409.028-65

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve comitês em atividade na Companhia durante o exercício de 2019.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	040.443.368-57	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente				
Pessoa relacionada				
GRAZIELA LAFER GALVãO	012.072.688-28	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	
Presidente				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Armando Klabin	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Israel Kabin	008.143.857-53	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Armando Klabin	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Miguel Klabin	008.143.777-34	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Miguel Klabin	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Armando Klabin	008.144.407-97	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Daniel Miguel Klabin	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Israel Kabin	008.143.857-53	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Israel Kabin	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Armando Klabin	008.144.407-97	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Israel Kabin	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Daniel Miguel Klabin	008.143.777-34	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
Diretor				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Horácio Lafer Piva	038.613.618-17	Presh S/A	53.728.903/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor/Acionista				
Pessoa relacionada				
Eduardo Lafer Piva	029.198.238-76	Presh S/A	53.728.903/0001-50	
Diretor/Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Vera Lafer	380.289.138-49	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Francisco Lafer Pati	256.483.558-90	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Israel Kabin	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Alberto Klabin	261.062.567-72	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Daniel Miguel Klabin	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Amanda Klabin Tkacz	047.868.957-84	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Lilia Klabin Levine	300.825.448-91	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Roberto Klabin Martins Xavier	153.181.088-81	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Armando Klabin	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				
Bernardo Klabin	051.864.937-75	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Vera Lafer	380.289.138-49	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				
Pessoa relacionada				

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Vera Lafer Lorch Cury	060.657.498-00	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	
Diretora				

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

João Alfredo Dias Lins	027.023.637-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Conselho Fiscal			

Pessoa Relacionada

Klabin Irmãos & Cia	60.485.034/0001-45		
Conselho Fiscal			

Observação

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

João Alfredo Dias Lins	027.023.637-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Conselho Fiscal			

Pessoa Relacionada

Klabin Irmãos & Cia	60.485.034/0001-45		
Conselho Fiscal			

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

João Alfredo Dias Lins	027.023.637-68	Prestação de serviço	Controlador Direto
Conselho Fiscal			

Pessoa Relacionada

Klabin Irmãos & Cia	60.485.034/0001-45		
Conselho Fiscal			

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguro, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém apólices de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros da Diretoria, Conselho Fiscal e de Administração, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Companhia e de suas controladas de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia da apólice vigente é de R$ 120 milhões.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12 Outras informações relevantes

Participação de membros do Conselho de Administração em outras companhias abertas

O quadro abaixo mostra a relação dos membros do Conselho de Administração da Klabin S/A que ocupam cargos no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos de outras companhias abertas:

Conselheiro	Empresa	Cargo
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	1. Monteiro Aranha S.A. 2. Ultrapar Participações S.A.	1.Membro do Cons. Adm. 2.Membro do Cons. Adm./Membro do Comitê de Auditoria e Riscos
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Monteiro Aranha S.A.	Membro do Cons. Adm.
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	Raia Drogasil S.A.	Membro do Cons. Adm.
Pedro Oliva Marcilio de Sousa	Braskem S.A.	Membro do Cons. Adm
Marcelo Bertini de Rezende Barbosa	Raia Drogasil S.A.	Membro do Cons. Adm.
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	1. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás 2. brMalls Participações S.A. 3. Totvs S.A.	1. Membro do Cons. Adm/ Cordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário 2. Membro do Cons. Adm/ Coordenador do Comitê de Auditoria 3. Membro do Conselho de Administração/ Membro do Comitê Gente e Remuneração / Membro do Comitê de Auditoria
Francisco Amaury Olsen	1. Duratex S.A. 2. Rotoplas S.A.	1.Membro do Cons. Adm./ Presidente do Comitê de Pessoas, Governanca e Nomeação/ Membro do comitê de Sustentabilidade/ Membro do Comitê de Partes Relacionadas. 2. Membro do Conselho Adm./ Membro do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças.
José Luis de Salles Freire	Hypera S.A.	Membro do Comitê Independente de *Compliance*

Adesão ao Código de Autorregulação da ABRASCA

Em 15 de agosto de 2011 a Companhia aderiu ao Código ABRASCA de Autoregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas, conforme o Termo de Adesão encaminhado à ABRASCA e Termos de Anuência assinados por seus administradores. A Companhia declara que aplica os princípios e as regras estabelecidas nesse código, com exceção àquelas listadas a seguir, para as quais dará as explicações que entende necessárias.

Com relação à regra 2.3.1, a Companhia entende que para melhor representar seus acionistas, o Conselho de Administração ideal deve ser composto de no mínimo 13 (treze) e no máximo 18 (dezoito) membros.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Com relação ao item 2.4, a Companhia entende que o acompanhamento das questões assessoradas pelos Comitês é melhor realizado pelo próprio Conselho, portanto não institui Comitês de assessoramento.

Com relação à regra 5.1, a Klabin possui uma política interna de gestão de riscos financeiros aprovada pelo Conselho de Administração, com suas definições e premissas descritas no Item 5.2 deste formulário e na Nota Explicativa de Instrumentos Financeiros das Demonstrações Financeiras. A Companhia não possui uma política de controles internos aprovada pelo Conselho de Administração. Os mesmos são gerenciados pela área de auditoria interna.

Com relação à regra 6.1, a Companhia não possui uma Política com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, no entanto seu Estatuto Social estabelece no Art. 13 § 2 que "A aprovação de contratos entre a Companhia e seus controladores e/ou empresas nas quais estes detenham participação deverá ser tomada em Assembleia Geral de Acionistas, na qual o direito de voto será estendido aos acionistas titulares de ações preferenciais."

Com relação às regras 8.2 e 8.3, as funções de controle da Política de Divulgação e Negociação da Companhia, assim como a discussão e recomendação do sigilo de atos e fatos relevantes e comunicados ao mercado, e a revisão e aprovação das informações divulgadas ao mercado antes de sua publicação, são exercidas pelo Diretor de Relações com Investidores. Dessa forma, a Companhia entende que um Comitê de Divulgação não se faz necessário.

Assembleia Geral Ordinária (AGO) 2020

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2020, onde ocorrerá a eleição dos novos conselheiros administrativos e fiscais, está agendada para 31 de julho de 2020. Será feito a atualização desse formulário com as deliberações da AGO em agosto/2020.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

As práticas de remuneração têm como objetivo (i) obter o alinhamento dos administradores e colaboradores com a estratégia da Companhia, (ii) recompensar adequadamente os administradores e colaboradores por meio de uma remuneração competitiva comparada ao mercado selecionado, (iii) atrair, manter e reconhecer profissionais de alta performance, estimulando uma cultura meritocrática, e (iv) refletir resultados de curto e longo prazo, bem como o desempenho individual dos administradores e colaboradores.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Conselho Fiscal
A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo. Os membros recebem honorários fixos mensais e benefícios (seguro de vida e assistência médica).

Diretoria Estatutária
A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorários mensais, incentivo de curto e longo prazo, benefícios (seguro de vida, assistência médica, vale alimentação, vale refeição, previdência privada e check-up) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A estratégia para a remuneração fixa (honorários mensais) é um posicionamento alinhado a mediana do mercado selecionado, bem como as práticas adotadas no pacote de benefícios.

Para os incentivos de curto e longo prazo adotamos indicadores alinhados à estratégia e ciclo do negócio, permitindo maior alinhamento com os acionistas. Em comparação ao mercado selecionado mantém-se um posicionamento no 3º quartil, fortalecendo a relação entre a remuneração e o crescimento saudável e sustentável da Klabin.

Diretoria Não Estatutária
A remuneração da Diretoria Não Estatutária é composta por salário base, incentivo de curto e longo prazo, benefícios (seguro de vida, assistência médica, vale alimentação, vale refeição, previdência privada e check-up) e direitos legais previstos na legislação (férias, 13º salário e FGTS).

A estratégia para a remuneração fixa e para os incentivos de curto e longo prazo é a mesma estabelecida para a Diretoria Estatutária.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária
Honorários / Remuneração Fixa	93,1%	94,3%	31,9%	41,2%
Benefícios	6,9%	5,7%	4,2%	5,6%
Remuneração Variável - Curto Prazo	0,0%	0,0%	40,7%	33,8%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Remuneração Variável - Longo Prazo	0,0%	0,0%	23,2%	19,4%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é fixado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores (Conselheiros e Diretores Estatutários).

A Companhia conta com o apoio da *Korn Ferry Hay Group* do Brasil, consultoria especializada contratada para realização da pesquisa salarial anual baseada em empresas com características similares à Companhia e reconhecidas no mercado por terem boas práticas de gestão e recursos humanos, para análise da competitividade das práticas de remuneração frente ao mercado selecionado. Para decisões de reajustes salariais são avaliados as entregas, competências, performance, potencial e posicionamento salarial, subsidiado pela pesquisa de mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Estabeleceu-se a composição da remuneração com o objetivo de atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais; alinhar-se às boas práticas de mercado; buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos estratégicos da Companhia.

v) existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Não há.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- ICP: no incentivo de curto prazo utilizamos como parâmetro indicadores de desempenho financeiros (EBITDA, Receita Líquida, Capital de Giro) e metas individuais que medem o desempenho de cada Executivo.

Alguns exemplos de metas individuais contratadas pelos executivos: resultados financeiros, operacionais, produtividade, gestão de talentos, inovação, sustentabilidade, entre outros.

Em relação ao incentivo de longo prazo estabelecemos dois programas com o objetivo de estimular o atingimento dos resultados e alinhar os interesses dos participantes ao dos acionistas da Companhia:

- ILP *Matching*: programa baseado em *units* (KLBN11) com *vesting* de 3 anos. O indicador de desempenho está atrelado ao desempenho operacional e à geração de valor da Companhia.

- ILP Performance: este programa está condicionado à geração de valor para a Companhia tendo como indicador TSR (Retorno Total do Acionista) em relação ao custo do capital próprio (KE). O valor corresponde a 25% do alvo do ICP dos executivos e o *vesting* é de 5 anos.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Para o incentivo de curto prazo atribuímos pesos para cada indicador, conforme abaixo exposto:

- 55% são vinculados ao indicador de desempenho EBITDA.
- 15% são vinculados ao indicador de desempenho Receita Líquida.
- 10% são vinculados ao indicador de desempenho Capital de Giro.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- 20% vinculados a metas individuais contratadas no início de cada ano.

No final de cada ano é realizada a apuração do atingimento de metas.

O pagamento do incentivo de curto prazo pode variar de 0% até 150%, sendo 100% o atingimento do alvo.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

No curto prazo, a Companhia busca alinhamento por meio de salários competitivos e um pacote de benefícios compatível com o mercado, possibilitando a atração de profissionais qualificados e de alta performance.

No médio prazo, a Companhia busca alinhamento por meio do programa de ICP, descrito nos itens anteriores, que é composto por indicadores de desempenho financeiros e individuais, alinhados à estratégia anual da empresa.

Em longo prazo, fortalecemos o comprometimento e convergência de interesse entre Companhia, acionistas e colaboradores, por meio dos programas de ILP *Matching* e ILP Performance, descritos nos itens anteriores.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração ou benefícios suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de evento societário, no entanto, no âmbito do incentivo de longo prazo da Companhia, em caso de mudança de controle haverá a antecipação do período de *vesting*, desobrigando o executivo de conferir o direito de preferência à Companhia das *units* adquiridas e antecipando a transferência de titularidade das *units* vinculadas ao usufruto.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é aprovado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores (Conselheiros e Diretores Estatutários), cuja proposta foi previamente discutida e aprovada em Conselho da Administração com base em recomendação técnica.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia conta com o apoio da *Korn Ferry Hay Group* do Brasil, consultoria especializada contratada para realização da pesquisa salarial anual baseada em empresas com características similares à Companhia e reconhecidas no mercado por terem boas práticas de gestão e recursos humanos, para análise da competitividade das práticas de remuneração frente ao mercado selecionado.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração da Companhia avalia anualmente a prática de remuneração da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	14,00	4,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	14,00	4,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	13.141.439,61	7.098.592,47	1.660.945,00	21.900.977,08
Benefícios direto e indireto	1.245.766,41	1.240.687,57	114.601,33	2.601.055,31
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.628.287,92	1.314.554,16	332.189,00	4.275.031,08
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.544.279,88	0,00	15.544.279,88
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.878.570,35	0,00	2.878.570,35
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.593.554,67	0,00	3.593.554,67
Observação				
Total da remuneração	17.015.493,94	31.670.239,10	2.107.735,33	50.793.468,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,67	3,42	5,00	22,09
Nº de membros remunerados	13,67	3,42	5,00	22,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.995.923,72	6.456.229,20	1.660.949,00	21.113.101,92
Benefícios direto e indireto	969.876,59	1.086.620,36	99.896,30	2.156.393,25
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.599.184,74	1.195.598,00	332.189,80	4.126.972,54
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.007.930,50	0,00	9.007.930,50
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.668.135,28	0,00	1.668.135,28
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.011.230,84	0,00	3.011.230,84
Observação				
Total da remuneração	16.564.985,05	22.425.744,18	2.093.035,10	41.083.764,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	4,00	5,00	22,00
Nº de membros remunerados	13,00	4,00	5,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.628.513,00	6.890.400,00	1.660.958,00	21.179.871,00
Benefícios direto e indireto	905.925,66	1.027.914,61	96.666,81	2.030.507,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.525.702,60	1.276.000,00	332.191,60	4.133.894,20
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.628.677,81	0,00	11.628.677,81
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.153.458,85	0,00	2.153.458,85
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.312.756,39	0,00	2.312.756,39
Observação				
Total da remuneração	16.060.141,26	25.289.207,66	2.089.816,41	43.439.165,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	4,10	5,00	22,10
Nº de membros remunerados	13,00	4,10	5,00	22,10
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	13.938.193,00	12.662.704,20	1.660.956,00	28.261.853,20
Benefícios direto e indireto	873.789,96	1.045.068,84	96.834,63	2.015.693,43
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.787.638,55	2.532.540,84	332.191,20	5.652.370,59
Descrição de outras remunerações fixas	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	INSS ônus da empresa	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.921.982,32	0,00	10.921.982,32
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.184.396,46	0,00	2.184.396,46
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS ônus da empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.031.729,55	0,00	9.031.729,55
Observação				
Total da remuneração	17.599.621,51	38.378.422,21	2.089.981,83	58.068.025,55

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho

Previsão 2020 (em R$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14,00	4,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados	14,00	4,00	5,00	23,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R$ 3.306.933,01		R$ 3.306.933,01
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R$ 15.544.279,88		R$ 15.544.279,88
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R$ 10.838.911,35		R$ 10.838.911,35
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

Efetivo 2019 (em R$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,67	3,42	5,00	22,08
Nº de membros remunerados	13,67	3,42	5,00	22,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R$ 2.928.020,04		R$ 2.928.020,04
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R$ 13.196.656,00		R$ 13.196.656,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R$ 10.242.995,65		R$ 10.242.995,65
Valor efetivamente reconhecido		R$ 9.007.930,50		R$ 9.007.930,50
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

Efetivo 2018 (em R$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,00	4,00	5,00	22,00
Nº de membros remunerados	13,00	4,00	5,00	22,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R$ 2.794.817,40		R$ 2.794.817,40
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R$ 12.834.000,00		R$ 12.834.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R$ 8.556.000,00		R$ 8.556.000,00
Valor efetivamente reconhecido		R$ 11.628.677,81		R$ 11.628.677,81
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

Efetivo 2017 (em R$):

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,00	4,10	5,00	22,42
Nº de membros remunerados	13,00	4,10	5,00	22,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		R$ 3.366.413,91		R$ 3.366.413,91
Valor máximo previsto no plano de remuneração		R$ 15.458.811,75		R$ 15.458.811,75
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas		R$ 10.305.874,50		R$ 10.305.874,50
Valor efetivamente reconhecido		R$ 10.921.982,32		R$ 10.921.982,32
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais

O plano de Remuneração Variável de Longo Prazo foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de Julho de 2012, sendo devidamente autorizado pela CVM nos termos do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/No 221/2012, e contempla o direito do beneficiário de converter parte de seu bônus na aquisição de *units* (KLBN11) da Companhia (até 70%) mantidas em tesouraria.

Em contrapartida a Companhia fará o *matching* das *units* adquiridas pelo beneficiário na ordem de 100%, através de "Instrumento Particular de Constituição de Usufruto e Outros Pactos", sobre o número de *units* adquiridas pelo executivo mediante apresentação do "Instrumento Particular de Aquisição de *Units* em Tesouraria e Outros Pactos".

O beneficiário faz jus à percepção de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos às *units* gravadas pelo usufruto, desde que devidamente declarados e aprovados pelos órgãos societários da Companhia, nos termos da lei, de seu estatuto social e de seus regulamentos internos.

b) Principais objetivos do plano

A utilização desse instrumento tem por finalidade alinhar os interesses dos profissionais vinculados à Companhia, aumentando o comprometimento dos beneficiários com a obtenção de resultados para a Companhia e seus acionistas.

c) Forma de como o plano contribui para esses objetivos

O plano visa a reter os profissionais e alinhar os seus interesses aos da Companhia, fortalecendo o engajamento no atingimento das metas estabelecidas e contribuindo para a maximização do valor da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A outorga de *units* é largamente praticada pelas companhias no Brasil e no exterior, mantendo a Companhia competitiva no mercado, além de alinhar o beneficiário com a estratégia e interesses da Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano tem por objetivo instituir mecanismos de incentivo de longo prazo para estimular a aquisição de *units* pelo beneficiário e impulsionar o seu alinhamento à estratégia da Companhia e seus resultados (globais, regionais e individuais).

A manutenção do programa visa ainda a atrair e reter profissionais talentosos que agreguem valor à Companhia, impulsionar o atingimento dos objetivos da empresa e alinhar os interesses dos beneficiários aos da Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de *units* abrangidas no plano não excede a quantidade de *units* mantidas em Tesouraria e será limitado a 37,5% do bônus anual dos beneficiários.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O plano previsto pela Companhia não oferece opções.

h) Condições de aquisição de ações

Pelo plano, o executivo tem o direito de utilizar parte de seu bônus (até 25%) na aquisição de *units* da Companhia.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de aquisição das *units* será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das *units* da Companhia, ou pelo seu valor de mercado do último pregão, o que for menor.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As *units* adquiridas deverão ser mantidas pelo executivo por 3 (três) anos.

k) Forma de liquidação

As cláusulas para que a transferência das *units* outorgadas seja consumada estabelecem que o beneficiário não peça demissão nem faça alienação das *units* adquiridas na adesão do plano pelo período de *vesting* (3 anos). Advindo o prazo de 3 anos, sem as restrições previstas no plano, a Companhia transferirá a nua propriedade das *units* ao executivo, consolidando-se a propriedade plena em seu favor. As *units* outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das *units* ao espólio.

Caso o beneficiário seja desligado sem justa causa pela Companhia, desde que presente as demais condições, permanecerá com direito à transferência das ações após transcorrido o período de *vesting*.

l) Restrições à transferência das ações

As *units* outorgadas e adquiridas em tesouraria devem ser mantidas pelo executivo pelo prazo de 3 (três) anos.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Constituirá condição resolutiva do usufruto o descumprimento do beneficiário de qualquer das seguintes obrigações: a) permanência do beneficiário como administrador ou colaborador da Companhia, em regime de dedicação integral pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data do presente Instrumento; b) abstenção do beneficiário de participação e de vinculação, sob qualquer forma ou a qualquer título, a sociedades ou entidades que exerçam ou venham a exercer atividade concorrente com a da Companhia; c) a não alienação pelo beneficiário das *units* adquiridas através do Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de *Units* em Tesouraria e outros Pactos pelo prazo de 3 (três) anos.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus diretos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Constituirá condição resolutiva do usufruto o descumprimento do beneficiário de qualquer das seguintes obrigações: a) permanência do beneficiário como administrador ou colaborador da Companhia, em regime de dedicação integral pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data do presente Instrumento; b) abstenção do beneficiário de participação e de vinculação, sob qualquer forma ou a qualquer título, a sociedades ou entidades

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

que exerçam ou venham a exercer atividade concorrente com a da Companhia; c) a não alienação pelo beneficiário das *units* adquiridas através do Instrumento Particular de Compromisso de Aquisição de *Units* em Tesouraria e outros Pactos pelo prazo de 3 (três) anos.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:
a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **(I) em aberto no início do exercício social;**
- **(II) perdidas durante o exercício social;**
- **(III) exercidas durante o exercício social;**
- **(IV) expiradas durante o exercício social;**

d) valor justo das opções na data de outorga; e) valor justo das opções na data de outorga; e f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

O item 13.5 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e da diretoria estatutária:

a) órgão;

b) número de membros;

c) número de membros remunerados;

d) em relação às opções não exercíveis;

(i) quantidade;

(ii) data que se tornarão exercíveis;

(iii) prazo máximo para exercício das opções;

(iv) prazo de restrição à transferência das ações;

(v) prazo médio ponderado de exercício;

(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e

e) em relação às opções exercíveis;

(I) quantidade;

(II) prazo máximo para exercício das opções;

(III) prazo de restrição à transferência das ações;

(IV) preço médio ponderado de exercício;

(V) valor justo das opções no último dia do exercício social;

(VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

O item 13.6 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

a) órgão;

b) número de membros;

c) número de membros remunerados;

d) em relação às opções exercidas informar:

(i) número de ações;

(ii) preço médio ponderado de exercício; e

(iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e

e) em relação às ações entregues informar:

(I) número de ações;

(II) preço médio ponderado de aquisição; e

(III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

O item 13.7 não é aplicável ao Plano de Ações concedido pela Companhia, vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - método de precificação do valor das ações e das opções:
a) modelo de precificação;
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e
d) forma de determinação da volatilidade esperada;
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

O valor de aquisição de cada uma das *units* em tesouraria pelos beneficiários do plano concedido pela Companhia é obtido da média das cotações de fechamento dos Certificados de Depósito de *units* da Klabin (KLBN11), nos 60 (sessenta) pregões anteriores na data anterior da efetivação da compra, na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou pelo seu valor de mercado na véspera, o que for menor.

Vide informações adicionais no item 13.16 deste Formulário.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo contempla o total de valores mobiliários de emissão da Companhia conforme descrito no Formulário CVM 358 consolidado de 31 de dezembro de 2019:

Nome	Quantidade		
	ON (mil)	PN (mil)	ADR's (mil)
Controladores	1.245.600	374.554	27.454
Conselho de Administração	45.226	176.882	-
Diretoria	1.290	5.160	-
Conselho Fiscal	308	1.231	-

Nenhum dos administradores da Companhia detém participação em controladas ou empresas sob controle comum da Companhia. A sua participação nestas empresas dá-se somente de forma indireta, através das ações detidas por estes na Companhia, a qual por sua vez, detém participação nestas sociedades.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a) órgão	Diretoria Estatutária
b) número de membros	4,00
c) nome do plano	PACK – Plano de Aposentadoria Complementar Klabin
d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
e) condições para se aposentar antecipadamente	Ter 55 anos de idade
f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 4.768.755,41
g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 779.808,57
h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não

O PACK não é conferido aos membros do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,42	4,00	4,42	13,67	13,00	13.00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	3,42	4,00	4,42	13,67	13,00	13,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração	10.603.660,45	9.552.569,06	10.740.321,66	1.311.753,08	1.349.762,19	2.893.819,55	466.517,95	436.425,00	446.420,36
Valor da menor remuneração	4.841.564,32	114.394,87	3.685.325,64	1.076.227,81	675.916,48	676.026,18	398.626,80	398.626,80	398.629,56
Valor médio da remuneração	6.563.632,44	6.322.301,91	8.689.454,09	1.212.072,08	1.235.395,48	1.353.817,04	418.607,02	417.963,28	417.996,37

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2018	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2017	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 4 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2019	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2018	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2017	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2018	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2017	O membro de maior remuneração exerceu funções na Companhia por 12 meses.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo ou de aposentadoria

A Companhia mantém apólices de seguro de responsabilidade civil (D&O) para membros da Diretoria, Conselho Fiscal e de Administração, tendo por objeto o pagamento de indenização aos administradores da Companhia e de suas Controladas de todas as perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas, que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice. O limite máximo de garantia da apólice vigente é de R$ 120 milhões.

Apenas para o Diretor Geral há cláusula contratual de indenização por dispensa imotivada antes do término do mandato.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13. Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	% referente aos controladores		
Órgão	**2019**	**2018**	**2017**
Diretoria Estatutária	**-**	-	-
Conselho de Administração	51,85%	65,03%	51,88%
Conselho Fiscal	**-**	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de Controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de Controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16. Outras informações relevantes

Plano de Outorga de *Units*

Em razão das especificações do Plano de Outorga de *Units* concedido pela Companhia, alguns itens desta seção, tais como 13.5 e 13.6 não são aplicáveis. Porém, a Companhia apresenta abaixo, além das informações já prestadas nos itens 13.4, 13.7 e 13.8 informações adicionais aos planos já pactuados para melhor entendimento.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de *Units* (Plano) como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia excluindo acionistas controladores, devidamente autorizado pela CVM através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/No 221/2012.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores poderão utilizar um percentual de até 25% de sua remuneração variável para aquisição de *units* mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de *units* ao adquirente por três anos, passando a propriedade nua das *units* aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano (vide item 13.4 acima). Não há opções no Plano oferecido. O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos e JCP (juros sobre capital próprio) distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das *units* em tesouraria pelos beneficiários do Plano será (i) a média das cotações de valor de mercado das *units* da Companhia nos últimos 60 pregões, ou (ii) o valor de sua cotação na véspera de aquisição, o que for menor entre os dois. O valor das *units* concedidas em usufruto corresponde a cotação das *units* em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação, determinando o valor justo da operação.

As *units* outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga.

Não há diluição de *units* prevista no plano de Outorga de *units* cedido pela Companhia, visto que o plano prevê somente a Outorga de *units* de própria emissão mantidas em Tesouraria, sem a previsão da emissão de novas *units*.

Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal para o exercício de 2020 dispostas nos itens 13.2 e 13.3 deste Formulário representam a proposta que será levada à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária à ser realizada em 31 de julho de 2020.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Recursos humanos da Companhia:

As informações prestadas neste item correspondem aos números da Klabin S.A. e suas Controladas.

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		2019		2018		2017	
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	No de Funcionários	Total da Localização Geográfica	No de Funcionários	Total da Localização Geográfica	No de Funcionários	Total da Localização Geográfica
Sudeste	Administrativo	239	2.615	282	2.666	273	2.813
	Nível Técnico (inclui supervisores)	629		582		559	
	Operacional	1587		1647		1.835	
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	160		155		146	
Sul	Administrativo	623	10.227	659	10.318	567	10.218
	Nível Técnico (inclui supervisores)	1351		1227		1.164	
	Operacional	8020		8235		8.300	
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	233		197		187	
Norte (i)	Administrativo	13	232	14	245	17	216
	Nível Técnico (inclui supervisores)	23		20		20	
	Operacional	193		207		175	
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	3		4		4	
Nordeste	Administrativo	63	1.364	74	1.372	71	1.371
	Nível Técnico (inclui supervisores)	131		129		117	
	Operacional	1142		1143		1.159	
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	28		26		24	
Argentina	Administrativo	7	125	4	137	3	125
	Nível Técnico (inclui supervisores)	29		33		31	
	Operacional	87		97		88	
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	2		3		3	
Estados Unidos	Diretores, Gerentes e Coordenadores	1	1	2	2	2	2
Áustria	Nível Técnico	8	9	5	6	3	5
	Diretores, Gerentes e Coordenadores	1		1		2	
		14.573	**14.573**	**14.746**	**14.746**	**14.750**	**14.750**

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de terceirizados	2019	2018	2017
Sudeste	773	301	336
Sul	5796	4519	4.497
Nordeste	359	273	130
Norte	23		
Argentina	0	3	1
	6.951	**5.096**	**4.964**

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

c) índice de rotatividade

Índice de Rotatividade	2019	2018	2017
Rotatividade (%)	16,16	15,87	16,11
Admitidos	2318	2.373	2.785
Demitidos	2405	2.324	1.972

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Anualmente os processos judiciais trabalhistas são devidamente analisados pelos advogados da Companhia, classificando os riscos como prováveis, possíveis e remotos e provisionados em orçamento.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia era parte em diversos processos trabalhistas nos valores de aproximadamente R$ 451, R$ 502 e R$ 438 milhões, divididos da seguinte forma:

R$/mil	Expectativa de Perda			
Ano	Provável	Possível	Remota	Total
2019	42.103	252.122	156.773	**451.998**
2018	43.250	243.557	214.733	**501.541**
2017	45.775	251.702	140.320	**437.797**

A Companhia não possui processos considerados como de perda provável de acordo com a opinião dos advogados externos, dos quais não foi constituída provisão em referidas datas.

Para informações adicionais sobre as contingências trabalhistas atuais, vide item “4.3”.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Em relação ao comportamento do quadro de pessoal no ano de 2019, não ocorreram diferenças significativas quando comparamos com 2018. Quanto ao número de terceiros, o aumento se deve ao crescimento da produção, terceirização de equipes de Silvicultura e transporte de madeira das operações Klabin principalmente no Sul.

Em relação ao comportamento do quadro de pessoal no ano de 2018 não ocorreram diferenças significativas quando comparamos com 2017, porém a maior diferença se deu no Sudeste devido uma redistribuição da produção no Brasil. Quanto ao número de terceiros, a maior diferença ocorreu no Nordeste devido ao incremento no quadro para atendimento da demanda da operação. Nas demais regiões a oscilação apresentada decorre de necessidades normais do processo de manutenção e produção do negócio.

Em relação ao comportamento do quadro de pessoal no ano de 2017, o incremento no número de colaboradores próprios ocorreu em função da contratação de colaboradores no negócio florestal para atendimento da demanda da operação da fábrica em Ortigueira (PR). O índice de redução de quadro nas regiões Sudeste e Nordeste foi devido a redução de volume de produção e oportunidades de revisão na estrutura, respectivamente. Com relação ao quadro de terceiros, houve um aumento na região Sul principalmente devido ao atendimento da demanda florestal para a fábrica em Ortigueira (PR).

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3. Políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando:

a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração é alinhada às práticas de mercado e a estratégia da Companhia, como forma de assegurar competitividade na atração e reconhecimento de profissionais de alta performance, estimulando uma cultura meritocrática.

Utilizou-se a metodologia da *Korn Ferry Hay Group* para avaliação da estrutura de cargos, permitindo o estabelecimento da consistência interna e externa, tanto da remuneração fixa quanto variável.

A Companhia possui um programa de participação nos resultados, como forma de incentivo ao alcance dos resultados e alinhamento aos interesses do negócio e dos acionistas. As regras do programa são negociadas com o sindicato através de acordo coletivo específico e o pagamento está atrelado ao atingimento dos indicadores.

b) política de benefícios

A Companhia oferece aos colaboradores um pacote de benefícios competitivo e alinhado às práticas de mercado.

O pacote de benefícios é composto por: plano de saúde, previdência privada complementar, convênio odontológico, seguro de vida para titular e dependentes com cobertura para invalidez, vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, convênio com farmácias, empréstimo consignado em folha de pagamento, auxílios (creche e excepcional), programa de apoio ao colaborador e dependentes para problemas financeiros, orientações jurídicas, psicológicas e sociais e complemento de auxilio doença.

Trabalhadores temporários, contratados por meio de agências de mão de obra, recebem seguro de vida, refeição e vale-transporte. Em 2019 aderiu-se ao Programa Empresa Cidadã estendendo a licença maternidade para 6 meses e a licença paternidade para 20 dias a todos os colaboradores.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia possui plano de incentivo baseados em ações (convertidos em *Units*) para seus executivos devidamente aprovado pela CVM e divulgado em detalhes no item “13” deste formulário.

Os Gerentes passaram a ser elegíveis ao programa de incentivo de longo prazo em 2016 e os Coordenadores e Especialistas em 2018.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4. Relações entre a Companhia e sindicatos:

A Companhia coloca à disposição tempo e local adequados para que os sindicatos busquem entre os empregados a sua associação sindical. Não há relato de atitudes em unidades fabris ou setores que possam inibir os empregados no exercício desse direito. Inclusive há nas plantas industriais empregados associados ao sindicato, bem como, membros do sindicato.

Da mesma forma, para que ocorra uma boa gestão e seja mantido um clima de cooperação, os empregados e os sindicatos são comunicados de mudanças operacionais significativas.

A Companhia valoriza a negociação coletiva com representantes sindicais, assim como a liberdade de associação.

Todos os colaboradores são contemplados por acordos ou convenções coletivas.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 Outras informações relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “14”.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 31/01/2018

26.526.677	1,320	106.106.708	3,000	132.633.385	2,400

BlackRock Inc

	Norte Americana	Não	Não	31/01/2018	
48.607.674	2,420	194.430.696	5,500	243.038.370	4,380

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR

00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	31/01/2018	
83.721.188	4,160	334.884.752	9,470	418.605.940	7,540

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Klabin Irmãos & Cia

60.485.034/0001-45	Brasileira-RJ	Sim	Sim	31/01/2018	
941.837.080	46,800	0	0,000	941.837.080	16,970

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

Monteiro Aranha S/A

33.102.476/0001-92	Brasileira-RJ	Sim	Não	31/03/2019	
69.845.332	3,470	279.412.778	7,900	349.258.110	6,290

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Niblak Participações S/A

04.047.019/0001-44	Brasileira-SP	Sim	Sim	31/01/2018	
142.023.010	7,060	0	0,000	142.023.010	2,560

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

637.999.310	31,700	2.374.234.715	67,140	3.012.234.025	54,290

The Bank Of New York Department

	Norte Americano	Não	Não	31/01/2018	
61.773.628	3,070	247.094.512	6,990	308.868.140	5,570

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

TOTAL					
2.012.333.899	100,000	3.536.164.161	100,000	5.548.498.060	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Klabin Irmãos & Cia				**60.485.034/0001-45**	
Daro Participações S/A					
30.304.992/0001-01	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	11,070	0	0,000	1	11,070
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Dawojobe Participações S/A					
30.280.465/0001-04	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	11,070	0	0,000	1	11,070
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Esli Participações S/A					
53.601.423/0001-23	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	8,360	0	0,000	1	8,360
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Klabin Irmãos & Cia				**60.485.034/0001-45**	

GL Holdings S/A

53.728.895/0001-41	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	12,520	0	0,000	1	12,520

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Glimdas Participações S/A

30.526.602/0001-48	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	11,070	0	0,000	1	11,070

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A

51.559.573/0001-90	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	12,520	0	0,000	1	12,520

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Klabin Irmãos & Cia				**60.485.034/0001-45**	
LKL Participações S/A					
00.288.075/0001-10	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	8,350	0	0,000	1	8,350
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Miguel Lafer Participações S/A					
72.872.120/0001-90	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	6,260	0	0,000	1	6,260
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Presh S/A					
53.728.903/0001-50	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	12,520	0	0,000	1	12,520
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Klabin Irmãos & Cia				**60.485.034/0001-45**	
TOTAL					
10	100,000	0	0,000	10	100,000
VFV Participações S/A					
72.872.146/0001-38	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
1	6,260	0	0,000	1	6,260

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Niblak Participações S/A				**04.047.019/0001-44**	

Armando Klabin

008.144.407-97	Brasileira	Sim	Sim		
124.183	0,510	0	0,000	124.183	0,510

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Dawojobe Participações S/A

30.280.465/0001-04	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
2.562.686	10,560	0	0,000	2.562.686	10,560

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Eduardo Lafer Piva

029.198.238-76	Brasileira	Não	Sim		
1.012.687	4,173	0	0,000	1.012.687	4,173

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Niblak Participações S/A				**04.047.019/0001-44**	
Esli Participações S/A					
53.601.423/0001-23	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
4.050.722	16,710	0	0,000	4.050.722	16,710

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

GL Holdings S/A					
53.728.895/0001-41	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
3.038.061	12,520	0	0,000	3.038.061	12,520

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Glimdas Participações S/A					
30.526.602/0001-48	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
2.686.869	11,070	0	0,000	2.686.869	11,070

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Niblak Participações S/A				**04.047.019/0001-44**	
Horácio Lafer Piva					
038.613.618-17	Brasileira	Não	Sim		
1.012.687	4,173	0	0,000	1.012.687	4,173
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Miguel Lafer Participações S/A					
72.872.120/0001-90	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
3.038.036	12,520	0	0,000	3.038.036	12,520
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Regina Piva Coelho de Magalhães					
040.443.408-89	Brasileira	Não	Sim		
1.012.687	4,173	0	0,000	1.012.687	4,173
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Niblak Participações S/A				**04.047.019/0001-44**	
TOTAL					
24.263.523	100,000	0	0,000	24.263.523	100,000
Verde Vivo Investimentos Florestais Ltda.					
07.060.894/0001-54		Não	Sim	24/02/2014	
2.686.870	11,071	0	0,000	2.686.870	11,071
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
VFV Participações S/A					
72.872.146/0001-38	Brasileira	Sim	Sim	28/11/2013	
3.038.035	12,520	0	0,000	3.038.035	12,520
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Daro Participações S/A				**30.304.992/0001-01**	
Amanda Klabin Tkacz					
047.868.957-84		Sim	Sim		
479.900	15,650	0	0,000	479.900	15,650
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Daniel Miguel Klabin					
008.143.777-34	Brasileira	Sim	Sim		
1.627.732	53,050	0	0,000	1.627.732	53,050
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
David Klabin					
047.868.947-02		Sim	Sim		
479.900	15,650	0	0,000	479.900	15,650
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Daro Participações S/A				**30.304.992/0001-01**	
Rose Klabin					
047.868.967-56		Sim	Sim		
479.900	15,650	0	0,000	479.900	15,650

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
3.067.432	100,000	0	0,000	3.067.432	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Dawojobe Participações S/A				**30.280.465/0001-04**	

Armando Klabin

008.144.407-97	Brasileira	Sim	Sim		
4	0,200	0	0,000	4	0,200

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Bernardo Klabin

051.864.937-75	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Daniela Klabin

018.376.287-85	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Dawojobe Participações S/A				**30.280.465/0001-04**	
Jose Klabin					
028.464.277-04	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.068	100,000	0	0,000	2.068	100,000
Wolff Klabin					
018.376.457-95	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Dawojobe Participações S/A				**30.280.465/0001-04**	
Armando Klabin					
008.144.407-97	Brasileira	Sim	Sim		
4	0,200	0	0,000	4	0,200
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Bernardo Klabin					
051.864.937-75	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Daniela Klabin					
018.376.287-85	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Dawojobe Participações S/A				**30.280.465/0001-04**	
Jose Klabin					
028.464.277-04	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.068	100,000	0	0,000	2.068	100,000
Wolff Klabin					
018.376.457-95	Brasileira	Sim	Sim		
516	24,950	0	0,000	516	24,950
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Esli Participações S/A				**53.601.423/0001-23**	

Cristina Levine Martins Xavier

104.891.158-61	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.253	33,330	0	0,000	5.891.253	33,330

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Regina Klabin Xavier

738.174.659-04	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.253	33,330	0	0,000	5.891.253	33,330

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Roberto Klabin Martins Xavier

153.181.088-81	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.254	33,340	0	0,000	5.891.254	33,340

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Esli Participações S/A				**53.601.423/0001-23**	
TOTAL					
17.673.760	100,000	0	0,000	17.673.760	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Esli Participações S/A				**53.601.423/0001-23**	

Cristina Levine Martins Xavier

104.891.158-61	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.253	33,330	0	0,000	5.891.253	33,330

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Regina Klabin Xavier

738.174.659-04	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.253	33,330	0	0,000	5.891.253	33,330

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Roberto Klabin Martins Xavier

153.181.088-81	Brasileira	Sim	Sim		
5.891.254	33,340	0	0,000	5.891.254	33,340

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Esli Participações S/A				**53.601.423/0001-23**	
TOTAL					
17.673.760	100,000	0	0,000	17.673.760	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GL Holdings S/A				**53.728.895/0001-41**	
GRAZIELA LAFER GALVãO					
012.072.688-28	Brasileira	Sim	Sim		
4.233.864	99,990	8.467.726	99,990	12.701.590	99,990
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
4	0,010	6	0,010	10	0,010
TOTAL					
4.233.868	100,000	8.467.732	100,000	12.701.600	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GL Holdings S/A				**53.728.895/0001-41**	

GRAZIELA LAFER GALVãO

012.072.688-28	Brasileira	Sim	Sim		
4.233.444	72,678	8.466.886	72,678	12.700.330	72,678

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

MARIA EUGêNIA LAFER GALVãO

076.308.458-12		Não	Não		
795.761	13,661	1.591.521	13,661	2.387.282	13,661

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho

040.443.368-57		Não	Não		
795.761	13,661	1.591.521	13,661	2.387.282	13,661

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GL Holdings S/A				**53.728.895/0001-41**	
TOTAL					
5.824.966	100,000	11.649.928	100,000	17.474.894	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	
Alberto Klabin					
261.062.567-72	Brasileira-SP	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Dan Klabin					
052.116.597-08	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Espolio Mauricio Klabin					
261.062.647-91	Brasileira	Sim	Sim		
32	0,040	0	0,000	32	0,002
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	

Gabriel Klabin

101.169.347-00	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Israel Kabin

008.143.857-53	Brasileira	Sim	Sim		
0	0,000	1.287.625	90,052	1.287.625	38,198

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Leonardo Klabin

375.332.587-20	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	
Maria Klabin					
051.366.027-59	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Stela Klabin					
375.332.407-82	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,658	347.209	10,300
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.941.044	100,000	1.429.867	100,000	3.370.911	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	

Alberto Klabin

261.062.567-72	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Dan Klabin

052.116.597-08	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Espolio Mauricio Klabin

261.062.647-91	Brasileira	Sim	Sim		
32	0,040	0	0,000	32	0,010

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	

Gabriel Klabin

101.169.347-00	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Israel Kabin

008.143.857-53	Brasileira	Sim	Sim		
0	0,000	1.756.611	92,500	1.756.611	45,750

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Leonardo Klabin

375.332.587-20	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Glimdas Participações S/A				**30.526.602/0001-48**	
Maria Klabin					
051.366.027-59	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Stela Klabin					
375.332.407-82	Brasileira	Sim	Sim		
323.502	16,660	23.707	1,250	347.209	9,040
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.941.044	100,000	1.898.853	100,000	3.839.897	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A				**51.559.573/0001-90**	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
36.539.938	100,000	0	0,000	36.539.938	100,000
Vera Lafer					
380.289.138-49	Brasileira	Sim	Sim		
35.955.299	98,400	0	0,000	35.955.299	98,400

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

VL Participações Ltda					
56.145.592/0001-94		Sim	Sim	30/04/2019	
584.639	1,600	0	0,000	584.639	1,600

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LKL Participações S/A				**00.288.075/0001-10**	

Cristina Levine Martins Xavier

104.891.158-61	Brasileira	Sim	Sim		
5.977.833	33,330	0	0,000	5.977.833	33,330

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Regina Klabin Xavier

738.174.659-04	Brasileira	Sim	Sim		
5.977.833	33,330	0	0,000	5.977.833	33,330

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Roberto Klabin Martins Xavier

153.181.088-81	Brasileira	Sim	Sim		
5.977.834	33,340	0	0,000	5.977.834	33,340

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LKL Participações S/A				**00.288.075/0001-10**	
TOTAL					
17.933.500	100,000	0	0,000	17.933.500	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Miguel Lafer Participações S/A				**72.872.120/0001-90**	
Miguel Lafer					
027.760.308-00	Brasileira	Sim	Sim		
223.510.726	99,990	0	0,000	223.510.726	99,990
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
344	0,010	0	0,000	344	0,010
TOTAL					
223.511.070	100,000	0	0,000	223.511.070	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Miguel Lafer Participações S/A				**72.872.120/0001-90**	
Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A					
51.559.573/0001-90		Sim	Sim	30/04/2019	
4.121.292	100,000	0	0,000	4.121.292	100,000
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.121.292	100,000	0	0,000	4.121.292	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Presh S/A				**53.728.903/0001-50**	

Eduardo Lafer Piva

029.198.238-76	Brasileira	Sim	Sim		
8.829.453	33,333	0	0,000	8.829.453	33,333

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Horácio Lafer Piva

038.613.618-17	Brasileira	Sim	Sim		
8.829.453	33,333	0	0,000	8.829.453	33,333

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Regina Piva Coelho de Magalhães

040.443.408-89	Brasileira	Sim	Sim		
8.829.453	33,334	0	0,000	8.829.453	33,334

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Presh S/A				**53.728.903/0001-50**	
TOTAL					
26.488.359	100,000	0	0,000	26.488.359	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verde Vivo Investimentos Florestais Ltda.				**07.060.894/0001-54**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Amanda Klabin Tkacz					
047.868.957-84		Não	Não		
1.426.277	33,333	0	0,000	1.426.277	33,333
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
David Klabin					
047.868.947-02		Não	Não		
1.426.277	33,334	0	0,000	1.426.277	33,334
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Verde Vivo Investimentos Florestais Ltda.				**07.060.894/0001-54**	
Rose Klabin					
047.868.967-56		Não	Não		
1.426.277	33,333	0	0,000	1.426.277	33,333

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
4.278.831	100,000	0	0,000	4.278.831	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VFV Participações S/A				**72.872.146/0001-38**	
OUTROS					
688	0,010	0	0,000	688	0,010
TOTAL					
981.095.000	100,000	0	0,000	981.095.000	100,000
Vera Lafer					
380.289.138-49	Brasileira	Sim	Sim		
981.094.312	99,990	0	0,000	981.094.312	99,990

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VFV Participações S/A				**72.872.146/0001-38**	
Francisco Lafer Pati					
256.483.558-90		Não	Não		
4	0,001	0	0,000	4	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A					
51.559.573/0001-90		Não	Não	30/04/2019	
11.640.670	99,998	0	0,000	11.640.670	99,998
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
11.640.678	100,000	0	0,000	11.640.678	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VFV Participações S/A	**72.872.146/0001-38**	

Vera Lafer Lorch Cury

060.657.498-00		Não	Não		
4	0,001	0	0,000	4	0,001

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A				**51.559.573/0001-90**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
36.539.938	100,000	0	0,000	36.539.938	100,000
Vera Lafer					
380.289.138-49		Não	Não	30/04/2019	
35.955.299	98,400	0	0,000	35.955.299	98,400

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Jacob Klabin Lafer Adm. e Part. S/A	**51.559.573/0001-90**	

VL Participações Ltda					
56.145.592/0001-94		Não	Não	30/04/2019	
584.639	1,600	0	0,000	584.639	1,600

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VL Participações Ltda				**56.145.592/0001-94**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Francisco Lafer Pati					
256.483.558-90		Não	Não		
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
21.405.779	100,000	0	0,000	21.405.779	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VL Participações Ltda	**56.145.592/0001-94**	

Vera Lafer					
380.289.138-49		Não	Não		
21.405.778	99,999	0	0,000	21.405.778	99,999

Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VL Participações Ltda				**56.145.592/0001-94**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

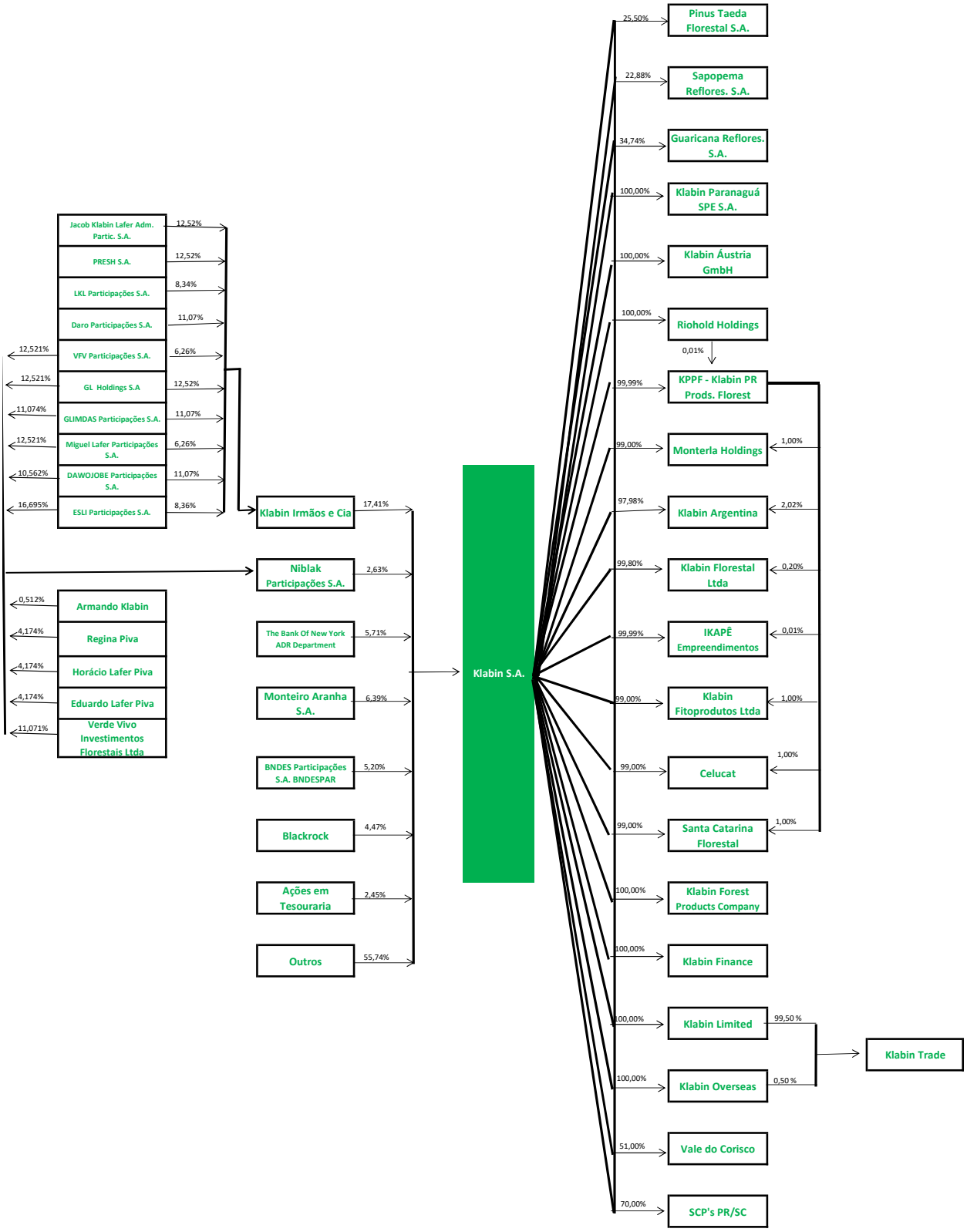
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física	151.816
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.525
Quantidade investidores institucionais	35

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	637.999.310	31,700%
Quantidade preferenciais	2.374.234.715	67,140%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	3.012.234.025	54,290%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo Monteiro Aranha S.A.

a) parte e b) data de celebração

Em 28 de novembro de 2013, subordinado a eficácia das deliberações tomadas na Assembleia de 28 de novembro de 2013 e após a conversão das ações detidas pelo acionista Monteiro Aranha S.A. ("MASA") em units homologada em 7 de fevereiro de 2014, Klabin Irmãos & Cia., acionista controladora da Companhia firmou com Monteiro Aranha S.A., acionista minoritário da Companhia, acordo de acionistas tendo como objeto tão somente o exercício de direito de voto nas assembleias da Companhia para assegurar à MASA a indicação de dois membros no Conselho de Administração, um membro no Conselho Fiscal e um membro da diretoria executiva.

c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas assinado entre Klabin Irmãos e Cia. e Monteiro Aranha S.A. ou seus acionistas pessoas físicas terá vigência enquanto estes últimos detiverem, direta ou indiretamente, 6.345.861, pelo menos, de ações ordinárias da Companhia após a conversão de suas ações em units.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O acordo prevê que Monteiro Aranha S.A. terá o direito de eleger dois membros do Conselho de Administração da Companhia e um membro da diretoria executiva.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

Acordo Roberto Luiz Leme Klabin e outros

a) parte e b) data de celebração

Em 10 de junho de 2013, subordinado a eficácia das deliberações tomadas na Assembleia de 28 de novembro de 2013 e após a conversão das ações detidas pelos acionistas Roberto Luiz Leme Klabin e George Mark Klabin ("Grupo RLLK"), Edgar Gleich, Celso Lafer e Marina Lafer em units homologada em 7 de fevereiro de 2014, Klabin Irmãos & Cia., acionista controladora da Companhia firmou com Roberto Luiz Leme Klabin e outros acionistas minoritários acima identificados, acordo de acionistas tendo como objeto tão somente o exercício de direito de voto nas assembleias da Companhia para assegurar a indicação de um membro no Conselho de Administração.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

c) prazo de vigência

O Acordo de Acionista terá vigência enquanto Grupo RLLK detiver, pelo menos, 3.023.000 ações ordinárias da Companhia após a conversão de suas ações em units.

d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

O acordo prevê que o Grupo RLLK elegerá um membro do Conselho de Administração da Companhia.

f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Não há.

g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Em 2019 não tivemos alterações relevantes.

Em dezembro de 2018, o fundo norte americano, *Capital World Investors*, alienou ações preferencias da Companhia, passando a administrar 169.777.096 que representam 4,96% das ações preferenciais. Além dessa participação, a CWI detém 42.444.274 ações ordinárias, que representam 2,14% das ações ordinárias. Trata-se de um investimento minoritário que não altera a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Em março de 2017 a *BlackRock, Inc.,* adquiriu 144.798.454 ações preferenciais da Companhia que representam 5,02% do capital social. Em correspondência enviada à Companhia, a *BlackRock Inc*., por meio de seus assessores legais, afirmou que o objetivo das participações societárias é estritamente de investimento, não objetivando alteração no controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7. Principais operações societárias: a) evento; b) principais condições do negócio; c) sociedades envolvidas; d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e) quadro societário antes e depois da operação; e f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

A estrutura societária da Companhia está descrita nos itens 15.4 deste formulário.

Constituição da Klabin Paranaguá SPE S.A (Paranaguá)

Em 21 de outubro de 2019 a Companhia constituiu a empresa Klabin Paranaguá SPE S.A., Sociedade de Propósito Específico. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento das áreas, instalações portuárias e infraestrutura públicas, localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá, para a realização das atividades de desembarque (desembarque, movimentação interna, armazenagem e expedição) e embarque (recepção, armazenagem, movimentação interna e embarque) de carga geral, especialmente papel e celulose, tudo nos termos da Minuta do Contrato de Arrendamento decorrente do Leilão nº 03/2019-ANTAQ, a ser firmado com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura.

Constituição da Sapopema Reflorestadora S.A. (Sapopema)

Em 26 de julho de 2019 a Companhia constituiu a empresa Sapopema Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico, em conjunto com uma *Timber Investiment Management Organization* que tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Paraná - PR.

Constituição da Guaricana Reflorestadora S.A. (Guaricana)

Em 13 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu a empresa Guaricana Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico, em conjunto com uma *Timber Investiment Management Organization* que tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Santa Catarina - SC.

Criação de Sociedade em Conta de Participação Serrana

Em 3 de julho de 2017, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação (SCP), denominada Serrana, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Criação de Sociedade em Conta de Participação Araucária

Em 22 de setembro de 2017, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação (SCP), denominada Araucária, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Dissolução de Sociedade em Conta de Participação Correia Pinto

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a dissolução da Sociedade em Conta de Participação (SCP), denominada Correia Pinto, por determinação dos seus sócios.

Aquisição de unidade industrial da Embalplan S.A.

Em 02 de março de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, a incorporação da Embalplan. O patrimônio líquido desta foi avaliado em R$ 31,5 milhões conforme laudo de avaliação. A incorporação não provocou aumento do capital social subscrito, em virtude de a Companhia ser

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a única acionista da Incorporada.

Cisão da Vale do Corisco

Em 28 de abril de 2017 foi aprovada a cisão parcial de ativos da Florestal Vale do Corisco S.A., com incorporação, pela Companhia e pela Arauco Forest Brasil S.A., de parcelas cindidas do patrimônio daquela sociedade, nos termos do Protocolo, sem resultar em aumento de capital social da Companhia ou emissão de novas ações e com a incorporação dos saldos a valor de contábil pelos sócios Klabin e Arauco.

O patrimônio da Vale do Corisco foi avaliado por especialista terceirizado e disponibilizado aos acionistas na entrega da Proposta da Assembleia. O patrimônio líquido da Vale do Corisco que será incorporado pela Klabin de Monte Alegre e Ortigueira, corresponde ao montante de R$ 379 milhões, equivalente a participação de 51% no capital total da Companhia, substancialmente composto pelo valor justo das florestas que serão absorvidas na operação.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8. Outras informações relevantes.

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “15”.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus sócios ou administradores.

Além disso, o Estatuto Social da Companhia no artigo 13, §2º, prevê a obrigatoriedade de aprovação em Assembleia Geral dos contratos celebrados entre a Companhia e os Acionistas Controladores e/ou empresas nas quais estes detenham participação, oportunidade na qual o direito de voto será estendido aos acionistas titulares de ações preferenciais.

Especificamente acerca de contratos de licença de uso de marca celebrados com partes relacionadas e reportados neste formulário de referência, cabe esclarecer que os mesmos, pela sua própria singularidade e ausência de um mercado ativo, possuem natural limitação para verificação de parâmetros de mercado comparáveis, e não foram objeto de aprovação na assembleia por serem anteriores à inserção desta previsão no Estatuto Social da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Klabin Irmãos & Cia / Sogemar - Sociedade Geral de Marcas e Licenças	24/04/2002	0,00	R$ 5.346.671,00 em 31/12/2019 e R$ 4.676.064,00 em 31/12/2018.	Indeterminado	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Licença de uso de marcas de titularidade de KIC e Sogemar por Klabin, mediante o pagamento de royalties correspondente a 1,3657% do Faturamento Líquido dos produtos envolvidos na licença. Até janeiro de 2019, Sogemar recebia diretamente 82,99% do valor total dos royalties e, por conta e ordem de KIC e Sogemar, os 17.01% remanescentes eram pagos diretamente à Monteiro Aranha S.A. e outros. A partir de janeiro de 2019, Sogemar passou a receber o valor integral dos pagamentos dos royalties. O saldo em aberto em 31/12/2018 era de R$ 4.676.064,00 e R$ 5.346.671,00 em 31/12/2019. Durante o exercício de 2018 foi auferida despesa de R$ 46.204.884,00 e R$ 58.110.505,00 durante o exercício de 2019.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Klabin Irmãos & Cia	15/06/2015	0,00	Durante o exercício de 2018 foi auferida despesa de R $28.422.982,89 e R$ 22.797.332,94 em 2019.	Indeterminado	Jan/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Aval concedido para Klabin S.A. para os financiamentos relacionados ao Projeto Puma junto ao BNDES, com remuneração de 0,8% ao ano sobre o saldo devedor junto ao BNDES no final de cada mês.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
BNDES	22/12/2006	0,00	R$ 3.011.004.000,00 em 31/12/2018 e R$ 633.152.000,00 em 31/12/2019.	Indeterminado	Jan/2025	SIM	7,500000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contratos de financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como Projeto Puma, com liquidação prevista até dezembro de 2025. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros. O saldo em 31/12/2018 era de R$ 3.011.004.000,00 e R$ 633.152.000,00 em 31/12/2019. Durante o exercício de 2018 houve juros de R$ 253.797.000,00 e R$ 186.352.000,00 em 2019.						
Garantia e seguros	Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto – SC e Monte Alegre – PR, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	A taxa de juros cobrada, corresponde a média de todos os contratos de financiamentos junto ao BNDES.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3. Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota diversas práticas de governança corporativa, incluindo aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, tais como o Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3, o Código da ABRASCA de Autorregulação e Boas Práticas de Governança das companhias abertas.

Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Os Conselheiros da Companhia devem sempre observar eventuais restrições e impedimentos legais em situações dessa natureza, como têm o feito ao longo dos anos, atuando com diligência e em prol dos interesses da Companhia.

b) caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Eventuais transações com partes relacionadas da Companhia devem ser submetidas à apreciação da Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social da Companhia (§ 2º, do art. 13 do Estatuto Social). Tais transações devem estar dentro dos parâmetros de mercado e alinhadas aos interesses da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4. Outras informações relevantes.

Não há outras informações relevantes sobre esse item “16”.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
15/06/2020	4.475.480.552,00	Totalmente integralizado	2.012.333.899	3.536.164.161	5.548.498.060
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
15/06/2020	4.475.480.552,00		2.012.333.899	3.536.164.161	5.548.498.060
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
15/06/2020	4.475.480.552,00		2.012.333.899	3.536.164.161	5.548.498.060
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/06/2020	0,00		2.054.370.000	3.545.630.000	5.600.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/03/2015	Assembleia Geral Extraordinária	19/03/2015	104,500,000.00	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
14/07/2015	Conselho de Administração	14/07/2015	1,343,937.50	Subscrição particular	107,515	430,060	537,575	0.05653100	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
21/07/2015	Conselho de Administração	21/07/2015	125,000.00	Subscrição particular	10,000	40,000	50,000	0.00525800	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
07/08/2015	Conselho de Administração	07/08/2015	379,937.50	Subscrição particular	30,395	121,580	151,975	0.00015981	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
26/08/2015	Conselho de Administração	26/08/2015	62.50	Subscrição particular	5	20	25	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão.									
02/10/2015	Conselho de Administração	02/10/2015	187.50	Subscrição particular	15	60	75	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
13/10/2015	Conselho de Administração	13/10/2015	9,375.00	Subscrição particular	750	3,000	3,750	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
22/10/2015	Conselho de Administração	22/10/2015	1,090,000.00	Subscrição particular	87,200	348,800	436,000	0.00001000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
18/11/2015	Conselho de Administração	18/11/2015	1,062,852.00	Subscrição particular	84,655	338,620	423,275	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª e da 7° Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª e da 7° Emissão									
04/12/2015	Conselho de Administração	04/12/2015	1,036,875.00	Subscrição particular	82,950	331,800	414,750	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
14/12/2015	Conselho de Administração	14/12/2015	1,027,500.00	Subscrição particular	82,200	328,800	411,000	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
18/12/2015	Conselho de Administração	18/12/2015	1,027,500.00	Subscrição particular	82,200	328,800	411,000	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/12/2015	Conselho de Administração	23/12/2015	250.00	Subscrição particular	20	80	100	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª Emissão									
11/01/2016	Conselho de Administração	11/01/2016	1,027,500.00	Subscrição particular	82,200	328,800	411,000	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
29/01/2016	Conselho de Administração	29/01/2016	343,062.50	Subscrição particular	27,445	109,780	137,225	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
26/04/2016	Conselho de Administração	26/04/2016	9,562.50	Subscrição particular	765	3,060	3,825	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6° Emissão									
03/11/2017	Conselho de Administração	03/11/2017	31,250.00	Subscrição particular	2,500	10,000	12,500	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
27/11/2017	Conselho de Administração	27/11/2017	1,774,437.50	Subscrição particular	141,955	567,820	709,775	0.00000001	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/12/2017	Conselho de Administração	18/12/2017	130,463,687.50	Subscrição particular	10,437,095	41,748,380	52,185,475	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
12/01/2018	Conselho de Administração	12/01/2018	506,625.00	Subscrição particular	40,530	162,120	202,650	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
16/01/2018	Conselho de Administração	16/01/2018	4,892,500.00	Subscrição particular	391,400	1,565,600	1,957,000	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
23/01/2018	Conselho de Administração	23/01/2018	75,809,250.00	Subscrição particular	6,064,740	24,258,960	30,323,700	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
30/01/2018	Conselho de Administração	30/01/2018	19,644,000.00	Subscrição particular	1,571,520	6,286,080	7,857,600	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 6ª emissão.									
31/01/2018	Conselho de Administração	31/01/2018	1,458,430,000.00	Subscrição particular	116,674,400	466,697,600	583,372,000	0.00000000	2.50	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Aumento de capital devido a conversão final das debêntures da 6ª emissão.									
Forma de integralização	Aumento de capital devido a conversão final das debêntures da 6ª emissão.									

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/06/2020	Conselho de Administração	15/06/2020	399,445,113.60	Subscrição particular	27,739,244	110,956,976	138,696,220	0.00000000	2.88	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 7ª emissão.

Forma de integralização Em decorrência do exercício do direito de conversão requerido pelos debenturistas da 7ª emissão.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não passou por nenhuma redução de capital nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “17”.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações ordinárias darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Os acionistas poderão converter ações ordinárias em preferenciais e ações preferenciais em ordinárias, exclusivamente para formação de certificados de depósito de ações ("Units"), à razão de uma ação ordinária em preferencial e vice-versa, desde que integralizadas, observando o limite previsto no Artigo 5o., § 1 do Estatuto Social da Companhia e a ordem cronológica dos pedidos.
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um dos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral da Companhia, poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do objeto social; (iv) fusão ou incorporação em outra sociedade; (v) participação em um grupo de sociedades; (vi) incorporação de ações que envolva a Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral desta; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	A Companhia se compromete a manter em circulação uma parcela mínima de ações representando 25% de seu capital social, nos termos do Regulamento de Listagem do Nível 2.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) Direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação; (iii) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) Direito de votar nas Assembleias Gerais; e (vi) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Tag along	100,000000

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Direito a dividendos	As ações preferenciais darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	(a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 36 do Estatuto Social; (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa; e (f) alteração ou revogação do disposto no Artigo 41 do Estatuto Social.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Os acionistas poderão converter ações ordinárias em preferenciais e ações preferenciais em ordinárias, exclusivamente para formação de certificados de depósito de ações ("Units"), à razão de uma ação ordinária em preferencial e vice-versa, desde que integralizadas, observando o limite previsto no Artigo 5o., § 1 do Estatuto Social da Companhia e a ordem cronológica dos pedidos.
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um dos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral da Companhia, poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do objeto social; (iv) fusão ou incorporação em outra sociedade; (v) participação em um grupo de sociedades; (vi) incorporação de ações que envolva a Companhia, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral desta; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	A Companhia se compromete a manter em circulação uma parcela mínima de ações representando 25% de seu capital social, nos termos do Regulamento de Listagem do Nível 2.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) Direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação; (iii) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) Direito de votar nas Assembleias Gerais; e (vi) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.292.709	6,35	4,42	R$ por Unidade	5,50
31/03/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.552.177	3,43	2,86	R$ por Unidade	3,13
31/03/2019	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.262.657.350	20,11	15,83	R$ por Unidade	18,02
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.792.792	5,20	3,66	R$ por Unidade	4,32
30/06/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	83.155.680	3,15	2,79	R$ por Unidade	2,97
30/06/2019	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.550.070.710	17,80	14,92	R$ por Unidade	16,16
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.588.543	4,40	3,17	R$ por Unidade	3,82
30/09/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	118.571.482	3,19	2,74	R$ por Unidade	2,95
30/09/2019	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.721.110.350	17,17	14,13	R$ por Unidade	15,58
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	49.225.580	4,40	3,25	R$ por Unidade	3,90
31/12/2019	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	159.199.123	3,72	2,80	R$ por Unidade	3,29
31/12/2019	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.347.199.140	19,20	14,42	R$ por Unidade	17,00

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.201.703	7,45	4,70	R$ por Unidade	6,08
31/03/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.438.585	3,41	3,04	R$ por Unidade	3,23
31/03/2018	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.788.443.410	20,76	16,89	R$ por Unidade	18,83
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.118.802	8,62	6,33	R$ por Unidade	7,48
30/06/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.068.367	3,68	3,05	R$ por Unidade	3,37
30/06/2018	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.691.682.980	22,48	19,10	R$ por Unidade	20,79
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.547.356	9,10	6,62	R$ por Unidade	7,86
30/09/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.963.205	3,35	3,02	R$ por Unidade	3,19
30/09/2018	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.069.143.670	22,18	18,89	R$ por Unidade	20,54
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.841.206	7,46	4,12	R$ por Unidade	5,79
31/12/2018	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	38.874.154	3,27	2,75	R$ por Unidade	3,01
31/12/2018	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.235.073.570	20,29	15,11	R$ por Unidade	17,70

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.423.931	6,20	3,76	R$ por Unidade	4,98
31/03/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.681.211	2,89	2,46	R$ por Unidade	2,68
31/03/2017	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.258.372.780	17,67	13,54	R$ por Unidade	15,61
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.839.590	5,54	4,00	R$ por Unidade	4,77
30/06/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	39.980.811	3,10	2,55	R$ por Unidade	2,83
30/06/2017	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.693.547.610	17,69	14,61	R$ por Unidade	16,15
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.844.752	5,65	4,55	R$ por Unidade	5,10
30/09/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.209.308	3,56	2,79	R$ por Unidade	3,18
30/09/2017	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.910.074.930	19,62	15,76	R$ por Unidade	17,69
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.017.998	5,85	4,76	R$ por Unidade	5,31
31/12/2017	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.131.705	3,78	3,02	R$ por Unidade	3,40
31/12/2017	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.366.373.680	20,00	16,79	R$ por Unidade	18,40

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	28/03/2017
Data de vencimento	28/03/2022
Quantidade	845.916
Valor total	845.916.000,00
Saldo Devedor em Aberto	856.088.858,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Os CRA foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 5 anos e juros semestrais de 95% do CDI.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há
Outras características relevantes	Não há

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	23/06/2014
Data de vencimento	15/06/2022
Quantidade	27.777.500
Valor total	399.996.000,00
Saldo Devedor em Aberto	154.848.705,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da 2ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2022, terão rendimento de IPCA + 2,50% ao ano, pagos semestralmente juntamente com a amortização do principal, com dois anos de carência, e não têm natureza de dívida conversível, estando, portanto, desatreladas dos Bônus de Subscrição. O adquirente da 1° Série obrigatoriamente deve adquirir debêntures da 2° Série.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há
Outras características relevantes	Não há

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	19/12/2017

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	19/12/2023
Quantidade	600.000
Valor total	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	600.600.058,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Os CRA foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 6 anos e juros semestrais de 97,5% do CDI.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	19/09/2018
Data de vencimento	20/01/2025
Quantidade	350.000
Valor total	350.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	358.768.465,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela Ápice Securitizadora S.A. Os CRA foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 6,4 anos e juros semestrais de 102% do CDI.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	15/03/2019
Data de vencimento	16/03/2026
Quantidade	200.000

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	202.865.844,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela VERT Companhia Securitizadora S.A.. Os CRAs foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 7 anos e juros semestrais de 98% do CDI.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	15/03/2019
Data de vencimento	15/03/2029
Quantidade	800.000
Valor total	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	843.599.906,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela VERT Companhia Securitizadora S.A.. Os CRAs foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 10 anos e juros semestrais da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ 4,5081%.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	01/04/2019
Data de vencimento	19/03/2029
Quantidade	1.000.000
Valor total	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.016.253.594,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures da 12ª Série têm vencimento em 19 de março de 2029, com juros semestrais de 114,65% do CDI e amortizações anuais ao final do 8º, 9º e 10º ano.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	27/07/2019
Data de vencimento	15/06/2029
Quantidade	909.134
Valor total	909.134.000,00
Saldo Devedor em Aberto	933.894.046,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Investidores qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) pela VERT Companhia Securitizadora S.A.. Os CRAs foram emitidos em operação realizada no mercado de capitais, com prazo de vencimento de 10 anos e juros semestrais da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ 4,5081%.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há
Outras características relevantes	Não há.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	2	10
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12182	940	1

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia são negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e suas ações ordinárias, preferenciais e *Units* são negociadas sob os códigos “KLBN3”, “KLBN4” e “KLBN11”, respectivamente.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS (ADRs)	ADRs	Estados Unidos	AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS (ADRs)
PINK OTC Market	01/12/1994	01/12/1994	100.000000%
Sim: O programa de ADRs da Klabin está listado no Nível 1 no mercado de balcão norte-americanos.		Sim: Cada Depositary Receipt corresponde a 2 (duas) Units da Companhia.	
Sim: O banco depositário dos Depositary Receipts da Klabin nos Estados Unidos é o Bank Of New York		Sim: A instituição custodiante é o Itaú Unibanco S.A.	

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	16/07/2014
Data de vencimento	16/07/2024
Quantidade	271,462,000
Valor nominal global	1,094,181,883.00
Saldo devedor em aberto	1,120,351,067.00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Nao há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	19/09/2017
Data de vencimento	19/09/2027
Quantidade	500,000,000
Valor nominal global	2,015,350,000.00
Saldo devedor em aberto	2,042,914,110.00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Nao há.

Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	27/03/2019
Data de vencimento	03/04/2029
Quantidade	750,000,000
Valor nominal global	3,023,025,000.00
Saldo devedor em aberto	3,065,032,452.00

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
Identificação do valor mobiliário	Não disponível
Data de emissão	27/03/2019
Data de vencimento	03/04/2049
Quantidade	700,000,000
Valor nominal global	2,988,650,000.00
Saldo devedor em aberto	3,056,641,788.00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Nao há.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício corrente.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício corrente.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou oferta de aquisição nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “18”.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
27/04/2016	27/04/2016 à 26/04/2017	2.040.611.000,00	Ordinária		2.000.000	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
			Preferencial		8.000.000	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2016, foi aprovado o plano de recompra pelo prazo de 365 dias de até 2.000.000 "Units", ou 10.000.000 ações, correspondentes a 2.000.000 ações ordinárias e 8.000.000 ações preferenciais de emissão da Companhia, representando menos de 10% das ações em circulação no mercado na data em questão de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, fazer frente as obrigações do plano de outorga de ações concedido aos executivos, cancelamentos ou posterior alienação sem redução de capital. Sendo que serão utilizadas Reservas de Lucro (exceto Reserva Legal) e Reservas de Capital constantes nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2015.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	29.318.686	
Quantidade adquirida	7.811	0,00
Quantidade alienada	1.401.552	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	27.924.945	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	117.274.744	
Quantidade adquirida	31.244	0,00
Quantidade alienada	5.606.208	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	111.699.780	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	30.736.688	
Quantidade adquirida	44.306	5,79
Quantidade alienada	1.462.308	5,79
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	29.318.686	
Relação valores mobiliários em circulação	1,477777%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	122.946.752	
Quantidade adquirida	177.224	3,01
Quantidade alienada	5.849.232	3,01
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	117.274.744	
Relação valores mobiliários em circulação	3,424000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2017

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	127.791.200	
Quantidade adquirida	2.200.000	3,40
Quantidade alienada	7.044.448	3,40
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	122.946.752	
Relação valores mobiliários em circulação	4,202000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	31.947.800	
Quantidade adquirida	550.000	5,31
Quantidade alienada	1.761.112	5,31
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	30.736.688	
Relação valores mobiliários em circulação	1,653000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “19”.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**30/06/2002**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	As pessoas sujeitas à restrição para negociação são presumivelmente detentoras de informação privilegiada e não podem negociar valores mobiliários (i) em desacordo com esta política de negociação e/ou (ii) em diversos períodos específicos, conforme indicados a seguir. Essas pessoas não podem negociar com valores mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de ato ou fato relevante a ser divulgado pela Companhia. Estão abrangidas nas vedações desta política de negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por pessoas sujeitas à restrição para negociação, definidas como: acionistas controladores, administradores e empregados da Companhia.

Principais características

As pessoas sujeitas à restrição para negociação que desejarem negociar com valores mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar valores mobiliários sempre que assim determinado pelo diretor de relações com investidores, pelo período por este fixado, independente da apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com valores mobiliários de forma privada; (c) informar previamente à Companhia, na pessoa do diretor de relações com investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas,; (d) orientar e envidar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem valores mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar valores mobiliários; e (e) abster-se de negociar com valores mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas sociedades controladas ainda que (i) após a divulgação de ato ou fato relevante; ou (ii) de acordo com o plano individual de investimento. A Companhia mantém atualmente, 16.907.900 ações preferenciais em tesouraria.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Os Administradores da Companhia, bem como das sociedades controladas e sociedades coligadas, podem adquirir valores mobiliários de emissão da Companhia no período anterior de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o plano individual de investimento, nos termos do Capítulo II da política de negociação de valores mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para divulgação dos formulários ITR e DFP.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “20”.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1. Descrição das normas, regimentos ou procedimentos relativos à divulgação de informações

A Companhia adota as seguintes normas para tratamento das informações a serem divulgadas publicamente: A divulgação, por escrito ou verbal, de informações que se relacionem, no todo ou em parte, com a política, mercados e resultados da empresa e/ou de suas controladas, somente poderão ser dadas, dentro dos limites de suas respectivas competências, por:

a) Presidentes do Conselho de Administração da Companhia e controladas;

b) Diretor Geral da Companhia;

c) Diretor de Relações com Investidores da Companhia;

d) Diretor de Assuntos Corporativos da Companhia. i) Em casos específicos, os Diretores acima relacionados poderão delegar a outros Diretores e/ou administradores de sua confiança, a divulgação de informações sobre setores determinados. ii) Esta orientação deverá ser transmitida a todo o quadro de administradores de Companhia e suas controladas, através dos canais competentes. iii) Os administradores que exerçam cargos em associações de classe deverão, no que se referir aos assuntos abrangidos nesta instrução, restringir-se ao seu setor de atuação quando se manifestarem publicamente em nome das respectivas entidades, atendo-se à divulgação de dados das associações que representam.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre de informações relevantes não divulgadas:

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Companhia deve informar à CVM e à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios. A Companhia deve também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Em circunstâncias especiais, a Companhia pode submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

A Companhia possui, ainda, conforme a Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da CVM, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), uma "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante", que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM e à B3 – Brasil, Bolsa, Balcão qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral.

A Companhia prevê algumas hipóteses de exceção à imediata divulgação de informação relevante, dentre elas, se a revelação de referida informação puder colocar em risco seu interesse legítimo.

Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e colaboradores que tenham acesso frequente a informações relevantes e outros que sejam considerados necessários ou convenientes para a Companhia) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações ao Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Qualquer alteração ou revisão desta Política deverá ser submetida ao Conselho de Administração da Companhia. A política de negociação assim prevista não poderá ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante. As disposições da presente Política não elidem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados a Companhia e que tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários de sua emissão.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação, e do uso de informações e negociação dos valores mobiliários da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “21”.